

RELATÓRIO E CONTAS 2020

30 milhões de investimento • **Requalificação da Rua de Goim – Romariz** • **Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge** • **Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos** • **Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos** • **Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão** • **Requalificação Rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães** • **Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação Urbana – Paços de Brandão** • **Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos** • **Requalificação Urbana da Área Central de Fiães** • **Requalificação Urbana da Área Central de Lourosa** • **Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão** • **Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras** • **Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros** • **Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver** • **Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana** • **Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão** • **Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana** • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **100 empreitadas** • **Requalificação da Rua de Goim – Romariz** • **Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge** • **Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos** • **Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos** • **Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão** • **Requalificação Rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães** • **Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação Urbana – Paços de Brandão** • **Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos** • **Requalificação Urbana da Área Central de Fiães** • **Requalificação Urbana da Área Central de Lourosa** • **Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão** • **Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras** • **Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros** • **Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver** • **Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana** • **Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão** • **Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana** • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **Repavimentação da Rede Viária** • **Requalificação da**



I. INTRODUÇÃO	5
Mensagem do Presidente	7
Nota Prévia	13
Principais Resultados	15
II. RELATÓRIO FINANCEIRO	17
ANÁLISE ORÇAMENTAL	19
1. Equilíbrio Orçamental	21
2. Análise Global do Orçamento	24
3. Análise do Orçamento de Receita	28
4. Análise do Orçamento da Despesa	38
5. Estrutura Orçamental - Rácios	50
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	53
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	63
I. Balanço	65
II. Demonstração de Resultados	87
III. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	90
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
III. ATIVIDADES	129
Desenvolvimento Económico e Urbanístico	131
Administração e Finanças	149
Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território	173
Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social	205
Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus	305
Educação, Desporto e Juventude	325
IV. Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	385
V - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	



Índice Quadros

Quadro 1 - Análise do Equilíbrio Orçamental	21
Quadro 2 - Análise da Poupança Corrente	22
Quadro 3 - Análise aos Saldos no Período de 2019 e 2020	23
Quadro 4 - Orçamento do Ano de 2020	24
Quadro 5 - Modificações Orçamentais	26
Quadro 6 - Reforço / Diminuição do Orçamento da Receita	27
Quadro 7 - Estrutura Geral da Receita	28
Quadro 8 - Receitas Próprias	30
Quadro 9 - Impostos Diretos	32
Quadro 10 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	33
Quadro 11 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	34
Quadro 12 - Rendimentos de Propriedade	35
Quadro 13 - Transferências	35
Quadro 14 - Transferências – Receitas Correntes	36
Quadro 15 - Transferências – Receitas de Capital	36
Quadro 16 - Estrutura Geral da Despesa	38
Quadro 17 - Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento	39
Quadro 18 - Despesa com o Pessoal	42
Quadro 19 - Aquisição de Bens	44
Quadro 20 - Aquisição de Serviços	45
Quadro 21 - Outros Serviços	45
Quadro 22 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios	47
Quadro 23 - Investimento Global	47
Quadro 24 - Plano Plurianual Investimentos do Ano de 2020	48
Quadro 25 - Evolução do Serviço da Dívida	49
Quadro 26 - Rácios	50
Quadro 27 - Entidades Participadas	58
Quadro 28 - Posição do Grupo Municipal	59
Quadro 29 - Limites para 2021	60
Quadro 30 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético	66
Quadro 31 - Componentes do Balanço	68
Quadro 32 - Evolução do Ativo não Corrente	69
Quadro 33 - Ativo Corrente	71
Quadro 34 - Devedores por Acréscimos de Rendimentos	72
Quadro 35 - Património Líquido	73
Quadro 36 - Estrutura do Passivo	75
Quadro 37 - Evolução da Dívida	76
Quadro 38 - Passivo não Corrente	78
Quadro 39 - Passivo Corrente	80
Quadro 40 - Prazo Médio de Pagamento	82
Quadro 41 - Credores por Acréscimo de Gastos	83
Quadro 42 - Fluxos de Caixa	85
Quadro 43 - Demonstração de Resultados	87
Quadro 44 - Rácios	89



Índice Gráficos

Gráfico 1 - Comparação entre Receita Orçamental inicial, final e executada	25
Gráfico 2 - Comparação entre Despesa Orçamental inicial, final e executada	26
Gráfico 3 - Evolução da Receita	28
Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias	31
Gráfico 5 - Comparação das Receitas Próprias	31
Gráfico 6 - Evolução dos Impostos Diretos	32
Gráfico 7 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	33
Gráfico 8 - Estrutura Geral da Despesa	38
Gráfico 9 - Composição das Despesas de Funcionamento	40
Gráfico 10 - Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente	40
Gráfico 11 - Evolução dos Limites Versus Evolução da Dívida do Grupo Municipal	61
Gráfico 12 - Estrutura e Evolução da Autarquia	67
Gráfico 13 - Estrutura do Ativo não Corrente	70
Gráfico 14 - Estrutura do Ativo Corrente	71
Gráfico 15 - Peso do Património Líquido	74
Gráfico 16 - Evolução da Dívida Global	77
Gráfico 17 - Passivo não Corrente / Passivo Corrente	77
Gráfico 18 - Natureza do Passivo não Corrente	79
Gráfico 19 - Natureza do Passivo Corrente	80
Gráfico 20 - Evolução da Dívida de Curto Prazo	81
Gráfico 21 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos	82
Gráfico 22 - Evolução dos Resultados	88

introdução



mensagem do presidente

Estamos a poucos meses de cumprir 4 anos de mandato.

Está, pois, na altura de prestar contas aos feirenses pelo trabalho desenvolvido nestes pouco mais de 40 meses.

Podemos dividir este mandato de 4 anos em dois ciclos.

O primeiro, de 2 anos, entre final de 2017 e início de 2020, demos sequência ao bom trabalho que vinha de trás e que mereceu o apoio da esmagadora maioria dos feirenses, que nos deu uma vitória significativa nas eleições autárquicas de 2017.

Estes dois primeiros anos de mandato foram marcados pela continuação de uma gestão pública assente na transparência, no rigor, na disciplina e na competência.

Continuamos a pagar a tempo e horas aos nossos fornecedores, cumprindo os compromissos que assumimos e sinalizando para o exterior que a câmara de Santa Maria da Feira é uma instituição de bem, que cumpre com os seus compromissos.

Diminuímos a taxa de desemprego para níveis recorde, abaixo dos 4% e significativamente abaixo da média nacional, atingindo um patamar de pleno emprego.

Queremos continuar a trilhar este caminho de pessoa de bem, de exemplo perante todas as entidades públicas e privadas.

Assim, garantimos a quem nos fornece serviços e materiais um prazo médio de pagamentos inferior a 10 dias, o que nos permite apresentar um capital de credibilidade e confiança, com reflexo positivo na gestão do erário público.

Nestes 2 primeiros anos de mandato continuamos a diminuir a dívida do município e mantemos a nossa capacidade de endividamento intacta, numa evolução positiva que nos permite folga financeira para lançar mais obra e projetos prioritários para a qualidade de vida das famílias e empresas feirenses.



É neste contexto, de definição das prioridades de afetação dos dinheiros públicos que elegemos a reabilitação da rede viária como principal prioridade do mandato.

Este desafio está a ser cumprido conforme estipulado, dentro de uma estratégia de planeamento que privilegiou todo o território do concelho, sem deixar nenhuma freguesia para trás.

Reabilitamos e pavimentamos mais de 300 quilómetros de estradas e arrancamos com a reabilitação dos centros urbanos de Fiães, Arrifana, Mozelos, Fornos, Paços de Brandão, Lourosa e Caldas de S. Jorge.

Estamos a lançar o concurso público para a reabilitação do Cais de Carvoeiro em Canedo, num investimento superior a 2 milhões de euros.

No centro histórico de Santa Maria da Feira, avançamos com a reabilitação da Quinta do Castelo, apoiamos a reabilitação da Igreja da Misericórdia e estamos a construir o Arquivo Municipal nas antigas Casas dos Magistrados, obras que no seu conjunto representam um investimento superior a 8 milhões de euros.

Depois do pavilhão de S. João de Vêr, concluído em 2017, construímos um novo pavilhão municipal em Mozelos, apoiamos a colocação de piso sintético em mais 5 campos de futebol, dois dos quais destinados ao futebol feminino e temos em fase final o projeto para a construção de um estádio destinado em exclusivo à prática de atletismo em Sanfins.

Adjudicamos a empreitada de construção da Piscina Municipal de Canedo, num investimento de cerca de 4 milhões de euros, cujos trabalhos no terreno se iniciarão dentro de poucas semanas.

Em parceria com o Clube Académico da Feira, construímos um complexo desportivo para a prática de Ténis e Padel, Parque Infantil e bar, na Urbanização dos Passionistas, zona nova da cidade em crescimento acelerado e que necessitava desta resposta.

Construímos um novo Centro Escolar em Fornos e reabilitamos a totalidade da Escola Básica e Secundária de Fiães, obras que no seu conjunto representam cerca de 6 milhões de euros de investimento. Temos em fase final o projeto de execução do novo Centro Escolar da Feira, nas antigas instalações da EB2.3 Fernando Pessoa, num investimento estimado superior a 5 milhões de euros.

Reabilitamos onze empreendimentos de habitação social, dotando-os de condições de conforto térmico e eficiência energética. Apoiamos todas as IPSS's concelhias nos seus múltiplos projetos de obras e candidaturas a fundos. Temos em curso concursos para a



construção das Unidades de Saúde de S. Paio de Oleiros / Nogueira da Regedoura, Canedo e Milheirós de Poiares e para a ampliação da Unidade de Saúde de Rio Meão, estando também a ser elaborado o projeto para a adaptação da antiga escola de Goím a Unidade de Saúde, em Romariz.

Atingimos o objetivo de ter toda a população com médico e enfermeiro de família e temos em curso o processo para a ampliação do Hospital S. Sebastião e criação de resposta na área de saúde mental.

Está em concurso público a empreitada para a construção da Ciclovía do Cáster em Santa Maria da Feira, adquirimos todos os terrenos das Guimbras para desenvolvimento do respetivo parque urbano nas margens do Rio Caster, temos em fase final de execução a ciclovía de ligação entre a Feira e S. João de Vêr e estamos a concluir o projeto para o lançamento da empreitada da construção da ciclovía na variante de ligação Lourosa / Lamas.

Prosseguimos com o desenvolvimento do Parque Natural das Ribeiras do Uíma, estando a decorrer a empreitada de construção de um novo troço de passadiço em Lobão que irá ligar Fiães a Caldas de S. Jorge / Pigeiros num percurso que passará a ter cerca de 8 Km de extensão. Em simultâneo estamos a desenvolver um trabalho de marcação de percursos pedestres em todo o território que certamente constituirão mais um importante fator de atratividade do território.

Os parques empresariais PERM e Lusoparque estão totalmente ocupados com unidades empresariais de enorme qualidade e geradoras de riqueza e emprego, estando a ser tratada a sua ampliação em sede de revisão de PDM e todas as zonas industriais concelhias estão na sua globalidade ocupadas ou com projetos de construção em curso.

Está a decorrer o concurso público para o Centro Coordenador de Transportes em Fiães / Lourosa e estamos em negociações com as Infraestruturas de Portugal para a construção do Centro de Coordenação de Transportes de Santa Maria da Feira.

Toda a obra física executada ou em curso tem naturalmente reflexo na dinâmica económica do território e na sua atividade, que nos aproxima de uma situação de pleno emprego, levando-nos a ambicionar melhores salários e a atração de novos investimentos baseados na qualificação das pessoas.

Para isso estamos a apostar em respostas inovadoras na área da educação, desde logo procurando potenciar o sucesso escolar com a criação de programas como a “Hora de Programar” – aprendizagem da linguagem da programação, a hora de experimentar,



mobilização para os cursos técnico-profissionais, apoio à família e aposta na internacionalização das organizações educativas com reforço nos estágios de ensino e formação profissional ao abrigo do programa “ERASMUS+”.

Simultaneamente conseguimos mobilizar a sociedade para as diferentes respostas sociais e culturais, onde num território fortemente industrializado se consegue simultaneamente ser uma referência nacional na oferta cultural e ter na sua Biblioteca Municipal o maior número de inscritos per capita do país, que funciona em horário alargado à noite e aos fins de semana e hoje já leva os livros às fábricas.

Realizamos a V Capital da Cultura do Eixo Atlântico e em 2018/2019 produzimos e apresentamos mais de 300 atividades culturais em todo o território.

Implementamos um novo Programa de Apoio à Cultura em plena pandemia, com medidas de apoio à criação, à programação e às atividades pontuais.

Santa Maria da Feira é hoje um Município que ferve de atividade, seguro, empregador, com excelentes respostas na área da saúde, educação, sociais, culturais e lazer.

É este território em construção permanente que nos mobiliza e apaixonava.

Naturalmente que os últimos 2 anos de mandatos ficam marcados pela pandemia que nos atinge desde o início de 2020.

Uma pandemia que condicionou a nossa vida e afetou o notável ciclo de desenvolvimento que atravessamos.

Mas se esta pandemia afetou a nossa vida social, cultural, económica, também mostrou que somos um povo e um território resiliente, que não se verga e que vai à luta.

Mostramos nestes 2 últimos anos de que fibra somos feitos e a nossa resposta à pandemia também demonstrou que uma gestão dos dinheiros públicos com prudência, parcimónia e rigor é a forma mais correta de estarmos preparados para os imponderáveis que a vida nos pode trazer.

Esta é uma estratégia de que não abdicamos. O impacto financeiro nas contas municipais ainda não é possível de quantificação com exatidão, no entanto do lado da despesa estamos já com valores superiores a 3 milhões de euros.



Este terrível flagelo veio também pôr á prova toda a nossa capacidade de resposta em termos sanitários, sociais e organizacionais.

É aqui que nos parece justo e adequado afirmar orgulhosamente que estivemos á altura do desafio: a nossa estrutura organizacional respondeu eficazmente e a liderança política, perante tão grande e inédito desafio, superou as melhores expectativas, conseguindo em simultâneo manter as atividades industriais e económicas em funcionamento.

Na verdade e sem falsa modéstia fomos líderes nacionais na procura de soluções para os problemas que foram surgindo, não deixamos ninguém para trás, substituímos muitas vezes o Estado Central naquilo que era a sua responsabilidade, mobilizamos pessoas e instituições, conseguimos unir a comunidade neste combate. Fomos resilientes, competentes, mas acima de tudo mobilizadores da nossa comunidade.

Criamos o programa “Feira Acolhe” para as crianças menores de 12 anos, filhas dos profissionais dos serviços essenciais, de forma a que pudessem manter-se ao serviço; mobilizamos os hotéis para proporcionar descanso aos profissionais de saúde, restaurantes para alimentar os serviços essenciais e transportes, a comunidade para produzir EPI’s, supermercados e farmácias para entregas ao domicílio, lares de idosos e respetivos funcionários para proteção aos utentes mais vulneráveis, computadores e acessos à internet para permitir aulas on-line a todos os alunos do Concelho, estruturas residências de acolhimento de doentes Covid para alívio da pressão sobre os hospitais e manter a capacidade de resposta nos cuidados hospitalares, estruturas residenciais para doentes sem retaguarda familiar, mobilização de trabalhadores municipais e voluntários para contacto com pessoas isoladas e para animação de espaços de acolhimento social em isolamento preventivo.

Montamos um dos melhores espaços de vacinação em massa do país e articulamos com as autoridades sanitárias as melhores respostas e condições num serviço público unanimemente reconhecido como de excelência.

Todos nós podemos afirmar orgulhosamente que estivemos e continuamos a estar á altura do desafio.



Toda esta necessidade de mobilização e redirecionamento de prioridades, poderia condicionar as restantes atividades da Câmara Municipal na segunda parte do mandato. Seria naturalmente compreensível e justificável. Nada disso aconteceu. Mantivemos os nossos projetos no terreno e os grandes objetivos a que nos propusemos foram ou estão em vias de ser concretizados: mais de cem empreitadas em curso, representando um total de investimento superior a 30 milhões de euros.

Apresentamos este documento aos feirenses, famílias e empresas, com a consciência do dever cumprido.

Juntos vamos conseguir ultrapassar estes 2 últimos anos de crise pandémica.

Juntos e unidos vamos continuar o caminho do desenvolvimento e do emprego, que tem marcado os nossos mandatos e representam um paradigma de progresso único na história do nosso território”.



nota prévia

Em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e respetivas alterações, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.

Este ano, e pela primeira vez, a prestação de contas terá por base o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, um sistema contabilístico que melhor corresponderá às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, e que contribuirá decisivamente para o rigor e transparência na gestão pública.

A implementação deste novo modelo implicou um processo de transição e a sua entrada em vigor para a Administração Local e entidades reclassificadas foi sucessivamente adiada, contudo o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, veio determinar a aplicação deste novo referencial contabilístico às entidades pertencentes ao subsetor da administração local com efeitos ao exercício de 2020.

No entanto, e face à complexidade do processo de transição, quer ao nível da contabilidade financeira, quer orçamental, quer ainda da contabilidade de gestão, revelou-se impraticável medir de forma rigorosa e integral todos os efeitos decorrentes dos ajustamentos de transição e, bem assim, efetivar em pleno a adoção do novo referencial contabilístico no presente exercício. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio orientador uma situação financeira robusta, como se comprova pelos rácios financeiros, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.



principais resultados

No ano de 2020 prosseguimos uma política de gestão centrada no rigor e transparência, tendo sido possível, pese embora todos os condicionalismos, assegurar que no essencial, as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas. De facto, conseguimos demonstrar que a Câmara Municipal foi capaz, não só de reunir as condições técnicas, financeiras e materiais essenciais ao integral aproveitamento dos recursos disponíveis, bem como manter e elevar a qualidade e eficiência dos serviços prestados, mesmo em circunstâncias adversas e completamente imprevisíveis.

As contas do Município de Santa Maria da Feira relativas ao exercício de 2020, resumem-se, globalmente, pelos seguintes aspetos:

- Diminuição da dívida global do Município entre o ano 2019 e o ano 2020 no montante de 1.810.513,42€ (o valor de 2019 reexpressado ao SNC-AP).
- Um prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMPF) inferior a 10 dias.
- Em termos orçamentais, atingimos uma execução global da receita de 101,53%, sendo que a receita corrente bruta cobrada foi de 64.208.112,33€, ou seja, foi executada em 102,67%, o que denota o grande rigor com que foram elaborados os documentos previsionais de 2020.
- Em termos financeiros, de notar o aumento do ativo líquido do Município em 15.557.652,10€, ou seja 4,60%, face ao ano anterior.
- Uma diminuição do passivo de médio e longo prazo no montante de 2.526.633,53€ e um aumento do passivo de curto prazo em 119.910,79€, incluindo o valor das operações de tesouraria.
- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado Líquido do exercício positivo de 12.880.746,27€.

Estes factos evidenciam o sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, o que lhe permite estar preparado para factos imponderáveis.

relatório financeiro



análise orçamental



I - Equilíbrio Orçamental

O Município de Santa Maria da Feira cumpre integralmente o conceito de equilíbrio orçamental, que nos termos do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, prevê o seguinte:

“1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”

Quadro 1 - Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	
Receitas correntes líquidas arrecadadas	63 520 030,33 €
Despesas correntes pagas	40 902 965,68 €
Saldo corrente	22 617 064,65 €
Amortizações médias	2 438 929,57 €
Equilíbrio orçamental	20 178 135,08 €

Também o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.



A evolução da poupança corrente ao longo do último biénio, verificada no quadro seguinte, permite comprovar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicarem em investimento e amortização da dívida. O acréscimo da receita corrente em 2020 relativamente a 2019 influenciou a poupança corrente cujo valor foi superior ao verificado no ano de 2019.

Quadro 2 - Análise da Poupança Corrente

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO		
	2019	2020
Receita Corrente Executada	62 028 146,22 €	64 208 112,33 €
Despesa Corrente Executada	41 211 897,08 €	40 902 965,68 €
Poupança Corrente Bruta	20 816 249,14 €	23 305 146,65 €

Por último, é fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que o cálculo dos saldos orçamentais permitem efetuar uma melhor abordagem dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na ótica de caixa.

Quadro 3 - Análise aos Saldos no período 2019 e 2020

Análise Global		
	2019	2020
Receita corrente	62.028.146,22 €	63.520.030,33 €
Saldo da gerência anterior + reposições	31.729.728,54 €	38.820.095,35 €
Despesa corrente	41.211.897,08 €	40.873.340,07 €
Saldo Corrente	52.545.977,68 €	61.466.785,61 €
Receita de capital	4.491.109,89 €	7.170.579,46 €
Despesa de capital	18.230.649,42 €	19.410.874,84 €
Saldo de capital	- 13.739.539,53 € -	12.240.295,38 €
Receitas totais	98.248.984,65 €	109.510.705,14 €
Despesas totais	59.442.546,50 €	60.284.214,91 €
Saldo orçamental	38.806.438,15 €	49.226.490,23 €
Aívos financeiros receita		
Aívos financeiros despesa	205.869,50 €	522.918,83 €
Passivos financeiros receita		
Passivos financeiros despesa	3.028.377,14 €	2.584.531,80 €
Receitas totais-AF-PF	98.248.984,65 €	109.510.705,14 €
Despesas totais-AF-PF	56.208.299,86 €	57.176.764,28 €
Saldo global ou efetivo	42.040.684,79 €	52.333.940,86 €
Juros	121.770,06 €	91.977,22 €
Saldo Primário	42.162.454,85 €	52.425.918,08 €

Por alteração do sistema contabilístico foi considerado para o ano 2019 os valores de receita bruta e para o ano de 2020 os valores de receita líquida

Como se pode constatar no quadro supra, fica patente a capacidade que o Município tem em assegurar a sustentabilidade da receita face às despesas geradas.



II. Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 4 - Orçamento do ano 2020

ORÇAMENTO DO ANO 2020					
	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%
Receitas Correntes	59 921 786,00 €	62 539 795,62 €	2 618 009,62 €	64 208 112,33 €	102,67%
Receitas Capital	11 040 727,00 €	7 325 345,18 €	- 3 715 381,82 €	7 325 324,18 €	100,00%
Outras Receitas	500,00 €	13 657,20 €	13 157,20 €	13 657,20 €	100,00%
Saldo da Gerência Anterior	- €	38 806 438,15 €	38 806 438,15 €	38 806 438,15 €	100,00%
Total	70 963 013,00 €	108 685 236,15 €	37 722 223,15 €	110 353 531,86 €	101,53%
Despesas Correntes	48 958 307,00 €	56 023 510,24 €	7 065 203,24 €	40 902 965,68 €	73,01%
Despesas Capital	22 004 706,00 €	52 661 725,91 €	30 657 019,91 €	19 411 559,64 €	36,86%
Total	70 963 013,00 €	108 685 236,15 €	37 722 223,15 €	60 314 525,32 €	55,49%

Do observado do quadro anterior resulta que o total do orçamento final aprovado para o ano de 2020 foi de 108.685.236,15 €, sendo o total da receita bruta cobrada de 110.353.531,86 € e o total da despesa executada de 60.314.525,32 €.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 102,67%, o que significa que para uma previsão final de 62.539.795,62€ se atingiu uma execução de 64.208.112,33€ que traduz um desvio positivo de cerca de 1,7 M€, ou seja, a cobrança efetiva de receita foi superior à receita estimada;

- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 7.325.345,18€ atingiu-se uma execução de 7.325.324,18€, correspondendo a uma taxa de execução 100,00%.

- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 55,49%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 73,01%, e 36,68%, do total orçamentado.

Segue-se gráficos demonstrativos da receita e da despesa, referentes ao ano de 2020.

Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada

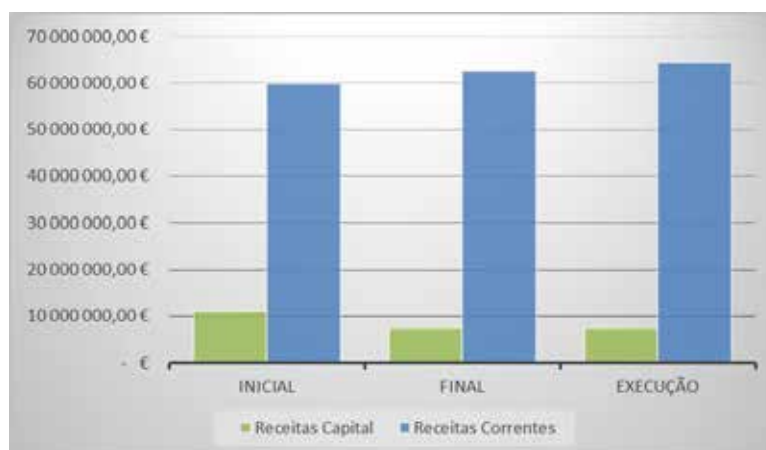
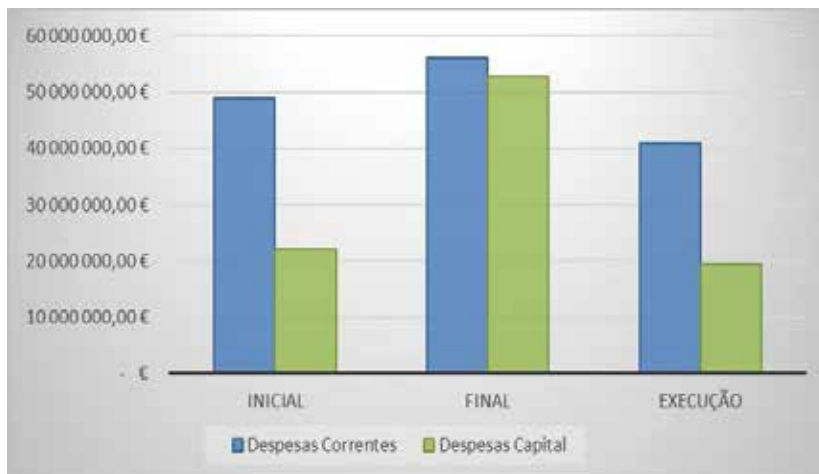


Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada



Modificações Orçamentais

Faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se segue.

Quadro 5 - Modificações orçamentais

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	28	3
Plano Plurianual de Investimentos	28	3
Plano de Atividades Municipais	28	3
Orçamento da Receita	2	1

O reforço/diminuições do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

**Quadro 6 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita**

Descrição	Reforço	Diminuições
Transferências Correntes_Fundo de Equilibrio Financeiro	493 445,00 €	
Transferências Correntes_U.E.	229 570,00 €	3 500 000,00 €
Transferências Capital_Fundo de Equilibrio Financeiro	55 827,00 €	
Transferências Capital_Administração Central Estado		491 743,00 €
Saldo da Gerência Anterior	38 806 438,15 €	
Total	39 585 280,15 €	3 991 743,00 €

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2020, ocorreu de acordo com o preceituado no artigo 45º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o qual, foi realizado três meses antes do final do ano. Desta situação resultou que para além da inscrição do saldo orçamental, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, se diminuísse a dotação de algumas rubricas que julgamos deter excesso de dotação, face à expectativa gerada pelo quadro comunitário.

Na primeira revisão procedeu-se à integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 38.806.438,15€, bem como a atualização das transferências de algumas entidades que implicou o aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, em igual montante.



III. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada bruta totalizou 110.353.531,86€, sendo que a arrecadação de receitas bruta correntes foi de 64.208.112,33€, o que corresponde a uma taxa de execução de 102,67% face ao previsto.

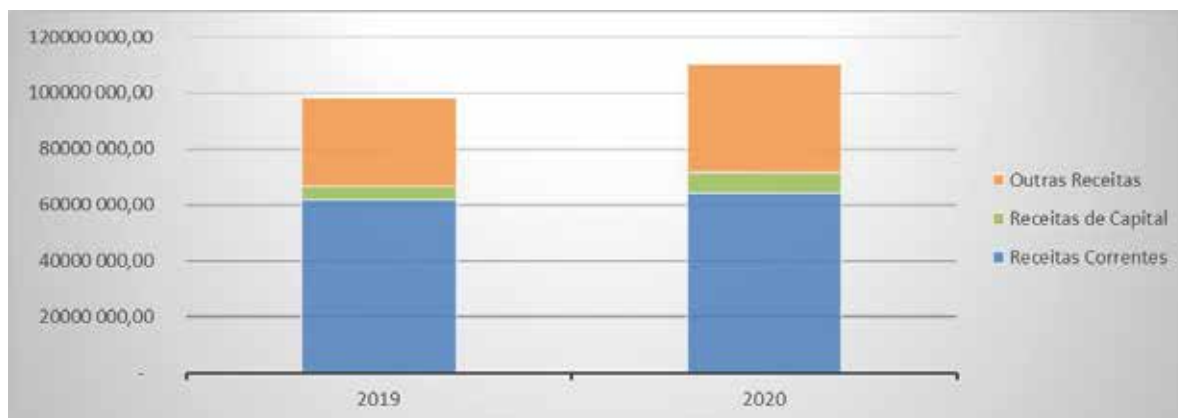
A arrecadação de receitas brutas de capital foi de 7.325.324,18€, correspondente a uma taxa de execução de 100,00%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

Quadro 7 - Estrutura Geral da Receita

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA							
Tipo	2019		2020				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	62 028 146,22 €	63,13%	59 921 786,00 €	62 539 795,62 €	64 208 112,33 €	58,18%	102,67%
Capital	4 491 109,89 €	4,57%	11 040 727,00 €	7 325 345,18 €	7 325 324,18 €	6,64%	100,00%
Outras Receitas	31 729 728,54 €	32,30%	500,00 €	38 820 095,35 €	38 820 095,35 €	35,18%	100,00%
Total	98 248 984,65 €	100,00%	70 963 013,00 €	108 685 236,15 €	110 353 531,86 €	100,00%	101,53%

Gráfico 3 – Evolução da Receita





Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
 - Impostos Diretos;
 - Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades;
 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes;
 - Rendimentos de Propriedade
- Transferências
- Passivos Financeiros

Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

As receitas próprias incluem quer receitas correntes, quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam à venda de bens de investimento e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguinte espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

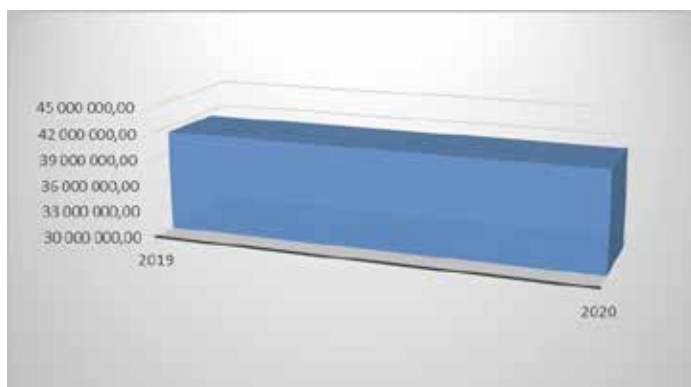


Quadro 8 - Receitas Próprias

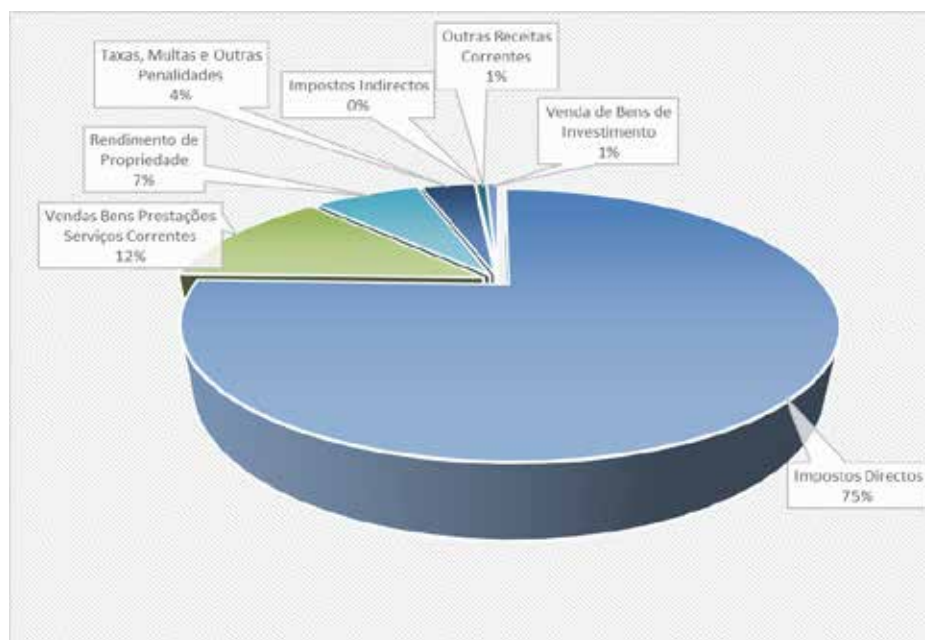
Receitas Próprias						
	2019	2020	Δ 2020/2019	% Receitas		
				Próprias	Correntes	Totais
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	30 331 771,43 €	31 208 725,86 €	2,89%	75,53%	48,61%	28,28%
Impostos Indirectos	245 018,76 €	714,88 €	-99,71%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 728 640,64 €	1 490 465,87 €	-13,78%	3,61%	2,32%	1,35%
Rendimento de Propriedade	2 848 313,52 €	2 939 307,51 €	3,19%	7,11%	4,58%	2,66%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	5 763 933,10 €	5 094 909,98 €	-11,61%	12,33%	7,93%	4,62%
Outras Receitas Correntes	227 793,14 €	282 720,64 €	24,11%	0,68%	0,44%	0,26%
Total	41 145 470,59 €	41 016 844,74 €	-0,31%	99,27%	63,88%	37,17%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	262 164,71 €	302 679,10 €	15,45%	0,73%	0,47%	0,27%
Total	262 164,71 €	302 679,10 €	15,45%	0,73%	0,47%	0,27%
Total das Receitas Próprias	41 407 635,30 €	41 319 523,84 €	-0,21%	100,00%	64,35%	37,44%
Total das Receitas Correntes	62 028 146,22 €	64 208 112,33 €	3,51%	-	100,00%	58,18%
Total de Receitas	98 248 984,65 €	110 353 531,86 €	12,32%	-	-	100,00%

Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias tiveram um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, sendo que a diminuição em 99,71% que se verifica na rubrica dos *Impostos Indiretos* está relacionada com a reclassificação deste tipo de despesa, que passou a estar incluída na rubrica *Taxas, Multas e Outras Penalidades*.

A perda de receita própria em cerca de 240 mil euros na rubrica *Taxas, Multas e Outras Penalidades* está diretamente relacionada com a aplicação de medidas de apoio económico no âmbito da pandemia COVID_19, este facto, também contribui para a diminuição da rubrica *Vendas de Bens e Prestação de Serviços Correntes*.

Gráfico 4 – Evolução Receitas Próprias

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

Gráfico 5 – Comparação das Receitas Próprias

Os Impostos Directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 75,53%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes com 12,33% e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 7,11%.

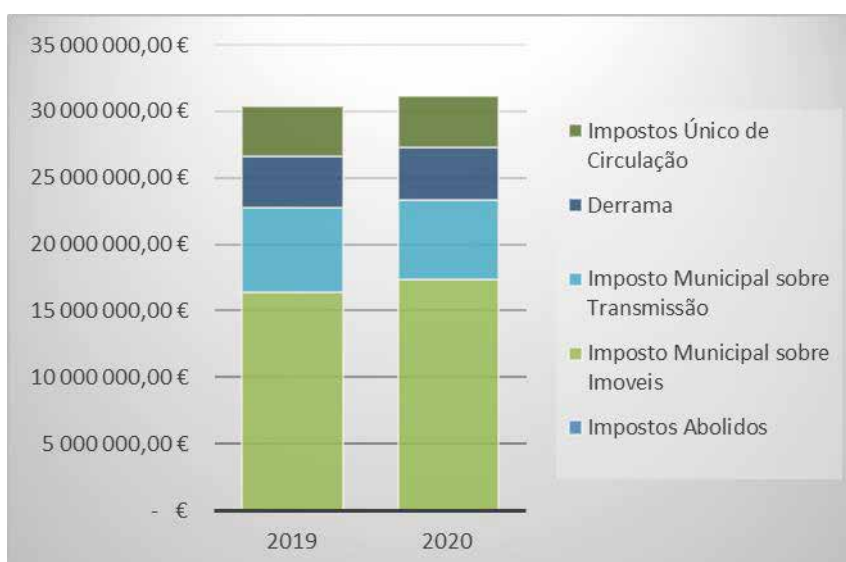
Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

Impostos Diretos

Quadro 9 - Impostos Diretos

Impostos Diretos			
	2019	2020	Δ 2020/2019
Impostos Abolidos		- €	
Imposto Municipal sobre Imoveis	16 412 468,66 €	17 372 733,49 €	5,85%
Imposto Municipal sobre Transmissão	6 327 898,94 €	5 951 323,65 €	-5,95%
Derrama	3 878 332,57 €	4 005 439,04 €	3,28%
Impostos Único de Circulação	3 713 071,26 €	3 801 843,95 €	2,39%
	30 331 771,43 €	31 131 340,13 €	2,64%

Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos



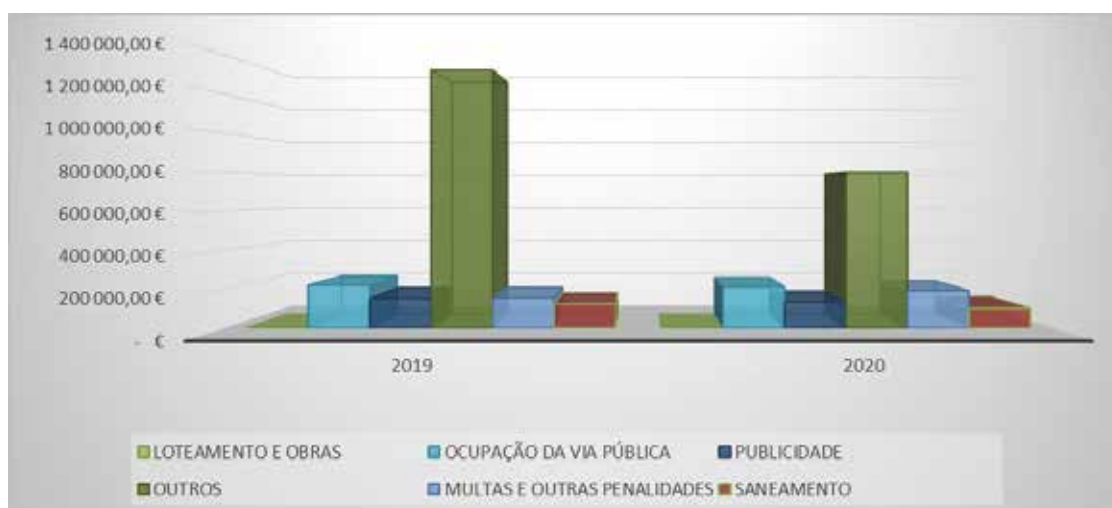
Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, Derrama e IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro 10 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades

Impostos Indiretos e Taxas Multas Outras Penalidades			
	2019	2020	Δ 2020/2019
	Execução	Execução	
Loteamento e Obras	216,00 €	72,00 €	-66,67%
Ocupação da Via Pública	220 254,44 €	211 264,59 €	-4,08%
Publicidade	151 741,29 €	132 355,86 €	-12,78%
Outros	1 323 045,09 €	800 954,85 €	-39,46%
Multas e Outras Penalidades	154 248,07 €	191 553,46 €	24,19%
Saneamento	124 154,51 €	102 246,03 €	-17,65%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	- €	52 491,81 €	-
Licença sobre o ruído	- €	242,15 €	-
Total	1 973 659,40 €	1 491 180,75 €	-24,45%

Gráfico 7 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades



Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2020, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.491.180,75€ sendo a sua componente mais representativa os “Outros”, que diz respeito essencialmente a alvarás,



taxas e licenciamentos do setor do urbanismo, e, de seguida a receita da rubrica “Ocupação da Via Pública”.

A cobrança da receita na rubrica em análise teve um decréscimo de 24,45%, face ao ano anterior, reflexo das Medidas Municipais Extraordinárias de Apoio Socioeconómico aplicadas para minimizar as consequências negativas do COVID_19.

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Quadro 11 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes					
	2019	2020		Taxa de Execução	Δ 2020/2019
	Execução	Previsão	Execução		
Venda de Bens	3 940,68 €	35 633,72 €	35 594,89 €	99,89%	803,27%
Prestação Serviços Diversos					
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	157 929,34 €	95 014,62 €	91 922,62 €	96,75%	-41,80%
Serviços Específicos das Autarquias	5 182 999,73 €	4 602 268,68 €	4 599 265,93 €	99,93%	-11,26%
Outros	28 361,17 €	10 481,75 €	10 481,75 €	100,00%	-63,04%
Sub-total	5 369 290,24 €	4 707 765,05 €	4 701 670,30 €	99,87%	-12,43%
Rendas e Alugueres	390 702,18 €	383 777,49 €	349 204,12 €	90,99%	-10,62%
Total	5 763 933,10 €	5 127 176,26 €	5 086 469,31 €	99,21%	-11,75%

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2020 fixou-se em 5.086.469,31€, menos 677,5 mil€ do que no ano anterior, que traduz uma variação negativa de 11,75%.

A rubrica Serviços Específicos das Autarquias compreende vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (2.572.977,77€), saneamento (1.261.903,91€), refeições escolares (558.069,95€), transportes escolares (6.604,42€) e outros.

Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta uma execução de 2.939.307,51€ e titulam 7,11% das Receitas Próprias do Município. Verifica-se um aumento de 3,19% do valor arrecadado em 2020 face ao ano anterior.

O quadro seguinte reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.



Quadro 12 - Rendimentos de Propriedade

	Rendimentos de Propriedade				Δ 2020/2019
	2019 Execução	2020		Taxa de Execução	
		Previsão	Execução		
Juros - Sociedades Financeira	6 269,29 €	7 423,44 €	7 422,44 €	99,99%	18,39%
Dividendos e Participações nos lucros	55 000,57 €	16 263,48 €	16 300,40 €	100,23%	-70,36%
Rendas					
Concessão da EDP	2 655 521,22 €	2 660 478,97 €	2 660 478,97 €	100,00%	0,19%
Concessão da Indáqua	88 007,96 €	88 343,19 €	88 343,19 €	100,00%	0,38%
Terrenos	4 790,60 €	11 189,35 €	23 566,23 €	210,61%	391,93%
Edifícios	- €	1,00 €	19 883,40 €		
Outros	38 723,88 €	123 312,88 €	123 312,88 €	100,00%	218,44%
Total	2 848 313,52 €	2 907 012,31 €	2 939 307,51 €	101,11%	3,19%

Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências recebidas em 2019 e 2020.

Quadro 13 - Transferências

	TRANSFERÊNCIAS		
	Execução 2019	2020	Δ 2020/2019
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Estado	20 631 435,04 €	22 911 478,60 €	11,05%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	115 672,65 €	219 792,99 €	90,01%
Serviços e Fundos Autónomos	6 696,00 €	22 320,00 €	233,33%
Resto Mundo	128 871,94 €	37 676,00 €	-70,76%
Sub-total	20 882 675,63 €	23 191 267,59 €	11,06%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
Estado	1 873 617,00 €	2 144 473,61 €	14,46%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	2 305 328,18 €	4 743 071,47 €	105,74%
Outros	- €	- €	
Sub-total	4 178 945,18 €	6 887 545,08 €	64,82%
TOTAL	25 061 620,81 €	30 078 812,67 €	20,02%

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2020 um acréscimo de 2.541.863,63€. Também as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um acréscimo de 2.550.900,17€.



Quadro 14 - Transferências – Receitas Correntes

<i>Transferências - Receitas Correntes</i>			
<i>Disposições Legais</i>	<i>Entidade Financiadora</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Transferências Efectuadas</i>
ART.º 35 N.º 3	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	12 865 633,00 €
ART.º 35 N.º 3	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	2 530 073,00 €
ART.º 35 N.º 3	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	4 629 373,00 €
ART.º 35 N.º 3	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030107	492 778,65 €
Atividades da Juventude- Intercambio Juvenis Contrato Financeiro n.º 2018-I-PT01-KA217-000007- 01 NETWORK FOR ROLE MODEDELS	MUNICIPALITY OF ATHIENOU AGENCIA NACIONAL ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO	060904 060901	13 800,00 € 1 000,00 €
DGAV- Campanha esterização cães e gatos	DGAV-DIRECÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	0603019999	885,00 €
DGEST Assistentes Operacionais	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	1 701 921,17 €
DGEST Ativ Anim Apoio Família	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	464 671,39 €
DGEST Eefeições Escolares	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	109 451,86 €
Edufeira- Inovamos para o sucesso - FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030602	96 272,46 €
Fundo Ambiental- Prog.Apoio EI.Estudos Mun.p/ Desenv.Sist. Recolha Biorresiduos	FUNDO AMBIENTAL	0603019999	5 000,00 €
I.G.F.S.S.	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030699	5 230,42 €
I.G.F.S.S.	INSTITUTO FINANCEIRO PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP	06030699	1 828,41 €
IEFP contrato	IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL, I.P.	0603019902	10 521,69 €
IFAP-FRUTA ESCOLAR	IFAP - INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS	0603019901	19 229,23 €
Lei Proteção Crianças e Jovens em Risco	COMISSAO NACIONAL PROM. DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	0603019999	67 821,90 €
Medida Apoio Social reforço Emergencia -IEFP	IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL, I.P.	0603019902	14 118,71 €
Programa Erasmus + (O MUNDO É UM PALCO)	AGENCIA NACIONAL ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO	06030699	345,70 €
Programa Erasmus + (O MUNDO É UM PALCO)	AGENCIA NACIONAL ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO	060901	22 876,00 €
Projeto LAB INDANÇA - FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	06030799	22 320,00 €
Contrato financeiro nº 2020-1-PT01-KA102-077711- projeto Europa sem Fronteiras	AGENCIA NACIONAL ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO	06030699	116 116,00 €
	Total		23 191 267,59 €

Quadro 15 - Transferências – Receitas de Capital

<i>Transferências - Recelitas Capital</i>			
<i>Disposições Legais</i>	<i>Entidade Financiadora</i>	<i>Classificação Económica</i>	<i>Transferências Efectuadas</i>
ART.º 35 N.º 3	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	010030101	1 429 515,00 €
ART.º 35 N.º 3	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	01003010501	671 769,00 €
Edufeira- Inovamos para o sucesso - FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	010030799	88 250,56 €
Empreendimentos Habitação Social	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	010030701	4 654 820,91 €
FEE-Pavilhões	FUNDO DE EFICIENCIA ENERGETICA	01003010499	43 189,61 €
	Total		6 887 545,08 €

Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art.º 4.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:



- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Na gerência de 2020 não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de curto, médio e/ou longo prazo.

IV. Análise do Orçamento da Despesa

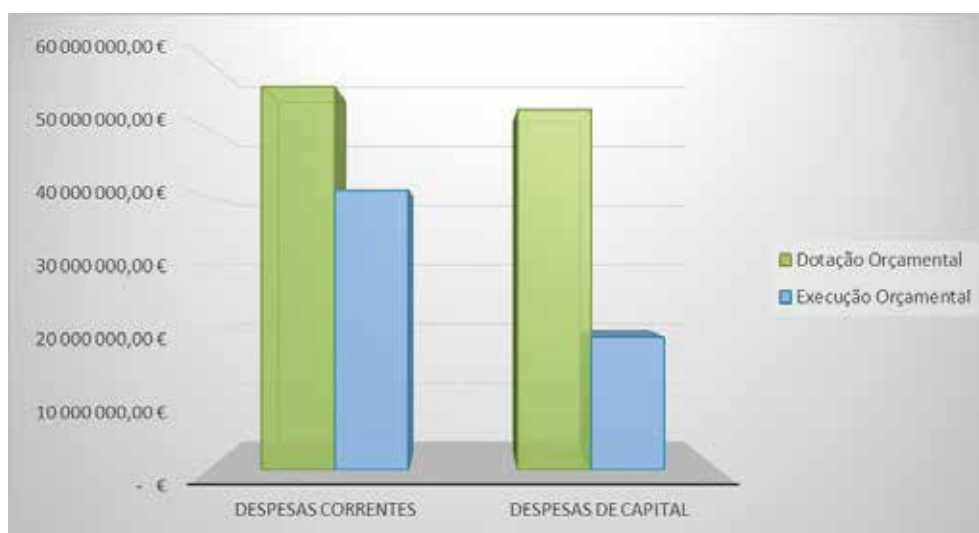
O Município manteve a política de reforço, de racionalização e de contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

No quadro e gráfico seguintes, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2020.

Quadro 16 - Estrutura Geral da Despesa

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA					
	Dotação inicial	Dotação Final	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	48 958 307,00 €	56 023 510,24 €	40 902 965,68 €	67,82%	73,01%
Despesas de Capital	22 004 706,00 €	52 661 725,91 €	19 411 559,64 €	32,18%	36,86%
Total	70 963 013,00 €	108 685 236,15 €	60 314 525,32 €	100,00%	55,49%

Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa



A despesa paga no exercício de 2020 representou uma taxa de execução de cerca de 55,49% atingindo o montante de 60,3 milhões de euros.



Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
 - Despesas com Pessoal
 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade do Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

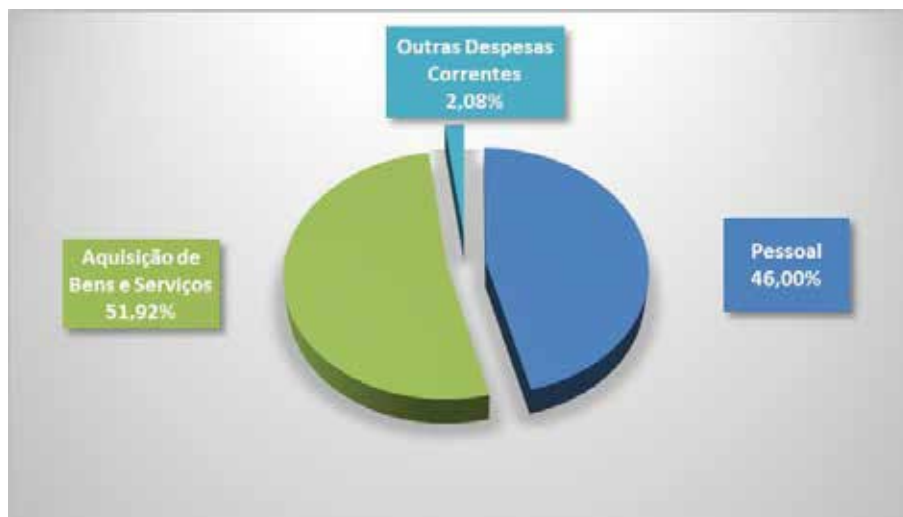
Quadro 17 - Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO								
	2019				2020			
	Despesa Realizada				Despesa Realizada			
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	15 421 419,65 €	43,21%	37,42%	25,94%	15 479 910,60 €	46,00%	37,85%	25,67%
Aquisição de Bens e Serviços	19 350 004,25 €	54,22%	46,95%	32,55%	17 474 606,05 €	51,92%	42,72%	28,97%
Outras Despesas Correntes	916 901,30 €	2,57%	2,22%	1,54%	700 212,28 €	2,08%	1,71%	1,16%
Total Desp Funcionamento	35 688 325,20 €	100,00%	86,60%	60,04%	33 654 728,93 €	100,00%	82,28%	55,80%
Total Despesas Correntes	41 211 897,08 €	86,60%	100,00%	69,33%	40 902 965,68 €	82,28%	100,00%	67,82%
Total Despesas	59 442 546,50 €	-	-	100,00%	60 314 525,32 €	-	-	100,00%

No ano de 2020 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 33.654.728,93€, verificando-se um decréscimo de 6,04% em relação ao ano anterior, diretamente relacionado com a diminuição na rubrica de aquisição de bens e serviços em 1.875.398.20€ e na rubrica de outras despesas de funcionamento de 216.689,02€.

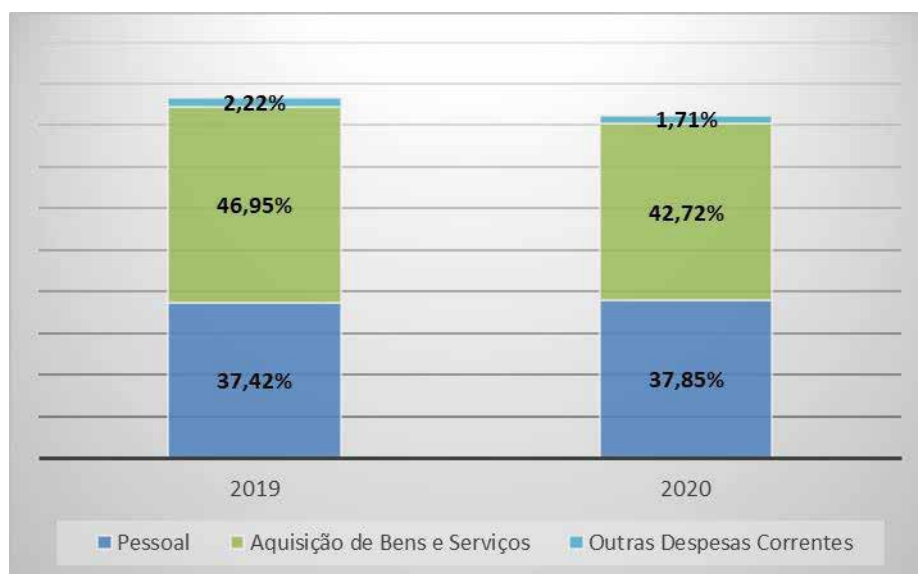
Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2020.

Gráfico 9 – Composição das Despesas de Funcionamento



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 82,28% e 55,80%, respetivamente.

Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente





Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a referente a despesas com pessoal, representando cerca de 37,85% das despesas correntes, 46,00% das despesas de funcionamento e em cerca de 25,67% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 15.479.910,60€, isto é, mais 58.490,95€ que em 2019, o que representa um acréscimo de apenas 0,38%, face ao ano anterior.



Quadro 18 - Despesa com o Pessoal

DESPESAS COM O PESSOAL	2019	2020	Varição
Remunerações membros Órgãos Autarquicos	261 918,65 €	242 641,54 €	-7,36%
Titulares de Órgão de Soberania e membros de Órgão Autárquicos	261 918,65 €	242 641,54 €	-7,36%
Remunerações do Pessoal	8 961 121,77 €	9 132 884,42 €	1,92%
Pessoal dos Quadros - Regime do Contrato Individual do Trabalho	7 585 013,53 €	7 728 681,04 €	1,89%
Pessoal contratado a Termo	610 040,74 €	546 247,14 €	-10,46%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	125 588,35 €	215 384,90 €	71,50%
Pessoal aguardando Aposentação	12 945,39 €	31,48 €	-99,76%
Pessoal em qualquer outra situação	395 499,58 €	334 773,47 €	-15,35%
Remunerações por doença e maternidade / paternidade	232 034,18 €	307 766,39 €	32,64%
Suplementos de Remuneração	2 667 001,70 €	2 635 655,44 €	-1,18%
Subsídio de Refeição	782 594,04 €	772 280,93 €	-1,32%
Subsídios de Férias e Natal	1 540 863,28 €	1 574 775,87 €	2,20%
Representação - Pessoal dirigente	114 695,22 €	114 081,62 €	-0,53%
Horas Extraordinárias	165 488,92 €	120 841,95 €	-26,98%
Ajudas de Custo	18 495,95 €	6 568,68 €	-64,49%
Abono para falhas	7 372,09 €	7 341,34 €	-0,42%
Outros suplementos e prémios	37 492,20 €	39 765,05 €	6,06%
Indemnizações por cessação de funções	- €	- €	
Prestações Sociais Diretas	74 593,32 €	42 267,79 €	-43,34%
Subsídio familiar a crianças e jovens	53 872,89 €	42 267,79 €	-21,54%
Outras prestações familiares	20 720,43 €	- €	
Outros Custos com Pessoal	918 593,02 €	806 079,74 €	-12,25%
Encargos com a saúde	771 547,50 €	672 264,58 €	-12,87%
Seguro	129 306,53 €	118 226,04 €	-8,57%
Outras pensões	17 738,99 €	15 589,12 €	-12,12%
Encargos sobre remunerações	2 538 191,19 €	2 620 381,67 €	3,24%
Contribuições para a Segurança Social	2 538 191,19 €	2 620 381,67 €	3,24%
TOTAL	15 421 419,65 €	15 479 910,60 €	0,38%

O quadro supra espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

O subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2020 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 59%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2020 representaram 49,93% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 7,7 milhões de euros.



Os encargos com a Saúde representam cerca de 4,34% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 672 mil euros.

Limites legais das despesas com pessoal

1. A Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro constituiu o valor de referência, do subsídio de refeição de 4,77€, para efeitos de tributação;
2. A Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado, alterou as percentagens das horas extraordinárias:
 - 25% do valor hora na primeira hora e de 37,5% na segunda (dias normais de trabalho);
 - 50% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.
3. Decreto Lei n.º 10-B/2020 de 20 março atualiza a base remuneratória da administração pública e o valor das remunerações base mensais da seguinte forma:
 - A remuneração base mensal dos trabalhadores que auferem uma remuneração entre 635,07€ e 683,13€ é atualizada em 10€;
 - A remuneração base mensal dos trabalhadores que auferem uma remuneração entre 683,14€ e 691,06€ é atualizada para 693,13€;
 - As remunerações base mensais superiores a 691,06€ existentes na administração pública são atualizadas em 0,3%.
4. Decreto Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus – Covid-19.
5. Durante o ano de 2020, ocorreram 12 entradas ((4 Técnicos Superiores, 1 Assistentes Técnicos e 2 Assistentes Operacionais) – através de procedimentos concursais e (2 Técnicos Superiores e 3 Assistentes Técnicos) - com recurso à mobilidade entre órgãos ou serviços. Em matéria de saídas, verificou-se uma redução de 18 trabalhadores (11 aposentações; 3 caducidades de contrato a termo/Denúncia/Rescisão mútuo acordo; 2 por mobilidade; 2 licença sem vencimento). Assim e comparativamente com o ano de 2019, cujo número de trabalhadores em 31 de dezembro era de 761, durante o ano de 2020, o MSMF viu o número total de trabalhadores diminuir em 6, (total 31/12/2020 (755) = entradas 2020 (12) – saídas 2020 (18)).

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 19 - Aquisição de Bens

euros									
AQUISIÇÃO DE BENS									
	2019			% Pago	2020			% Pago	Variação de Facturação
	Facturado	Pago	Valor a transitar		Facturado	Pago	Valor a transitar		
Matérias-primas e subsidiárias	55 186,97 €	55 186,97 €	- €	100,00%	53 136,96 €	52 982,02 €	154,94 €	99,71%	-3,71%
Gasolina	22 399,97 €	22 399,97 €	- €	100,00%	20 623,69 €	20 623,69 €	- €	100,00%	-7,93%
Gasóleo	161 788,46 €	161 788,46 €	- €	100,00%	108 623,62 €	108 623,62 €	- €	100,00%	-32,86%
Outros	64 975,25 €	63 963,53 €	1 011,72 €	98,44%	42 968,99 €	42 968,99 €	- €	100,00%	-33,87%
Limpeza e Higiene	26 523,13 €	26 523,13 €	- €	100,00%	74 955,02 €	74 867,64 €	87,38 €	99,88%	182,60%
Alimentação - Refeições confeccionada	1 599 904,34 €	1 498 941,03 €	100 963,31 €	93,69%	1 180 202,55 €	1 099 610,38 €	80 592,17 €	93,17%	-26,23%
Vestuário e artigos pessoais	11 435,88 €	11 435,88 €	- €	100,00%	384 058,00 €	383 061,70 €	996,30 €	99,74%	3258,36%
Material de escritório	49 680,73 €	49 631,53 €	49,20 €	99,90%	29 276,40 €	28 722,90 €	553,50 €	98,11%	-41,07%
Produtos químicos e farmacêuticos	2 864,08 €	2 864,08 €	- €	100,00%	7 747,12 €	7 747,12 €	- €	100,00%	170,49%
Produtos vendidos nas farmácias	37,93 €	37,93 €	- €	100,00%	- €	- €	- €	- €	- €
Material de consumo clínico	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Material de Transporte - Peças	22 908,29 €	22 908,29 €	- €	100,00%	22 961,44 €	22 961,44 €	- €	100,00%	0,23%
Material de consumo hoteleiro	5 098,99 €	5 098,99 €	- €	100,00%	8 097,16 €	8 097,16 €	- €	100,00%	58,80%
Outro material - Peças	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Prémios, condecorações e ofertas	125 318,95 €	123 706,78 €	1 612,17 €	98,71%	83 010,14 €	82 801,41 €	208,73 €	99,75%	-33,76%
Mercadorias para venda	3 079,97 €	3 079,97 €	- €	100,00%	34,06 €	34,06 €	- €	100,00%	-98,89%
Ferramentas e utensílios	21 849,65 €	21 849,65 €	- €	100,00%	21 675,91 €	21 675,91 €	- €	100,00%	-0,80%
Livros e documentação técnica	2 715,76 €	2 715,76 €	- €	100,00%	986,03 €	986,03 €	- €	100,00%	-63,69%
Artigos honoríficos e de decoração	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Material de educação, cultura e recreio	99 908,10 €	99 099,81 €	808,29 €	99,19%	76 680,32 €	77 157,09 €	- 476,77 €	100,62%	-23,25%
Outros bens	371 164,29 €	370 713,25 €	451,04 €	99,88%	318 485,67 €	317 626,82 €	858,85 €	99,73%	-14,19%
Total	2 646 840,74 €	2 541 945,01 €	104 895,73 €	96,04%	2 433 523,08 €	2 350 547,98 €	82 975,10 €	96,59%	-8,06%

Pela análise do quadro anterior pode observar-se um decréscimo no cômputo geral da aquisição de bens em 8,06%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.180.202,55€, por si só representam 48,50% do total da despesa faturada, logo seguida da rubrica Vestuário e Artigos Pessoais com um peso de 15,78%. Esta rubrica, conjuntamente com a Limpeza e Higiene tiveram um aumento significativo justificado pela pandemia COVID_19.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 20 - Aquisição de Serviços

Designação	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS								Variação faturação
	2019				2020				
	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	
Encargos de instalações	3 458 274,95 €	3 209 961,76 €	248 313,19 €	92,82%	3 054 204,33 €	2 689 102,81 €	365 101,52 €	88,05%	-11,68%
Limpeza e higiene	158 320,93 €	156 062,47 €	2 258,46 €	98,57%	158 723,27 €	157 620,09 €	1 103,18 €	99,30%	0,25%
Conservação de bens	85 855,88 €	84 552,68 €	1 303,20 €	98,48%	80 137,33 €	78 420,93 €	1 716,40 €	97,86%	-6,66%
Locação de edifícios	133 927,37 €	133 927,37 €	- €	100,00%	147 814,51 €	144 965,17 €	2 849,34 €	98,07%	10,37%
Locação de material de transporte	684 202,26 €	684 202,26 €	- €	100,00%	381 699,24 €	381 699,24 €	- €	100,00%	-44,21%
Locação de outros bens	254 643,09 €	254 056,81 €	586,28 €	99,77%	70 646,31 €	70 101,93 €	544,38 €	99,23%	-72,26%
Comunicações	161 214,87 €	155 245,19 €	5 969,68 €	96,30%	184 112,34 €	179 228,26 €	4 884,08 €	97,35%	14,20%
Transportes	1 111 766,19 €	1 111 766,19 €	- €	100,00%	838 362,71 €	799 682,93 €	38 679,78 €	95,39%	-24,59%
Representação dos serviços	5 726,59 €	5 726,59 €	- €	100,00%	2 093,49 €	2 093,49 €	- €	100,00%	-63,44%
Seguros	302 554,01 €	302 554,01 €	- €	100,00%	268 689,23 €	268 689,23 €	- €	100,00%	-11,19%
Deslocações e estadas	139 088,41 €	137 343,89 €	1 744,52 €	98,75%	31 891,34 €	32 305,16 €	- 413,82 €	101,30%	-77,07%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	200 673,96 €	200 673,96 €	- €	100,00%	321 601,71 €	321 601,71 €	- €	100,00%	60,26%
Formação	39 223,47 €	39 223,47 €	- €	100,00%	12 588,74 €	11 717,90 €	870,84 €	93,08%	-67,91%
Seminários, exposições e similares	- €	- €	- €	-	- €	- €	- €	-	-
Publicidade	95 300,68 €	93 470,03 €	1 830,65 €	98,08%	78 195,57 €	80 311,92 €	- 2 116,35 €	102,71%	-17,95%
Vigilância e segurança	424 729,05 €	389 999,47 €	34 729,58 €	91,82%	446 394,80 €	413 130,15 €	33 264,65 €	92,55%	5,10%
Assistência técnica	167 528,42 €	160 178,40 €	7 350,02 €	95,61%	168 951,92 €	160 768,34 €	8 183,58 €	95,16%	0,85%
Outros trabalhos especializados	611 035,50 €	602 097,50 €	8 938,00 €	98,54%	790 540,43 €	784 175,41 €	6 365,02 €	99,19%	29,38%
Serviços de saúde	33 954,60 €	33 954,60 €	- €	100,00%	68 125,35 €	57 371,15 €	10 754,20 €	84,21%	100,64%
Outros Serviços Especiais	- €	- €	- €	-	- €	- €	- €	-	-
Encargos de cobrança de receitas	656 635,64 €	656 635,64 €	- €	100,00%	669 437,54 €	669 437,54 €	- €	100,00%	1,95%
Outros serviços	8 904 172,53 €	8 396 426,95 €	507 745,58 €	94,30%	8 296 191,02 €	7 821 634,71 €	474 556,31 €	94,28%	-6,83%
Total	17 628 828,40 €	16 808 059,24 €	820 769,16 €	95,34%	16 070 401,18 €	15 124 058,07 €	946 343,11 €	94,11%	-8,84%

A rubrica que apresenta o maior peso face ao total “*Outros Serviços*” diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 21 – Outros Serviços.

Quadro 21 - Outros Serviços

Outros Serviços	
Descrição	Valor pago 2020
Tratamentos Águas Residuais / ADCL	2 844 048,54 €
Utilização do aterro da SULDOURO	719 914,71 €
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	2 085 351,58 €
Outros Serviços	2 172 319,88 €
Total	7 821 634,71 €



A percentagem do valor pago face ao valor faturado na aquisição de bens e na aquisição de serviços é de 96,59% e 94,11%, respetivamente, comprovando a capacidade que o Município detém em solver os seus compromissos atempadamente.

Transferências Correntes

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando uma clara preocupação no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como:

- transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar;
- transferências para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades;
- transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos;
- transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras;
- transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.



Seguidamente apresenta-se um quadro, onde está presente um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontra-se espelhado no anexo dos documentos constantes da prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

Quadro 22 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios

EVOLUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS					
	Execução		Taxa de Variação	%Desp Correntes	%Desp Total
	2019	2020			
Transferências Correntes	3 676 801,82 €	4 116 286,37 €	11,95%	10,06%	6,82%
Subsídios	1 725 000,00 €	3 039 843,00 €	76,22%	7,43%	5,04%
Total	5 401 801,82 €	7 156 129,37 €	32,48%	17,50%	11,86%
Total Despesas Correntes	41 211 897,08 €	40 902 965,68 €	-	-	67,82%
Total Despesas	59 442 546,50 €	60 314 525,32 €	-	-	100,00%

Investimento Global

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro 23 - Investimento Global

Rubricas	2019			2020			Δ %
	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	
Aquisição Bens de Capital	13 165 860,06 €	22,15%	72,22%	14 100 716,74 €	23,38%	72,64%	7%
Transferências de Capital	1 830 542,72 €	3,08%	10,04%	2 203 392,27 €	3,65%	11,35%	20%
Activos Financeiros	205 869,50 €	0,35%	1,13%	522 918,83 €	0,87%	2,69%	154%
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	0,00%	- €	0,00%	0,00%	
TOTAL	15 202 272,28 €	25,57%	83,39%	16 827 027,84 €	27,90%	86,69%	10,69%



O investimento global representa cerca de 27,90% do total da despesa realizada da autarquia e teve um incremento de cerca de 1,6 milhões de euros face ao ano anterior, que traduz uma variação de 10,69%.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 14,1 milhões de euros, que constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

As Transferências de Capital aumentaram cerca de 20% face ao ano anterior, o que reflete o reforço de apoio às Juntas de Freguesia e Instituições Sem Fins Lucrativos.

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Quadro 24 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2020

Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2020			
Código	Classificação Funcional	Realização Valor	Coef.%
1.	Funções Gerais	1 442 452,55 €	10,23%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 405 397,68 €	9,97%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	37 054,87 €	0,26%
2.	Funções Sociais	4 785 424,84 €	33,94%
2.1.	Educação	2 494 540,34 €	17,69%
2.2.	Saúde	492,00 €	0,00%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	- €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1 574 001,58 €	11,16%
2.4.1.	Habituação	690 621,16 €	4,90%
2.4.2.	Ordenamento do Território	139 677,25 €	0,99%
2.4.3.	Saneamento	454 576,05 €	3,22%
2.4.4.	Abastecimento de Água	90 639,67 €	0,64%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	198 487,45 €	1,41%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	716 390,92 €	5,08%
2.5.1.	Cultura	193 962,68 €	1,38%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	522 428,24 €	3,71%
3.	Funções Económicas	7 872 154,55 €	55,83%
3.2.	Indústria e energia	272 242,93 €	1,93%
3.2.1.	Indústria e energia	272 242,93 €	1,93%
3.3.	Transportes e Comunicações	7 599 747,76 €	53,90%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	7 599 747,76 €	53,90%
3.4.	Comércio e Turismo	163,86 €	0,00%
3.5.	Outras Funções Económicas	- €	0,00%
Total PPI		14 100 031,94 €	100,00%

nota: A rubrica Aquisição Bens de Capital atinge o montante de 14.100.716,74€ (Quadro 23 - Investimento Global), no entanto existiu uma reposição abatida aos pagamentos de 684,80€, por isso a diferença no valor total do PPI (Quadro 24 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2020)



A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções educação e os transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição, evidenciando a preocupação e o compromisso com estas áreas na atuação municipal. O valor apresentado nas Funções Gerais refletem o reforço dos apoios ao nível da Proteção Civil e Saúde, no âmbito da situação pandémica do COVID_19.

Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

Quadro 25 - Evolução do Serviço da Dívida

	2019	2020
Juros	121 770,06 €	92 107,38 €
Amortizações	3 028 377,14 €	2 584 531,80 €
Amortização de Emp.curto prazo	- €	- €
Total do Serviço da Dívida	3 150 147,20 €	2 676 639,18 €
Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida	-15,16%	-15,03%
Juros / Receita Total Cobrada	0,14%	0,08%
Juros / Despesa Total Paga	0,21%	0,15%
Juros / Despesa de Capital Paga	0,69%	0,47%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	3,56%	2,43%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	5,54%	4,44%



V. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último período.

Quadro 26 – Rácios

Receita	2019	2020
Imp.Diretos / Rec. Correntes	48,90%	48,49%
Transf.Correntes / Rec. Correntes	37,39%	36,12%
Venda Bens e Serv. / Rec. Correntes	9,29%	7,92%
Rec. Correntes / Rec. Totais	93,25%	89,76%
Rec. Capital / Rec. Totais	6,75%	10,24%

Despesa	2019	2020
Pessoal / Desp. Correntes	37,42%	37,85%
Aq.Bens e Serv. / Desp. Correntes	46,95%	42,72%
Investimentos / Desp. de Capital	52,20%	34,02%
Passivos Fin. / Desp. de Capital	16,61%	13,31%
Desp. Correntes / Desp. Total	69,33%	67,82%
Desp. Capital / Desp.Total	30,67%	32,18%
Despesas Previstas / Despesas Comprometida:	141,35%	137,06%

Rácios Financeiros	2019	2020
Pessoal / Rec. Correntes	24,86%	24,11%
Amortiz+Juros / Rec. Totais	4,74%	3,65%
Rec.Correntes / Desp.Correntes	150,51%	156,98%
Rec.Capital / Desp.Capital	24,63%	37,74%

Os rácios orçamentais registam em 2020, valores que demonstram que o Município continua a manter um controlo efetivo do seu orçamento.

As receitas correntes resultantes dos impostos diretos continuam a ser as receitas com um peso mais significativo no total das receitas correntes, 48,49% seguida das transferências correntes em 36,12%.

Ao nível das despesas, são as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços que tem o maior peso nas despesas correntes (42,72%), apesar de ter vindo a diminuir esse peso ao longo dos anos.



O equilíbrio do orçamento destes anos, constata-se pelo controlo quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

O peso das despesas correntes é sempre coberto pelas receitas correntes, o qual demonstra o rigor e a prudência nos pressupostos na elaboração do orçamento, bem como se pode aferir igualmente pela taxa de execução da receita corrente do Município.



análise do endividamento



A 3 de setembro de 2013 foi publicada a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, bem como a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

O n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, veio estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades previstas no art.º 54º, do mesmo preceituado jurídico.

Este conceito de dívida total de operações orçamentais, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo dispõe que, caso o Município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira;
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Este regime jurídico vem reforçar o conceito de que todas as entidades constituídas e participadas pelo Município relevam para efeitos de endividamento municipal, desde que, cumpridos os requisitos legais do art.º 54º.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduz um novo conceito de perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando



esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no cômputo geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total



de operações orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo sector empresarial do Estado, como é o caso das Águas Douro e Paiva, S.A., e ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A., e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54.º n.º 1 alínea c).

É igualmente excluído do perímetro a Retecork, uma vez que esta entidade não tem como objeto a prossecução das atividades e das competências do Município, conforme o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Para a gerência em apreço, exclui-se do perímetro para o apuramento da dívida total a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município - grupo municipal - no final da gerência de 2020.

Uma das grandes alterações preconizadas com a implementação do SNC-AP, é a contabilização de determinadas despesas, anteriormente consideradas como operações de tesouraria, que, passam a ser consideradas como orçamentais (exemplo: retenção IRS, CGA...), para além destas situações, a contabilização dos subsídios ao investimentos também sofreram alterações substanciais, em POCAL, eram registados numa conta de Acréscimos e Diferimentos, com a introdução do SNC-AP, se forem considerados com condição, são registados como dívida.

Decorrente da implementação do SNC-AP, existe um aumento da dívida.

Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:



Quadro 27 - Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54 n.º1)					
Adritem	19,32%	Não aplicável	2019	11 818,18 €	Releva - contas de 2019 fechadas e assinadas
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2020	160 446,08 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2020 provisórios
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	16,66%	Não aplicável	2020	245 581,78 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2020 provisórios
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2020	2 110,93 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - contas de 2020 assinadas
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,71%	Não aplicável	2020	3 796,02 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - contas de 2020 assinadas
Associação Caminhos de Fátima	7,69%	Não aplicável	2020	197,93 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - contas de 2020 assinadas
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1)					
Feira Viva, EM	100,00%	14 958,83 €	2020	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	99,52%	148 185,62 €	2020	325 290,33 €	Releva - contas de 2020 assinadas
PERM, SA	10,20%	38 468,00 €	2020	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Suldouro	15,00%	363 282,39 €	2020	2 672 999,25 €	Releva - contas de 2020 assinadas
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1)					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2019	14 227,59 €	Releva - contas de 2019 fechadas e assinadas
Outras Entidades					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável	2020	1 063,82 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º_ contas de 2020 assinadas

A informação constante decorre da remetida pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração.

Os limites máximos de dívida que o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, podia atingir no final de 2020, considerando o limite de 20% face ao limite era de 35.862.389,53€.

**Quadro 28 - Posição do grupo municipal**

Limites para 2020	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12 /2019	22 588 225,00 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	66 370 822,64 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	13 274 164,53 €
Limite máximo para 31/12/2020	35 862 389,53 €
Total dívida do grupo municipal a 31/12/2020	18 282 917,91 €
Margem face ao limite de 20%	17 579 471,62 €
Margem face ao limite total (OE - covid)	70 676 129,73 €

No início de 2020, a dívida total do grupo municipal ascendia a 22.588.255,00€ (corrigida após Prestação de contas das entidades), podendo no decurso de 2020 aumentar a sua dívida em 20%, ou seja, 13.274.164,53€, uma vez que se situava dentro dos limites impostos por lei.

O quadro supra permite concluir, que, apesar de existir uma margem para aumento da dívida, esta não foi utilizada pelo grupo municipal, resultando ainda numa diminuição da dívida em 4.305.307,09€ ou seja, -19,06%, totalizando uma dívida total de 18.282.917,91€.

Em 2020, a posição do grupo municipal face aos limites máximos permitidos e ao limite da média das receitas correntes, atinge 20,55% e 30,83%. Estas percentagens permitem ter a perceção do posicionamento do Grupo Municipal face ao normativo legal, desde a sua entrada em vigor (01/01/2014) até 2020, em que passa de uma situação em que detém mais dívida que o limite máximo para, uma situação inferior a 50% face ao mesmo limite.



Limites para 2021

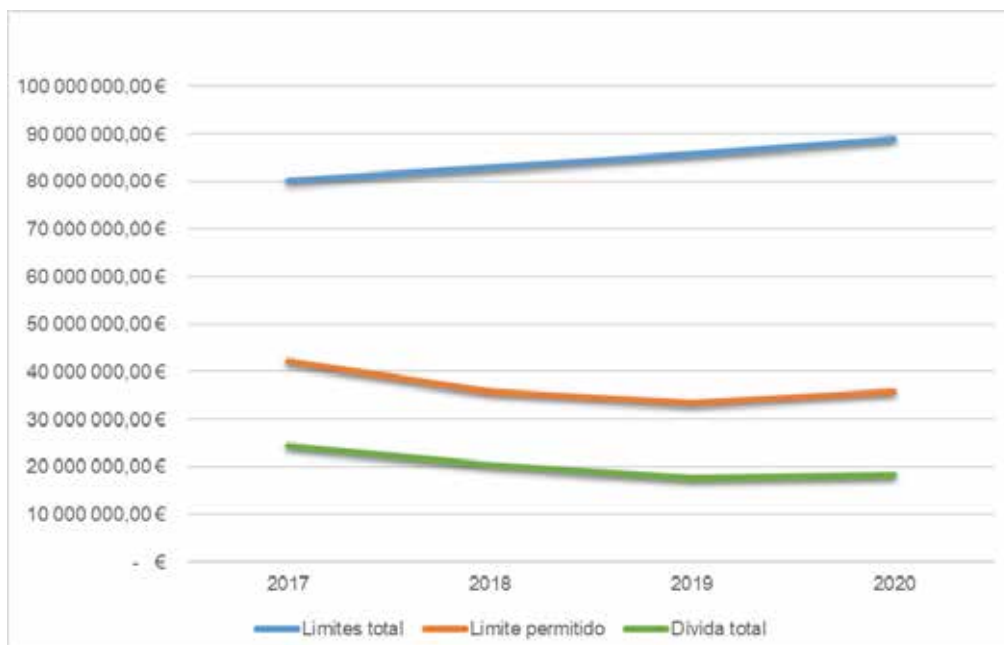
Para o ano de 2021, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, infra apresenta-se o limite máximo previsto para o ano de 2021. Alerta-se para o facto de estes limites serem provisórios uma vez que existem entidades participadas que ainda não apresentaram as suas contas assinadas, do qual poderá resultar alterações.

Quadro 29 - Limites para 2021

Limites para 2021	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12/2020	18.282.917,91 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	73.188.697,16 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	14.637.739,43 €
Limite máximo no final de 31/12/2021	32.920.657,34 €
Margem face ao limite total para 2021 (OE - covid)	73.188.697,16 €

Como se pode constatar o Grupo Municipal, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2021, em cerca de 14.637.739,43€, podendo ascender no limite máximo a 32.920.657,34€.

O gráfico abaixo permite interpretar de uma forma clara e inequívoca a posição do Município face aos limites impostos pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e o seu comportamento ao longo dos últimos quatro anos.

Gráfico 11 – Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal

Como se pode constatar pelo gráfico, os limites máximos (1,5 da receita corrente) têm crescido significativamente em resultado do aumento do valor das receitas correntes. Em sentido inverso, os limites permitidos (20% da margem) para aumentar a despesa, tem diminuído sucessivamente, em paridade com a dívida do grupo municipal. Afere-se ainda do gráfico, que em 2020, a dívida total, continua com a tendência de diminuição iniciada a alguns anos atrás, apesar da alteração introduzida pelo SNC-AP.



análise económica e financeira



I. Balanço

As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e outros acontecimentos agrupando-se em grandes agregados conforme as suas características económicas. Estas devem ser apresentadas pelo menos anualmente e o período de relato deve coincidir com o ano civil.

O Balanço, faz parte do conjunto de mapas que compõem as Demonstrações Financeiras e integram a Prestação de Contas, e que permite aferir o equilíbrio económico e financeiro de uma entidade. Este mapa faz a distinção entre o ativo corrente e o ativo não corrente e evidencia a composição do património à data em análise, bem como fornece informação objetiva, quantificável e suscetível de comparação, quer com outras entidades, quer com anos transatos.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2020, com o comparativo reportado à data 01/01/2020, como sendo o ano de 2019, reexpresso.

**Quadro 30 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético**

Descrição	2020		01/01/2020		Δ (Variação)
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	233.678.263,07 €	66,10%	230.999.450,96 €	68,35%	1,16%
Propriedades de investimento	646.995,78 €	0,18%	657.816,32 €	0,19%	-1,64%
Ativos intangíveis	21.459.364,38 €	6,07%	22.026.454,78 €	6,52%	-2,57%
Participações financeiras	4.263.819,98 €	1,21%	4.100.297,85 €	1,21%	3,99%
Outros ativos financeiros	798.724,48 €	0,23%	377.752,38 €	0,11%	111,44%
Ativo corrente					
Inventários	13.557.162,34 €	3,83%	11.833.352,40 €	3,50%	14,57%
Devedores por transferências e subsídios não	823.581,15 €	0,23%	872.700,80 €	0,26%	-5,63%
Clientes, contribuintes e utentes	1.992.583,91 €	0,56%	1.893.863,93 €	0,56%	5,21%
Outras contas a receber	24.557.339,90 €	6,95%	23.905.619,60 €	7,07%	2,73%
Diferimentos	88.748,93 €	0,03%	49.455,86 €	0,01%	79,45%
Caixa e depósitos	51.671.527,05 €	14,62%	41.263.693,99 €	12,21%	25,22%
Total Ativo	353.538.110,97 €	100%	337.980.458,87 €	100%	4,60%
Património Líquido					
Património/Capital	88.151.833,25 €	24,93%	87.911.690,98 €	26,01%	0,27%
Reservas	7.113.353,93 €	2,01%	6.426.483,44 €	1,90%	10,69%
Resultados transitados	137.839.398,45 €	38,99%	124.752.566,06 €	36,91%	10,49%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 85.203,87 €	-0,02%	39.675,91 €	-0,01%	114,75%
Outras variações no património líquido	85.176.611,63 €	24,09%	80.920.099,82 €	23,94%	5,26%
Resultado líquido do período	12.880.746,27 €	3,64%	13.737.409,75 €	4,06%	-6,24%
Total Património Líquido	331.076.739,66 €		313.708.574,14 €		5,54%
Passivo não corrente					
Provisões	1.578.135,38 €	0,45%	981.926,06 €	0,29%	60,72%
Financiamentos obtidos	11.703.519,74 €	3,31%	14.388.206,97 €	4,26%	-18,66%
Fornecedores de investimentos	- €	0,00%	24.927,06 €	0,01%	-100,00%
Outras contas a pagar	2.436.308,27 €	0,69%	2.253.327,51 €	0,67%	8,12%
Passivo corrente					
Credores por transferências e subsídios não	116.116,00 €	0,03%			
Fornecedores	1.117.841,24 €	0,32%	1.013.664,14 €	0,30%	10,28%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e ute	8.900,00 €	0,00%	266.126,00 €	0,08%	-96,66%
Estado e outros entes públicos	171.919,39 €	0,05%	206.871,95 €	0,06%	-16,90%
Financiamentos obtidos	2.764.878,60 €	0,78%	2.612.554,57 €	0,77%	5,83%
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	0,01%	18.436,20 €	0,01%	85,59%
Outras contas a pagar	2.496.735,61 €	0,71%	2.477.500,67 €	0,73%	0,78%
Diferimentos	32.801,21 €	0,01%	28.343,60 €	0,01%	15,73%
Total Passivo	22.461.371,31 €	6,35%	24.271.884,73 €		-7,46%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	353.538.110,97 €	100%	337.980.458,87 €	100%	4,60%



Numa primeira análise é possível constatar que o Ativo obteve um acréscimo de 4,60% referente a 01/01/2020, do qual resultou um montante de 353.538.110,97€. A rubrica que detém uma maior predominância no Ativo continua a ser os Ativos fixos tangíveis, que, apesar de um aumento em termos percentuais se fixar em 1,16%, é o que mais contribui para o total do Ativo, com um montante quantificado em 233.678.263,07€, que corresponde a 66,10%.

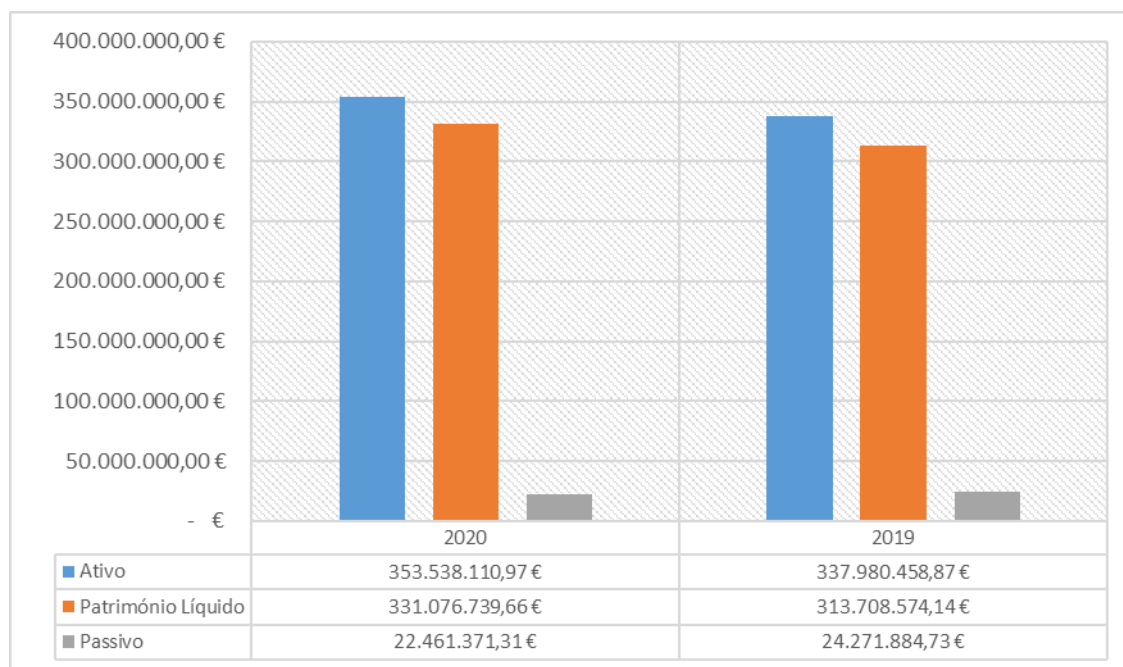
Outra rubrica, cujo peso no total do Ativo se destaca é a rubrica Caixa e depósitos que obteve um acréscimo de 25,22% totalizando o montante de 51.671.527,05€.

Os Inventários obtiveram um incremento significativo em cerca de 14,57% traduzindo-se no montante global de 13.557.162,34€.

O Passivo, obteve um comportamento em sentido inverso ao Ativo, com uma diminuição de 1.810.513,42€ que, corresponde a um decréscimo de 7,46%.

O Património Líquido registou um aumento no montante de 17.368.165,52€.

Gráfico 12 – Estrutura e Evolução da Autarquia



De seguida, procederemos a uma análise individualizada e detalhada das principais componentes que integram o balanço.

Ativo**Quadro 31 – Componentes do Balanço**

	2020	01/01/2020	Δ (variação)
Ativo não corrente	260.847.167,69 €	258.161.772,29 €	1,04%
Ativos fixos tangíveis	233.678.263,07 €	230.999.450,96 €	1,16%
Propriedades de investimento	646.995,78 €	657.816,32 €	-1,64%
Ativos intangíveis	21.459.364,38 €	22.026.454,78 €	-2,57%
Participações financeiras	4.263.819,98 €	4.100.297,85 €	3,99%
Outros ativos financeiros	798.724,48 €	377.752,38 €	111,44%
Ativo corrente	92.690.943,28 €	79.818.686,58 €	16,13%
Inventários	13.557.162,34 €	11.833.352,40 €	14,57%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	823.581,15 €	872.700,80 €	-5,63%
Clientes, contribuintes e utentes	1.992.583,91 €	1.893.863,93 €	5,21%
Outras contas a receber	24.557.339,90 €	23.905.619,60 €	2,73%
Diferimentos	88.748,93 €	49.455,86 €	79,45%
Caixa e depósitos	51.671.527,05 €	41.263.693,99 €	25,22%
Total Ativo	353.538.110,97 €	337.980.458,87 €	4,60%

Analisando em detalhe o Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2020, extrai-se que o ativo total atingiu o montante de 353.538.110,97€.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo no ativo total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

A estrutura do ativo permanece idêntica à do ano transato, com os ativos fixos tangíveis a deterem o maior peso no ativo em 66,10%, seguido da caixa e depósitos em 14,62%.

O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 4,60%.



Ativo não corrente

À semelhança do que se tem observado nos últimos anos, verifica-se que dentro das diversas componentes que compõem o Ativo, o Ativo não corrente permanece preponderante, representando 73,78% e valorizado em 260.847.167,69€.

Quadro 32 - Evolução do Ativo não corrente

	2020		01/01/2020		Δ (variação)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	79.561.321,58 €	30,50%	74.002.118,53 €	28,67%	7,51%
Terrenos e recursos naturais	51.354.695,08 €	19,69%	51.651.064,46 €	20,01%	-0,57%
Edifícios e outras construções	85.332.107,04 €	32,71%	86.615.349,48 €	33,55%	-1,48%
Equipamento básico	1.609.008,39 €	0,62%	1.562.983,98 €	0,61%	2,94%
Equipamento de transporte	1.379.165,54 €	0,53%	1.291.027,61 €	0,50%	6,83%
Equipamento administrativo	380.112,09 €	0,15%	517.988,92 €	0,20%	-26,62%
Outros ativos fixos tangíveis	375.207,71 €	0,14%	339.370,29 €	0,13%	10,56%
Investimentos em curso	13.686.645,64 €	5,25%	15.019.547,69 €	5,82%	-8,87%
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	646.995,78 €	0,25%	657.816,32 €	0,25%	-1,64%
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador e sistemas de informação	29.436,83 €	0,01%	66.583,40 €	0,03%	-55,79%
Outros ativos intangíveis	21.272.006,00 €	8,15%	21.820.629,84 €	8,45%	-2,51%
Ativos intangíveis em curso	157.921,55 €	0,06%	139.241,54 €	0,05%	13,42%
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	4.263.819,98 €	1,63%	4.100.297,85 €	1,59%	3,99%
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	798.724,48 €	0,31%	377.752,38 €	0,15%	111,44%
Total	260.847.167,69 €		258.161.772,29 €		1,04%

No Ativo Não Corrente, o predomínio recai sobre os Ativos Fixos Tangíveis, nomeadamente os Edifícios e Outras Construções que compreende o valor de 233.678.263,07€ seguido dos Ativos Fixos Intangíveis que ascendem a 21.459.364,38€.

No Ativo Fixo Tangível, são os Edifícios e Outras Construções que detêm um peso preponderante face aos outros ativos, no montante de 85.332.107,04€ seguidos dos Bens de Domínio Público, património artístico e cultural que ascende a 79.561.321,58€, com 32,71% e 30,50% € do peso no Ativo Não corrente.

No que concerne aos Bens Móveis, no decurso do ano de 2020, houve um investimento forte em equipamento informático, nomeadamente, o reforço para o parque escolar decorrente da pandemia que assola todo o Mundo. Para além disso, houve igualmente



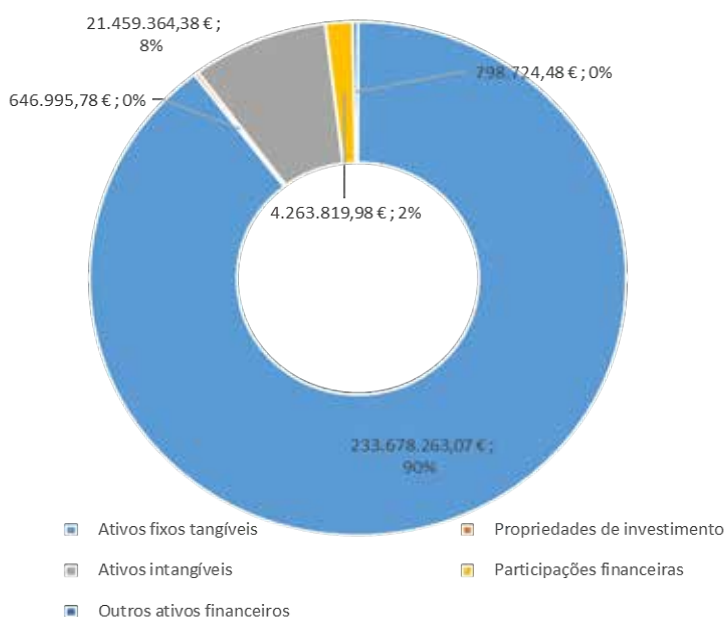
um reforço em equipamentos de transporte, do qual resultou um aumento líquido de 88.137,93€.

O total dos investimentos e ativos intangíveis em curso perfaz um total de 13.844.567,19€, que reflete as obras que ainda não tiveram o seu término, ou ainda não se obteve o auto de receção provisório.

As Participações Financeiras apresentam um aumento no valor de 163.522,13€ comparativamente ao ano transato, pela imputação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o qual determina o ajustamento dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas.

Outros Ativos Financeiros, detêm um aumento de 420.972,10€, o qual inclui o valor referente às prestações suplementares realizadas à Sociedade de Turismo, cujo processo de transformação em Empresa Municipal se encontra em curso à data de 31 de dezembro de 2020, e a retificação do valor escriturado da renda perpétua do Município.

Gráfico 13 – Estrutura do Ativo não corrente



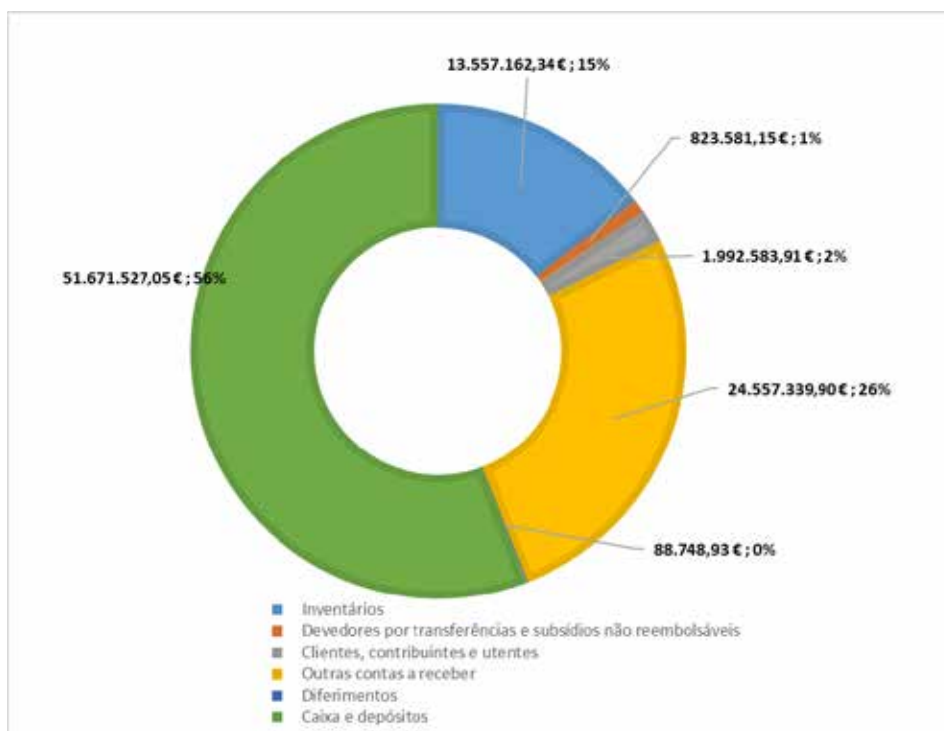
Ativo corrente

O ativo corrente, totaliza o montante de 92.690.943,28€, que representa 26,22% do ativo total, sendo constituído pelos Inventários, Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, Clientes, contribuintes e utentes, Outras contas a receber, Diferimentos e por último Caixa e depósitos.

Quadro 33 - Ativo corrente

	2020	01/01/2020	Δ (variação)	% Ativo	% Ativo Corrente
Ativo corrente	92.690.943,28 €	79.818.686,58 €	16,13%	26,22%	
Inventários	13.557.162,34 €	11.833.352,40 €	14,57%	3,83%	14,63%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	823.581,15 €	872.700,80 €	-5,63%	0,23%	0,89%
Clientes, contribuintes e utentes	1.992.583,91 €	1.893.863,93 €	5,21%	0,56%	2,15%
Outras contas a receber	24.557.339,90 €	23.905.619,60 €	2,73%	6,95%	26,49%
Diferimentos	88.748,93 €	49.455,86 €	79,45%	0,03%	0,10%
Caixa e depósitos	51.671.527,05 €	41.263.693,99 €	25,22%	14,62%	55,75%
Total Ativo	353.538.110,97 €	337.980.458,87 €	4,60%	26,22%	100,00%

Gráfico 14 – Estrutura do Ativo corrente





A parcela mais relevante no ativo corrente corresponde a Caixa e Depósitos que detém 51.671.527,05€ (55,75%) do total do ativo corrente e 14,62% do total do ativo.

As outras contas a receber totalizam no final de 2020, 24.557.339,90€ que corresponde a 26,49% sobre o ativo corrente, 6,95% sobre o total do ativo. Para além do exposto no quadro infra, estão escriturados na presente rubrica a dívida que o Estado tem para com a Autarquia relativa aos impostos arrecadados e ainda não remetidos a 31 de dezembro, bem como, pedidos de pagamento registados na conta do FEDER, também não arrecadados até 31 de dezembro. Reflete também as receitas cobradas em 2020, incluídas nas contas a receber, mas cuja transferência para o Município só ocorre em 2021.

Quadro 34 – Devedores por acréscimos de rendimentos

Contas	Devedores por acréscimos de rendimentos	Valor
27.2.0.4	IMI	18 822 328,88 €
27.2.0.9.02	Derrama	4 119 143,00 €
27.2.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
27.2.1.9.01	Refeições Escolares	60 957,72 €
27.2.1.9.02	Resíduos Sólidos Urbanos	250 297,29 €
27.2.1.9.03	DGEST	7 058,44 €
27.2.1.9.99	Outros	151 017,48 €
28.1.9.01.9.9	Gastos a reconhecer outros	7 484,55 €
Total		23 418 287,36 €

A parcela dominante nos Devedores por acréscimos de rendimentos continua a ser da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2021, mas referentes ao ano de 2020.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2021, e atualizado conforme o aprovado em Assembleia Municipal a 2 de dezembro de 2020. Para a derrama, a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2021,



uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor, adicionado o montante transferido em janeiro.

Património Líquido

O Património Líquido apresenta a 31 de dezembro de 2020, um saldo de 331.076.739,66€, tendo aumentado 17.368.165,52€, relativamente a 01 de janeiro de 2020.

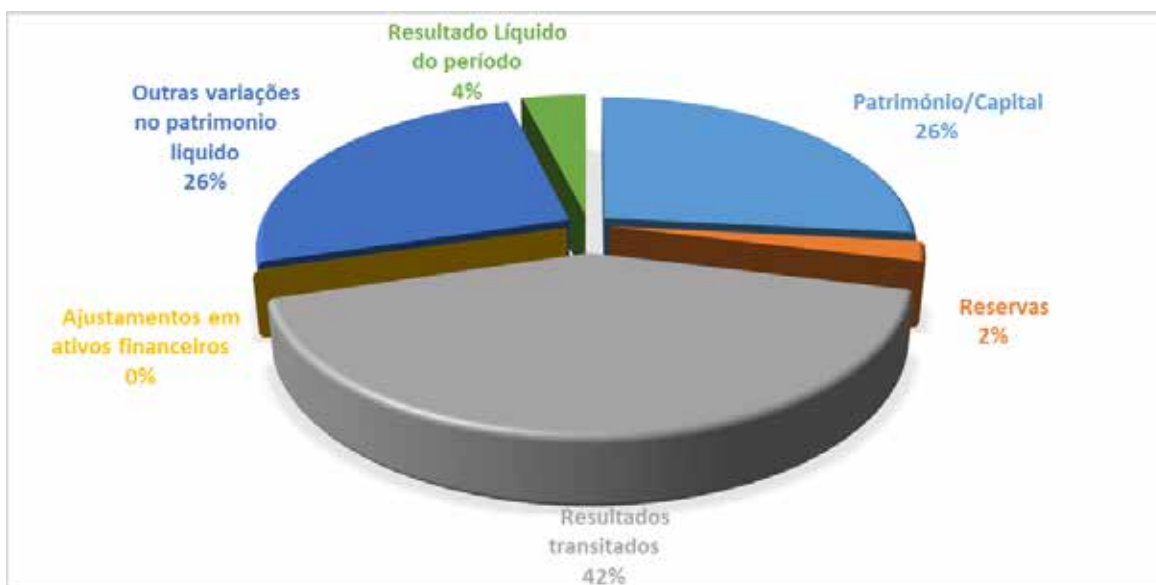
Na origem desta variação positiva está sobretudo a incorporação do Resultado Líquido em 13.737.409,75€, do qual, em resultados transitados o valor de 13.050.539,26€ e em reservas legais o valor 686.870,49€, conforme deliberação da Assembleia Municipal aquando da aprovação da Prestação de Contas de 2019, e refletido os ajustamentos que decorrem da adoção do novo normativo.

Quadro 35 - Património Líquido

	2020		01/01/2020		Δ (variação)
Património/Capital	88.151.833,25 €	26,63%	87.911.690,98 €	28,02%	0,27%
Reservas	7.113.353,93 €	2,15%	6.426.483,44 €	2,05%	10,69%
Resultados transitados	137.839.398,45 €	41,63%	124.752.566,06 €	39,77%	10,49%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 85.203,87 €	-0,03%	- 39.675,91 €	-0,01%	114,75%
Outras variações no patrimonio liquido	85.176.611,63 €	25,73%	80.920.099,82 €	25,79%	5,26%
Resultado Líquido do período	12.880.746,27 €	3,89%	13.737.409,75 €	4,38%	-6,24%
Total Património Líquido	331.076.739,66 €	100%	313.708.574,14 €	100%	5,54%

O SNC-AP veio alterar a política contabilística, nomeadamente no que refere à contabilização do Fundo de equilíbrio financeiro de capital (FEF). No normativo anterior, o FEF de Capital era contabilizado numa conta de rendimentos, com a introdução do SNC-AP passou para a classe 5 como subsídio ao investimento.

Da alteração exposta, decorre uma diminuição direta no Resultado Líquido de 1.429.515,00€. Esta alteração afeta a comparabilidade a 01 de janeiro de 2020, com impacto negativo no resultado líquido, do ano em apreço.

Gráfico 15 – Peso do Património líquido

O Património Líquido aumentou em 5,54% face a 1 de janeiro de 2020, tendo sido o aumento dos Resultados Transitados em 10,49% que mais contribuiu.

Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2020, foram identificadas situações patrimoniais, às contas do Imobilizado, que alteram a composição do património municipal e que até àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Passivo

Como se pode observar, no quadro seguinte, à data de 31 de dezembro de 2020, o passivo total atingiu o montante de 22.461.371,31€ tendo-se verificado uma diminuição no montante de 1.810.513,42€ relativamente a 01/01/2020, que corresponde a 7,46%.

**Quadro 36 - Estrutura do Passivo**

Designação	2020	01/01/2020	Δ (variação)
Passivo Não Corrente			
Provisões	1.578.135,38 €	981.926,06 €	60,72%
Financiamentos obtidos	11.703.519,74 €	14.388.206,97 €	-18,66%
Fornecedores de investimentos	- €	24.927,06 €	-100,00%
Outras contas a pagar	2.436.308,27 €	2.253.327,51 €	8,12%
Total Passivo Não Corrente	15.717.963,39 €	17.648.387,60 €	-10,94%
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não ree	116.116,00 €		100,00%
Fornecedores	1.117.841,24 €	1.013.664,14 €	10,28%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utente	8.900,00 €	266.126,00 €	-96,66%
Estado e outros entes públicos	171.919,39 €	206.871,95 €	-16,90%
Financiamentos obtidos	2.764.878,60 €	2.612.554,57 €	5,83%
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	18.436,20 €	85,59%
Outras contas a pagar	2.496.735,61 €	2.477.500,67 €	0,78%
Diferimentos	32.801,21 €	28.343,60 €	15,73%
Total Passivo Corrente	6.743.407,92 €	6.623.497,13 €	1,81%
Total Passivo	22.461.371,31 €	24.271.884,73 €	-7,46%

Para esta redução contribuíram, com grande relevância o Passivo Não Corrente com uma variação no valor de 1.930.424,21€, que corresponde a uma diminuição de 10,94% face a 01/01/2020.

O Passivo Corrente contribui com um aumento da despesa em cerca de 1,81%. Este aumento resulta essencialmente da alteração contabilística ocorrida com a implementação do SNC-AP.



Análise da Dívida Municipal

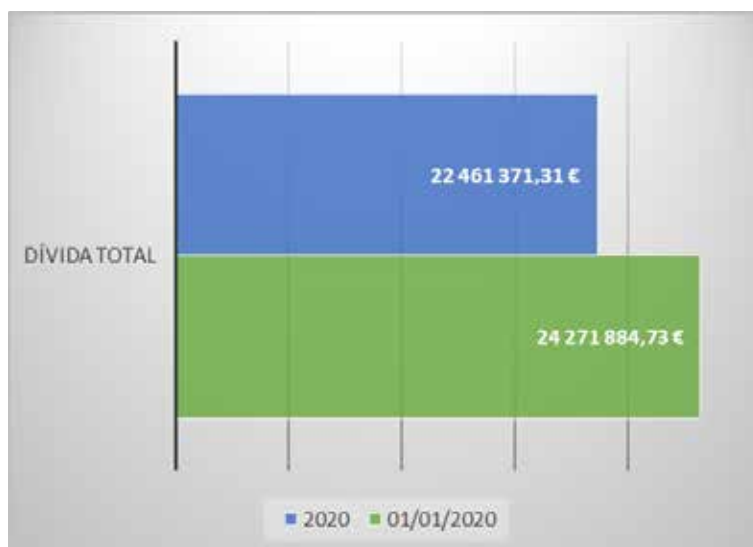
Como tem sido habitual, é dedicado um espaço próprio a uma apreciação mais pormenorizada do comportamento da dívida do Município de Santa Maria da Feira, pela razão da sua importância.

Ao contrário dos anos transatos, e devido à introdução do novo normativo, o registo contabilístico das retenções deixou de ser classificado como operações de tesouraria e passou a integrar a dívida.

Para uma análise da dívida global do Município de Santa Maria da Feira, podemos constatar pelo quadro infra, uma diminuição significativa de 1.810.513,42€, resultante maioritariamente da dívida do Passivo Não Corrente, com uma diminuição de 10,94%, em relação a 01/01/2020.

Quadro 37 - Evolução da Dívida

	2020	01/01/2020	Δ (variação)	Valores em absoluto 2020/2019
Passivo Não Corrente	15.717.963,39 €	17.648.387,60 €	-10,94%	1.930.424,21 €
Passivo Corrente	6.743.407,92 €	6.623.497,13 €	1,81%	119.910,79 €
Dívida Total	22.461.371,31 €	24.271.884,73 €	-7,46%	1.810.513,42 €

Gráfico 16 – Evolução da Dívida Global

Os níveis de endividamento, ao longo dos últimos anos, tem diminuído de uma forma sistemática e consistente, sustentados quer pelo controlo rigoroso do passivo corrente, quer pelas amortizações dos empréstimos.

As operações não orçamentais que fazem parte do passivo não corrente, na rubrica outras contas a pagar, incrementam a dívida no montante de 2.445.036,82€.

Gráfico 17 – Passivo Não Corrente / Passivo Corrente



Passivo não Corrente

O passivo não corrente, no global, diminuí no montante de 1.930.424,21€ comparativamente a 01 de janeiro de 2020, que corresponde a 10,94%.

Decorre desta evolução a finalização do FAM e a diminuição através das amortizações ordinárias dos empréstimos transitados e que totalizaram uma diminuição 2.513.701,44€.

O valor que se encontra registado em Outras Contas a Pagar refere-se às cauções quer de empreitadas, quer de bens e serviços, que não são dívida propriamente dita. São montantes retidos como garante da boa execução dos trabalhos, que será devolvido aos fornecedores, caso, o Município não tenha que acionar a garantia.

Quadro 38 – Passivo Não Corrente

Passivo não corrente	2020	01/01/2020	Δ
Provisões	1.578.135,38 €	981.926,06 €	60,72%
Financiamentos obtidos	11.703.519,74 €	14.388.206,97 €	-18,66%
Fornecedores de investimentos	- €	24.927,06 €	-100,00%
Outras contas a pagar	2.436.308,27 €	2.253.327,51 €	8,12%
Total	15.717.963,39 €	17.648.387,60 €	-10,94%

Ao longo do ano de 2020, o contributo mais significativo dos empréstimos para a diminuição da dívida de médio e longo prazo, são, nomeadamente:

- Empréstimos do BPI, cujo destino foram diversas obras, no montante de 379.393,58€, seguido do empréstimo ao SantanderTotta referente à empreitada “Despoluição das bacias afluentes do Rio Douro no concelho de Santa Maria da Feira” cuja amortização ascendeu a 221.211,54€;
- No decurso da gerência não finalizou qualquer empréstimo

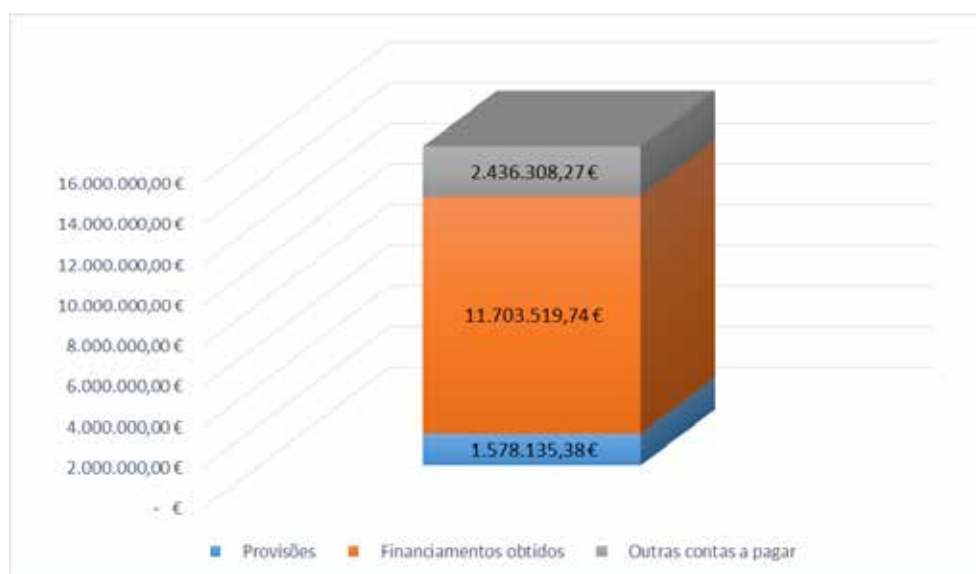
Em relação à subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação

financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os Municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

A subscrição do capital social atribuída para o Município de Santa Maria da Feira, a partir de 2019, deixou de ser no montante de 2.882.173,05€ para ser titulada em 1.852.825,50€, terminando a última prestação em 2020, com um pagamento no montante de 102.934,75€.

Para além das rubricas já mencionadas, existe ainda o contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, assinado no âmbito da operação “EEIP – Eficiência Energética na Iluminação Pública” que teve uma diminuição de acordo com o plano estabelecido, no montante de 70.830,36€.

Gráfico 18 – Natureza do Passivo Não Corrente



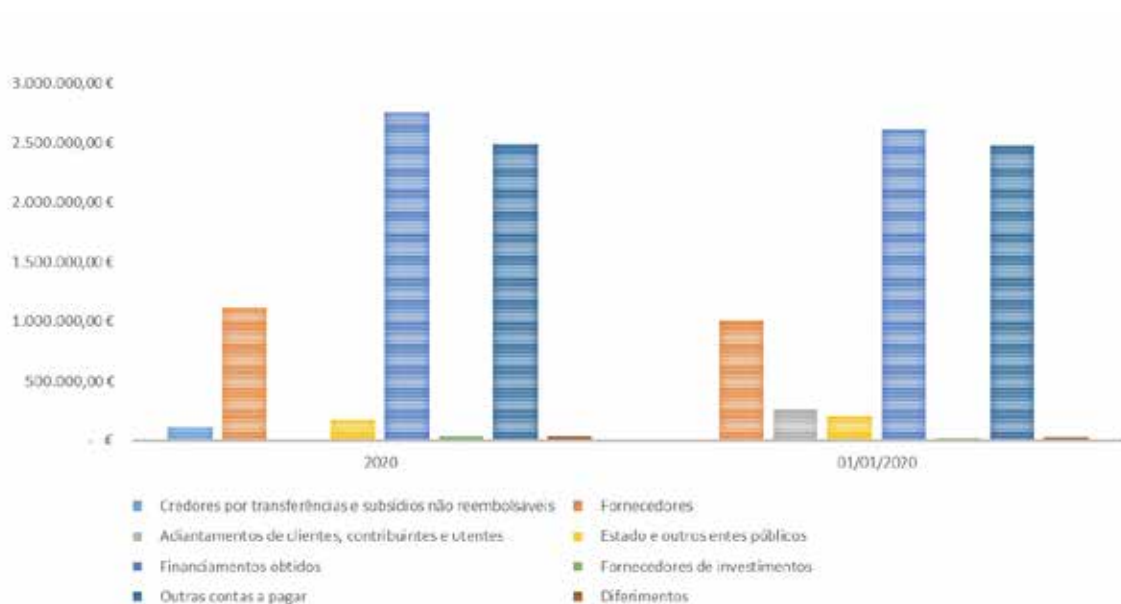
Passivo Corrente

O quadro infra pretende analisar o passivo corrente do Município, tendo em consideração que a rubrica - Outras contas a pagar incluem os acréscimos de gastos, anteriormente registados em diferimentos no valor de 2.477.242,59€, sendo que 18.633,52€, são considerados dívida efetiva à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

Quadro 39 – Passivo Corrente

Passivo corrente	2020	01/01/2020	Δ
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	116.116,00 €	- €	
Fornecedores	1.117.841,24 €	1.013.664,14 €	10,28%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utente	8.900,00 €	266.126,00 €	-96,66%
Estado e outros entes públicos	171.919,39 €	206.871,95 €	-16,90%
Financiamentos obtidos	2.764.878,60 €	2.612.554,57 €	5,83%
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	18.436,20 €	85,59%
Outras contas a pagar	2.496.735,61 €	2.477.500,67 €	0,78%
Diferimentos	32.801,21 €	28.343,60 €	15,73%
Total	6.743.407,92 €	6.623.497,13 €	1,81%

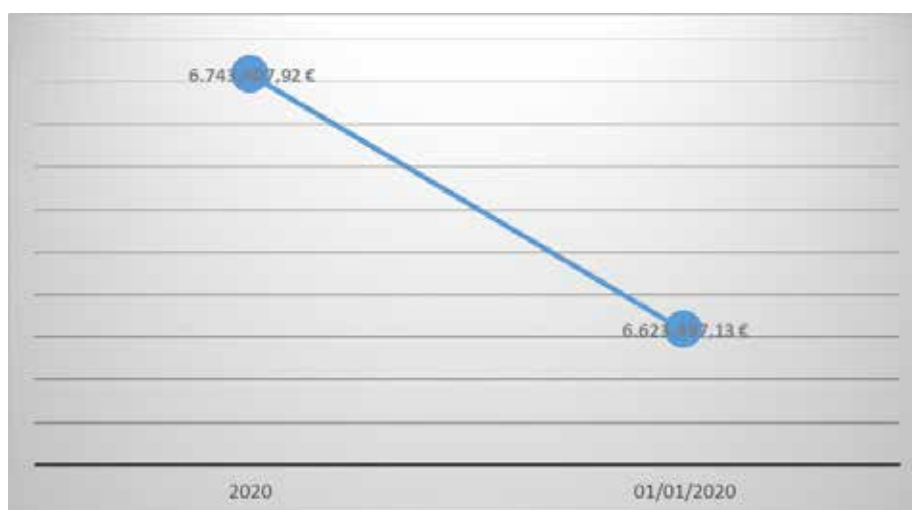
O passivo corrente teve um ligeiro aumento, consequência das alterações das políticas contabilísticas, nomeadamente o registo dos subsídios com condição e reembolsáveis que passam a ser considerados como dívida.

Gráfico 19 – Natureza do Passivo Corrente


Em termos globais, o volume da componente Passivo Corrente, teve um ligeiro aumento de 01/01/2020 para 2020, em cerca de 119.910,79€ que corresponde, a um aumento de 1,81%. Estes valores não são significativos, porquanto, e, como já referido o passivo corrente está estável, sendo que, estas oscilações referem-se, essencialmente a faturas que entraram no Município em janeiro de 2021, impossibilitando o seu pagamento ainda no decorrer de 2020.

A sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão do passivo corrente, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro dos prazos estabelecidos.

Gráfico 20 – Evolução da dívida de curto prazo



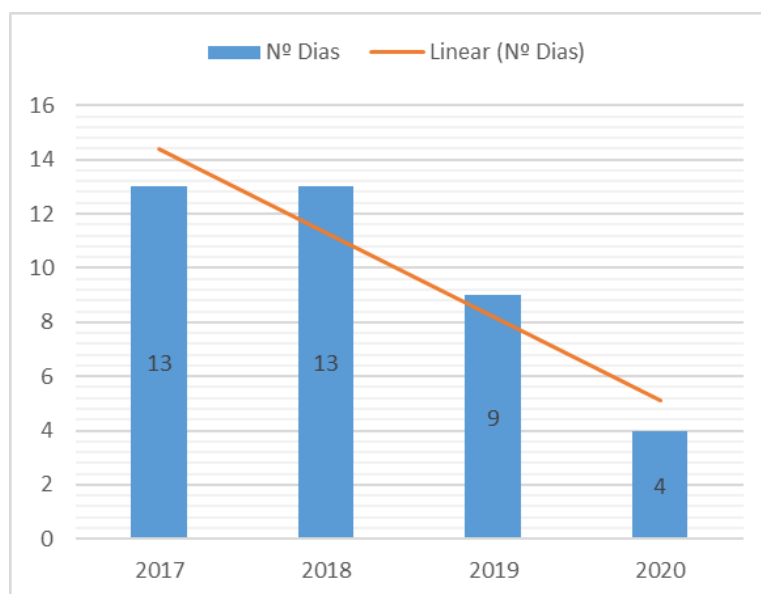
Para efeitos do cálculo do Prazo Médio de Pagamentos e de acordo com instruções da IGF, expurgamos as regularizações do imobilizado, que atualmente são consideradas, recalculando assim um prazo médio de pagamentos em 4 dias.

Apraz registar a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde de 2010, posicionando-se em 2020, com um PMP de 4 dias, prazo este que se vem mantendo desde 2016 num nível abaixo dos 30 dias. A diminuição do PMP em 2020, resulta da alteração da política adotada pelo Município, referente aos pagamentos, devido ao efeito da pandemia. Para minimizar as dificuldades dos diversos *stakeholders*, o Município instituiu o pagamento imediato das faturas após validação dos serviços, e não no mês seguinte à data das mesmas como habitualmente se procedia.

Quadro 40 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP

Anos	2017	2018	2019	2020
Nº Dias	13	13	9	4

Gráfico 21 – Evolução do prazo médio de pagamento

Em síntese, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, consistente e contínuo, o que demonstra o rigor com que se tem pautado a sua atividade, tendo em 2020, atingido o montante de 20.016.334,49€ (sem Operações de Tesouraria).

Outras contas a pagar**Quadro 41 – Credores por acréscimos de gastos**

Contas	Credores por acréscimos de gastos	Valor
27.2.2.1	Remunerações a liquidar	1 958 642,26 €
27.2.2.2	Juros a liquidar e outros gastos financeiros	16 692,78 €
27.2.2.9.09.01	Custos correntes (água, eletricidade, aquecimento)	349 745,84 €
27.2.2.9.09.99	Outros acréscimos de gastos	152 161,71 €
28.2.9.01.9	Outros Rendimentos a reconhecer	27 801,21 €
Total		2 505 043,80 €

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios temos os credores por acréscimos de gastos. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam gastos ou se processam rendimentos, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa e receita, só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos acréscimos de gastos, destaca-se as remunerações a liquidar em 2021, no montante de 1.958.642,26€, cujo gasto deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, 2020.



Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa relata os fluxos ocorridos durante o ano de 2020, classificados por atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Este mapa permite aos utilizadores avaliarem os impactos das atividades na posição financeira e a quantia da sua caixa e equivalentes de caixa, bem como, permite aferir o modo como o Município gera e usa os seus recursos financeiros.

Após análise ao quadro infra, constatamos que são os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional que gera um elevado excedente, atingindo o montante de 16.262.763,23€, enquanto que, os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento geram resultados negativos.

Tal como nos anos transatos é a atividade operacional do Município que geram rendimentos suficientes para suportar os investimentos definidos e cumprir com os encargos decorrentes do financiamento.



Quadro 42 - Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5.009.250,98 €	4.474.022,32 €
Recebimentos de contribuintes		8.901.139,09 €	32.151.182,76 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		23.099.006,08 €	20.882.675,63 €
Recebimentos de utentes		1.240.793,19 €	1.289.910,78 €
Pagamentos a fornecedores		-19.541.375,48 €	-19.350.004,25 €
Pagamentos ao pessoal		-12.717.687,54 €	-15.421.419,65 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-8.946.028,45 €	-7.232.344,54 €
Caixa gerada pelas operações		-2.954.902,13 €	16.794.023,05 €
Outros recebimentos/pagamentos		19.217.665,36 €	-267.013,51 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		16.262.763,23 €	16.527.009,54 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-12.235.941,91 €	-13.006.245,02 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-267.978,38 €	-159.615,04 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-623.194,08 €	-205.869,50 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		337.469,69 €	262.164,71 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		2.755.932,06 €	2.848.313,52 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		84,73 €	
Recebimentos - Transferências de capital		6.732.800,36 €	4.178.945,18 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3.300.827,53 €	-6.082.306,15 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações		734,59 €	
Recebimentos - Outras operações de financiamento		23.682,92 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-2.513.701,44 €	-3.028.377,14 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-64.818,71 €	-121.770,06 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-2.554.102,64 €	-3.150.147,20 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10.407.833,06 €	7.294.556,19 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		41.263.693,99 €	33.969.137,80 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		51.671.527,05 €	41.263.693,99 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		41.263.693,99 €	33.969.137,80 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		41.263.693,99 €	33.969.137,80 €
SGA De execução orçamental		38.806.438,15 €	31.715.362,99 €
SGA De operações de tesouraria		2.457.255,84 €	2.253.774,81 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		51.671.527,05 €	41.263.693,99 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		51.671.527,05 €	41.263.693,99 €
SGS De execução orçamental		49.226.490,23 €	38.806.438,15 €
SGS De operações de tesouraria		2.445.036,82 €	2.457.255,84 €



Tendo em consideração o saldo orçamental inicial de 41.263.693,99€, o saldo que transita para a gerência seguinte ascende a 51.671.527,05€. Este saldo decompõe-se em saldo de operações orçamentais com o valor de 49.226.490,23€ e em saldo de operações de tesouraria em 2.445.036,82€. De referir, que, com a entrada do SNC-AP, o conceito de operações de tesouraria teve uma grande alteração. Apenas se considera operações de tesouraria, os valores que detemos em cauções, e o que efetivamente arrecadamos para outras entidades, tais como a AMA, PSP. Deixou de ser considerado como operações de tesouraria o valor retido, tal como o IRS, sindicatos, CGA.

Constata-se que o valor da receita de capital é inferior à despesa de capital, do qual se infere que o Município libertou meios financeiros correntes para investir.

**II. Demonstração de Resultados****Quadro 43 - Demonstração de Resultados**

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (C/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)				
PERÍODO			ANO	
2020/01/01 - 2020/12/31			2020	
Referênciação das Contas	Rubricas	Notas	Datas	
			2020	2019
=70	Impostos, contribuições e taxas		34.323.869,54 €	32.895.432,86 €
=71	Vendas		2.158,68 €	
=72	Prestações de serviços e concessões		4.964.647,02 €	8.785.650,76 €
=75	Transferências e subsídios correntes obtidos		22.750.102,58 €	22.713.177,21 €
=785+7921-685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		5.940,09 €	
=74	Trabalhos para a própria entidade		2.387.779,39 €	1.748.092,90 €
=61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.937.911,66 €	-1.259.397,36 €
=62	Fornecimentos e serviços externos		-18.156.881,38 €	-19.510.221,60 €
=63	Gastos com pessoal		-15.607.950,82 €	-15.405.079,57 €
=60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos		-9.100.972,11 €	-5.396.144,62 €
=651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		21.393,60 €	
=67-763	Provisões (aumentos/reduções)		-596.209,32 €	-899.073,56 €
=6532+657+658-7623-7627-7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-55,19 €	
=78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos		6.701.183,06 €	3.649.110,57 €
=68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos		-2.382.168,78 €	-4.393.720,19 €
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		23.374.924,70 €	22.927.827,40 €
=64-761	Gastos/reversões de depreciação e amortização		-10.501.458,57 €	-8.978.306,74 €
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		12.873.466,13 €	
=782+790+791+7922+793+799	Juros e rendimentos similares obtidos		69.939,99 €	84.504,33 €
=682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e gastos similares suportados		-62.659,85 €	-296.615,24 €
	Resultado antes de impostos		12.880.746,27 €	13.737.409,75 €
	Resultado líquido do período		12.880.746,27 €	13.737.409,75 €

Um dos grandes impactos ao nível da demonstração de resultados, resulta da alteração do registo do fundo de equilíbrio financeiro de capital, que, em SNC-AP, é registado numa conta da classe 5, e vai sendo imputada a rendimentos conforme a amortização do bem que é financiado pelo FEF. Ou seja, deixa de concorrer diretamente para o resultado líquido o montante de 1.429.515,00€.

Os rendimentos globais gerados no ano de 2020 totalizaram 71.766.940,43€, enquanto, os gastos totais atingiram 58.886.194,16€, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 12.880.746,27€.

Os acréscimos mais significativos dos gastos verificam-se na rubrica transferências e subsídios correntes concedidos que ascendeu a 9.100.972,11€ e dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no valor de 1.937.911,66€.



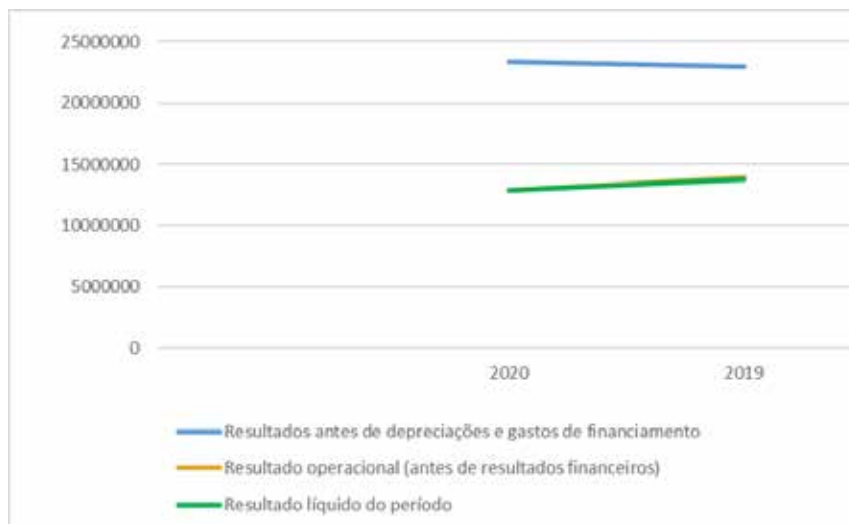
Os custos com pessoal e os encargos com as remunerações registaram um ligeiro aumento, no montante de 202.871,25€ decorrente da atualização do salário mínimo nacional.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente dos rendimentos operacionais representando cerca de 48,19% do total dos rendimentos, obtiveram um incremento de 1.428.436,68€.

A redução dos rendimentos resultantes da Prestação de Serviços onde se enquadram as atividades de cultura, desporto, entre outras, traduz o efeito da pandemia nas atividades identificadas, com um decréscimo de 3.821.003,74€.

Os fluxos financeiros apresentam um saldo negativo, de 7.280,14€, valor não significativo e resultante das taxas praticadas pelo setor financeiro, conjugado com a aplicação do MEP.

Gráfico 22 – Evolução dos Resultados



**Quadro 44 - Rácios**

Rácios/Ano	2019	2020
Receita Total per Capita	445,25 €	460,89 €
Receita Total Km2	287 340,28 €	297 438,79 €
Despesa Total Per Capita	426,69 €	569,21 €
Despesa Total por Km2	275 362,70 €	367 339,10 €
Receitas Proprias per Capita	295,35 €	294,42 €
Receitas Proprias por Km2	190 603,00 €	190 007,16 €
Fundos Municipais per capita	157,44 €	154,00 €
Fundos Municipais por Km2	101 602,30 €	99 386,64 €
Investimento por Km2	112 460,24 €	112 949,63 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	110,70 €	111,12 €
Despesas Com Pessoal por Km2	71 438,46 €	71 709,18 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	20 264,68 €	20 503,13 €
Dados de Suporte		
Nº habitantes	139 312	139 312
Km2	215,87	215,87
Receita Total	62 028 146,22 €	64 208 112,33 €
Receitas Próprias	41 145 470,59 €	41 016 844,74 €
Fundos Municipais	21 932 888,04 €	21 454 594,00 €
Investimento-compromissos assumidos	24 276 792,65 €	24 382 436,71 €
Custo com pessoal	15 421 419,65 €	15 479 861,41 €
Nº efectivos	761	755
Despesa Total	59 442 546,50 €	79 297 491,36 €



III. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 12.880.746,27€ apurado no exercício de 2020, seja aplicado da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 644.037,31€;
2. Resultados Transitados o montante de 12.236.708,96€.



Anexo às demonstrações financeiras

Nota prévia

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e surgiu da necessidade de se dispor de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, que contribua decisivamente para o rigor e transparência na gestão pública.

A implementação deste novo modelo implicou um processo de transição e a sua entrada em vigor para a Administração Local e entidades reclassificadas foi sucessivamente adiada. Mais recentemente, o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, veio determinar a aplicação deste novo referencial contabilístico às entidades pertencentes ao subsetor da administração local com efeitos ao exercício de 2020.

No entanto, dada a complexidade do processo de transição para o SNC-AP e da aplicação das respetivas normas e, levando em linha de conta a letra da lei do n.º 2 do artigo n.º 350 da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro (o Orçamento do Estado para 2021), em conjugação com o n.º 10 da resolução n.º 2/2020 de 23 de dezembro de 2020 do Tribunal de Contas, que refere que a prestação de contas relativa à gerência de 2020, possa ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019, ou seja, em POCAL e não em SNC-AP, gerou-se um clima de incerteza quanto à obrigatoriedade de adoção efetiva deste novo referencial contabilístico, quanto ao exercício de 2020.

Assim, e depois de analisada a questão com os serviços técnicos do Município, com consultores e formadores externos e com o ROC e Auditor Externo/ ROC, entendemos que face à complexidade do processo de transição, quer ao nível da contabilidade financeira, quer orçamental, quer ainda da contabilidade de gestão, revelou-se inexequível computar de forma rigorosa e integral todos os efeitos decorrentes dos ajustamentos de transição e, bem assim, efetivar em pleno a adoção do novo referencial contabilístico no presente exercício. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas.



As demonstrações financeiras e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2020 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico – SNC-AP, apesar de ainda não ter sido possível determinar de forma rigorosa e integral todos os correspondentes e necessários ajustamentos de transição, designadamente quanto à área do património, concessões e subsídios, nem garantir que os efetuados não venham a ser alvo de correções futuras. Trata-se de um processo contínuo, que se encontra em curso e que se pretende concluir com a maior brevidade possível, atendendo às dificuldades práticas que se colocam, à dimensão e ao nível de complexidade do mesmo. Também no que se refere à contabilidade de gestão, persistem ainda limitações quanto ao cumprimento de todos os requisitos previstos na NCP 27, o que prejudica a qualidade e nível de detalhe das divulgações incluídas no Relatório de Gestão/Atividades, numa perspetiva analítica.

Assim, no I capítulo iremos apresentar o balanço de abertura em SNC-AP e as divulgações efetuadas referentes ao ano de transição.

No II capítulo serão apresentadas as Notas referentes ao Anexo às Demonstrações Financeiras.

I Capítulo

SNC – AP (aplicação pela primeira vez)



A NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeira, no ponto 4.1.13 – Modelo de Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, conjuntamente com o Manual de Implementação, estabelecem critérios e um conjunto de divulgações a efetuar no ano de transição para o novo normativo.

A este respeito considerando o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 1922/2015, de 11 de setembro, com a redação do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que teve em consideração a IPSAS 33, durante o ano de 2020 todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP.

Refere ainda o n.º 2, que as entidades públicas que adotam pela primeira vez o SNC-AP, devem:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL) numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra;
- Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos

Refere ainda o n.º 3 e 4 que os ajustamentos resultantes da mudança de políticas contabilísticas devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados e as entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

Assim, para implementação do normativo atrás referenciado foi elaborado um balanço de abertura à data de transição, ou seja, a 01/01/2020 de acordo com o SNC-AP, como se pode verificar no mapa abaixo:

**BALANÇO DE ABERTURA**

RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros/Ajustamentos	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...+(9)
AT1	ATIVO	346.769.836,67 €								337.980.458,87 €
AT11	ATIVOS NÃO CORRENTES	278.203.239,73 €								258.161.772,29 €
B01	Ativos fixos tangíveis	254.369.170,96 €		-1.067.706,31 €			-8.567.820,30 €		-13.734.143,39 €	230.999.450,96 €
B02	Propriedades de investimento								657.816,32 €	657.816,32 €
B03	Ativos intangíveis	19.356.068,54 €							2.670.386,24 €	22.026.454,78 €
B04	Ativos biológicos									0,00 €
B05	Participações financeiras	4.478.040,25 €							-377.742,40 €	4.100.297,85 €
B06	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									0,00 €
B54	Clientes, contribuintes e utentes									0,00 €
B07	Acionistas/sócios/associados									0,00 €
B08	Diferimentos									0,00 €
B09	Outros ativos financeiros	9,98 €							377.742,40 €	377.752,38 €
B10	Ativos por impostos diferidos									0,00 €
B56	Outras contas a receber									0,00 €
AT12	ATIVOS CORRENTES	68.566.596,93 €								79.818.686,58 €
B11	Inventários	418.662,12 €							11.414.690,28 €	11.833.352,40 €
B12	Ativos biológicos									0,00 €
B13	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis									0,00 €
B14	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis								872.700,80 €	872.700,80 €
B15	Clientes, contribuintes e utentes	1.863.307,20 €				-205.389,91 €	235.946,63 €			1.893.863,93 €
B16	Estado e outros entes públicos	988.895,91 €								988.895,91 €
B17	Acionistas/sócios/associados									0,00 €
B18	Outras contas a receber	24.025.371,12 €					-235.946,63 €		-872.700,80 €	22.916.723,69 €
B19	Diferimentos	6.666,59 €							42.789,27 €	49.455,86 €
B20	Ativos financeiros detidos para negociação									0,00 €
B21	Outros ativos financeiros									0,00 €
B22	Ativos não correntes detidos para venda									0,00 €
B23	Caixa e depósitos	41.263.693,99 €								41.263.693,99 €
PL11	TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO + PASSIVO	-346.769.836,67 €								-337.980.458,86 €
B24	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-267.296.204,10 €								-313.708.574,13 €
B25	Património/Capital									-87.911.690,98 €
B26	Ações (quotas) próprias									0,00 €
B27	Outros instrumentos de capital próprio									0,00 €
B28	Prémios de emissão									0,00 €
B29	Reservas	-6.426.483,44 €								0,00 €
B29	Resultados transitados	-132.504.215,23 €								0,00 €
B30	Ajustamentos em ativos financeiros	39.675,91 €				205.389,91 €	8.567.820,30 €		-1.021.561,03 €	-6.426.483,44 €
B31	Excedentes de revalorização									-124.752.566,05 €
B32	Outras variações no património líquido	-26.756.080,61 €		1.067.706,31 €						39.675,91 €
B33	Resultado líquido do período	-13.737.409,75 €								-80.920.099,82 €
B34	Dividendos antecipados									-13.737.409,75 €
B35	Interesses que não controlam									0,00 €



RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	
Código / Conta	Designação									
P11	PASSIVO NÃO CORRENTE	-14.407.028,37 €								0
B36	Provisões	-981.926,06 €								-17.648.387,60 €
B37	Financiamentos obtidos	-13.348.369,42 €							-1.039.837,55 €	-981.926,06 €
B38	Fornecedores de investimentos								-24.927,06 €	-14.388.206,97 €
B39	Responsabilidades por benefícios pós-emprego									-24.927,06 €
B40	Diferimentos									0,00 €
B41	Passivos por impostos diferidos									0,00 €
B42	Outras contas a pagar	-76.732,89 €							-2.176.594,62 €	-2.253.327,51 €
P12	PASSIVO CORRENTE	-65.066.604,20 €								-6.623.497,13 €
B43	Cretores por transferências e subsídios não reembolsáveis									0,00 €
B44	Fornecedores	-1.013.664,14 €								-1.013.664,14 €
B45	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-266.126,00 €								-266.126,00 €
B46	Estrado e outros entes públicos	-206.829,90 €							-42,05 €	-206.871,95 €
B47	Acionistas/sócios/associados									0,00 €
B48	Financiamentos obtidos	-2.513.625,63 €							-98.928,94 €	-2.612.554,57 €
B49	Fornecedores de investimentos	-18.436,20 €								-18.436,20 €
B50	Outras contas a pagar	-4.826.627,65 €							2.349.126,98 €	-2.477.500,67 €
B51	Diferimentos	-56.221.294,68 €							56.192.951,08 €	-28.343,60 €

As entidades públicas sujeitas ao SNC-AP, terão de preparar um balanço de abertura relativo ao primeiro exercício da sua aplicação. Tal implica um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o POCAL, e requer um conjunto de divulgações a efetuar no ano de transição.

Nesse sentido, no primeiro período de relato que o Município de Santa Maria da Feira aplica pela primeira vez o SNC-AP, assegurou, na medida do possível, condições para a tomada das decisões necessárias para a transição as seguintes divulgações:

- 1) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;



Os ativos e os passivos referentes às Concessões devem estar devidamente refletidos como ativo fixo tangível, ao abrigo da NCP 4, e de acordo com a IFRIC 12 no concessionário.

Contudo, não foi possível garantir estes registos, uma vez que a informação disponibilizada, pelas concessionárias, não nos permitiu proceder ao registo de uma forma correta e fiável, dada a dimensão e volume da informação. Ao longo do ano de 2021 iremos proceder a todas as diligências para que os registos dos bens referentes à concessão sejam devidamente imputados e conciliados com os ativos fixos tangíveis que o Município detém registado no seu ativo.

- 2) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL) numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra;

Para cumprimento do acima exposto procedemos às seguintes reclassificações:

- a. Desreconhecimento de ativos fixos tangíveis em curso - Escola EB2/3 Fernando Pessoa, Escola Secundária Coelho e Castro em Fiães e a Escola EB2/3 de Paços de Brandão - e o seu reconhecimento em Inventários (NCP 10), no valor de 11.457.479,55€.
- b. Reclassificação de inventários para diferimentos no valor de 42.789,27€.
- c. Desreconhecimento de ativos classificados em ativos fixos tangíveis e reconhecimento em propriedades de investimento (NCP 8) – no valor líquido de 657.816,32. Nas notas às demonstrações financeiras estão identificados os bens.
- d. Reclassificação de ativos fixos tangíveis para ativos fixos intangíveis (NCP 3) - Europarque, Quinta do Castelo, Multiusos de Argoncilhe e Parque de Estacionamento das Pedreiras no valor de 2.670.386,24€.
- e. Reclassificação das transferências e subsídios de capital referentes a financiamentos para ativos depreciables que, em POCAL, estavam classificados em Acréscimo e Diferimentos, nomeadamente em Proveitos Diferidos, para Outras Variações do Património Líquido, no valor de 55.231.725,52€.
- f. Reclassificação de 872.700,80€ referente a financiamentos ao Investimento que são totalmente reembolsáveis que com o SNC-AP foi reclassificada em Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis, aumentando o valor da dívida.



- g. Desreconhecimento da unidade de saúde de Argoncilhe de ativos fixos tangíveis, e respetivas depreciações bem como do subsidio ao investimento da mesma, no valor de 1.067.706,31€.
- h. Cálculo das imparidades de clientes, utentes e contas a receber a 100% das receitas por cobrar a mais de 90 dias, no valor de 205.389,91€.

3) Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos

Procedemos aos ajustamentos das depreciações, referentes aos Edifícios e Outras Construções, quer sejam ativos fixos tangíveis, quer propriedades de investimentos, à data de 01/01/2020, conforme o preâmbulo da Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho. Estes ajustamentos consubstanciaram-se em aumentos das depreciações na maior parte dos bens (foram analisados cerca de 1690) com impacto no balanço de abertura no montante de 8.567.820,30€. Decorrente destes ajustamentos foram realizadas as correspondentes alterações aos subsídios ao investimento dos bens financiados.

Cálculo das imparidades de clientes, utentes e contas a receber a 01/01/2020, a 100% das receitas por cobrar a mais de 90 dias.

4) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido de acordo com o SNC-AP, entre a data de transição para o SNC-AP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais elaboradas segundo os normativos.



	POCAL 31/12/2019	Ajustamentos	SNC-AP 01/01/2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	377.682.720,76 €	46.412.370,04 € -	313.708.574,14 €
Património/Capital			
Balanço inicial	87.911.690,98 €		87.911.690,98 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	6.426.483,44 €		6.426.483,44 €
Resultados transitados	132.504.215,23 € -	7.751.649,17 €	124.752.566,06 €
Ajustamentos em ativos financeiros	- 39.675,91 €		- 39.675,91 €
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	26.756.080,61 €	54.164.019,21 €	80.920.099,82 €
Resultado líquido do período	- 13.737.409,75 €		- 13.737.409,75 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			

- 5) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado de acordo com o SNC-AP relativo ao mesmo período.

Não foi possível aferir

- 6) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao prepara o balanço de aberturas de acordo com o SNC-AP (divulgações que, de acordo com o ponto 9 do modelo de notas previsto na NCP 1, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para o SNC-AP).

Não aplicável

- 7) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores.

Não aplicável

II Capítulo

Anexo às Demonstrações Financeiras



Introdução

No presente capítulo apresentam-se notas de forma a facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida pelo SNC-AP.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ANEXO II.

A 31 de dezembro de 2020, os componentes da rubrica caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

Q1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Euros	
Caixa		9.927,53 €
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	- €	
Depósitos bancários à ordem	44.770.551,39 €	44.770.551,39 €
Depósitos a prazo		5.000.335,35 €
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		1.890.712,78 €
Total de caixa e depósitos		51.671.527,05 €

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos caixa e depósitos bancários apresentavam o valor de 51.671.527,05€, dos quais 49.226.490,23€ dizem respeito a operações orçamentais e 2.445.036,82€ a operações de tesouraria. A diferença entre o valor de depósitos de garantias e cauções e o valor de operações de tesouraria (NCP26) referem-se essencialmente a valores depositados noutras contas, cujo procedimento de reconciliação e verificação se encontra a decorrer, de forma a evidenciar todos os registos conforme o SNC-AP.



Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, exceto quanto aos requisitos da NCP4, em que não foi possível a sua aplicação por não existir documentação suficiente e adequada por parte das concessionárias, e com o nível de detalhe necessário para o Município poder e proceder aos correspondentes registos contabilísticos.

Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura a 01 de janeiro de 2020 de acordo com o manual de implementação do SNC-AP, como já foi identificado.

A informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão de saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP com os devidos ajustamentos. Contudo, para efeitos de apresentação e divulgação neste relatório foram utilizados os saldos a 01/01/2020, na coluna da informação comparativa, que são os valores de 2019 reexpressos.

O ponto 2.8 da NCP2 requer divulgações sobre erros materiais de períodos anteriores que exigem correção retrospectiva.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

O preâmbulo da Portaria n.º 189/2016, refere que, na transição do ano para o novo normativo contabilístico, as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventariação e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos à data da entrada do novo normativo. Para os edifícios e outras construções (Imoveis e direitos no CIBE), quer se tratem de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP.

Assim, todos os bens do ativo fixo tangível cuja data de inventariação seja posterior à data de 01/01/2020, foram depreciados conforme o classificador complementar 2 (CC2). Os restantes bens encontram-se depreciados tendo em conta as taxas previstas no CIBE. Conforme o referenciado no parágrafo anterior, aos Edifícios e Outras Construções foram realizados ajustamentos conforme o CC2. Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.



Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Foram reclassificados para esta rubrica ativos que em POCAL estavam classificados no ativo fixo e de acordo com a NCP 8, se deveriam classificar em Ativos Intangíveis.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, desde que se entenda que é exercida sobre as mesmas, influência significativa sobre as respetivas políticas financeiras e operacionais.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2, para os bens adquiridos/inventariados no ano 2020.

Para os bens do ativo fixo tangível com data de aquisição anterior a 01/01/2020, foi aplicado o preâmbulo da Portaria 189/2015, tal como anteriormente referido. Seguindo-se a vida útil constante do CC2, para os imóveis classificados em Edifícios e Outras Construções e para os restantes ativos, o CIBE.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O sistema de inventário adotado é o permanente, valorizado ao custo médio ponderado. Fazem parte do Inventário, por força da entrada do SNC-AP, as empreitadas, em que, apesar do Município ser o dono de obra para efeitos de construção estes ativos não vão



gerar benefícios económicos futuros para o Município, vão ser “restituídos” às entidades que os tutelam.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Q3.1 – Ativos intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill				66 583,40 €				
Projetos de desenvolvimento								29 436,83 €
Programas de computador e sistemas de informação	4 276 698,87 €	4 210 115,47 €		66 583,40 €	4 282 085,95 €	4 252 649,12 €		29 436,83 €
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	24 229 417,02 €	2 408 787,18 €		21 820 629,84 €	24 241 544,71 €	2 969 538,71 €		21 272 006,00 €
Ativos intangíveis em curso	139 241,54 €			139 241,54 €	157 921,55 €			157 921,55 €
Total	28 645 357,43 €	6 618 902,65 €		22 026 454,78 €	28 681 552,21 €	7 222 187,83 €		21 459 364,38 €

Após as reclassificações encontraram-se registadas neste mapa os seguintes bens:

- Edifício Multiusos 1ª e 2 fase de Argoncilhe - Contrato de comodato por 20 anos;
- Parque de Estacionamento de apoio às Pedreiras de Lourosa - Contrato de comodato;
- Requalificação da Quinta do Castelo - Contrato de comodato por 20 anos;
- Europarque – Contrato de concessão por 50 anos;
- Diversos terrenos – Contratos de comodato.

Durante o ano económico de 2020, foram realizadas as seguintes depreciações:

**Q3.2 – Ativos intangíveis – Quantia escriturada e variações do período**

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	66 583,40 €	5 387,08 €					- 42 533,65 €		29 436,83 €
Propriedade industrial e intelectual									
Outros	21 820 629,84 €	12 127,69 €					-560 751,53 €		21 272 006,00 €
Ativos intangíveis em curso	139 241,54 €	18 680,01 €					- €		157 921,55 €
Total	22 026 454,78 €	36 194,78 €	- €	- €	- €	- €	-603 285,18 €	- €	21 459 364,38 €

Q3.2A – Ativos intangíveis – Adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		5 387,08 €								5 387,08 €
Propriedade industrial e intelectual										- €
Outros		12 127,69 €								12 127,69 €
Ativos intangíveis em curso		18 680,01 €								18 680,01 €
Total		36 194,78 €								36 194,78 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos como renda de concessão, na medida em que o Município atua na qualidade de Concedente.

Abaixo identificamos os acordos de concessão, em que o Município atua na qualidade de Concedente, no âmbito da NCP4.

Como já foi referenciado não houve possibilidade de aplicar com rigor esta norma por falta de informação precisa, fiável e detalhada por parte das concessionárias – Indaqua e EDP distribuição.

Para poder efetuar os registos contabilísticos referentes às concessões, o Município necessita de informação detalhada por bem/ativo acerca do montante incluído no Ativo intangível das concessionárias. Esta análise implica uma associação rigorosa das fichas do imobilizado



cadastrado entre o existente no Município e o das concessionárias, criação de fichas por tipologia do bem/equipamento e (re)avaliação das vidas úteis, o que requer uma comunicação regular, tempestiva e rigorosa entre as partes.

Aquando do registo inicial, no âmbito do processo de transição, deverá ser movimentada a conta 43 – Ativo fixo tangível, de forma a refletir os novos bens incluídos na concessão, por contrapartida da 564 – Ajustamentos de transição, levando também em linha de conta o correspondente recálculo das depreciações, nos termos já descritos anteriormente.

Pelo exposto, fomos obrigados a derrogar a norma NCP4 no presente exercício, sendo certo que esta análise é extremamente complexa e exige uma adaptação e concertação dos procedimentos entre concessionária e concedente, tendo por base uma comunicação regular e rigorosa.

Q4.1 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamento ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Santa Maria da Feira	EDP Distribuição - Energia, SA	rede de distribuição baixa tensão	20 anos		- €	- €	- €
Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no concelho de Santa Maria da Feira; Realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimento;	Indaqua Feira Indústria Águas de Santa Maria da Feira, SA	concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	50 anos		196.767,90 €	- €	- €

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, é a seguinte:

**Q5.1 – Ativos fixos tangíveis-Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas**

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	5 737 170,81 €	- €		5 737 170,81 €	6 436 028,30 €	- €		6 436 028,30 €
Edifícios e outras construções	1 610 174,34 €	685 726,39 €		1 610 174,34 €	1 646 681,78 €	791 867,25 €		854 814,53 €
Infraestruturas	127 191 935,48 €	60 710 146,34 €		66 481 789,14 €	138 199 618,98 €	66 884 973,17 €		71 314 645,81 €
Património histórico, artístico e cultural	890 955,68 €	30 137,55 €		860 818,13 €	890 955,68 €	30 334,91 €		860 620,77 €
Equipamento militar de segurança e defesa								
Outros					105 791,30 €	10 579,13 €		95 212,17 €
Bens de domínio público em curso	12 867 736,94 €			12 867 736,94 €	11 002 528,36 €			11 002 528,36 €
	148 297 973,25 €	61 426 010,28 €		87 557 689,36 €	158 281 604,40 €	67 717 754,46 €		90 563 849,94 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	51 551 304,88 €			51 551 304,88 €	51 354 695,08 €			51 354 695,08 €
Edifícios e outras construções	120 837 804,72 €	34 122 695,66 €		86 715 109,06 €	121 882 805,52 €	36 550 698,48 €		85 332 107,04 €
Equipamento básico	8 326 923,03 €	6 763 939,05 €		1 562 983,98 €	8 756 054,73 €	7 147 046,34 €		1 609 008,39 €
Equipamento de transporte	4 285 018,18 €	2 993 990,57 €		1 291 027,61 €	4 260 387,18 €	2 881 221,64 €		1 379 165,54 €
Equipamento administrativo	6 877 543,69 €	6 359 554,77 €		517 988,92 €	6 932 564,52 €	6 552 452,43 €		380 112,09 €
Equipamentos biológicos								
Outros	2 339 717,46 €	2 000 347,17 €		339 370,29 €	2 418 899,46 €	2 043 691,75 €		375 207,71 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 151 810,75 €			2 151 810,75 €	2 684 117,28 €			2 684 117,28 €
	196 370 122,71 €	52 240 527,22 €		144 129 595,49 €	198 289 523,77 €	55 175 110,64 €		143 114 413,13 €
Total	344 668 095,96 €	113 666 537,50 €		231 687 284,85 €	356 571 128,17 €	122 892 865,10 €		233 678 263,07 €

Durante o ano 2020, foram realizados os seguintes movimentos:



Q5.2 – Ativos fixos tangíveis-Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	5 737 170,81 €	696 047,49 €							6 433 218,30 €
Edifícios e outras construções	1 610 174,34 €	36 507,44 €					- 106 140,86 €		1 540 540,92 €
Infraestruturas	66 481 789,14 €	11 010 493,50 €					- 6 174 826,83 €		71 317 455,81 €
Património histórico, artístico e cultural	860 818,13 €						- 197,36 €		860 620,77 €
Equipamento militar de segurança e defesa									
Outros		105 791,30 €					- 10 579,13 €		95 212,17 €
Bens de domínio público em curso	12 867 736,94 €	6 492 686,90 €						- 8 357 895,48 €	11 002 528,36 €
	87 557 689,36 €	18 341 526,63 €					- 6 291 744,18 €	- 8 357 895,48 €	91 249 576,33 €
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	51 551 304,88 €	71 568,77 €						- 367 938,15 €	51 254 935,50 €
Edifícios e outras construções	86 715 109,06 €	2 338 762,66 €					- 2 527 000,56 €	- 1 194 002,28 €	85 332 868,88 €
Equipamento básico	1 562 983,98 €	452 743,62 €					- 406 717,37 €	- 23 611,92 €	1 585 398,31 €
Equipamento de transporte	1 291 027,61 €	406 884,89 €					- 318 746,96 €	- 431 515,89 €	947 649,65 €
Equipamento administrativo	517 988,92 €	96 607,82 €					- 234 484,65 €	- 41 586,99 €	338 525,10 €
Equipamentos biológicos									
Outros	339 370,29 €	144 623,37 €					- 108 659,13 €	- 65 441,37 €	309 893,16 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 151 810,75 €	3 906 529,76 €						- 3 374 223,23 €	2 684 117,28 €
	144 129 595,49 €	7 417 720,89 €					- 3 595 608,67 €	- 5 498 319,83 €	142 453 387,88 €
Total	231 687 284,85 €	25 759 247,52 €					- 9 887 352,85 €	- 13 856 215,31 €	233 702 964,21 €

Q5.2A – Ativos fixos tangíveis-Adições

Rubricas	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais		526 533,91 €				169 513,58 €						696 047,49 €
Edifícios e outras construções		36 507,44 €										36 507,44 €
Infraestruturas		11 010 493,50 €										11 010 493,50 €
Património histórico, artístico e cultural												
Equipamento militar de segurança e defesa												
Outros		105 791,30 €										105 791,30 €
Bens de domínio público em curso		6 492 686,90 €										6 492 686,90 €
		18 172 013,05 €										18 172 013,05 €
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Património histórico, artístico e cultural												
Ativos fixos em concessão em curso												
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais		71 568,77 €										71 568,77 €
Edifícios e outras construções		2 338 762,66 €										2 338 762,66 €
Equipamento básico		422 406,87 €				30 336,75 €						452 743,62 €
Equipamento de transporte		406 884,89 €										406 884,89 €
Equipamento administrativo		96 607,82 €										96 607,82 €
Equipamentos biológicos												- €
Outros		144 623,37 €										144 623,37 €
Ativos fixos tangíveis em curso		3 906 529,76 €										3 906 529,76 €
		7 387 384,14 €										7 387 384,14 €
Total		25 559 397,19 €										25 559 397,19 €



O ano de 2020 pautou-se por um grande investimento a diversos níveis.

No âmbito de terrenos foram realizadas aquisições para reforço do espaço do Castro Romariz, ampliação de espaços verdes e arruamentos.

No que concerne a Infraestruturas, foram concluídas as empreitadas e inventariadas, referentes à Eficiência Energética fases II e III, Pavimentações de arruamentos de diversas fases, a Requalificação Urbana de Fiães I, II, III fases, entre outras.

Foi realizado um grande investimento no equipamento informático para os serviços internos que ascendeu a 63.590,10€, de topografia a 51.795,55€, material educativo de 207.122,90€ (incluídos os equipamentos informáticos cedidos para as crianças decorrentes da pandemia), apetrechamento de equipamento para as cantinas escolares de 53.900,25€ e equipamento de segurança no montante de 90.214,76€.

No que se refere a Edifícios e Outras Construções, foram concluídos e inventariadas, seis empreendimentos de habitação social que foram alvo de reabilitação, os Edifícios Escolares foram alvo de pequenas intervenções que totalizaram 498.983,16€, os complexos desportivos totalizaram um investimento de 286.818,17€.

Uma vez que o parque de viaturas se encontrava obsoleto, foi investido o montante de 406.884,80€.



Q5.2B – Ativos fixos tangíveis-Diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Equipamento militar de segurança e defesa						
Outros						
Bens de domínio público em curso					8 357 895,48 €	8 357 895,48 €
					8 357 895,48 €	8 357 895,48 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	283 142,51 €				84 795,64 €	367 938,15 €
Edifícios e outras construções	1 194 002,28 €					1 194 002,28 €
Equipamento básico	140,88 €				23 471,04 €	23 611,92 €
Equipamento de transporte					431 515,89 €	431 515,89 €
Equipamento administrativo	894,06 €				40 692,93 €	41 586,99 €
Equipamentos biológicos						
Outros					65 441,37 €	65 441,37 €
Ativos fixos tangíveis em curso					3 374 223,23 €	3 374 223,23 €
	1 478 179,73 €				4 020 140,10 €	5 498 319,83 €
Total	1 478 179,73 €				12 378 035,58 €	13 856 215,31 €

Nas diminuições foram alvo de registo, a anulação da Unidade de Saúde de Argoncilhe que já tinha sido restituída à ARSN, mas ainda constava dos nossos registos, transferidos para Inventários conforme a NCP 10 todos as empreitadas em que o Município é dono da empreitada, através de delegação de competências, e que no final terá que restituir às entidades competentes, como é o caso da Escola Secundária Coelho e Castro de Fiães, da EB 2/3 Paços de Brandão e da EB 2/3 Fernando Pessoa. Para além do exposto, foram transferidas empreitadas que finalizaram de ativos em curso para ativos tangíveis.

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação operacional.



Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Q8.2 – Propriedades de investimento-Modelo do custo

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais	318.325,47 €								318.325,47 €			
Edifícios e outras construções	339.490,85 €			- 10.820,54 €					328.670,31 €			
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimentos em curso												
Total	657.816,32 €			- 10.820,54 €					646.995,78 €			

Foram reclassificados de acordo com a NCP 8, para esta conta os seguintes bens:

- Casa dos Magistrados 1, 2, 3 e 4, infraestrutura que se encontra no Largo Gaspar Moreira, terrenos que se encontram na Bolsa de Terras, arrendamento rural, entre outras.

Nota 9 – Imparidade de ativos

Neste mapa procedemos ao registo das perdas por imparidades, reversões realizadas ao longo do ano de 2020.

**Q9.1 – Imparidade de ativos**

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, Contribuintes e utentes	2.050.719,66 €	340.051,41 €	2.390.771,07 €
Devedores Diversos	771.250,07 €	517.891,11 €	253.358,96 €
Total	2.821.969,73 €	177.839,70 €	2.644.130,03 €

Para o cálculo das imparidades foram consideradas as dívidas em atraso ao Município, a mais de 90 dias, e consideradas como imparidade o valor escriturado a 100%. Reverteu-se a imparidade criada em anos anteriores referente à Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, em virtude do ocorrido em dezembro de 2020, ou seja, da transformação da mesma em E.M. A imparidade criada devido ao potencial de não existir o pagamento deixou de ocorrer, quer por se tratar de uma empresa Municipal, controlada a 99.52% pelo Município, quer pelos procedimentos realizados para o pagamento da dívida.

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

**Q10.1 - Inventários**

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Mercadorias - edificios escolares			
Requalificação Escola Coelho e Castro - Fiães	3.194.726,09 €		3.194.726,09 €
Requalificação e ampliação EB 2/3 de Paços de Brandão	3.563.606,39 €		3.563.606,39 €
Construção EB 2/3 Santa Maria da Feira da Feira e Pavilhão	6.417.118,92 €		6.417.118,92 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	381.710,94 €		381.710,94 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	13.557.162,34 €		13.557.162,34 €

Tal como já referido em pontos anteriores, foram registados em Inventários as empreitadas que acima encontram-se identificadas, uma vez que de acordo com a NCP 5 não se enquadram no âmbito da definição de ativo fixo tangível.

No quadro infra podemos verificar os movimentos ocorridos durante o exercício de 2020, referente aos consumos relacionados essencialmente com as matérias primas, subsidiárias e de consumo.

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	12,84 €	28,29 €	41,13 €						- 0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	375 860,01 €	1 946 012,26 €	1 937 870,53 €				2 290,80 €		381 710,94 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	375 872,85 €	1 946 040,55 €	1 937 911,66 €				2 290,80 €		381 710,94 €

**Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação**

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Q13.1 – Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	1 517 582,30 €		361 266,42 €	426 390,17 €	
Vendas					
Água					
Produtos acabados e intermédios	447,48 €				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 711,20 €		10 740,00 €	10 740,00 €	
Outros					
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	2 579 654,67 €		603 746,11 €	730 576,67 €	
Trabalhos por conta de particulares	47 560,20 €		24 240,69 €	24 240,69 €	
Cemitérios	12 667,77 €				
Mercados e feiras	2 917,04 €		53,22 €	53,22 €	
Refeições escolares	479 995,44 €		611 597,78 €	639 505,36 €	
Serviços recreativos	95 168,96 €				
Vistorias e ensaios					
Aluguer de espaços	3 500,00 €				
Outros			802 210,13 €	692 909,29 €	
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis	32 119,00 €				
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	2 658 112,07 €		666 803,65 €	664 436,75 €	
Indaqua	88 343,19 €				
Outras	10 666,67 €		103 432,13 €	61 521,26 €	
Rendas de edifícios e outras construções	339 240,71 €		572 442,23 €	604 546,25 €	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos					
Ganhos em Inventários	137 920,72 €				
Ganhos em Entidades Participadas	67 727,93 €				
Outros					
TOTAL	8 075 335,35 €		3 756 532,36 €	3 854 919,66 €	



Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Q14.1 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Aditamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	26.843.373,32 €				
Impostos indiretos	5.934.463,21 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	29.143,43 €				
Multas e outras penalidade	158.353,32 €		3.233,07 €	3.250,29 €	
Transferências sem condição	22.750.102,58 €	1.926.166,00 €	556.631,24 €	52.858,11 €	
Transferências com condição					116.116,00 €
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		239.028,19 €			
Outros			1.780,86 €	1.780,86 €	
Total	55.715.435,86 €	2.165.194,19 €	561.645,17 €	57.889,26 €	116.116,00 €



Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Santa Maria da Feira, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 1.578.135,38€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para outros processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Santa Maria da Feira, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Q15.1 – Provisões

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	981.926,06 €	746.225,76 €			746.225,76 €			150.016,44 €	150.016,44 €	1.578.135,38 €
Total	981.926,06 €	746.225,76 €			746.225,76 €			150.016,44 €	150.016,44 €	1.578.135,38 €

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

A 23 de fevereiro de 2021 foi formalmente concretizado o processo de transformação da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira S.A. em Empresa Municipal, com o registo na conservatória, por força da alteração da composição do capital social, decorrente da deliberação da redução de capital.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Santa Maria da Feira nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

**Q20.1 – Listagem de entidades controladas**

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	E.M.	Ed. Administrativo - Rua Interior ao Europarque - Apartado 160 4520-153 Sª Maria Feira	564 488,43 €	564 488,43 €	100%		100,00%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M.	E.M.*	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	125 000,00 €	124 400,00 €	99,52%		99,52%

* formalizada a 23 de fevereiro de 2021

Q20.2 – Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	Entidade Controlada	Subsidio á exploração	2 836 633,00 €		- €
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	Entidade Controlada	Cobertura de prejuizos	203 210,00 €		- €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M.	Entidade Controlada	Prestações Suplementares	419 984,08 €		- €

Nota 23 – Outras divulgações

O Município de Santa Maria da Feira, tem consciência da importância dos procedimentos ainda a realizar no âmbito da implementação, validação dos ajustamentos de transição para o SNC-AP, de forma a garantir a integralidade e rigor do processo.

Deste modo, continuará a exercer todos os esforços tendo sempre consciência da complexidade e dimensão das operações a realizar.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

ANEXOS

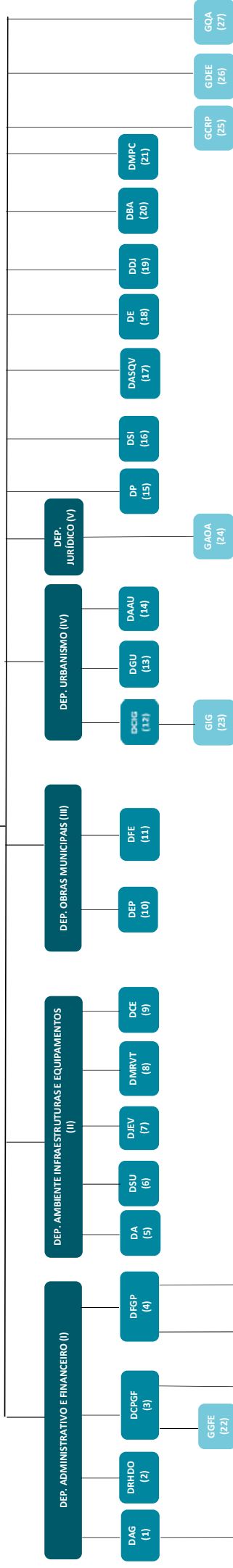


MODELO 8.2 - Caraterização da entidade (AL)

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Município Santa Maria da Feira		
NIPC	501 157 280		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	4520 174		
Telefone / Fax	256 370 800		
Endereço de correio eletrónico	santamariadafeira@cm-feira.pt		
Sítio na internet	www.cm-feira.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não x	
Organograma	anexo		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não	
Serviços Municipalizados		x	
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante		
Serviços Intermunicipalizados			
Entidades Intermunicipais			
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses		x	
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria		x	
GAMP - Grande Área Metropolitana Porto		x	
Entidades Associativas Municipais			
Empresas Locais			
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.	x		
Sociedade Turismo Santa Maria da Feira, EM	x		
Empresas Participadas			
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolita do Porto		x	
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A		x	
PERM, SA		x	
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA		x	
Águas do Douro e Paiva, S.A.			
Cooperativas			
Fundações			
Fundação Terras Santa Maria		x	
Entidades de outra natureza			
Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	x		
Retecork		x	
Turismo do Porto e Norte de Portugal		x	
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular		x	
ACF-Associação de Caminhos de Fátima		x	
ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Reg. Integrado das Terras de Santa Maria		x	
FAM - Fundo de Apoio Municipal		x	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
O Município de Santa Maria da Feira tem por missão planear, organizar e executar as políticas municipais nos domínios urbanístico e do espaço público, da intervenção social e comunitária, da educação, ambiente, cultura e desporto, prestando serviços aos cidadãos. Nesse sentido, cabe-lhe promover o desenvolvimento do município em todas as áreas da vida, como a saúde, a educação, a ação social e habitação, o ambiente e saneamento básico, o ordenamento do território e urbanismo, os transportes e comunicações, o abastecimento público, o desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil.			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Emídio Ferreira de Sousa			
Cristina Manuela Cardoso Tenreiro			
Helena Maria Sá Portela			
Vitor Carlos Latourrette Marques			
António Gil Alves Ferreira			
António Milton Topa Gomes			
António Ferreira Bastos			
Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira			
Lia Andreia Cristóvão Ferreira			
Délio Manuel Ferreira Carquejo			
Bruno Miguel Sousa Mota			
5.2 NÚMERO DE VEREADORES (1)			
Em regime de permanência.....	6		
A meio tempo.....	0		
Restantes vereadores.....	5		
5.3 NÚMERO DE ELEITORES			
Até 10.000.....			
Mais de 10.000 e menos de 40.000.....			



	Mais de 10.000 e menos de 40.000.....		
	Igual ou superior a 40.000.....	x	
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	Referencial Contabilístico: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e ainda foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.		
	Sistema Informático: Aplicação SNC-AP da empresa Medidata		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora		
	Data da ação		
	Período abrangido		
	Identificação da ação		
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	21/09/2015	
	Regulamentos (todos publicados no sítio do Município internet)		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	24/08/2020	
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	30/11/2015	
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	30/03/2020	04/04/2020
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
	Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.		
	Sociedade Turismo Santa Maria da Feira, EM		
	Energaia-Agencia de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto		
	Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A		
	PERM, SA		
	ADCL-Aguas do Centro Litoral, SA		
	Aguas do Douro e Paiva, S.A.		
	GAMP - Grande Área Metropolitana Porto		
	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses		
	AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria		
	ADRITEM		
	Retecork		
	Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira		
	Turismo do Porto e Norte de Portugal		
	Fundação Terras Santa Maria		
	Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular		
	ACF-Associação de Caminhos de Fátima		
	FAM - Fundo Apoio Municipal		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Sim	Não
	(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		x
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		x
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	Sim	Não
	(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	x	
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	x	
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		x
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		755
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Fim do exercício	Início do exercício
		9 dias	3 dias
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
		x	
	- Concessionário: EDP Distribuição - Energia, SA		
	- Objeto da concessão: Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Santa Maria da Feira		
	- Data de celebração do contrato: 30/06/2001		
	- Período da concessão: 20 anos		
	- Natureza da concessão: ao abrigo do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação atual		
	- Concessionário: Indaqua Feira Indústria Águas de Santa Maria da Feira, SA		
	- Objeto da concessão: Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no concelho de Santa Maria da Feira; Realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimento;		
	- Data de celebração do contrato: 03/12/1999		
	- Período da concessão: 50 anos		
	- Natureza da concessão: concurso público internacional		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
			x



Legenda

- Unidade Orgânica Nuclear (UN) - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermediária de 1.º Grau (director de departamento)
- Unidade Orgânica Flexível (UOF) - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermediária de 2.º Grau (Chefe de Divisão)
- Unidade Orgânica Flexível (UOF) - Liderada por um Coordenador Técnico
- Serviço enquadrado por legislação específica não subordinada ao RJSAL

- (22) GGFE - Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos
- (23) GIG - Gabinete de Informação Geográfica
- (24) GAOA - Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos
- (25) GCRP - Gabinete de Comunicação e Relações Públicas
- (26) GDEE - Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial
- (27) GOA - Gabinete de Qualidade e Auditoria

Subunidades Orgânicas

- (1) EG - Expediente Geral
- (2) EOP - Empreitadas e Obras Públicas
- (3) GP - Gestão Patrimonial
- (4) Tes. - Tesouraria

SMPC - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL
Lei n.º 27/2006, de 3 de julho e n.º 3 do Art.º 9.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro

MVM - MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL
Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio

Unidades Orgânicas Flexíveis

- (1) DAG - Divisão de Administração Geral
- (2) DRHDO - Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
- (3) DCRGF - Divisão de Contratação Pública e Gestão de Frota
- (4) DFGP - Divisão Financeira e Gestão Patrimonial
- (5) DA - Divisão de Ambiente
- (6) DSU - Divisão de Serviços Urbanos
- (7) DJEV - Divisão de Jardins e Espaços Verdes
- (8) DMRV - Divisão de Mobilidade Rede Viária e Trânsito
- (9) DCE - Divisão de Conservação de Edifícios
- (10) DEP - Divisão de Estudos e Projetos
- (11) DFE - Divisão de Fiscalização de Empreitadas
- (12) DCIG - Divisão de Cartografia e Informação Geográfica
- (13) DGU - Divisão de Gestão Urbanística
- (14) DAU - Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo
- (15) DP - Divisão de Planeamento
- (16) DSI - Divisão de Sistemas de Informação
- (17) DASQV - Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida
- (18) DE - Divisão de Educação
- (19) DDJ - Divisão de Desporto e Juventude
- (20) DBA - Divisão de Bibliotecas e Arquivo
- (21) DMPC - Divisão de Museus e Património Cultural



BLC - BALANÇO (C/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO
2020/01/01 - 2020/12/31

ANO
2020

Referênciação das Contas	Rubricas	Notas	Datas	
			2020	2019 (normativo anterior)
	ATIVO			
	Ativo não corrente		260.847.167,69 €	278.203.239,73 €
=43+453+4553-4593-45953	Ativos fixos tangíveis		233.678.263,07 €	254.369.120,96 €
=42+452+4552-4592-45952	Propriedades de investimento		646.995,78 €	
=44+454+4554-4594-45954	Ativos intangíveis		21.459.364,38 €	19.356.068,54 €
=4111+4112+4121+4122+4131+4132+4141+4511+45511-418-4191-45911-459511	Participações financeiras		4.263.819,98 €	4.478.040,25 €
=278622-27953+4113+4123+4133+4142+415-4192-4193+4512+45512-45912-459512	Outros ativos financeiros		798.724,48 €	9,98 €
	Ativo corrente		92.690.943,28 €	68.566.596,93 €
=32+33+34+35+36+391-3991	Inventários		13.557.162,34 €	418.662,12 €
=201+205	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		823.581,15 €	
=2111+212+21311+21321+21331+21341+21391+21411+21421+21491+215+21611+21621+21631-21911-21921-21931	Clientes, contribuintes e utentes		1.992.583,91 €	1.863.307,20 €
=2081+228+232+23802+23812+23822+27011+2713+2720+2721+2772+27811+27821+2789111+2789191-229-239-27911-2792-27931-27941-27991-2796	Outras contas a receber		24.557.339,90 €	25.014.267,03 €
=28111+28191	Diferimentos		88.748,93 €	6.666,59 €
=11+12+13	Caixa e depósitos		51.671.527,05 €	41.263.693,99 €
	Total Ativo		353.538.110,97 €	346.769.836,67 €
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
	Património Líquido		331.076.739,66 €	267.296.204,10 €
=51	Património/Capital		88.151.833,25 €	87.911.690,98 €
=55	Reservas		7.113.353,93 €	6.426.483,44 €
=56	Resultados transitados		137.839.398,45 €	132.504.215,23 €
=57	Ajustamentos em ativos financeiros		-85.203,87 €	-39.675,91 €
=59	Outras variações no património líquido		85.176.611,63 €	26.756.080,61 €
=818	Resultado líquido do período		12.880.746,27 €	13.737.409,75 €
	Total Património Líquido		331.076.739,66 €	267.296.204,10 €
	PASSIVO			
	Passivo não corrente		15.717.963,39 €	14.407.028,37 €
=29	Provisões		1.578.135,38 €	981.926,06 €
=20422+251122+2513122+2513222+2513322+2513422+2513522+2513622+2513722+2513822+2513922+25222+253122+253222+25422+255122+255922+25622+25922+27022	Financiamentos obtidos		11.703.519,74 €	13.348.369,42 €
=237+27832+2789212+2789292+27712	Fornecedores de investimentos		0,00 €	
	Outras contas a pagar		2.436.308,27 €	76.732,89 €
	Passivo corrente		6.743.407,92 €	65.066.604,20 €
=202+206	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		116.116,00 €	
=2211+222+225+2261	Fornecedores		1.117.841,24 €	1.013.664,14 €
=218+276	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		8.900,00 €	266.126,00 €
=2414+2417+24191+242+2433+24342+243492+2436+244+245+246+249	Estado e outros entes públicos		171.919,39 €	206.829,90 €
=2041+20421+25111+251121+2512+251311+2513121+251321+2513221+251331+2513321+251341+2513421+251351+2513521+251361+2513621+251371+2513721+251381+2513821+251391+2513921+2521+25221+25311+253121+25321+253221+2541+25421+25511+255121+25591+255921+2561+25621+2591+25921+27021	Financiamentos obtidos		2.764.878,60 €	2.513.625,63 €
=27111+2712+27161	Fornecedores de investimentos		34.215,87 €	18.436,20 €
=2082+231+23801+23811+23821+2722+275+27831+2784+2785+2789211+2789291+27711	Outras contas a pagar		2.496.735,61 €	4.826.627,65 €
=2821+28221+28231+28232+282391+2824011+2824021+2824031+2824041+2824051+2824061+2824071+2824081+2824091+2824991+28291	Diferimentos		32.801,21 €	56.221.294,68 €
	Total Passivo		22.461.371,31 €	79.473.632,57 €
	Total Património Líquido e Passivo		353.538.110,97 €	346.769.836,67 €



BLC - BALANÇO (C/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO
2020/01/01 - 2020/12/31

ANO
2020

Referênciação das Contas	Rubricas	Notas	Datas	
			2020	01/01/2020 (valores de 2019 reexpressos)
	ATIVO			
	Ativo não corrente		260.847.167,69 €	258.161.772,29 €
=43+453+4553-4593-45953	Ativos fixos tangíveis		233.678.263,07 €	230.999.450,96 €
=42+452+4552-4592-45952	Propriedades de investimento		646.995,78 €	657.816,32 €
=44+454+4554-4594-45954	Ativos intangíveis		21.459.364,38 €	22.026.454,78 €
=4111+4112+4121+4122+4131+4132+4141+4511+45511-418-4191-45911-459511	Participações financeiras		4.263.819,98 €	4.100.297,85 €
=278622-27953+4113+4123+4133+4142+415-4192-4193+4512+45512-45912-459512	Outros ativos financeiros		798.724,48 €	377.752,38 €
	Ativo corrente		92.690.943,28 €	79.818.686,58 €
=32+33+34+35+36+391-3991	Inventários		13.557.162,34 €	11.833.352,40 €
=201+205	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		823.581,15 €	872.700,80 €
=2111+212+21311+21321+21331+21341+21391+21411+21421+21491+215+21611+21621+21631-21911-21921-21931	Clientes, contribuintes e utentes		1.992.583,91 €	1.893.863,93 €
=2081+228+232+23802+23812+23822+27011+2713+2720+2721+2772+27811+27821+2789111+2789191-229-239-27911-2792-27931-27941-27991-2796	Outras contas a receber		24.557.339,90 €	23.905.619,60 €
=28111+28191	Diferimentos		88.748,93 €	49.455,86 €
=11+12+13	Caixa e depósitos		51.671.527,05 €	41.263.693,99 €
	Total Ativo		353.538.110,97 €	337.980.458,87 €
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
	Património Líquido		331.076.739,66 €	313.708.574,14 €
=51	Património/Capital		88.151.833,25 €	87.911.690,98 €
=55	Reservas		7.113.353,93 €	6.426.483,44 €
=56	Resultados transitados		137.839.398,45 €	124.752.566,06 €
=57	Ajustamentos em ativos financeiros		-85.203,87 €	-39.675,91 €
=59	Outras variações no património líquido		85.176.611,63 €	80.920.099,82 €
=818	Resultado líquido do período		12.880.746,27 €	13.737.409,75 €
	Total Património Líquido		331.076.739,66 €	313.708.574,14 €
	PASSIVO			
	Passivo não corrente		15.717.963,39 €	17.648.387,60 €
=29	Provisões		1.578.135,38 €	981.926,06 €
=20422+251122+2513122+2513222+2513322+2513422+2513522+2513622+2513722+2513822+2513922+25222+253122+253222+25422+255122+255922+25622+25922+27022	Financiamentos obtidos		11.703.519,74 €	14.388.206,97 €
=237+27832+2789212+2789292+27712	Fornecedores de investimentos		0,00 €	24.927,06 €
	Outras contas a pagar		2.436.308,27 €	2.253.327,51 €
	Passivo corrente		6.743.407,92 €	6.623.497,13 €
=202+206	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		116.116,00 €	
=2211+222+225+2261	Fornecedores		1.117.841,24 €	1.013.664,14 €
=218+276	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		8.900,00 €	266.126,00 €
=2414+2417+24191+242+2433+24342+243492+2436+244+245+246+249	Estado e outros entes públicos		171.919,39 €	206.871,95 €
=2041+20421+25111+251121+2512+251311+2513121+251321+2513221+251331+2513321+251341+2513421+251351+2513521+251361+2513621+251371+2513721+251381+2513821+251391+2513921+2521+25221+25311+253121+25321+253221+2541+25421+25511+255121+25591+255921+2561+25621+2591+25921+27021	Financiamentos obtidos		2.764.878,60 €	2.612.554,57 €
=27111+2712+27161	Fornecedores de investimentos		34.215,87 €	18.436,20 €
=2082+231+23801+23811+23821+2722+275+27831+2784+2785+2789211+2789291+27711	Outras contas a pagar		2.496.735,61 €	2.477.500,67 €
=2821+28221+28231+28232+282391+2824011+2824021+2824031+2824041+2824051+2824061+2824071+2824081+2824091+2824991+28291	Diferimentos		32.801,21 €	28.343,60 €
	Total Passivo		22.461.371,31 €	24.271.884,73 €
	Total Património Líquido e Passivo		353.538.110,97 €	337.980.458,87 €

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO
2020/01/01 - 2020/12/31

ANO
2020

Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas		34.323.869,54 €	32.895.432,86 €
Vendas		2.158,68 €	
Prestações de serviços e concessões		4.964.647,02 €	8.785.650,76 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		22.750.102,58 €	22.713.177,21 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		5.940,09 €	
Trabalhos para a própria entidade		2.387.779,39 €	1.748.092,90 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.937.911,66 €	-1.259.397,36 €
Fornecimentos e serviços externos		-18.156.881,38 €	-19.510.221,60 €
Gastos com pessoal		-15.607.950,82 €	-15.405.079,57 €
Transferências e subsídios concedidos		-9.100.972,11 €	-5.396.144,62 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		21.393,60 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-596.209,32 €	-899.073,56 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-55,19 €	
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		6.701.183,06 €	3.649.110,57 €
Outros gastos		-2.382.168,78 €	-4.393.720,19 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		23.374.924,70 €	22.927.827,40 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-10.501.458,57 €	-8.978.306,74 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		12.873.466,13 €	13.949.520,66 €
Juros e rendimentos similares obtidos		69.939,99 €	84.504,33 €
Juros e gastos similares suportados		-62.659,85 €	-296.615,24 €
Resultado antes de impostos		12.880.746,27 €	13.737.409,75 €
Resultado líquido do período		12.880.746,27 €	13.737.409,75 €

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Pág.: 1
Ano: 2020

Período: 2020/01/01 a 2020/12/31

Visualizar Contas s/ Mov. ? S Acumulados: S

(Periodicidade Mensal / Período Mensal Antes do Apuramento dos Resultados)

Euros

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla										Total do patrimônio líquido		
		Capital / Patrimônio Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período		TOTAL	Interesses que não controlam
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		87.911.690,98				6.426.483,44	124.752.566,06	-39.675,91		80.920.099,82	13.737.409,75	313.708.574,14	313.708.574,14	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		240.142,27				686.870,49	13.086.832,39	-45.527,96		4.256.511,81	-13.737.409,75	4.487.419,25	4.487.419,25	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio líquido		240.142,27				686.870,49	13.086.832,39	-45.527,96		3.815.178,88	-13.737.409,75	3.815.178,88	3.815.178,88	
Correção de erros materiais										441.332,93		441.332,93	672.240,37	672.240,37
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											12.880.746,27	12.880.746,27	12.880.746,27	
RESULTADO INTEGRAL											-856.663,48	17.368.165,52	17.368.165,52	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/patrimônio														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		88.151.833,25				7.113.353,93	137.839.398,45	-85.203,87		85.176.611,63	12.880.746,27	331.076.739,66	331.076.739,66	

Período : 2020/01/01 2020/12/31 (Periodicidade Mensal / Período Mensal Antes do Apurame Visualizar Contas s/ Mov. ? N Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5.009.250,98	
Recebimentos de contribuintes		8.901.139,09	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		23.099.006,08	
Recebimentos de utentes		1.240.793,19	
Pagamentos a fornecedores		-19.541.375,48	
Pagamentos ao pessoal		-12.717.687,54	
Pagamentos de transferências e subsídios		-8.946.028,45	
Caixa gerada pelas operações		-2.954.902,13	
Outros recebimentos/pagamentos		19.217.665,36	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		16.262.763,23	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-12.235.941,91	
Pagamentos - Ativos intangíveis		-267.978,38	
Pagamentos - Investimentos financeiros		-623.194,08	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		337.469,69	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		2.755.932,06	
Recebimentos - Investimentos financeiros		84,73	
Recebimentos - Transferências de capital		6.732.800,36	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3.300.827,53	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações		734,59	
Recebimentos - Outras operações de financiamento		23.682,92	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-2.513.701,44	
Pagamentos - Juros e gastos similares		-64.818,71	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-2.554.102,64	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10.407.833,06	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		41.263.693,99	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		51.671.527,05	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		41.263.693,99	
Saldo da gerência anterior (SGA)		41.263.693,99	
SGA De execução orçamental		38.806.438,15	
SGA De operações de tesouraria		2.457.255,84	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		51.671.527,05	
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		51.671.527,05	
SGS De execução orçamental		49.226.490,23	
SGS De operações de tesouraria		2.445.036,82	

atividades

**desenvolvimento económico
e urbanismo**



URBANISMO

O incentivo à implementação de novas unidades industriais e de armazéns no concelho, designadamente através da dinamização das áreas de acolhimento empresarial existentes no território concelhio, bem como os procedimentos de incentivo à regularização de unidades industriais existentes, com prestação de apoio técnico a munícipes e técnicos, foi mais uma vez recorrente no ano de 2020.

De igual modo se manteve a importância centrada na Revitalização, Reabilitação e Recuperação Urbana.

De facto, a existência dos canais de financiamento conjugados com inequívoco potencial socioeconómico das áreas de reabilitação urbana de Santa Maria da Feira, posicionam a temática num patamar prioritário da atuação do município.

O presente Relatório de Atividades pretende, pois, sintetizar brevemente as atividades desenvolvidas pelos serviços afetos a este Departamento ao longo do ano de 2020 e que concorreram para o reforço da afirmação de Santa Maria da Feira no contexto regional e nacional.

Dados relativos à gestão urbanística:

Em face dos dados registados relativos às diversas operações urbanísticas, poder-se-á sublinhar que, em 2020, foi, de novo, reforçada a tendência iniciada em anos precedentes de franca recuperação económica no concelho de Santa Maria da Feira.

Assim, foram registados pelos serviços administrativos:

1329 processos urbanísticos, destacando-se 332 pedidos relativos a habitações unifamiliares e 49 pedidos relativos a habitações coletivas.

No que concerne a indústrias o seu número ascende a 42. São ainda de destacar 95 pedidos de loteamentos, nos quais se encontram contabilizadas as alterações aos mesmos, sem desprimir pelos pedidos de licenciamentos de anexos, muros, postos de abastecimento de combustíveis, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

O registo e fornecimentos de certidões, administrativas, geográficas e urbanísticas, ascendeu ao número de 511.



Foram emitidos 1041 alvarás de obras de edificação, 22 alvarás de ocupação da via pública, 8 certidões de admissão, 180 alvarás de loteamento/aditamento e 608 alvarás de utilização. De igual modo se procedeu ao registo, classificação e digitalização de queixas, embargos e procedimentos contraordenacionais, iniciados no ano de 2020 e que ascendem a cerca de 3 centenas.

Tarefas por tipo:

Estando confiado ao Pelouro do Desenvolvimento Económico e Urbanismo a missão de efetuar a gestão urbanística deste município, tal facto implica, necessariamente, a produção anual de centenas de milhares de documentos, que superaram os 40.000 e a realização de inúmeras tarefas.

A este nível destaca-se, como é habitual, o procedimento de digitalização de documentos, seguido da tarefa da sua classificação.

Num universo de centenas de instalações de elevadores ou ascensores/ monta – cargas/escadas mecânicas existentes no concelho de Santa Maria da Feira, procedeu-se no ano de 2020, à realização das inspeções periódicas, intimações, reinspecções e selagens desses equipamentos.

Atendimento Urbano

O Pelouro, no cumprimento das funções que lhe estão adstritas e delegadas, é responsável pela realização de milhares de atendimentos a munícipes, requerentes e técnicos.

Estabelecendo uma análise comparativa com os anos anteriores, contata-se que em 2020 se acentuou o aumento do número de atendimentos efetuado o que evidencia, mais uma vez, o crescimento económico.

De facto, no ano em análise efetuaram-se 9358 requerimentos registados (1240 submetidos de forma digital), 4758 atendimentos presenciais, 7371 respostas a emails, para além dos contactos estabelecidos telefonicamente, bem como junto do portal do município.

E, ainda com referência ao ano em análise foram formulados 1149 pedidos de fotocópias simples e/ou autenticadas, em papel e digital, sendo que alguns desses pedidos integram processos de arquitetura (com elementos escritos e peças desenhadas) e fotocópias em formatos A4, A3 e A2. Para além de tais pedidos terem de ser atempadamente fornecidos, verifica-se ainda que os mesmos têm ainda de ser digitalizados e classificados.

Cientes da importância de identificar no “front office” os fatores que determinam a perceção da qualidade e a satisfação dos munícipes, manteve-se o reforço dos recursos humanos



afetos ao atendimento, pelo que o procedimento excecional de encerramento das senhas, foi pontual e esporádico.

Neste particular importa salientar os resultados obtidos nos inquéritos de satisfação à avaliação global dos serviços – sistema HappyOrNot - com um feedback positivo que se centra maioritariamente nos 98%.

Gestão Urbanística

No ano de 2020 a atividade da Divisão de Gestão Urbanística relacionada com os procedimentos urbanísticos produziu o seguinte:

1). 2175 Pareceres e Informações de Edificação nos procedimentos de aprovação dos projetos de arquitetura e comunicações prévias, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, informações prévias e informações internas;

2). 440 Pareceres e informações nos procedimentos de alteração de alvará de loteamento, de licença de operações de loteamentos,

3). 1035 Certidões de destaque de parcela, de certidões de compropriedade, de certidões de prédio antigo, de certidões urbanísticas, certidões de propriedades horizontais, remodelações de terrenos e autos de receção;

3). 5579 Notificações na pré-análise técnica, na verificação documental dos processos relativos aos procedimentos de aprovação dos projetos de loteamento, nos projetos de alteração ao alvará de loteamento, dos projetos de arquitetura, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, das certidões de propriedades horizontais, de informação prévia, certidões de edificação e outras informações internas;

4). 4193 Informações de fiscalização das obras de urbanização/edificação, bem como autos de notícia/fiscalização e autos de embargo;

5). 996 Cálculos de taxas de urbanização/compensação e administrativas;

6). Dois dias por semana de atendimento técnico de edificação e urbanismo aos munícipes e/ou técnicos;

7). 55 Autos de vistoria, informação/parecer da vistoria, informação de medição e orçamento, convocatórias de vistorias técnicas;

8). 699 Pedidos de parecer e notificações, relativamente a consulta às entidades externas ao município, relativamente aos procedimentos urbanísticos;

9). 202 Compilações dos projetos de arquitetura licenciados ou sujeitos a comunicação prévia, bem como de certificações de propriedade horizontal;



10). 1793 Medições das áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros, relativamente aos projetos de arquitetura;

Desenvolvimento Económico e Empresarial

O ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento da doença COVID-19, classificada pela Organização Mundial de Saúde como uma calamidade pública internacional tendo consequentemente em Portugal sido decretada, a 18 de março, o estado de emergência. Face a esta nova realidade todo o funcionamento do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial (GDEE), no decurso do ano de 2020, teve que ser ajustado a esta nova realidade, não descurando a sua principal atividade, prestação de um serviço de proximidade às pequenas e médias empresas e a potenciais empreendedores, apoio às empresas e empreendedores na tomada de decisões relevantes para o seu negócio, através da disponibilização de informação pertinente e da agilização do contacto com os vários departamentos municipais e outras entidades, públicas e privadas, envolvidos em cada projeto.

O setor económico, a par de outros, atravessou períodos conturbados, havendo a necessidade das empresas se adaptarem à atual realidade imposta por esta contingência. A Linha de Apoio aos Empresários surgiu como forma de ajudar, esclarecer e apoiar os empresários feirenses, facultando-lhes todas as ferramentas, laborais ou financeiras, que o Estado e a autarquia disponibilizaram para enfrentar esta difícil batalha.

A legislação surgiu em catadupa e as dúvidas da maioria dos empresários cresceram à mesma velocidade. Esta nova realidade exigiu à equipa uma adaptabilidade e versatilidade no estudo das diversas matérias que ao longo deste período foram publicadas.

Os incentivos e apoios financeiros anunciados pelo Estado e o esclarecimento sobre a nova legislação COVID-19, relacionados com o setor empresarial, estiveram no topo dos temas abordados nos contactos telefónicos e online recebidos na Linha de Apoio aos Empresários da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Em complemento à Linha de Apoio ao Empresário, reuniu-se a informação mais relevante para o setor económico, na Plataforma Bizfeira, em www.bizfeira.com, e na respetiva página de Facebook, que se traduziram na produção de notas informativas e notícias, relativas às novas medidas implementadas pelo governo português.



Como referido anteriormente, esta pandemia teve impactos significativos, sendo um deles o reajustamento das normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos diferentes setores de atividade económica. Assim, no âmbito do projeto Bizfeira foram promovidos um conjunto de webinars sobre esta temática, para os diferentes setores com representatividade no concelho. Em parceria com as diferentes associações que representam cada setor, estas sessões tiveram como objetivo informar as empresas, sobre as melhores práticas de saúde e segurança a adotar na prevenção da doença Covid-19, numa espécie de regresso à nova normalidade. O turismo, a cortiça, a metalomecânica e a construção foram os principais alvos destes webinars. Estas sessões de esclarecimento contaram sempre com a participação de mais de 50 empresas dos setores aludidos, sendo o setor da Construção pela sua especificidade aquele que contou com o maior número de intervenientes.

Webinar – Retoma no Setor do Turismo – Hotelaria, Restauração e Bebidas

A primeira conferência online contou com a participação de António Jorge Costa, presidente do IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, que centrou a sua intervenção no tema “O Setor do Turismo em Portugal, num Mundo ‘Diferente’ Marcado pela Mudança Abrupta e pela Incerteza da Crise Pandémica”, Jacinta Ladeira, da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, cuja intervenção versou sobre a Higiene e Segurança Alimentar, e Luís Santos, da XZ Consultores, que abordou a temática Segurança e Saúde no Trabalho. Este webinar teve a parceria do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus.

Webinar – Setor da Cortiça – Saúde e Segurança no Trabalho

Centrada na realidade específica da indústria da Cortiça, este webinar com a moderação de Joaquim Lima, diretor geral da Apcor e administrador do Cincork, teve as participações do médico Jorge Ferreira, do empresário Mário Outeiro da empresa Cork Supply e do comandante dos Bombeiros Voluntários de Lourosa José Carlos Pinto, que debateram temas como planos de contingência, consequências da pandemia no setor e as orientações legislativas.

As medidas de Segurança e Saúde no Trabalho, necessárias para controlar o risco de contaminação pelo coronavírus em contexto laboral, tiveram um papel preponderante neste debate.



Webinar - Medidas de Segurança e Higiene no setor Metalúrgico e Metalomecânico

Em parceria com a AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, este webinar focou-se nas especificidades da higiene e segurança das empresas que representam o setor, informando as mesmas sobre as medidas a adotar nos seus locais de trabalho, de forma a implementar as melhores práticas na prevenção contra a pandemia Covid-19.

A abertura e contextualização ficaram a cargo do presidente da Câmara Municipal, Emídio Sousa, seguindo-se as intervenções da diretora-geral da AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, Mafalda Gramaxo, sobre o 'Comportamento das empresas em período Covid-19', e da responsável pelo Departamento do Ambiente e Segurança no Trabalho da AIMMAP, Carla Gonçalves, que abordou as 'Medidas de Segurança e Higiene a adotar pelas empresas'.

Webinar - Saúde e Segurança no Trabalho no Setor da Construção

No setor da construção o Município contou com a parceria da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN). A moderação esteve a cargo da secretária-geral da AICCOPN, Sónia Oliveira e as intervenções de Cristina Cardoso, responsável pelos Serviços de Engenharia da AICCOPN, que abordou os procedimentos para a elaboração ou aplicação do Plano de Contingência em obra e recomendações para empresas e trabalhadores e de Paulo Pinheiro, responsável pela gestão do Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança da empresa Ferreira Construção, S.A., que apresentou um caso prático de implementação do Plano de Contingência em obra.

Fórum Bizfeira 2020

O Fórum Bizfeira sendo uma iniciativa anual de âmbito económico, promovido pelo Município de Santa Maria da Feira, que pretende reunir num só espaço empresas, empresários, diretores executivos, gestores, especialistas e investigadores nacionais e estrangeiros, no ano de 2020, devido à pandemia provocada pela Covid19, apresentou-se 100% digital, mantendo, no entanto, a mesma atualidade, interesse, dinamismo das edições anteriores. Num ano totalmente atípico procuramos trazer para o debate as temáticas associadas a três eixos de relevante impacto para as empresas: Reinvenção das empresas;



as novas formas de trabalho que começam a surgir no mercado adaptadas a esta nova realidade; as questões tão prementes associadas à sustentabilidade.

Esta iniciativa contou com a presença de diferentes pontos de vista, de empresários investigadores e presidentes das associações setoriais que se pronunciaram sobre as diferentes matérias que estiveram em análise. Destacou-se assim, a presença da APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça, APICCAPS - Associação Portuguesa da Indústria do Calçado Componentes Artigos Pele Sucedâneos, Porto Business School, BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, Gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, IAPMEI, COTEC, Portugal Ventures e Energaia.

Em matéria da Reinvenção das empresas nos seus mais diversos setores de atividade, (indústria, comércio, serviços e turismo) analisou-se caminho a seguir pelas empresas face às mudanças que assistimos ao nível dos mercados nacional e internacional, qual a sua perspetiva e que tipo de ferramentas estão ao dispor das empresas. As empresas precisam de se adaptar a novos padrões de consumo, precisam da digitalização e da implementação de novas tecnologias para acrescentar valor aos seus produtos. Mais do que inovar no setor industrial, é necessário preparar os trabalhadores para acompanharem essa inovação. O futuro passa pela formação de qualidade das pessoas.

Neste cenário de pandemia os desafios e as tendências do mercado do retalho e comércio também estiveram em análise, bem como a necessidade do setor do Turismo se reinventar, de voltar a ser atrativo e inovador, definindo uma estratégia disruptiva de valor.

Procurou-se neste Fórum apresentar algumas ferramentas e apoios disponíveis às empresas nomeadamente, os principais instrumentos financeiros de apoio às empresas e as tecnologias associadas à gestão de inovação na indústria 4.0.

Em relação às novas competências e às perspetivas do futuro no mercado de trabalho foi debatida a necessidade de mudança de paradigma quanto aos métodos de trabalho e da exigência premente de uma aprendizagem constante ao longo da vida. A inclusão das pessoas com incapacidades no mercado de trabalho é cada vez mais uma realidade, resultando deste debate o facto das empresas disporem de todas as ferramentas possíveis para apoiarem esta adaptação.



Por fim, e sobre a sustentabilidade, importou perceber qual a opinião dos especialistas, no desenvolvimento por parte das empresas de projetos lucrativos e sustentáveis. A força do crescimento inteligente esteve em debate concluindo-se que a inovação é a chave para a sustentabilidade, pois este será o caminho para que as empresas possam crescer de forma inteligente e gerar um equilíbrio maior para todos. A Economia Circular traz-nos soluções de transformação e é necessário falar às pessoas deste conceito, pois apenas é possível atingir a circularidade trabalhando em rede. Esta economia vem garantir que os produtos podem ser recuperados, mas não há soluções específicas, há todo um trabalho em curso, que passa pela transformação da forma como desenvolvemos os produtos para a economia.

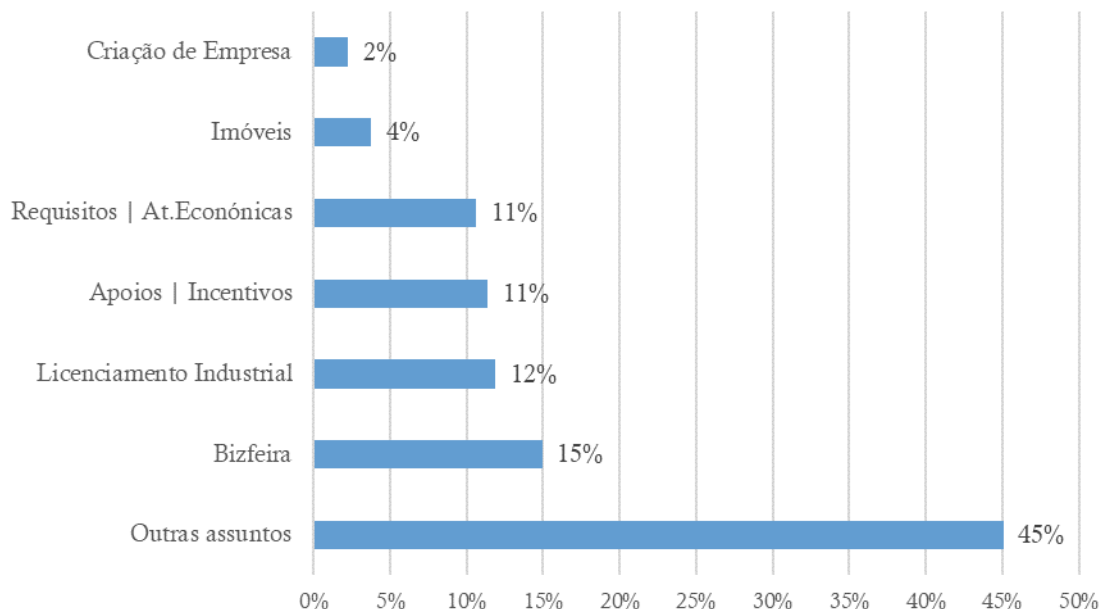
Esta iniciativa contou com a participação de trinta oradores de diferentes áreas de intervenção no contexto local, nacional e internacional, tendo sido visualizado por mais de cinco mil utilizadores das redes sociais e plataforma, onde a mesma foi transmitida.

Atendimentos Personalizados

Um dos serviços principais que este gabinete desenvolve, prende-se com os atendimentos aos agentes económicos e potenciais empreendedores. Em particular no ano de 2020, como já referido anteriormente assistimos a uma catadupa de legislação de regulamentação do funcionamento das diversas atividades e dos apoios atribuídos no contexto da pandemia. O facto de o gabinete privilegiar a relação de proximidade com o seu público-alvo, facilitou este contacto, perante tanta adversidade.

No ano transato, o gabinete deu resposta a aproximadamente quatro centenas de solicitações que se traduziram em atendimentos, na sua maioria online e telefónicos e pedidos de informações sobre algumas questões associadas à plataforma Bizfeira. Nestes contactos estabelecidos importa referir que se verificou uma certa heterogeneidade nas atividades económicas evidenciando-se o comércio, serviços e restauração e bebidas. Na caracterização dos atendimentos é possível aferir que a maioria pertence a empresas já constituídas, no entanto há uma percentagem de 32% de potenciais empresas a constituírem-se que recorreram a este gabinete para se munirem da informação para o desenvolvimento da sua atividade económica.

Tipologia de Informações Prestadas



Por norma, estes atendimentos têm diferentes graus de complexidade exigindo por parte da equipa um esforço de partilha e atualização dos conhecimentos e de contactos interinstitucionais permanentes, no sentido de responder com qualidade técnica, rigor e celeridade.

As tipologias em que incidiram o maior número de atendimentos centraram-se em outros assuntos, onde incluímos os temas diversificados relacionados com a COVID19, mais especificamente relacionadas com funcionamento das atividades, restrições entre passagens concelhias, declarações de circulação, condições para a reabertura dos estabelecimentos, exigências ao nível da segurança, entre outros. Para além destas questões houve também particular destaque para as questões no apoio na gestão da plataforma bizfeira, licenciamento industrial requisitos da atividade económica, apoios e incentivos.

Elaboração de dossiês de teor económico e tratamento de informação estatística

O ano de 2020, por força da pandemia exigiu à equipa deste gabinete uma constante atualização da informação que ia sendo publicada nas mais diversas áreas. Numa ótica de agregar a mesma para posterior divulgação junto do público alvo deste gabinete, procuramos disponibilizar o máximo de conteúdos, que resultou na elaboração dos seguintes documentos:



Dossiês temáticos e Fichas de Negócio:

1. Agências Funerárias;
2. Parques de Campismo e Caravanismo;
3. Padarias;
4. Alojamento Local - atualização;
5. Comércio e Serviços – atualização;
6. Feirante e Vendedor Ambulante;
7. Manual Informativo: “Apoio às Indústrias – Plano de Contingência”;
8. Brochura – Covid19 – Medidas Práticas de Segurança e Higiene a adotar pelas empresas.

Foram ainda elaboradas notas informativas e notícias, na sua maioria relacionadas com as medidas adotadas para controlar a doença COVID-19, que tiveram impacto não só na atividade das empresas, mas também em todos os setores relacionados com a cultura e o turismo, o que conduziu à adoção de medidas excecionais.

Promoção da Empregabilidade – Centros de Formação/ALPE/Bizfeira

No sentido de promover uma crescente adequação de procura de recursos humanos e da oferta existente no mercado, manteve-se à semelhança dos anos anteriores a articulação de trabalho em rede entre as diversas entidades intervenientes no processo de recrutamento, tais como a ALPE, IEFP, Centros de Formação, de forma a tornar o processo mais ágil e mais eficaz.

Neste âmbito, o Município em parceria com o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) organizou uma sessão de trabalho, que contou com a presença de empresários locais, a qual teve como principal objetivo a realização de um diagnóstico das necessidades de recursos humanos, nas diversas áreas empresariais.

Reforço da cooperação interinstitucional

Tendo como objetivo último, responder de forma célere, rigorosa e, sobretudo, integrada, tem vindo a ser promovido o reforço da proximidade com as diversas entidades, públicas e privadas, que intervêm nos processos acompanhados pelo gabinete, através de encontros e reuniões com os vários serviços do Município, entidades públicas regionais e nacionais, centros tecnológicos e de formação, entre outros.



Qualidade e Auditoria

O ano 2020 foi marcado pela Pandemia Covid 19 e pelo Estado de Emergência Nacional vivido, nomeadamente, pelo seu impacto nas organizações públicas e privadas, na forma como rapidamente tiveram que refletir e agir, adotando novas abordagens organizacionais, novos quadros de pensamento, novos modelos de gestão, não apenas para prevenir, mas também para gerir estes fenómenos que serão cada vez mais frequentes, os quais poderão influenciar o nível de satisfação e exigência dos seus clientes e colocar em causa a continuidade da atividade.

O Gabinete de Qualidade e Auditoria (GQA), não se tratou de uma exceção à regra, pelo que, no decurso do ano, focámo-nos nos compromissos institucionais, na missão e nas competências/áreas de intervenção, ajustando o planeamento das atividades e o método de trabalho, mediante as incertezas e as necessidades que foram emergindo, sempre numa perspetiva de transformar os obstáculos em desafios e oportunidades e de apresentar soluções exequíveis, no sentido de se proporcionar um serviço de qualidade ao munícipe/cliente e às restantes partes interessadas.

Neste contexto, das atividades desenvolvidas pelo GQA, destacam-se:

- Apoio operacional na manutenção do sistema de gestão da qualidade (inclusive, análise do contexto interno e externo, identificação das partes interessadas, avaliação dos riscos, definição de procedimentos, definição de indicadores, análise de dados, avaliação de desempenho, revisão do sistema, implementação de ações corretivas e de melhoria, avaliação da conformidade com requisitos aplicáveis, desmaterialização dos processos etc.), nas áreas de administração e finanças, sistemas de informação, CIAC e urbanismo, tendo sempre presente os princípios da gestão da qualidade, fundamentais para garantir a satisfação dos clientes e a melhoria contínua dos serviços;
- Colaboração no projeto de uma adequada implementação do sistema de gestão da qualidade no Pelouro da Cultura, Turismo, Museus e Bibliotecas (incluindo, Museus, Turismo e Ação Cultural), com base no referencial normativo NE EN ISO 9001:2015, e de uma eficaz integração no processo de certificação E2017.137, culminando com o devido reconhecimento através da obtenção da Certificação dos serviços;
- Programação, preparação e acompanhamento de auditorias aos processos de certificação: três auditorias internas realizadas por equipas externas e duas auditorias externas, uma de renovação/extensão e outra de acompanhamento, concretizadas pelo organismo certificador. Tais auditorias permitiram assegurar, através da obtenção de



evidências e avaliação objetiva, que os SGQ satisfazem os requisitos aplicáveis, pelo que foram mantidos os Certificados de Conformidade.

- Gestão dos cinco terminais “Happy Or Not” disponibilizados, permanentemente, nos postos de atendimento dos edifícios principais (serviço das taxas e licenças e urbanismo), dos equipamentos culturais e CIAC. Foi assegurado o bom funcionamento da ferramenta de suporte à gestão (recolha dos feedbacks, tratamento de dados, elaboração de relatórios), que possibilitou medir de forma eficaz a avaliação da satisfação do munícipe/cliente com o atendimento, mesmo durante o período de suspensão do atendimento ao público, de modo presencial, através da inclusão de um link de hiperligação no campo da assinatura do endereço de correio eletrónico;
- Coordenação no processo de atualização/revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC): foi desenvolvido um conjunto de ações, de forma a proporcionar uma eficiente atualização/revisão do PPRCIC da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, garantindo em simultâneo o cumprimento legal nestas matérias.

Em forma de conclusão, refere-se que, apesar da mudança, da imprevisibilidade, das emoções, dos condicionamentos, entre outros fatores, fomentados pela conjuntura, foram atingidos com sucesso todos os objetivos que nos propusemos a alcançar no ano 2020.

Descentralização de Competências

O presente relatório pretende sintetizar o quadro de atividades desenvolvidas no âmbito do processo de descentralização de competências em 2020, sendo que, por uma questão de contextualização, se fará um enquadramento mais exaustivo.

O XXI Governo Constitucional reconhecendo que as Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, pretendeu reforçar as competências dos Municípios, numa lógica de descentralização e de subsidiariedade, tendo consagrado no seu programa de governo o alargamento da sua participação nos diversos domínios de atuação do Estado.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo encetaram negociações tendo por objetivo a concretização do processo de descentralização que culminou na



aprovação da Lei-Quadro de Transferências, na alteração à Lei das Finanças Locais e na aprovação dos Decretos-Lei de âmbito setorial.

Através da **Lei-Quadro de Transferência de Competências** para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram estabelecidos os princípios gerais da transferência de competências para os Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais.

As competências a descentralizar abarcam os seguintes domínios:

i. Para os municípios: a) educação, ensino e formação profissional; b) ação social; c) saúde; d) proteção civil; e) cultura; f) património; g) habitação; h) áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; i) vias de comunicação; j) estruturas de atendimento ao cidadão; l) policiamento de proximidade; m) proteção e saúde animal; n) arborização e re-arborização; o) segurança contra incêndios; p) segurança alimentar; q) estacionamento público; r) jogos de fortuna e azar; s) praias ;t) informação cadastral e gestão florestal; u) bombeiros.

ii. Para as entidades intermunicipais: a) educação, ensino e formação profissional; b) ação social; c) saúde; d) proteção civil; e) justiça; f) turismo; g), gestão de projetos, fundos e programas de investimentos; h) outras competências.

iii. Para as freguesias: a) Instituir e gerir Espaços do Cidadão em articulação com os municípios; b) outras competências transferidas pelos municípios.

Em linha com a citada Lei, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos foram sendo concretizadas por diplomas legais de âmbito setorial, considerando-se transferidas a 1 de janeiro de 2019, salvo opção pelo exercício gradual das mesmas nos anos de **2019 e 2020**, opção rejeitada pelo município, por sucessivas deliberações tomadas nesse sentido, pelo órgão deliberativo, sob proposta do Executivo, com a subsequente, comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), ao ritmo imposto pelo legislador.

O processo de descentralização deveria estar concluído a **1 de janeiro de 2021**, se os diplomas setoriais fossem publicados em 2018, o que não sucedeu, aguardando-se, ainda



hoje, a disciplina relativa às áreas da Saúde Animal e da Segurança Alimentar, bem como toda a regulamentação suplementar em matéria de Ação Social, para além de uma série de atos, operações, sistemas e mecanismos de transição, incluindo a definição de algumas fontes de financiamento.

Em **2020**, foram publicados diplomas cruciais: falamos da temática da Ação Social e da desejada prorrogação de prazo nas áreas da Educação e da Saúde, apontando, para **31 de março de 2022**, o prazo limite de aplicação.

O Município, deliberou e comunicou à DGAL, não pretender exercer as novas competências nos domínios da **Ação Social, da Saúde e da Educação em 2021**, em termos análogos ao decidido em 2019 e 2020.

Em **2020**, foi preparado e concluído todo o processo de transferência de recursos para o exercício das **competências consensualizadas entre o Município e cada uma das Freguesias**, com a comunicação à DGAL, por freguesia, dos valores a transferir para efeitos do Orçamento do Estado, incluindo as respetivas deliberações dos órgãos autárquicos, mapas, acordos e autos de transferência outorgados.

No conjunto dos diplomas setoriais publicados prevê-se que a transferência de competências pode operar de forma **automática, universal, ou dependente de acordo expreso do Município** - ao fazer depender as transferências de atos específicos de iniciativa municipal e/ou da celebração de acordos, de deliberação da respetiva Assembleia Municipal, nos casos sujeitos à apreciação deste órgão, bem como, no que respeita à assunção das competências pelas Entidades Intermunicipais, de acordo prévio dos Municípios que as integram - o que exigiu acompanhamento sistemático em cada um dos dossiês.

O trabalho desenvolvido tem pretendido assegurar os seguintes **objetivos**:

- O planeamento sustentado e integrado do processo e a sua operacionalização face à sua aplicação gradual
- A intermediação com a administração central
- A intermediação e o apoio às freguesias



- A gestão do processo de transferência, de forma a garantir a otimização de procedimentos e a incorporação natural das novas competências nas respetivas áreas de intervenção

As **ações concretas** consistiram em:

- a) Acompanhar, tratar e divulgar os temas abordados nos sucessivos diplomas e cuidar da sua aplicação automática ou deferida;
- b) Articular com a Presidência as posições a tomar e a submeter aos órgãos municipais face ao calendário imposto pelo legislador;
- c) Apoiar os Presidentes das Juntas de Freguesia nas posições a tomar e a submeter aos órgãos de freguesia;
- d) Assegurar, as comunicações, atempadas, à Direção Geral das Autarquias Locais de acordo com um calendário do legislador;
- e) Transmitir as reivindicações do executivo, a nível institucional, nas áreas a transferir com destaque para as da Educação, Saúde e Cultura e respetivas fontes de financiamento;
- f) A assegurar as transferências de competências e recursos do município para as freguesias, elaborando os acordos e autos de transferência celebrados;
- g) Articular, reunir e debater com os responsáveis das unidades orgânicas do Município o processo de descentralização na definição de procedimentos;
- h) Aferir das necessidades e recursos, humanos ou materiais, a alocar a cada unidade orgânica tendo em vista as competências a assumir;
- i) Desenvolver mecanismos internos de gestão e governança no sentido de assegurar a transferência de competências recomendando a adoção e/ou revisão de alguns instrumentos, incluindo os de caráter estratégico (Estratégia Municipal de Saúde, Conselhos Municipais,....)
- j) Apontar a necessidade de constituição de Comissões de análise, de suporte e avaliação nas áreas da habitação, património e áreas portuárias;
- k) Auxiliar na relação com a administração direta e indireta do Estado, na operacionalização das matérias e interligação dos sistemas operativos;
- l) Acompanhar os trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, atentando quer no grau de execução do processo de transferências quer nos constrangimentos sentidos;
- m) Acompanhar a transição de todos os processos e operações, através da transmissão da informação com vista ao esclarecimento das dúvidas e questões suscitadas.



A execução deste trabalho em 2020 garantiu para 2021:

- i). **O efetivo financiamento das freguesias** para as competências transferidas pelos municípios, com origem no orçamento municipal, por duodécimos, diretamente do Orçamento do Estado (OE) para as freguesias;
- ii). **O não exercício das competências no domínio da saúde, educação e ação social**, cujas verbas continuam a ser contestadas com as áreas governativas da saúde, da educação e da ação social.
- iii). **A assunção gradual das competências e acompanhamento** dos serviços da administração central, cujas competências são transferidas, na execução dos procedimentos administrativos, na prática dos atos e das operações materiais necessários à concretização da descentralização.

O processo de descentralização e o seu desenvolvimento deveria ter decorrido com o máximo de rigor, previsibilidade, responsabilidade e universalidade, o que não aconteceu, tendo sofrido inúmeras vicissitudes agravadas pela crise pandémica. De qualquer forma, é um processo incontornável e decisivo, sendo imperioso continuar a pugnar pela clarificação do procedimento legal que garanta o **financiamento das novas competências**, preocupação transversal que o norteou *ab initio* e que, naturalmente, o Município de Santa Maria Feira acompanha.

administração e finanças



Administração e Finanças

O ano de 2020 ficou marcado com o início pandemia COVID-19, que deixou Portugal, num contexto macroeconómico particularmente difícil, caracterizado pela redução generalizada da atividade económica, do emprego e do bem-estar social. Esta conjuntura levou ao reajustamento dos serviços municipais adstritos ao pelouro de Administração e Finanças, visando o apoio através de um conjunto de medidas de resposta à crise destinadas à atividade económica, à área social, ao combate à pobreza e à promoção e manutenção do emprego. Neste âmbito, foram aprovadas medidas de apoio económico, nomeadamente, através da redução, isenção ou suspensão do pagamento de taxas e Outras Receitas não urbanísticas.

Perante este cenário de pandemia, foi necessário encontrar soluções que permitissem o bom funcionamento dos serviços, mesmo quando uma parte significativa dos colaboradores ficaram em regime de teletrabalho. O atendimento presencial passou a ser precedido de marcação prévia, sendo que, preferencialmente, foi adotado o atendimento através de meios eletrónicos ou por via telefónica. O foco continuou a ser a melhoria contínua dos serviços prestados.

Ao nível da gestão financeira, 2020, caracterizou-se, pela implementação do novo sistema contabilístico (SNC-AP) que veio reformular premissas contabilísticas estabelecidas no anterior sistema POCAL e exigiu dos serviços financeiros um esforço suplementar e extraordinário de adaptação nos procedimentos e de tarefas a realizar.

O Município de Santa Maria da Feira reforçou o seu processo de consolidação das finanças públicas, garantindo uma estrutura financeira equilibrada e o cumprimento dos objetivos Municipais delineados, sem colocar a entidade em risco financeiro, seja numa perspetiva de curto ou de longo prazo.

O processo de certificação, iniciado em 2017, que assegurou a gestão sistemática dos processos e das suas interações, garantindo que cada processo funciona adequadamente e eficientemente por forma a potenciar a satisfação do cliente, foi objeto de uma renovação da Certificação ISO 9001, antecedida de duas auditorias, uma interna e outra externa, esta última realizada pela APCER.

Por fim, verificamos uma “revolução” em matéria de gestão de recursos humanos que nos obrigou a redefinir as nossas prioridades. Tornou-se necessário um acompanhamento diário



das diretivas da DGS e outras entidades, no sentido de se aferir das suas implicações para o funcionamento dos serviços, impondo a implementação de novas rotinas e práticas de funcionamento, com vista à garantia da continuidade da prestação de um serviço de qualidade e em plenas condições de segurança para todos (trabalhadores e munícipes).

Captação de fundos comunitários e nacionais

O apoio da União Europeia tem sido preponderante no desenvolvimento estrutural de Portugal e em vários domínios o País evoluiu qualitativamente. De facto, os fundos comunitários são essenciais enquanto oportunidade única para maximizar o investimento autárquico, realizando projetos e obras direcionadas para a satisfação das necessidades básicas das populações e o desenvolvimento do seu território, que de outra forma, não são passíveis de concretização.

O Município de Santa Maria da Feira manteve-se atento, aproveitando os meios financeiros colocados à disposição, para fazer face às necessidades do território e aos novos desafios causados pela COVID-19.

No ano de 2020, deu-se continuidade aos investimentos previstos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AMP - PDCT, e no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Santa Maria da Feira, no entanto a pandemia levou a atrasos e ajustamentos na execução das operações face ao programado.

No que se refere ao PDCT, para além dos investimentos já considerados e que se encontravam contratualizados e em execução, a pandemia levou a um reforço da verba destinado ao Município de Santa Maria da Feira, com a inclusão de investimentos relacionados com a Transição Digital (Escola Digital) e Lares.

Em 2020, estavam aprovados e em execução, os seguintes projetos inscritos em PDCT:

- Autarquia Digital com um investimento elegível estimado de 463.525,28€ e uma comparticipação FEDER de 393.996,49 €;
- Requalificação da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães, Sta. M^a da Feira, com um investimento elegível estimado de 2.800.000,00 €, e uma comparticipação FEDER de 2.380.000,00 €;
- Construção da Escola Básica de Fornos, com um investimento elegível estimado de 200.000,00 €, e uma comparticipação FEDER de 842 254,77 € (em 2020, houve um reforço da comparticipação destinada a este projeto),
- EDUFEIRA - Inovamos para o Sucesso, com um investimento elegível estimado de 887.836,71€ e uma comparticipação FSE de 754.661,20€;



- EEIP Fase II e III - Eficiência Energética na Iluminação Pública, com um investimento elegível estimado de 1.098.286,14 € e uma comparticipação FEDER de 1.043.371,83 €, na modalidade de reembolsável na totalidade;
- INCukturar-te: Incluir pela Cultura - Projeto TransformArte, com um investimento elegível estimado de 149 868,32 € e uma comparticipação FSE de 127.388,07€;

Para além destes investimentos, ainda no PDCT, foi também submetida a candidatura referente à Transição Digital, “CRII - Escola Digital - Reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade” com um investimento elegível de 75 747,39 €, e uma comparticipação FSE de 100%. A 31 de dezembro de 2020 aguardava-se o parecer por parte da Autoridade de Gestão do NORTE2020.

Para a execução integral do PDCT, fica somente em falta a formalização da candidatura a associada a Lares (PI 9.4), para a qual aguardamos a publicação do respetivo aviso.

Relativamente ao PEDU, em 2020 encontra-se aprovados e em execução as seguintes operações:

- Reabilitação da Quinta do Castelo - 2.º parte, com um investimento elegível estimado de 876.285,65 € e uma comparticipação FEDER de 744.819,85 €; - operação concluída a aguardar a validação do Relatório Final;
- Reabilitação de Empreendimentos de Habitação Social, com um investimento elegível estimado de 2.049.882,35€ e uma comparticipação FEDER de 1.742.400,00€
- Reabilitação do Edifício do Centro Histórico de SMFeira - Arquivo Municipal, com um investimento elegível estimado de 3.318.100,50€ e uma comparticipação FEDER de 2.820.385,43€;

Existiam ainda 4 inscritas em PEDU e submetidas aos avisos referentes à Mitigação, nomeadamente:

- Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães I / II / III Fase, com um investimento elegível estimado de 321.951,37 € e uma comparticipação FEDER de 273.658,66€;
- Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães - Fase 4, com um investimento elegível estimado de 238.475,13 € e uma comparticipação FEDER de 202.703,86€; - operação concluída a aguardar a validação do Relatório Final;
- Reabilitação da Quinta do Castelo - 1.º parte, com um investimento elegível estimado de 1.080.438,73 € e uma comparticipação FEDER de 918.372,92 €; - operação concluída a aguardar a validação do Relatório Final;



- Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social de Milheirós de Poiares e Paços de Brandão, com um investimento elegível estimado de 330.295,74 € e uma comparticipação FEDER de 280.751,37 €;

Em 2020, e ainda no âmbito do PEDU, foram submetidas as seguintes operações que, a 31 de dezembro de 2020, aguardavam o parecer por parte da Autoridade de Gestão do NORTE2020

- Construção de Interface de Transportes de Lourosa, com um investimento elegível estimado de 1.642.549,10 € uma comparticipação FEDER de 1.396.166,74 €;
- Reabilitação do Porto Carvoeiro, com um investimento elegível estimado de 2.022.571,00 € uma comparticipação FEDER de 1.719.185,35 €;
- Rede de Ciclovias e Circuitos de Modos Suaves da Cidade de S.M. Feira, com um investimento elegível estimado de 1.292.441,81 € e uma comparticipação FEDER de 1.098.575,54 €
- Requalificação Urbana do Largo da Igreja de Lourosa e sua Envolvente – Santa Maria da Feira, com um investimento elegível estimado de 533.119,32 € e uma comparticipação FEDER de 453.151,42 €.

Paralelamente e no que se refere a outras áreas não incluídas no PDCT e no PEDU o Município de Santa Maria da Feira, mantém-se atento a todas as possibilidades de financiamento, tendo já submetido diversas candidaturas no âmbito do Portugal 2020, entretanto aprovadas, nomeadamente:

- As Encostas Metropolitanas do Douro, âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, em parceria com os Municípios de Vila Nova de Gaia, Gondomar, com um investimento elegível estimado de 284.400,00 €, em que 4% corresponderá ao Município de Santa Maria da Feira;
- M.I.D.A.S. - Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, e, parceira com a Cooperativa Casa dos Choupos e a IPSS CASTIIS, com um investimento elegível estimado de 280.203,80 € e comparticipação FSE de 238.173,23 €;
- Valorização dos caminhos de Fátima, âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, em parceria com a Associação dos Caminhos de Fátima, o Município de V.N. de Gaia, Município de S.J. da Madeira e Município de O. de Azeméis, com um investimento elegível estimado para Santa Maria da Feira de 149.544,64 € e uma comparticipação FEDER de 127.112,94 €;
- Formação AL – AMP, submetido ao NORTE2020, com um investimento elegível de 124.775,91€ e uma comparticipação FEDER de 106.059,52 €;



- PEPAL 2019, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 169.768,80 € e uma comparticipação FSE de 144.303,48 €;
- Construção de Unidade de Saúde Nogueira da Regedoura / S. Paio de Oleiros, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 1.578.827,00 € e uma comparticipação FEDER de 1.342.003,00 €;
- Construção de Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 700.000,00 € e uma comparticipação FEDER de 595.000,00 €;
- Construção de Unidade de Saúde Canedo, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 700.000,00 € e uma comparticipação FEDER de 595.000,00€;
- Gabinete de Igualdade e não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira, submetida ao POISE, com um investimento elegível de 34.987,40 € e uma comparticipação FSE de 29.739,29 €.

A 31 de Dezembro de 2020, encontram-se ainda submetidas e aguardar aprovação, as seguintes operações:

- Capacitação Administração Pública (FSE) - SMF no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 100.049,42 € e comparticipação FSE de 84.660,00 €;
- Castelo da Feira: Consolidação e Reabilitação da Muralha e Ruína do Paço no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 588 235,30 € e comparticipação FEDER de 500 000,00 €;
- Santa Maria da Feira - Lugar do Tempo no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 75.000,00 € e comparticipação FEDER de 75.000,00 €;
- Recolha Seletiva Porta a Porta de Biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira no âmbito do POSEUR, com um investimento elegível estimado de 666.666,67 € e comparticipação Fundo de Coesão de 500.000,00 €.

Fora do Portugal 2020, o Município viu aprovadas e em execução as seguintes operações:

- Substituição de Luminárias nos Pavilhões Desportivos de Arrifana, Gião, e Lourosa, submetida ao Fundo de Eficiência Energética, com um investimento elegível de 73.332,42 € e uma comparticipação de 58 665,94 €;
- Acessibilidades para a Rede Municipal de Museus – SMF, submetida ao Turismo de Portugal, com um investimento elegível de 79.088,442€ e uma comparticipação de 71.179,58€;



- Centros de Recolha Oficial (CRO) de Animais de Companhia, submetida à CCDRN/DGAL, com um investimento elegível de 185.257,34 € e uma participação de 50.000,00 €;
- Campanha de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia-2020, submetida à DGAV, com uma participação máxima de 15.000€;
- Museu Convento dos Lóios - Mapa Interativo do Concelho, submetida ao programa ProMuseus 20109, da DGPCultural, com um investimento elegível de 15.959,25 € e uma participação de 9.575,55 €;
- Museu do Papel - Roteiro Interactivo da História do Papel, submetida ao programa ProMuseus 20109, da DGPCultural, com um investimento elegível de 15.959,25 € e uma participação de 9.575,55 €;
- Destruição de Ninhos de Vespa Velutina – SMF – 2019, submetida ao ao ICNF no âmbito do programa Fundo Florestal Permanente, com uma participação máxima de 10.000,00€;
- Mobilidade Elétrica na Administração Pública – 3.º fase - ACES, submetida ao Fundo Ambiental, com uma participação de 26.076,24€;
- Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos, submetido ao Fundo Ambiental com uma participação de 5.000,00€.

A 31 de Dezembro de 2020, encontram-se ainda submetidas e aguardar aprovação, as seguintes operações:

- Plano de Ação Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Santa Maria da Feira, submetido ao programa EEAGRANTS com um investimento elegível estimado de 162.588,00€;
- Ciclovía Intermunicipal FEIRA – ESPINHO, em parceria com o Município de Espinho, submetido ao Fundo Ambiental com um investimento estimado para Santa Maria da Feira de 346.364,00 €.

Por fim, destacamos ainda a participação do Município de Santa Maria da Feira em diversos projetos financiados pelo Eixo Atlântico, do qual fazemos parte, nomeadamente na área do ambiente e cultura, turismo.

Destacamos ainda os projetos financiados diretamente pela UE e que pressupõem, na sua maioria, parcerias de caráter Europeu, dos quais destacamos:

- Não Cirbe não Povo - Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social, submetida à Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, em parceria com a Fundação Fé e Cooperação – FEC e o Governo da Região de GABU,



com um investimento elegível para Santa Maria da Feira de 26.210,46 € e uma participação de 11.755,00 €;

- Active Citizens, submetida ao programa URBACT, em parceria com as cidades de Agen (França), Hradec Králové (Rep. Checa); Tartu (Estonia); Bistrita (Roménia); Saint-Quentin (França); Cento (Itália); Dislaken (Alemanha), com um investimento elegível para Santa Maria da Feira de 75.500,20 € e uma participação de 64.175,17 €;
- WiFi4EU, submetida à Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA), com uma participação aprovada de 15.000,00€;
- O Mundo é um palco, um projeto ERASMUS +, em parceria com LONDON BOROUGH OF LEWISHAM, Inglaterra e ARCIRAGAZZI PORTICI "Utopia Attanasio", Itália, com um investimento elegível de 28.595,00€, e uma participação da União Europeia de 28.595,00€.

Sistemas de Informação

A atividade da DSI no ano de 2020 foi inevitavelmente marcada pela pandemia que vivemos.

É uma situação geral e compreende-se que todos os serviços de suporte informático, na generalidade das instituições, quer públicas, quer privadas, terão vivido um dos períodos mais exigentes das suas histórias.

A necessidade de encontrar soluções que permitissem dar continuidade ao funcionamento de todos os serviços do Município, evitando disrupções e promovendo a capacidade de adaptação dos funcionários à nova situação, foi um dos desafios mais exigentes que a DSI teve de enfrentar.

O impacto sobre o funcionamento da divisão foi sentido em várias fases, e de diferentes formas.

Houve uma primeira fase de implementação urgente de teletrabalho, com resposta rápida e eficaz, que permitiu manter o funcionamento geral dos serviços.

Numa segunda fase foi dada resposta às inúmeras solicitações de alteração dos layouts dos espaços físicos, de forma a receber o retorno dos funcionários garantindo condições de afastamento.

E, uma terceira fase, de nova entrada em teletrabalho.



Houve, paralelamente, várias situações de necessidade de resposta a problemas decorrentes do período excecional que vivemos. Foram várias as solicitações urgentes para suporte dos serviços de proteção civil. As necessidades do Pelouro da Educação também exigiram uma atenção muito especial e foram vários os apoios que mobilizaram a Divisão para que fosse possível apoiar as escolas e alunos, de forma a garantir o funcionamento mais próximo possível do normal. Também os serviços de saúde recorreram, por várias vezes ao apoio da divisão que se desmultiplicou, de forma a contribuir para a criação de infraestruturas de suporte a centros de deteção e a centros de apoio a doentes Covid.

À parte de todas estas alterações à normalidade, a divisão continuou (dentro do possível) com os projetos previstos para 2020 e com a execução de todas as tarefas habituais.

O processo de renovação de estações de trabalho foi continuado, de acordo com o estabelecido, e conforme tem sido seguido desde há cinco anos. Nesta altura, o Município aproxima-se de dispor de um parque informático bastante homogéneo e adequado às funções. São poucas as situações de desadaptação a corrigir, e o futuro passará por manter a situação, esperando-se que o esforço anual passe a ser menor.

O sistema de e-mail foi revisto e, conforme planeado, foi implementada uma solução redundante. Foi também implementado um sistema de segurança de controlo de entrada de e-mails. A implementação dos dois sistemas está executada e em pleno funcionamento, sem ter acarretado qualquer tipo de distúrbio ao normal funcionamento do serviço fornecido.

Foi implementado um sistema de cloud privada, que permite dar suporte a várias solicitações de envio de ficheiros a entidades externas, ou de trabalho fora das instalações do Município. Esta solução pretende diminuir a dependência de entidades externas para o armazenamento de informação, o que aumenta as garantias de segurança de dados e a autonomia na resposta às necessidades dos serviços.

Foi também este o ano em que avançou de forma significativa a integração do serviço de informática do domínio Urbanfeira.pt na divisão. Tem vindo a ser executado de forma gradual e, sendo um trabalho de vulto, foi mais uma das tarefas de enorme exigência com que nos deparamos durante este ano. As várias tarefas que compõem esta transição têm vindo a ser executadas passo a passo, e os resultados têm sido conseguidos sem disrupções de registo. Há ainda várias fases a executar, pelo que se prevê que o processo se estenda pelo ano de 2021.

Relacionado com este processo está o concurso lançado para a produção de uma nova aplicação de gestão urbanística. Durante o ano de 2021 esperamos estar a implementar a



nova solução.

O novo arquivo e conseqüentemente o novo Sistema Integrado de Gestão da Informação Municipal, é também uma prioridade que tem vindo a ser acompanhada e desenvolvida, esperando um avanço significativo em 2021 e estar operacional em 2022.

Foi revista a relação com o fornecedor das ferramentas de apoio ao desenho técnico/gráfico e reformulada a utilização dessas aplicações. Existe agora uma situação de resposta total aos serviços com um funcionamento baseado em licenças de rede ou de posto conforme as necessidades existentes.

Por fim, uma menção à instalação do circuito de comunicação de dados de interligação entre Europarque e Paços do Concelho. Apesar de os acontecimentos do ano terem limitado o funcionamento do Europarque, o circuito tem vindo a ter funcionamento assinalável com performance muito satisfatória, não só na relação com os sistemas da FeiraViva, E.M., mas também pela necessidade que houve de instalação dos serviços de Proteção Civil e de deteção de Covid nesse local.

Gestão Financeira e Patrimonial

O ano de 2020 foi caracterizado pela implementação do sistema contabilístico SNC-AP, que impôs uma nova visão de prestação de contas, que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Como já referido, uma das normas direciona-se para a Contabilidade de Gestão, e, em 2020, deu-se continuidade á implementação deste sistema, aditando ao apuramento dos custos, os proveitos por funções. Este tem sido um processo exigente e de complexa implementação pois



requer ajustamentos por parte de todos os serviços. O panorama pandémico, em 2020 restringiu o acompanhamento presencial que este processo requer, bem como uma participação crítica e ativa de todos os serviços, de forma contínua e sistemática.

Apesar de todos os constrangimentos, foi possível, em 2020, apurar os resultados por funções, bem como, os custos efetivos por parte de alguns setores e atividades do Município.

No que concerne ao Imobilizado, a atualização das fichas dos bens móveis, prevista para o ano de 2020, através da verificação física “in loco” e validação da etiquetagem dos bens, não foi possível concretizar, devido à situação pandémica, que causou imensos constrangimentos na validação de todas as partes intervenientes.

No âmbito do património, continuamos o processo de desmaterialização. No que diz respeito à atualização dos bens imóveis, em 2020, foram finalizadas mais 2 freguesias, essencial para assegurar uma boa gestão do património. Ainda no decorrer do ano de 2020, foram realizadas 19 escrituras referentes a terrenos (contrato de aquisição, direitos de superfície), sendo 9 relativas a situações antigas de difícil resolução, e 2 hastas públicas.

Em termos de imobilizado, foram inventariados 182 novos bens imóveis, resultantes de aquisição de terrenos, alvarás de loteamento, empreitadas, e, abatidos 10 bens também de tipologia fixa tangível, como resultado de vendas, permutas e anexações de parcelas de terrenos.

Da atividade da Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial foram, ainda, criados mecanismos de conversão dos códigos das classificações orçamentais anteriores para o novo plano de 2021, de forma a assegurar a regularidade dos registos contabilísticos, cumprindo assim com o SNC-AP.

Contratação Pública e Gestão de Frota

A Divisão tem por objetivo a concentração, num único serviço Municipal especializado, de todas as competências associadas às compras públicas, de forma a potenciar a criação de sinergias de eficiência e eficácia, numa perspetiva de concentração de recursos em um único serviço, da organização, facilitando os procedimentos de execução, controlo e responsabilização, sobre todos os procedimentos, pré-contratuais, de aquisição e locação de bens, aquisição de serviços e empreitadas, realizados pelo Município.

A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Frota tem como dever principal a realização de todos os procedimentos pré-contratuais de aquisição do Município, sejam os procedimentos de concurso, para aquisição ou locação de bens, serviços ou de



empreitadas, ou os procedimentos de contratação por ajuste direto regime simplificado, concretizando as diretivas impostas pelos dirigentes políticos, do Município de Santa Maria da Feira, de forma a suprir todas as necessidades dos serviços Municipais, nas referidas áreas. Esta divisão integra ainda a gestão dos Armazéns Municipais, a gestão operacional do parque máquinas e viaturas e dos equipamentos eletromecânicos do Município, assim como a gestão das oficinas de mecânica do Município.

Contratação Pública

Em 2020 foram incrementados os trabalhos de implementação da fase final da digitalização de todos os processos e procedimentos associados à contratação pública do Município.

Esta última fase é constituída pela modelação final dos processos e incrementação destes, no software de gestão documental do Município, assim como pela implementação junto dos serviços requisitantes da utilização de meios, integralmente digitais, a quando da apresentação de necessidades de aquisição, e ainda a formação dos serviços Municipais implicados.

A fase da modelação de processos e procedimentos foi concluída na integra no decorrer do ano.

Foi ainda iniciada a fase de implementação junto dos serviços requisitantes não tendo, no entanto, sido terminada pois os serviços ainda carecem da massificação da utilização das assinaturas digitais, do cartão do cidadão, que apesar de terem sido já solicitadas ainda não foram totalmente concretizadas. O processo carece ainda da formação dos Recursos Humanos adstritos aos serviços Municipais.

Um outro objetivo da DCPGF, em 2020, foi a implementação de um novo instrumento de gestão de aquisições apelidado de “Plano de Aprovisionamento”, que tem como objetivo principal a obtenção de informação previsional compilada e detalhada contendo as intenções de contratação mais relevantes, dos diversos pelouros, organizada cronologicamente no decorrer do ano, de forma a possibilitar o planeamento das aquisições do Município e serem atempadamente alocados os recursos necessários, garantido o suprimento das necessidades com a qualidade e no prazo pretendido pelos serviços requisitantes. No entanto e face a constrangimentos vários, ainda não foi possível a elaboração do referido Plano.



Foi também efetuada a acomodação da implementação do novo sistema de gestão contabilística SNC-AP, nos serviços internos da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Frota.

Por fim as atividades associadas à gestão e organização corrente da Divisão de Contratação Pública mantiveram, em 2020, como diretivas principais a manutenção do nível de eficiência e eficácia, alcançado nos anos anteriores, designadamente na tramitação dos processos de contratação.

Continuaram assim a serem incrementadas as medidas implementadas em 2014, e nos anos seguintes, nomeadamente a prática da abordagem aos mercados, por regra a múltiplas empresas, com o objetivo de aumentar a base de dados de entidades, fornecedoras e parceiras do Município, e de forma a potenciar o acesso a melhores condições comerciais, de qualidade e preço, nas múltiplas aquisições realizadas para suprir as necessidades do Município de Santa Maria da Feira.

As atividades principais, associadas aos procedimentos de gestão dos armazéns Municipais, em 2020, foram a continuidade da monitorização e correção das medidas implementadas nos anos anteriores, baseadas na gestão de existências, pelo método “just in time”, que consiste num sistema, cuja utilização é exigível em qualquer organização, e que é caracterizado pela manutenção de níveis mínimos de existências, em armazém, sendo a reposição de existências efetuada no limite da necessidade.

O método utilizado veio permitir uma diminuição do custo de armazenamento das existências, superior ao obtido em 2019, transferindo esse custo para as entidades fornecedoras. É ainda de salientar, que este sistema é muito importante para auxiliar na redução do stock e dos custos dos processos.

Gestão de Frota e Equipamentos:

Foi consolidada a utilização do software de monitorização por GPS, da frota do Município, tendo sido aprimorada a utilização do sistema, de forma a ser formatada e retirada informação de gestão, com vista a possibilitar uma gestão mais eficiente dos veículos da frota do Município descentralizando a informação a todas as chefias com viaturas atribuídas.

Foi terminado o processo de incrementação da norma de certificação de qualidade ISO 9001 no gabinete o que permitiu a integração final do gabinete no processo de qualidade do Pelouro de Administração e Finanças.



Foi gerido, pelo gabinete, o processo da renovação de parte da frota de veículos Municipais que se encontravam em fim de vida tendo sido renovadas 10 viaturas ligeiras.

O ano de 2020, em termos de contratação pública do Município, foi naturalmente um ano anómalo e muito condicionado pela pandemia Covid-19. A Pandemia fez surgir necessidades de novos produtos e serviços, que não eram de todo core do Município, e que obrigou a uma adaptação, rápida dos serviços, o que aconteceu fruto do empenho e esforço de todos.

Apesar deste facto, a Contratação Pública, realizada pelo Município de Santa Maria da Feira em 2020, foi caracterizada pelo aumento do número de procedimentos pré-contratuais de aquisição de Empreitadas de obras públicas e também de aquisição de Bens e Serviços realizados, assim como do valor adjudicado, em termos homólogos.

Quanto ao gabinete de gestão de frota e equipamento observou-se uma diminuição considerável da atividade operacional, motivado pelo contexto pandémico.

Administração Geral

Esta divisão, compreende os seguintes serviços: setor Administrativo, o setor das taxas e licenças, a gestão do Cemitério Municipal, a gestão do Mercado Municipal, o Atendimento Geral, a Metrologia e o setor do Expediente Geral.

No período a que este relatório se refere, deu-se continuidade à desmaterialização dos documentos/processos e aperfeiçoamento dos circuitos da correspondência distribuída pelos Pelouros da Câmara.

A implementação do novo plano de classificação no âmbito da administração do município e a normalização da documentação que reflete as funções, projetos/atividades do município e a necessidade da gestão do ciclo de vida dos documentos, a acumulação documental e o problema imperativo de determinar qual o destino a dar aos diferentes tipos de documentos, levou-nos a considerar a classificação como um elemento fundamental para a definição de prazos de conservação de toda a informação produzida e recebida.



A execução deste projeto para além de uma pesquisa e recolha de informação, requer um levantamento das tarefas executadas, levantamento das unidades orgânicas, dos documentos relativos aos processos de gestão. Ora, sendo um trabalho a levar a cabo junto dos departamentos e sua área de ação, dos colaboradores e as tarefas desempenhadas; o tipo de documentos recebidos e produzidos e a sua utilidade, e posteriormente efetuar o levantamento das tarefas realizadas pelos colaboradores, e ainda o levantamento dos documentos “modelo” que são utilizados pelos colaboradores no cumprimento das suas tarefas, implicava uma abordagem direta e trabalho em campo que não se coadunava com as medidas gerais de prevenção e controlo de COVID 19, pelo que este projeto não teve o desenvolvimento desejado.

O processo de atualização das aplicações Medidata “Sigma.flow” e “Sigma.doc” é contínuo, dada a dinâmica dos serviços e vontade em otimizar os serviços, nomeadamente os processos administrativos das licenças, autorizações e outros, produzidas no Setor de Taxas e Licenças.

No Atendimento Geral, foi um ano atípico quanto ao atendimento presencial de munícipes, considerando que houve um período alargado em que os serviços de atendimento estiveram encerrados ao público, em cumprimento das medidas governamentais de combate à pandemia provocada pelo Covid 19. Assim, o atendimento foi em grande escala e sempre que permitido, feito por marcação prévia, privilegiando-se o atendimento digital, através dos meios eletrónicos.

No setor administrativo assistimos a um aumento dos processos tramitados, uma vez que foram tratados não só todos os processos decorrentes do trabalho normal do município, mas também os novos processos decorrentes da pandemia.

No final do ano, teve início o processo para as eleições para a Presidência da República, que face à situação de pandemia, obrigaram a grandes alterações de procedimentos, implicando a necessidade de maior número de recursos humanos e grande dispêndio de tempo.

Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

A Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional (DRHDO), tem por missão desenvolver e gerir uma política de recursos humanos orientada para o



desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, envolvimento e corresponsabilização, promovendo a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, visando a adequação do capital humano às necessidades do Município.

Assim, tendo sempre bem presente uma perspetiva de melhoria continua e de respeito pelos preceitos legais em vigor, em 2020 a DRHDO desenvolveu as seguintes ações/projetos.

Reforço de Recursos Humanos e Gestão de Competências

Em março de 2020, com a publicação do Decreto Lei n.º 10-B/2020, é atualizada a base remuneratória da administração pública em 0.3%, para a generalidade dos vencimentos.

Apesar de pouco expressiva, a verdade é que desde 2009, não havia qualquer atualização salarial na Administração Pública Portuguesa.

Nessa conformidade a DRHDO, procedeu à atualização dos vencimentos com efeitos retroativos a janeiro de 2020.

Formação Profissional

A formação tem sido o “veículo”, através do qual temos procurado intervir de forma positiva, na gestão de carreiras dos nossos colaboradores, dando-lhes a oportunidade, de através da atualização de conhecimentos ou de aquisição de novas competências, potenciar o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Falamos da formação tradicional, com vista à aquisição de novos conhecimentos e competências técnicas, mas também da formação comportamental, cujo objetivo é promover a alteração de comportamentos e a consolidação de competências, como a liderança e a gestão de equipas.

Na sequência do Projeto Emoções+ iniciado em 2018, surge assim em 2020 “O lado b de nós”, que consistiu na realização de uma série de entrevistas a alguns colaboradores, escolhidos em cadeia, por cada um dos entrevistados, onde a ideia era abordar os temas relacionados com a vivência do fenómeno Pandemia Covid 19, como sejam o isolamento, o medo e a solidão, a saudade, a perceção do valor da “normalidade” e também as questões relacionadas com o teletrabalho, a conciliação da vida pessoal e profissional ou as diferenças de género nestas vivências, tudo com o objetivo de conhecer um pouco do Lado B de nós...



Paralelamente e apesar dos constrangimentos anteriormente referidos, durante o ano de 2020 foram desenvolvidas outras ações de formação (internas e externas) que totalizaram 1.388 horas de formação, distribuídas por 58 ações de formação (inscrições gratuitas e não gratuitas). A maioria destas ações foram não presenciais, sendo que este formato, único possível, tem serias limitações, nomeadamente da partilha de informação entre formador e formandos, mas sobretudo entre formandos.

Recrutamento e Seleção

Contratação de Pessoal

Ultrapassada a fase de total constrangimento à admissão de novos colaboradores na Administração Pública, a DRHDO tem procedido à abertura dos procedimentos concursais, com vista à ocupação dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal e de acordo com as prioridades definidas superiormente, resultando em 2020 num total de 28 procedimentos concursais, conforme o mapa que se segue e dos quais 9 conseguimos iniciar e terminar em 2020.

Promovemos também Mobilidade Intercarreiras, com o intuito de colmatar as necessidades dos serviços e promover o aumento dos níveis motivacionais dos colaboradores.

Ao abrigo do programa PEPAL, o Município teve possibilidade de solicitar a realização de 26 estágios. Destes 26 estágios profissionais, e após a conclusão dos referidos procedimentos concursais, foram admitidos 17 estagiários, cujos estágios decorreram durante o ano 2020, com termino em 2021.

Segurança e Saúde no Trabalho

A atividade da DRHDO, passa também por proporcionar a todos os colaboradores boas condições de Saúde, Higiene e Segurança no respetivo posto de trabalho, de forma a minimizar os riscos associados e, consequentemente diminuir a ocorrência de acidentes.

Através do Serviço de Medicina, Saúde e Segurança do trabalho (SMSST), pretendemos promover novos hábitos e comportamentos mais seguros, numa perspetiva de prevenção do aparecimento de doenças, bem como da ocorrência de acidentes de trabalho.

No contexto atual que vivemos, marcado pela pandemia que a todos nos surpreendeu, esta área da Gestão de Recursos Humanos, ganhou ainda mais importância, assumindo-se como a grande prioridade para a DRHDO.



Por conseguinte, a partir de fevereiro de 2020 toda a atividade do SMSST, focou-se essencialmente no desenvolvimento de ações com vista ao combate à COVID-19, nomeadamente a elaboração do “Plano de Contingência dos serviços municipais” e do “Plano de Medidas a Adotar no regresso em Segurança ao Trabalho”, que foram sendo sucessivamente atualizados.

Face ao exposto, em matéria de combate à pandemia, destacam-se as seguintes intervenções:

Equipamentos de proteção individual e outros: durante a primeira fase de confinamento do país, grande parte dos colaboradores do Município esteve em teletrabalho, contudo, uma pequena minoria manteve-se em funções presenciais, havendo a necessidade de dotar os seus espaços de trabalho de todas as regras de segurança associadas a este novo contexto. Com esse intuito a DRHDO, através do SMSST procurou garantir as condições mínimas de segurança a essas pessoas, quer através da reorganização dos espaços físicos de trabalho, bem como da disponibilização de equipamentos individuais de segurança, de forma a evitar-se eventuais infeções por contágio entre colegas, tarefa que dada a escassez de produtos no mercado, exigiu uma gestão diária das poucas unidades existentes.

Com o aumento do número de colaboradores em serviço presencial, aquando o início do desconfinamento da “primeira vaga Covid19”, o SMSST assumiu esta responsabilidade para com todos os colaboradores do Município, o que implicou a gestão de necessidades, o armazenamento e a distribuição de todos equipamentos individuais de segurança e demais materiais, por todos os serviços.

Espaços de trabalho: foi necessário reorganizar os vários locais de trabalho para mitigar a propagação do vírus entre os colaboradores. Para o efeito, o SMSST visitou todos os espaços de trabalho localizados nos vários edifícios Municipais para, juntamente com os seus responsáveis, definir o “lay-out” que melhor garantisse a segurança dos seus utilizadores, conjugando-o com o estabelecimento de rotatividade de horários, com a aplicação de barreiras físicas (acrílicos), com a sinalização de circuitos, etc..

Outra das intervenções do SMSST, passou pela reestruturação e adaptação dos espaços comuns.

Ações de sensibilização: sensibilizar todos os colegas para o cumprimento das medidas de segurança internamente definidas, de modo a evitar potenciais cadeias de contágio. Assim, o SMSST desenvolveu várias ações de sensibilização sobre esta temática, as quais envolveram 300 colaboradores, repartidos por todos os pelouros.



Acompanhamento de colaboradores suspeitos, infetados e em apoio familiar: em cada um dos casos detetados foi efetuado o rastreio dos respetivos contactos em contexto laboral e tomadas as medidas que se afiguravam mais adequadas, em estreita articulação com a Autoridade Local de Saúde, nomeadamente, o isolamento dos contactos de risco e a marcação do respetivo teste, sempre com o intuito de se evitar possíveis cadeias de transmissão.

Também todos os isolamentos profiláticos resultantes de contexto não laboral que vieram a conhecimento do SMSST, foram acompanhados por este serviço, dando-lhes todo o tipo de apoio que necessitavam.

Agendamento de testes SARS-COV2: de forma a reduzir o risco de cadeias de contágio do SARS-COV2 entre os colaboradores, no sentido de se evitar surtos, o SMSST agendou aproximadamente uma centena de testes PCR ao SARS-COV2.

Desinfeção de espaços de trabalho: sempre que identificados casos positivos de SARS-COV2, em contexto laboral, o SMSST agilizou a desinfeção do espaço de trabalho ocupados por tais colaboradores. No total foram desinfectados 11 espaços de trabalho.

Paralelamente às atividades anteriormente referidas em 2020 o SMSST continuou a desenvolver as suas atividades habituais no âmbito da melhoria das condições de segurança dos colaboradores do Município, bem como da promoção, da prevenção e do controlo da sinistralidade laboral, nomeadamente: Exames médicos; Auditorias a Locais de trabalho; Ações de sensibilização; Consulta aos trabalhadores no âmbito do questionário da Autoridade para as Condições de Trabalho, ACT; Acidentes de trabalho; Doenças Profissionais; Trabalhadores com necessidades específicas; Fardamento.

Responsabilidade Social do Município

O contexto de pandemia dificultou a intervenção do Município em matéria de acolhimento de projetos de Contrato de Emprego e Inserção e de estagiários no âmbito de realização de estágios curriculares. Mesmo assim, a DRHDO procurou dar continuidade à estratégia dos últimos anos neste âmbito, nomeadamente com a admissão de colaboradores no âmbito dos Contratos de Emprego e Inserção – CEI, assim como através da atribuição de estágios curriculares.



Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Os Julgados de Paz surgem, nos dias de hoje, como uma tentativa de simplificar a tramitação processual civil e de acelerar a prolação de decisão nas ações declarativas cujo valor não exceda € 15.000,00.

O seu objetivo e princípio fundamental consiste em permitir a participação cívica dos interessados e estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

Trata-se, assim, de um meio alternativo e desformalizado face à Justiça tradicional, mormente os Tribunais da ordem judicial, assente numa estrutura de regulação concertada de conflitos, que procura um acolhimento social generalizado e uma adaptação à sociedade portuguesa, ainda imbuída de uma cultura de litigiosidade aguerrida e adversarial.

A instalação do Julgado de Paz de Santa Maria da Feira resulta de um protocolo, celebrado no dia 05 de janeiro de 2005, entre o Município de Santa Maria da Feira e o Ministério da Justiça, tendo entrado em funcionamento em 28 de novembro de 2006.

Segundo as estatísticas publicadas pelo Conselho dos Julgados de Paz, desde a data da sua instalação até 31 de dezembro de 2020, entraram neste Julgado de Paz um total de 4041 processos e findaram 3976 processos. Em termos percentuais, encontram-se findos cerca de 98% dos processos entrados.

No exercício do ano 2020, deram entrada no Julgado de Paz de Santa Maria da Feira um total de 181 processos e 1 providência cautelar. Foi, ainda, tramitada uma mediação extra competência. A descida no número de ações entradas deveu-se, fundamentalmente, à crise pandémica mundial decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2.

Findaram 207 processos, sendo que 118 dos mesmos findaram por entendimento entre as partes, ou seja, 58% dos processos findaram por conciliação, acordo em mediação, transação e inutilidade, o que evidencia a vertente conciliatória e pacificadora dos Julgados de Paz.

No ano de 2020, foi realizada uma formação, em formato webinar, subordinada ao tema “Salas de videoconferência webex”, organizada pela Direção Geral de Política da Justiça, de forma a dotar os recursos humanos deste serviço de valências para a utilização autónoma da plataforma Webex.



No dia 27 de novembro de 2020, ocorreu uma ação de formação, transmitida em canal aberto no Canal CEJ, no canal Justiça TV e em suporte Webex, subordinada ao tema “Tribunais judiciais e julgados de paz: em diálogo”, tendo sido uma das oradoras convidadas a Juíza de Paz Coordenadora do Julgado de Paz de Santa Maria da Feira – Dra. Daniela Santos Costa. No mesmo mês, foi publicado na Revista Julgar “on line” um artigo da autoria da Juíza de Paz Coordenadora do Julgado de Paz de Santa Maria da Feira, sob o título “O ser e o dever do juiz de paz – visão de uma magistrada”.

O Julgado de Paz tem vindo a cumprir a sua missão de tornar a justiça mais acessível, dando aos munícipes a possibilidade de sindicarem os seus direitos, a custos reduzidos e de forma célere, o que contribui para a pacificação e equilíbrio social.

CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

O CIAC tem por objetivo o apoio e informação aos consumidores residentes em Santa Maria da Feira bem como a promoção da educação para o consumo nas camadas mais e menos jovens da população. Os consumidores estão, hoje, mais expostos a técnicas de marketing e publicidade muito apelativas e, cada vez mais, fazem as suas compras através da internet, pelo que o CIAC, nesta área, tem como objetivo sensibilizar e induzir comportamentos de forma a que os consumidores façam escolhas assertivas, estejam mais atentos nas compras à distância, designadamente, aos métodos de pagamento. Neste contexto, o CIAC divulgou informação e vários alertas, nas várias plataformas digitais que o Município disponibiliza, relativamente ao uso da internet durante o estado pandémico, com o objetivo de prevenir e acautelar os consumidores na sua utilização.

No decorrer do ano de 2020, mediante análise estatística, verificou-se, conforme os anos anteriores, que se mantém uma elevada procura deste serviço para a resolução de conflitos no setor das telecomunicações, serviços públicos essenciais (eletricidade, água e gás), comércio eletrónico, cancelamento de voos e viagens e ainda no cancelamento de diversos eventos sociais e culturais.

No que diz respeito ao Apoio ao Sobre-endividamento, no âmbito da parceria com Gabinete de Proteção Financeira da Deco, foi disponibilizada informação e aconselhamento personalizado através de marcações prévias e videochamadas com os consumidores que necessitaram deste apoio. De referir que a maioria dos pedidos de ajuda continuou a ser de



trabalhadores por conta de outrem, tendo-se registado 982 atendimentos, durante o ano transato.

Relativamente aos processos de reclamação foram registados 51 processos, dos quais 34 correspondem a mediação conseguida, 1 não conseguida, 15 respeitam a processos enviados para outras entidades e 1 ainda se encontra em mediação.

No ano de 2020, consequência da pandemia, não foi possível realizarem-se as atividades habituais de informação direta junto da população.

**obras municipais,
mobilidade, planejamento,
e ordenamento de território**



Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território

Departamento de Obras Municipais

O Departamento de Obras Municipais (DOM) prosseguiu, durante o ano de 2020, com as atividades afetas ao serviço de coordenação no âmbito das empreitadas de obras públicas, com maior ênfase no acompanhamento dos procedimentos conducentes ao planeamento e execução financeira, assegurando a adequada gestão dos contratos.

O DOM teve em 2020 um crescimento significativo do total de empreitadas em curso, resumindo-se, no quadro abaixo, os principais números do departamento. Apesar do aumento do número de empreitadas em curso ser marginal, o volume de obras cujo processo de empreitada já se iniciou, isto é, já, pelo menos, houve o lançamento do respetivo processo de concurso, praticamente duplicou, o que demonstra inequivocamente a nova dinâmica municipal.

Ano	2019	2020
Número de processos em curso	95	103
Total empreitadas no DOM	17 440 363,42 €	31 857 503,13 €

Do valor apresentado para 2020, o quadro seguinte detalha o valor por faturar das empreitadas já em execução, e o valor das empreitadas ainda por iniciar.

Faturação por realizar de empreitadas em curso	11 606 005,66 €
Empreitadas ainda não iniciadas, com processo em curso	20 251 497,47 €

O diretor de departamento exerce, ainda, as funções de gestor de contrato, tendo, para o efeito, elaborado durante o ano de 2020 um total de 93 informações em contexto de gestão de contratos de empreitadas em curso no ano anterior. Ainda no âmbito da gestão de contratos, foram elaborados um conjunto de relatórios, na sequência dos Relatórios Finais de cada empreitada, com Indicadores de Execução Financeira, Níveis de Qualidade Técnica e Níveis de Execução Financeira, totalizando 27.

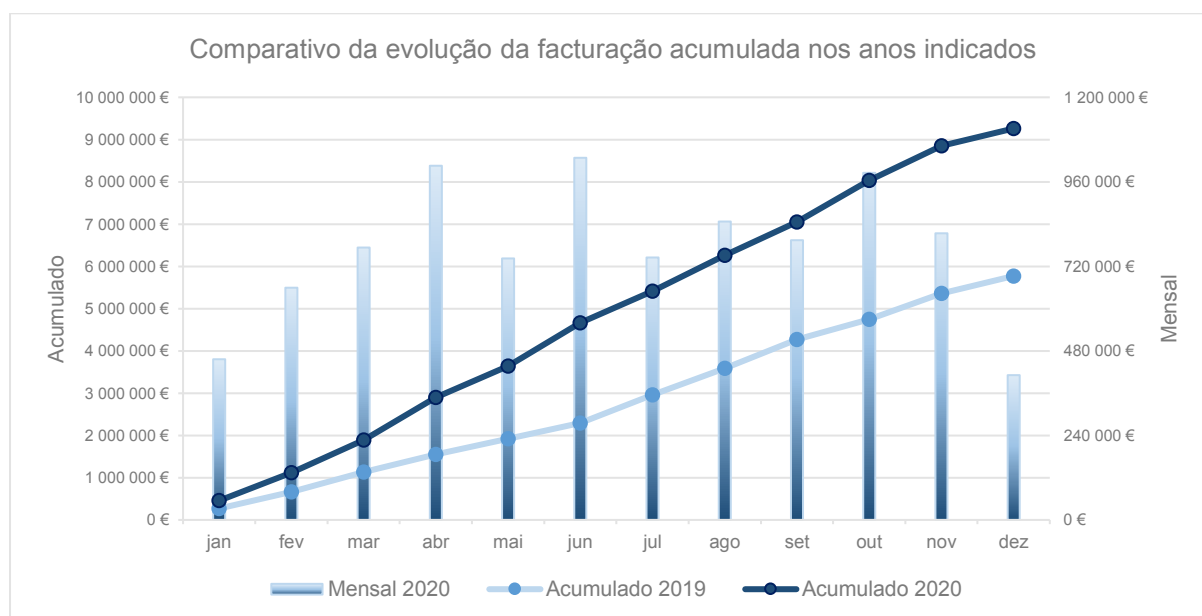
Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE)

A Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE) prosseguiu, durante o ano de 2020, as atividades afetas ao serviço, materializadas na fiscalização de empreitadas de obras públicas, objeto de procedimento de contratação, à luz do previsto no Código de Contratação Pública e legislação conexas, desde a assinatura do contrato até à entrega em definitivo dessas empreitadas ao Município. Continuou a desenvolver a atividade de coordenação de segurança em obra dessas mesmas empreitadas, assegurando que as entidades

executantes cumprem com os requisitos da legislação em vigor em matéria de segurança e saúde no trabalho, bem como as funções de perito agregado a júris de procedimentos de contratação pública.

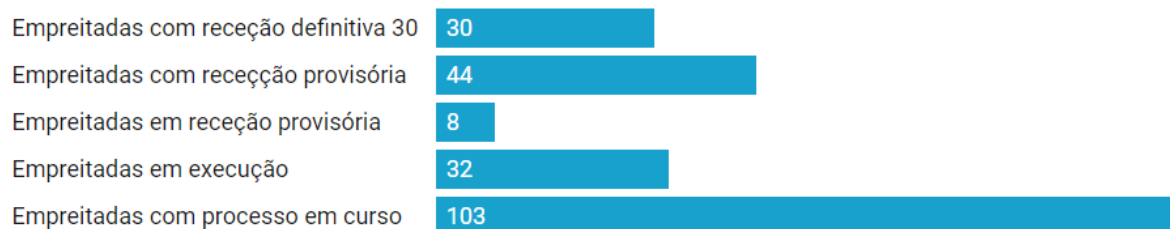
Volume de faturação das obras fiscalizadas

Registou-se no ano de 2020 um acréscimo de 60 por cento, relativamente ao ano anterior, no valor de faturação acumulado no final do ano, o qual se cifrou em 9.262.770,77 €. O gráfico que se segue ilustra a comparação entre o ano de 2019 e o ano de 2020, demonstrando cabalmente o incremento da realização de obras municipais acompanhadas pela DFE. Note-se que aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.



O quadro que se segue resume o ponto de situação das empreitadas na DFE

Ponto de situação das empreitadas



Obras rececionadas definitivamente

Foram efetuadas as vistorias necessárias à realização de 30 receções definitivas de empreitadas, cujo prazo de garantia terminou no ano de 2020.

Obras rececionadas provisoriamente durante o ano de 2020

Foram rececionadas provisoriamente ao longo do ano 44 empreitadas, conforme descrito na lista:

- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do Concelho - 2.ª Fase
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos do concelho - 3ª Fase
- Construção da rede de drenagem pluvial no lugar das Fontainhas - Arrifana - Santa Maria da Feira
- Requalificação Urbana Fase I - Paços de Brandão - Santa Maria da Feira
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do concelho - 5ª Fase – Santa Maria da Feira
- Pavimentação com mistura betuminosa nas freguesias de Argoncilhe, Caldas de São Jorge e Rio Meão
- Requalificação da rua Armando Pinto Assunção - Santa Maria da Feira
- Requalificação urbana da área central de Fiães - Fases 1, 2 e 3
- Pavimentação, com mistura betuminosa e infraestruturas, em vários arruamentos do Concelho - Santa Maria da Feira
- Requalificação urbana da área central de Lourosa
- Demolição de Edifício, anexos e muros de vedação, localizados entre as ruas S. Domingos e Nossa Senhora das Neves - Fiães
- Requalificação da rua Armando Pinto Assunção - Fase II -Santa Maria da Feira
- Reabilitação de empreendimento de habitação social - Milheirós de Poiares
- Reabilitação de empreendimento de habitação social – Guisande
- Reabilitação de empreendimento de habitação social – Escapães



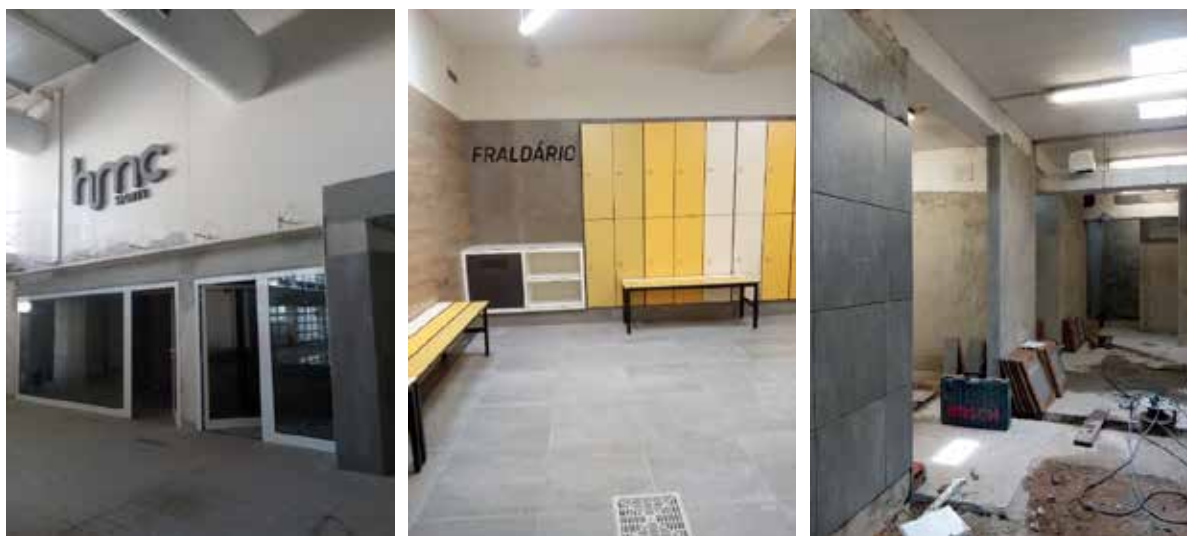
- Construção de arruamento e requalificação na zona industrial da Silveirinha - São João de Ver



- Infraestruturas em Ordonhe - Argoncilhe
- Reparação das redes de drenagem doméstica e pluvial na rua São Nicolau – Santa Maria da Feira
- Reabilitação de empreendimento de habitação social - Lourosa - Cadinha
- Reabilitação de empreendimento de habitação social - Caldas de S. Jorge
- Reabilitação de Empreendimentos de habitação Social - Canedo
- Prolongamento da rede de esgotos entre a travessa de Valbões e o cruzamento de Beire - S. João de Ver
- Infraestruturas de loteamento – lugar das Eiras de Baixo/Casal, Avenida 25 de Abril
- Pavimentação na Zona Norte do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 1
- Pavimentação na Zona Norte do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 2
- Construção de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em vários arruamentos da cidade de Fiães
- Pavimentação Urbanização das Penas - Paços de Brandão
- Pavimentação na Zona nascente do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 1
- Pavimentação na Zona nascente do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 2
- Pavimentação na Zona nascente do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 3
- Construção de muro suporte na rua da Fonte - Travanca
- Construção da passagem hidráulica para travessia de ferrovia, lugar da Póvoa de Baixo - Paços de Brandão
- Pavimentação de recreios escolares em betão poroso - várias freguesias
- Requalificação de rotundas em Romariz - Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras - Santa Maria da Feira
- Construção da rede de drenagem de águas residuais na rua da Ribeirinha - Santa maria de Lamas
- Pavimentação da Zona Industrial da Silveirinha - São João de Ver



- Execução de Fundações do Edifício H da Escola Coelho e Castro - Fiães - Santa Maria da Feira
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos - 8ª Fase, nas freguesias de Lourosa e São João de Ver
- Requalificação do Polidesportivo do Engenho Velho - S. Paio de Oleiros
- Requalificação do Polidesportivo do Parque Nossa Senhora da Saúde - S. Paio de Oleiros
- Requalificação de balneários e sala de professores - Piscinas Municipais de Fiães



- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos - 8ª Fase, nas freguesias de Caldas de S. Jorge, Escapães e Pigeiros
- Remodelação das Instalações Sanitárias da escola Básica de Pigeiros - Santa Maria da Feira

Obras em execução à data de 31/12/2020

No final do ano encontravam-se em fase de execução ou em fase de receção provisória 40 empreitadas.

Obras em fase de receção provisória

- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do Concelho - 6.ª Fase - Santa Maria da Feira
- Requalificação da Rua da Igreja - São Paio de Oleiros
- Remodelação da escola Coelho e Castro – Fiães



- Reabilitação de Empreendimentos de habitação Social - Paços de Brandão
- Requalificação Urbana da área central de Fiães - Fase 4



- HMC SPORTS - Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira - Remodelação de Gabinetes Terapêuticos
- Pavimentação Rua Prof. Domingos Henrique Ferreira, Rua do Barreira e Travessa da Estrada Nova - Sanguedo



- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos - 8ª Fase, nas freguesias de Souto, Mosteirô e Fornos



Obras em execução

- Requalificação da Rua Dr. Carlos Alberto Almeida - Vila Maior
- Ampliação da Zona Industrial de Arrifana
- Construção do Centro Veterinário Municipal
- Reabilitação de Empreendimento de Habitação Social - Fiães - Souto
- Drenagem de águas pluviais na Rua dos Canteiros/Rua das Corgas - Santa Maria da Feira
- Reabilitação e Ampliação do Edifício destinado a Arquivo Municipal



- Reabilitação de empreendimentos de Habitação Social - Fiães - Ferradal
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos - 8ª Fase, nas freguesias de Santa Maria de Lamas e Rio Meão

- Requalificação ambiental das margens do Rio Uíma - 3ª fase - troço entre a Rua do Rio Uíma (Lobão) e as Termas das Caldas de São Jorge



- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 8ª Fase – nas freguesias de Sanguedo, Fiães e Romariz
- Ampliação da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e execução da rede pluvial na Rua entre campos - Lobão
- Requalificação de rotundas A32-Saída Gião (r1) EM327 Acail - Souto (r2) Rua Cruz de Malta - Rio Meão (r3)
- HMC SPORTS - Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira, Requalificação de Instalações Sanitárias (apoio a eventos) e Requalificação de Zonas de Duche M e H - Santa Maria da Feira
- Ciclovia - Av. Doutor Francisco Sá Carneiro - São João de Vêr



- Reabilitação da Avenida do Corgo - Arrifana
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos - 8ª Fase, nas freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares - Santa Maria da Feira

- Requalificação da Praceta Rosa Amorim - Santa Maria de Lamas



- Requalificação de Arruamentos em Paços de Brandão
- Requalificação separador N1 - Rua Terras de Santa Maria em Arrifana



- Pavimentação na Zona Sul do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 1
- Pavimentação na Zona Sul do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 2
- Pavimentação na Zona Sul do concelho - Santa Maria da Feira - Lote 3
- Pavimentação em betão betuminoso nas freguesias de Paços de Brandão e Mozelos
- Infraestruturas de Alimentação de Eletricidade da Quinta do Castelo - Santa Maria da Feira
- Arranjo Paisagístico da Rotunda do Hospital - Santa Maria da Feira
- Marcação Rodoviária de pavimentos na Rede Viária Municipal II
- Execução de passeio, muro de vedação e tanque - rua da cerejeira, nº 106, Fiães
- Pavimentação em betão betuminoso na União de Freguesias de Lobão, Gião, Guisande e Louredo - 8ª Fase
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior



- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos na freguesia de Argoncilhe
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo - 8.ª Fase
- Valorização económica e territorial dos Caminhos de Fátima - Troço de Santa Maria da Feira

Perito agregado a júris de procedimentos de contratação pública

A DFE assegura ainda a assessoria técnica ao júri na análise de propostas dos vários tipos de procedimentos para contratação de serviços e empreitadas, procedendo à análise e ordenação das propostas conforme critérios definidos no procedimento. Quando necessário, analisa as reclamações dos concorrentes e procede à emissão do respetivo parecer, na qualidade de perito agregado ao júri.

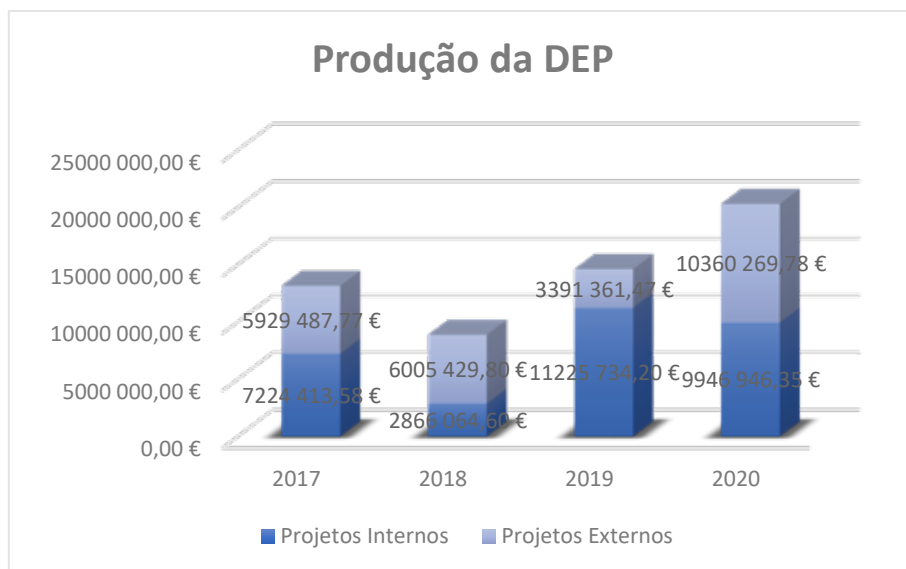
Neste âmbito, foram emitidos 94 pareceres, divididos da seguinte forma: 53 pareceres de procedimentos de concurso público, 16 pareceres de procedimentos de consulta prévia, oito pareceres de procedimentos de ajuste direto e 17 pareceres relativos a reclamações de concorrentes.

Divisão de Estudos e Projetos (DEP)

Durante o ano de 2020, a Divisão de Estudos e Projetos deu continuidade às orientações afetas ao serviço, concretizando um conjunto significativo de importantes projetos para várias áreas da atividade municipal. Foram desenvolvidos projetos para a construção e renovação de edifícios, arruamentos, espaços públicos e infraestruturas, de forma a melhorar as condições dos munícipes e dos trabalhadores do município ou a colmatar falhas detetadas, não esquecendo, em simultâneo, as preocupações de sustentabilidade energética e ambiental.

A maioria destes projetos deram origem a processos de concurso para a contratação de empreitadas de obras públicas. No total, a divisão realizou processos para concursos de empreitada que superaram os 20 milhões de euros de investimento municipal, o que corresponde a um aumento superior a 40 por cento relativamente ao ano anterior. Deste valor, sensivelmente 50 por cento é referente a projetos elaborados apenas pelos técnicos da divisão, e os restantes 50 por cento com o apoio de serviços contratados externamente. O quadro e a tabela que se seguem apresentam a evolução da produção da DEP.

Ano	2017	2018	2019	2020
Projetos Internos	7 224 413,58 €	2 866 064,60 €	11 225 734,20 €	9 946 946,35 €
Projetos Externos	5 929 487,77 €	6 005 429,80 €	3 391 361,47 €	10 360 269,78 €
Total	13 153 901,35 €	8 871 494,40 €	14 617 095,67 €	20 307 216,13 €



Desta forma, identificamos os principais processos preparados por esta divisão:

Edifícios Desporto

- Construção de piscina de Canedo



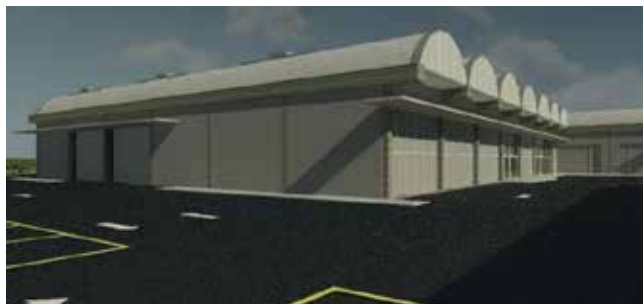
- Manutenção do Polidesportivo da Ribeira da Venda, Argoncilhe
- Requalificação dos Polidesportivos Dr. Feiteira Maia, Mozelos
- Reabilitação do Pavilhão Desportivo de Lobão/Gião
- Requalificação do Polidesportivo da Vergada – Ordonhe
- Remodelação interior do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães

Edifícios de Educação

- Remodelação das instalações sanitárias e acessibilidades da Escola Básica do Outeiro, Rio Meão
- Requalificação do Centro Escolar de Nogueira da Regedoura - 2ª Fase
- Reabilitação do Jardim de Infância de S. Domingos, Argoncilhe
- Substituição da cobertura da EB nº1 da Feira
- Pavimentação do recreio da Escola Coelho e Castro, Fiães
- Cobertos de entrada das EB1 - Aldeia Nova, Casalmeão e Pousadela

Edifícios Municipais

- Repavimentação e manutenção do Cemitério de Santa Maria da Feira
- Reabilitação e alteração das oficinas e armazéns municipais



- Construção de um edifício para Posto Médico e Gabinete de Metrologia
- Reabilitação do complexo Europarque - Arranjos Exteriores

Edifícios Culturais

- Retificação do telhado e instalação de equipamentos de climatização no Imaginarius Centro de Criação

Edifícios de Saúde

- Ampliação da USF - Unidade de Saúde Familiar de Rio Meão
- Unidade de Saúde Familiar de Nogueira da Regedoura e S. Paio de Oleiros



Infraestruturas

- Reconstrução de um troço de coletor de drenagem de águas pluviais na Rua do Bolhão, Fiães
- Construção da rede de drenagem pluvial da Rua da Alegria
- Construção das redes de drenagem de águas residuais do estaleiro e do Centro Veterinário Municipal na Zona Industrial da Corujeira, S. João de Ver
- Infraestruturas de alimentação de eletricidade da Quinta do Castelo da Feira
- Construção da rede de abastecimento de água e das redes de drenagem de águas residuais na Rua das Ribeiras de S. Pedro, Lobão
- Estabilização e recuperação de minas de água em Santa Maria da Feira

Requalificação Urbana

- Requalificação da Alameda Alfredo Henriques, Mozelos
- Requalificação da Rua Coelho e Castro, Fiães
- Requalificação da Praceta Rosa Amorim, St^a M^a Lamas
- Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha, St^a M^a de Lamas
- Requalificação Urbana do Arraial de Lourosa



- Ciclovia da Feira - Percurso Urbano do Cáster - Santa Maria da Feira



- Ciclovia Via Espargo - Paços de Brandão
- Requalificação da Rua da Mata - Paços de Brandão, Rio Meão, Stª Mª de Lamas

Eficiência Energética

Eficiência energética nas escolas - EB2 e J.I. da Feira



Processos de urbanismo

- Execução de passeio, muro de vedação e tanque - Rua de Cerejeira nº106 - Fiães

Requalificação Viária

- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na freguesia de Argoncilhe - 8ª Fase
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União de freguesias de Lobão, Gião, Guisande e Louredo - 8ª Fase
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União de freguesias de Santa Maria da Feira, Sanfins e Espargo - 8ª Fase



- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União de freguesias de Santa Maria da Feira, Sanfins e Espargo - 8ª Fase
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União de freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior - 8ª Fase
- Requalificação Urbana da Rua do Mourão
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de Arrifana e M. Poiares
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de Santa Maria de Lamas e Rio Meão
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de Sanguedo e Fiães
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de Lourosa e S. João de Ver
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de Caldas de S. Jorge, Pigeiros e Escapães
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de Nogueira da Regedoura e S. Paio de Oleiros
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, na União de Freguesias da Feira, Travanca, Sanfins, Espargo e Fornos
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª Fase, nas freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteiro
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos 9ª fase, nas freguesias de Mozelos e Romariz
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos 9ª fase, na União de freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos 9ª fase, na freguesia de Argoncilhe e lugar de Paçô (Canedo)
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos 9ª fase, na União de freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior

Além da execução de projetos e das respetivas tarefas nos procedimentos concursais, a divisão prestou acompanhamento às obras em execução, em particular na assistência técnica ao projeto.

Por fim, salienta-se que muitos outros projetos encontram-se em avançada fase de elaboração, prevendo-se as suas conclusões e aberturas dos procedimentos em 2021.



Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos (DAIE)

O DAIE exerce a sua atividade transversalmente a dois pelouros, sendo, no essencial, responsável pela manutenção e conservação dos edifícios municipais e pela infraestrutura viária. Sob a sua dependência, mas pertencendo ao Pelouro da Proteção Civil, Espaços Verdes e Jardins e Ação Social, o departamento coordena ainda as atividades da Divisão de Serviços Urbanos, Divisão de Ambiente e Divisão de Espaços Verdes e Jardins. O Departamento garante a coordenação e integração de todos os serviços, tendo sob a sua alçada a ação das brigadas do município, em particular nas intervenções de carácter mais urgente.

Mencione-se que, no ano de 2020, e como medida de proteção sanitária no âmbito do COVID, as brigadas municipais passaram a operar em jornada contínua, o que se refletiu num aumento da produtividade, essencialmente decorrente da eliminação da pausa e deslocação correspondente à hora de almoço.

Divisão de Conservação de Edifícios (DCE)

A DCE tem como principal missão a conservação dos equipamentos municipais e, em consequência do envelhecimento destes equipamentos, a sua intervenção tem ganho importância crescente.



No gráfico antecedente, apresenta-se um gráfico em que se representa, em seis grandes grupos de atividades, o investimento efetuado em cada grupo nos últimos quatro anos, demonstrando-se claramente o aumento do investimento municipal na conservação e manutenção de edifícios. Note-se também que os edifícios escolares são os que mais atenção têm merecido.

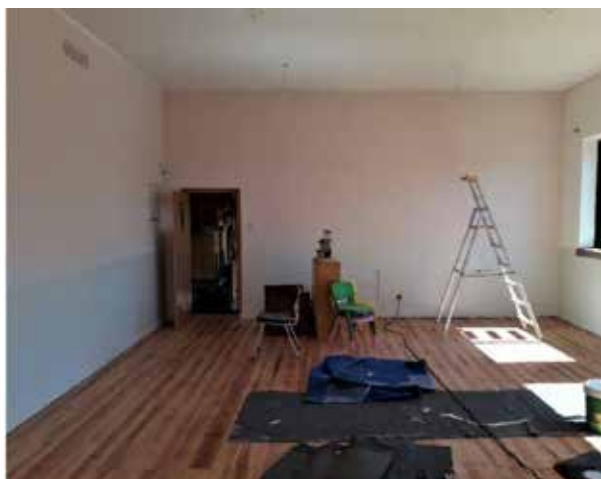
Foram várias as intervenções realizadas pela DCE, realçando-se:

Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações, a destacar:

- Remodelação das instalações sanitárias do Jardim-de-infância de Casalmeão, na freguesia de Lourosa;



- Remodelação das instalações sanitárias do Jardim-de-infância de Fonte Seca, na freguesia de São João de Vêr;
- Substituição do revestimento da cobertura e remates e melhoria das condições térmicas na cobertura, no Jardim-de-infância de Igreja, na freguesia de Romariz;
- Requalificação das salas de aula e paramentos exteriores do Jardim-de-infância de Macieira, na freguesia de São Miguel do Soutelo;



- Substituição dos caixilhos de madeira e envidraçados simples, por caixilhos de alumínio e envidraçados duplos, em todos os vãos das salas de aula, na Escola Básica de Outeiro, na freguesia de Arrifana;
- Reconstrução do muro de suporte frontal, em pedra aparelhada, que estava em perigo de derrocada, na Escola Básica de Aldeia, na freguesia de Sanfins;

Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do município, manutenção e conservação do mercado municipal e cemitério, bem como equipamentos destinados a realizações de interesse público ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações, destacando-se;

- Instalação de equipamento de renovação do ar interior no Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;
 - Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do Parque habitacional Social do Concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações;
 - Execução de manutenção e conservação de espaços e parques de lazer ao nível da pintura, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a destacar:
- Manutenção de madeiras dos passadiços do Parque Ribeiras do Uíma, na freguesia de Fiães e Lobão;
 - Reconstrução e reforço de açude e muros laterais em gabião, na Praia Fluvial da Mamoá, na freguesia de Milheirós de Poiares;
 - Execução de trabalhos de manutenção e conservação de fontanários e espelhos de água públicos, bem como, infraestruturas públicas a cargo do Município, ao nível de trabalhos correntes de pintura, serralharia, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras.

- Apoio a vários eventos efetuados ao longo do ano, do Pelouro de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus e Pelouro de Educação, Desporto e Juventude;

Divisão de Mobilidade, Rede Viária e Trânsito

A atividade da Divisão de Mobilidade, Rede Viária e Trânsito (DMRVT) ficou, claramente, marcada, em 2020, pela prossecução do plano de investimentos do município na reabilitação dos arruamentos do concelho, consubstanciando a aposta assumida pelo Executivo. Um conjunto relevante de empreitadas culminou na pavimentação quase 100 quilómetros de vias.

O ano em análise contou, por outro lado, com investimento municipal em novos equipamentos de apoio às brigadas, nomeadamente uma pavimentadora de misturas betuminosas a quente, um equipamento de pintura rodoviária e de apoio à sinalização vertical de trânsito e uma retroescavadora com novas funcionalidades no apoio aos trabalhos por administração direta. A aquisição permitiu um aumento de produção, e de qualidade, dos trabalhos executados pelos serviços municipais.

Mobilidade

No âmbito da mobilidade, 2020 assinala o incremento do trabalho conjunto com a área Metropolitana do Porto, nomeadamente com a abertura de concurso público internacional para a aquisição do serviço público de transporte rodoviário. O Município preparou o trabalho conducente à gestão das paragens no âmbito dos futuros contratos, finalizando a respetiva proposta e inserindo os dados no sistema de informação geográfica na Plataforma da AMP criada para o efeito.

A par disso, o serviço regular “Transfeira” manteve a sua atividade, com novos horário e itinerário, adequados às necessidades dos utilizadores, destacando-se, em particular, a adaptação de percursos procurando servir os equipamentos ligados à saúde, muito devido à pandemia.



A mobilidade elétrica é um paradigma cada vez mais colocado na ordem do dia, a que o Município não poderia deixar de estar associado, colaborando na elaboração do procedimento de concessão da rede de postos de carregamento de veículos elétricos. Foi concluída a proposta de localização de postos elétricos para a concessão, que está pronta para ser lançada.

Ainda no capítulo da mobilidade, o Município participou no PMUS AM Porto – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Área Metropolitana do Porto, apoiando o grupo de trabalho encarregue da sua elaboração. Por outro lado, produziu o plano de mobilidade para o concelho de Santa Maria da Feira, com objetivo de promover a mobilidade sustentável e eficiente, a qualidade ambiental, a saúde pública e segurança, a acessibilidade como um fator de inclusão e justiça social e a intermodalidade, e integrar as políticas de ordenamento do território e dos transportes.

A divisão colocou especial enfoque no Plano de Promoção da Acessibilidade RAMPA, desenvolvendo trabalho de revisão/atualização, com vista a preparar uma eventual candidatura a financiamentos para a requalificação urbana através da eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas, no quadro do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES).



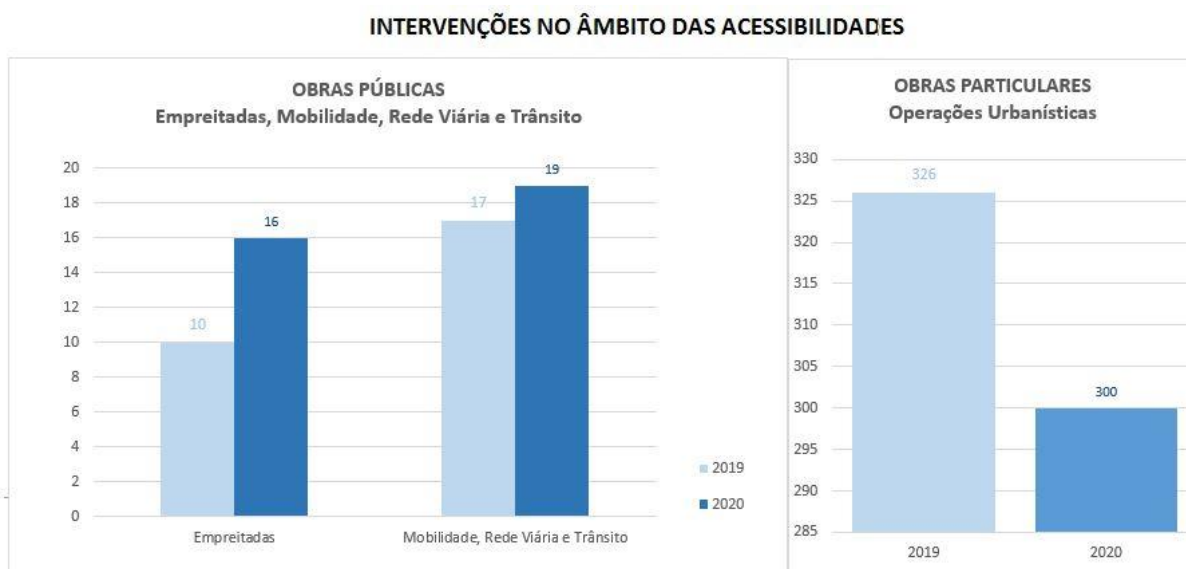
Por força da materialização de diversas diretrizes de natureza legislativa, têm sido notórios os esforços realizados por diversos agentes do território em consagrar como desígnio nacional a promoção da acessibilidade para todos. Para que este desígnio possa ser realidade, impõe-se que o ambiente urbano seja real e cabalmente adequado às

necessidades de cada um, sendo essencial a remoção das barreiras arquitetónicas que ainda persistem nos nossos territórios.

Neste sentido, a divisão de mobilidade rede viária e trânsito, tem vindo a desenvolver um conjunto de políticas que visam uma sociedade cada vez mais inclusiva, com intuito de usufruir de uma liberdade fundamental, a igualdade de oportunidades, desenvolvendo ações de intervenção no sentido de beneficiar a evolução da acessibilidade aos diversos locais do território, desenvolvendo, corrigindo e melhorando as condições de acessibilidade e a mobilidade para todos.

O município desenvolve as ações a nível das obras públicas, e como entidade gestora de operações urbanísticas, da autoria do Departamento de Urbanismo, nas obras particulares. Nas obras públicas, os intervenientes identificam-se essencialmente pela administração direta, da autoria da DMRVT e pelo cumprimento de procedimentos contratuais, da autoria da Divisão de Fiscalização de Empreitadas, com o objetivo comum, associado às boas práticas de correção e melhoria de condições de acessibilidade, ao nível das travessias de peões, acessos pedonais e a estabelecimentos de serviços, a equipamentos e edifícios públicos, a lugares de estacionamento, espaços de lazer e lúdicos, entre outros.

A evolução do n.º de intervenções de 2019 e 2020 ilustra-se no gráfico seguinte:

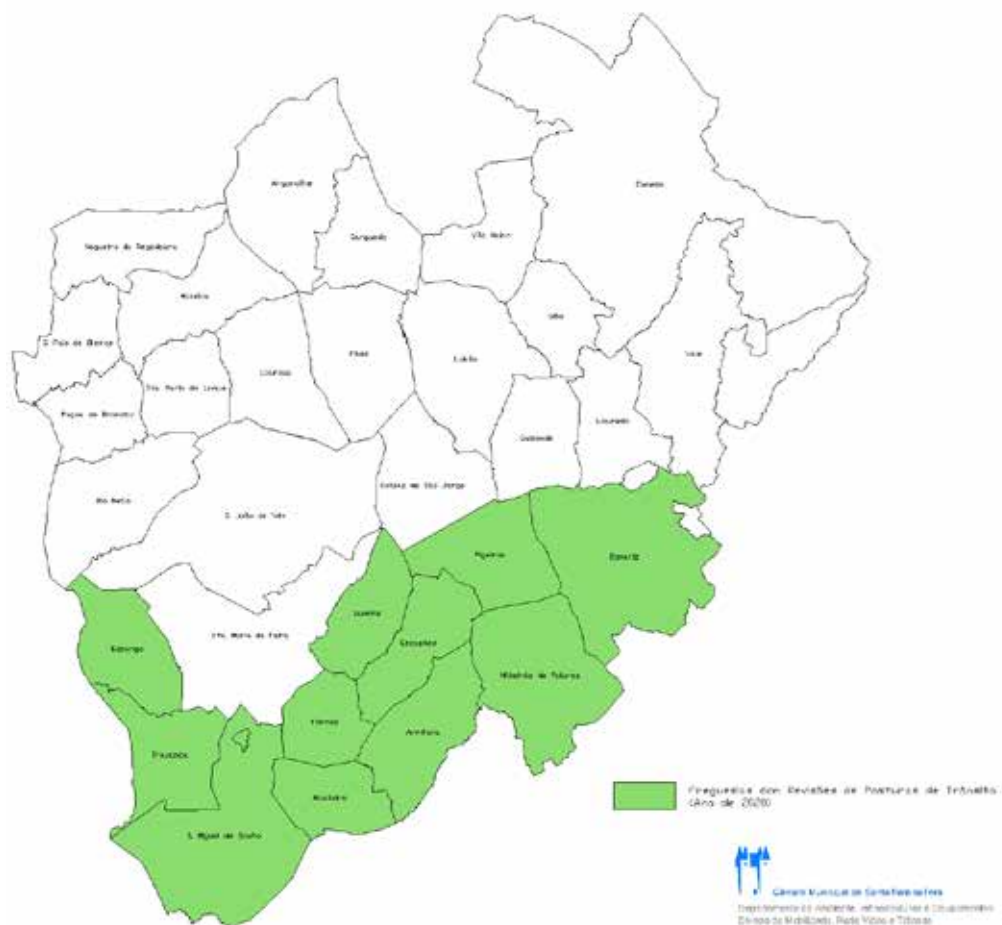


Sinalização Rodoviária

No que toca à sinalização rodoviária, foi elaborado estudo e informação técnica sobre sinalização de trânsito, quer vertical, quer marcação rodoviária de pavimento, na rede viária municipal, bem como de situações existentes e de emissão de respetivas certidões. A outro nível, a divisão promoveu a revisão e planificação das posturas de trânsito existentes e aprovação de novos planos de sinalização vertical e horizontal para as freguesias de Arrifana,



Pigeiros, Escapães, Fornos, Romariz, Milheirós de Poiares, São Miguel de Souto, Mosteirô, Travanca, Espargo e Sanfins.



Por outro lado, foi prestada assistência técnica, manutenção, reparação e atualização dos automatismos da Sinalização Luminosa Automática de Trânsito, vulgo semáforos, instalados nas diversas intercessões da rede viária municipal, prestadas pelas empresas da especialidade contratadas.



A par disso, foram executadas diversas intervenções de reparação e conservação da rede de drenagem de águas pluviais, a cargo das brigadas operacionais, incluindo toda a gestão,

acompanhamento e controlo das atividades realizadas. Foram asseguradas, por outro lado, outras obras de reparação, conservação e manutenção da rede viária, pontualmente com construção nova, incluindo sistema de sinalização do trânsito, muros de suporte e vedação da via pública, pavimentações a massa betuminosa a quente e tapamento de covas a massa betuminosa a frio.

Protocolos

O ano de 2020 foi marcado por uma forte aposta na requalificação urbana, seja através de projetos de requalificação dos centros cívicos, seja através da aposta na mobilidade suave, com o início da construção de um conjunto de ciclovias e, sobretudo, com a criação de passeios por todo o concelho.



Um vasto conjunto de protocolos foi celebrado com as juntas de freguesia e, em alguns casos, com esta e com particulares, neste caso visando a cedência de terreno para alargamento e melhoria dos arruamentos. Garantir as características mínimas que confirmam um carácter afirmativamente urbano, promovendo a segurança dos peões, com enfoque nos cidadãos com mobilidade reduzida, foi objetivo do Município, amplamente cumprido. De resto há muitos outros acordos já aprovados pela Câmara Municipal em 2020 que, entretanto, serão aplicados no terreno.

Só em 2020, o Município transferiu para as juntas de freguesia, no âmbito dos referidos acordos, cerca de 222 mil euros, para custear as obras da responsabilidade de cada uma. Foram construídos 7,879 quilómetros de passeios, a que correspondem 12.286 metros quadrados das respetivas pavimentações.



Divisão de Planeamento (DP)

O ano de 2020 foi, obviamente, marcado pela pandemia COVID-19 e todos os efeitos extraordinários associados, o que implicou, necessariamente, alterações e adequações não só ao nível do funcionamento da divisão de planeamento, como também no que respeita à relação institucional com as diversas entidades. Além disso, a pandemia condicionou, ainda, irremediavelmente, o cumprimento dos timings e prazos previamente estabelecidos para a realização das tarefas, especialmente na condução e acompanhamento do processo relativo à segunda revisão do Plano Diretor Municipal.

Mesmo assim, e com todas as condicionantes conhecidas para uma normal prossecução dos trabalhos, será de realçar o esforço assinalável de toda a estrutura técnica da divisão de planeamento, que procurou assegurar de forma eficaz a relação institucional com as diversas entidades que acompanham o procedimento em curso.

Plano Diretor Municipal – 2.ª Revisão

Enquadramento

A lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo (LBPPSOTU), aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, procedeu a uma reforma estruturante, tanto do ponto de vista dos conteúdos no sentido de definir um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo, como do ponto de vista do seu sistema jurídico com objetivo de traduzir uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de política de solos.

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, no cumprimento do estabelecido no artigo 81.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, veio proceder à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Este regime institui um novo sistema de classificação do solo, dividindo-o em solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável.

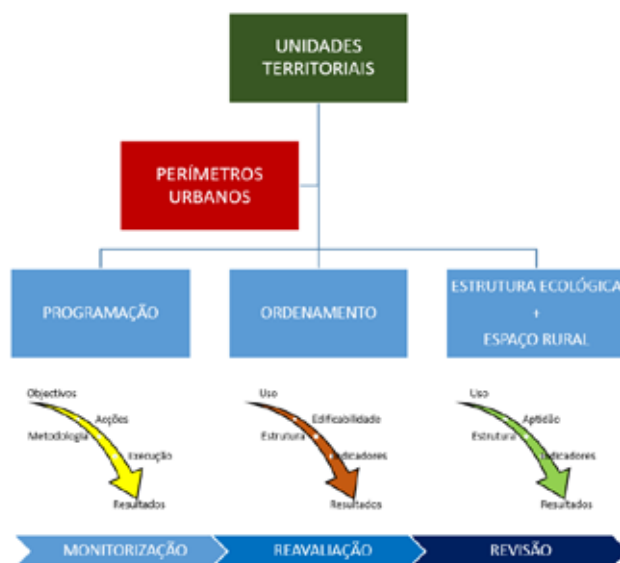
Os trabalhos em curso da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria de Feira (PDMSMF), publicado originalmente em 1993 e revisto em 2015, seguem o disposto no RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente o ponto 3 do artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Trabalhos (modelo territorial)

Na ausência do relatório sobre o estado do ordenamento do território, e tendo em consideração o curto período de vigência desde a publicação da primeira revisão do PDM de

Santa Maria da Feira (2015 – 2019), foi elaborado um Relatório de Avaliação de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 202.º do RJIGT.

Nessa sequência, foi elaborado e remetido à CCDRN, o relatório preliminar, que pretende dar resposta a um conjunto de aspetos identificados no âmbito dos trabalhos de acompanhamento e desenvolvimento da versão provisória já apresentada, procurando explicitar a metodologia e os critérios a usar nos trabalhos da segunda revisão do PDM.



Conforme ilustrado na imagem acima, os trabalhos pretenderam estabelecer um critério de organização centrada em unidades territoriais onde se estabelecem relações e inter-relações formais entre os vários perímetros identificados, e se observa um sentido de interdependência. No fundo, trata-se de uma estratégia tendente a identificar conjuntos urbanos (perímetros) que através da sua proximidade, relação social, física e características morfológicas possam contribuir para uma melhor organização e estruturação do território.

As grandes opções para um planeamento alicerçado nas necessidades da população serão identificadas tendo em consideração um modelo de organização territorial assente em grandes unidades territoriais (orgânicas), as quais permitirão a elaboração de estudos de natureza estratégica mais ajustados a cada realidade e que, por sua vez, identificarão os espaços sujeitos a planos municipais de nível inferior (planos de pormenor e plano de urbanização).

Perímetros urbanos

Elaboração dos trabalhos e envio à CCDRN da segunda versão de redefinição dos perímetros urbanos, cujo conteúdo mereceu um acordo de princípio a partir do qual se iniciaram um conjunto de reuniões setoriais com vista à articulação dos objetivos do município junto da CCDRN.



Reserva Ecológica Nacional

Procedeu-se à transposição da atual Reserva Ecológica Nacional no concelho de Santa Maria da Feira para a nova cartografia (produzida em 2018 pela infoportugal, e que se encontra em fase de homologação). Elaborado e remetido dossier técnico para a CCDRn.

Reserva Agrícola Nacional

Procedeu-se à transposição da atual Reserva Agrícola Nacional no concelho de Santa Maria da Feira para a nova cartografia (produzida em 2018 pela Infoportugal, e que se encontra em fase de homologação). Elaborado e remetido dossiê técnico para a DRAPn, que validou o procedimento.

Esta tarefa inclui um vasto trabalho de campo da equipa técnica da Divisão de Planeamento em conjunto com técnicos e responsáveis pela DRAPn (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte).

Defesa da Floresta Contra Incêndios

Acompanhamento e colaboração com o Gabinete Técnico Florestal no acompanhamento e elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (em fase de revisão/aprovação).

Emissão de pareceres técnicos no âmbito do artigo 8.º do Regulamento do PDM - Defesa da Floresta Contra Incêndios.



Plano de Intervenção nas Zonas Industriais

Efetuada levantamento genérico de todas as zonas industriais (Espaços de Atividades Económicas) com vista à identificação de eventuais necessidades de ampliação e/ou requalificação. Para além disso foram realizados estudos que contribuem para a calendarização de projetos com vista à requalificação e dinamização das áreas de atividades económicas. Procurou-se a devida articulação com o Gabinete de desenvolvimento Económico e Empresarial.

Estudos:

- Estudo preliminar para ampliação da Zona Industrial do Roligo;
- Estudo preliminar para ampliação da Zona Industrial de Canedo/Vila Maior;
- Estudo preliminar da Zona Industrial de Arrifana;
- Estudo preliminar Ampliação Zona Industrial do Casalinho;
- Estudo preliminar do eixo ZI Fundão / ZI Sisto;
- Estudo preliminar ZI Corujeira;

Estratégia Local de habitação para o Município de Santa Maria da Feira

Acompanhamento dos trabalhos tendentes à consolidação da Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira, que consubstancia uma eventual candidatura ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Divisão de Cartografia e Informação Geográfica

A Divisão de Cartografia e Informação Geográfica (DCIG) tem como visão tornar a informação geográfica um recurso essencial no suporte à decisão e como missão desenvolver e manter o Sistema de Informação Geográfica atualizado, exercer a função de coordenação da produção de informação digital georreferenciada, obedecendo a normas claras de utilização e difusão dessa informação, promover a formação nos domínios da topografia, cartografia digital, SIG e na manipulação de informação geográfica, fomentar e apoiar o contínuo desenvolvimento de ‘projetos’ SIG junto dos diversos setores e departamentos municipais, disponibilizando informação geográfica no interior da autarquia (Mirante) para suporte à decisão e aos munícipes, contribuindo para a dinamização da sociedade de informação. Os objetivos desta unidade orgânica refletem a relevância da informação geográfica no suporte à decisão promovendo o seu uso pelos vários agentes municipais com responsabilidades no território, bem como pelos cidadãos.

A DCIG tem como principais responsabilidades a elaboração de levantamentos topográficos, cadastrais, propostas/estudos de alinhamentos de ruas, informações topográficas no Nortear,



piquetagem, autos de implantação, levantamentos para a atualização cartográfica Nortear, fiscalização topográfica para os diversos setores/serviços municipais.

Dos trabalhos realizados no período, pela sua dimensão, pormenor e relevância para o desenvolvimento do concelho destacam-se os seguintes: Ciclovia do Vale do Cáster; alinhamentos e fiscalização das obras da Travessa dos Combatentes do Ultramar (Santa Maria de Lamas), da Rua Joaquim Aires Lopes (Escapães), diversos arruamentos em Paços de Brandão e Fiães, definição de arruamento e estacionamento junto à AANIFEIRA (Mosteirô), entre outros.

Em termos de objetivos, e apesar de 2020 ter sido um ano atípico de pandemia, a DCIG conseguiu elaborar os estudos e levantamentos solicitados dando cumprimento aos prazos definidos no Nortear, bem como acompanhar e dar apoio técnico à fiscalização de obras referentes a protocolos com as juntas de freguesia.

	Levantamentos topográficos	Propostas de Alinhamentos	Informações Topográficas Nortear	Autos de implantação
Totais	177	113	64	557

Gabinete de Informação Geográfica

O Gabinete de Informação Geográfica (GIG) é uma subunidade da DCIG, com a responsabilidade de gerir os sistemas de informação geográfica, procurando generalizar a utilização desta ferramenta pelos vários serviços municipais. Entre outras ações, no ano de 2020 garantiu:

Portal de informação Geográfica, Mirante

Implementação de melhorias nos fluxos de trabalho do Mirante de forma a otimizar a introdução de informação georreferenciada em várias áreas temáticas, nomeadamente na gestão das pavimentações e rede viária.

Comissão de Toponímia

Atualização da informação da área temática da comissão de toponímia no portal do município, disponível em www.cm-feira.pt. Gestão dos procedimentos administrativos de atribuição de novos nomes de rua decorrentes das reuniões da comissão de toponímia e posterior aprovação em reunião de Câmara. Participação na execução das novas normas/regulamento municipais de toponímia e números de polícia.

Estudos de alinhamentos

Inserção no SIG de todos os estudos de alinhamentos aprovados, com a respetiva publicação na plataforma Mirante e disponibilização dessa informação no portal cm-feira.pt para consulta



pelos interessados. Esta inserção de informação permite a emissão de plantas de estudos de alinhamentos no portal municipal para instrução dos processos urbanísticos.

Atividades contínuas

- Georreferenciação dos processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros;
- Cadastro de proprietários dos processos atrás referidos;
- Disponibilização de plantas dos loteamentos para fornecimento no GAU;
- Pareceres sobre a viabilidade dos destaques de parcela;
- Atribuição de números de porta a todas as novas construções;
- Elaboração de certidões de toponímia e números de porta e de certidões de correspondência de morada;
- Informações técnicas para instalação de farmácias e outras informações técnicas diversas com carácter geográfico;
- Inserção dos levantamentos topográficos realizados pela topografia e respetiva atualização cartográfica;
- Gestão da toponímia municipal (nomes de ruas e números de policia);
- Realização de toda a informação administrativa da comissão de toponímia (atas, ofícios para entidades, etc.);
- Interligação com os CTT para atribuição de códigos postais;
- Inserção do cadastro florestal municipal;
- Inserção de terrenos e edifícios património camarário;
- Inserção de compromissos e transações sobre terrenos, assumidos pela Câmara Municipal;
- Apoio às Taxas de Saneamento, na confirmação de moradas e serviços disponibilizados ao munícipe (água e/ou saneamento);
- Atualização sistemática de infraestruturas: água, saneamento, gás, elétrica, gasoduto, ferroviária, telefónica e viária;
- Manutenção e gestão das bases de dados do Mirante (SQL Server e Oracle) e respetiva gestão de permissões e utilizadores;
- Formação e apoio a todos os utilizadores da plataforma Mirante.

**proteção civil, ambiente,
espaços verdes, saúde
e ação social**



Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social

Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (DASQV)

Reconhecendo a importância da coesão social para o desenvolvimento sustentado do concelho, em 2020, a Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (DASQV), continuou a desenvolver trabalho no sentido de minorizar as desigualdades, contribuindo para a construção de uma comunidade mais coesa, participativa e inclusiva. O Plano de Ação para 2020 propunha um conjunto de linhas estratégicas assentes numa cooperação estreita entre as entidades da Rede Social concelhia na dinamização das ações definidas, cooperando para um desenvolvimento mais sustentável.

O ano 2020 tornou ainda mais visível esse compromisso e evidenciou a resiliência da Rede Social.

Com a implementação do estado de emergência, a 18 de março de 2020, e a adoção de medidas de contenção da transmissão do vírus e a expansão da pandemia COVID-19, observaram-se consequências no tecido económico, um aumento da fragilidade do tecido social e institucional, das redes de vizinhança e de solidariedade primária. Decorrente do agravamento da situação económico-social, acrescida de impactos psicológicos, registou-se um aumento no número de pessoas em situação de fragilidade e de vulnerabilidade. Face a um tecido social tão fragmentado, a proximidade às pessoas e as organizações tem sido / foi uma estratégia mobilizadora para a resolução de problemas locais. Assente numa metodologia de intervenção integrada, multidimensional e pautada pela permanente articulação e complementaridade entre diversas entidades, nomeadamente o Município, Juntas de Freguesia, Segurança Social, IPSS's, Conferências Vicentinas, organizações voluntárias, entre outras, que integram os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, a Rede Social respondeu diligentemente e otimizando recursos.

O funcionamento dos diversos programas e projetos inscritos no Plano de Atividades da DASQV foram reestruturados, numa abordagem pela inovação, cooperação e concertação entre as entidades da Rede Social, sem perder o foco nas principais linhas estratégicas: estímulo ao envelhecimento ativo e à longevidade, a qualificação das organizações sociais sem fins lucrativos, a aposta na dinamização da empregabilidade,



formação e requalificação profissional através dos CLDS's, os protocolos de cooperação, a Habitação e os programas incluídos no Pacto de Desenvolvimento para a Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto. A DASQV promoveu e/ou implementou, ainda, iniciativas de apoio de emergência e de mitigação dos impactos decorrentes da crise pandémica vivenciada, nomeadamente junto das pessoas com maior vulnerabilidade e fragilidade, de que são exemplos a Linha de Apoio Social, a Linha de Apoio Psicológico, a Linha Espaço Trevo, o Projeto FAROL, o Apoio às IPSS's (Aquisição e distribuição de Equipamentos de Proteção Individual, Linha de Apoio às IPSS's, Bolsa de Recursos Humanos de Cariz Humanitário) e as 3 Estruturas de Retaguarda (CADCOZ -Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescença OZANAM, a Estrutura de Apoio de Retaguarda de Santa Maria da Feira, para doentes COVID 19 em recuperação e a Estrutura de Retaguarda, para pessoas não infetadas, mas com necessidade de apoio social e de saúde).

O ano de 2021 convoca-nos a todos/as para continuidade do compromisso da corresponsabilização e para uma ação partilhada em prol do desenvolvimento sustentável: garantir o bem estar e o equilíbrio dos que pertencem a este concelho, nomeadamente das pessoas mais vulneráveis (desempregados de longa e muito longa duração; pessoas beneficiárias de rendimento social de inserção; pessoas portadoras de deficiência e incapacidade com destaque para as perturbações mentais; jovens em situação de desemprego ou em processo de abandono escolar; pessoas isoladas ou em situação de vulnerabilidade, nomeadamente idosos, pessoas com doenças crónicas ou deficiência, sem retaguarda familiar) através do reforço da sua autonomia, capacitação, empoderamento e sentimento de pertença.

HABITAÇÃO

1. GESTÃO SOCIAL DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

1.1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)

Apesar do contexto pandémico vivenciado, que se refletiu em constrangimentos ao nível da operacionalização presencial dos GAP's, em 2020 garantiu-se o carácter de proximidade à comunidade, quer pelo estreitamento do trabalho de rede, quer pelo funcionamento das linhas de apoio social, desenvolvidas para dar resposta às necessidades emergentes dos munícipes.

Ao nível do atendimento/acompanhamento à comunidade foi dada resposta a 373 situações com necessidade de apoio social, sendo que destas, 215 indivíduos foram apoiados por ativação direta dos recursos, destacando-se o apoio alimentar a 57



famílias; o apoio pecuniário a 61 famílias (48 através da medida A e 13 pelo Fundo de Emergência Social); e 3 de apoio em alojamento temporário. Interveio-se ainda, em 3 processos de entrega de imóvel e elaborou-se 37 informações sociais/pareceres técnicos, no seguimento de solicitações provenientes do Tribunal, Município, CPCJ, ACES, PSP e Segurança Social.

Em 2020, e no âmbito elaboração da Estratégia Local para a Habitação, procedeu-se à atualização socioeconómica da procura habitacional, tendo sido trabalhados 843 processos sociais ao nível de atendimentos, visitas domiciliárias e articulação com parceiros locais, registando-se, em dezembro de 2020, um total de 511 processos de procura habitacional ativos.

Ainda no domínio da Habitação, registou-se a abertura de 3 novos de pedidos de apoio excecional no domínio da habitação e concomitantemente foi dada continuidade ao acompanhamento de 8 processos que transitaram de anos anteriores.

No âmbito da gestão integrada do parque habitacional, e face à situação pandémica, foram desenvolvidas as seguintes ações: 377 contactos telefónicos, no sentido de monitorizar necessidades da população residente; 12 autorizações de permanência temporária; 4 transferências e 4 rescisões contratuais; 17 notificações referentes a incumprimentos contratuais e 15 informações/pareceres técnicos a entidades parceiras e município.

Relativamente à gestão das partes comuns, realizaram-se 3 reuniões de moradores, tendo sido assegurado apoio técnico a 7 representantes de entrada; encaminhado 3 situações para o setor jurídico; e realizado 6 vistorias com o setor de obras e 13 visitas às partes comuns.

1.2. Projeto MIDAS I Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social

Resultado de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte 2014 – 2020 (NORTE 2020), em que o Município de Santa Maria da Feira assume o papel de entidade coordenadora, o Projeto MIDAS, com uma duração de trinta e seis meses e tendo como parceiros o Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo (CASTIIS) e a Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL, tem como finalidade promover um projeto de desenvolvimento social local, através da potenciação de parcerias inovadoras, capazes de promover e facilitar mecanismos de integração e inserção de grupos vulneráveis.

Este projeto, entre janeiro e meados de março de 2020, deu continuidade às atividades inscritas em plano, nomeadamente: o levantamento das histórias da



freguesia de Fiães, tendo em vista a edição do terceiro livro “Objetos com História”; o apoio ao estudo e a dinamização de atividades socioculturais no acampamento da Baralha (Sanguedo); a divulgação e a abertura de inscrições para o curso de cestaria em Lourosa, em parceria com a CEARTE.

Com o surgimento da pandemia, e consequentemente o confinamento, as atividades foram suspensas, mantendo-se, contudo, o contacto telefónico semanal com as famílias do acampamento da Baralha, de forma a ser dada continuidade ao acompanhamento das crianças e jovens em idade escolar. Em simultâneo, foi encetado contacto com as colegas do CASTIIS para apoio alimentar a estas famílias, maioritariamente beneficiárias do Rendimento Social de Inserção.

Durante o período de confinamento, foi ainda realizado o levantamento de materiais necessários para o apretechamento da carrinha MIDAS e realizado o esboço de 2 flyer's (1 para a divulgação do serviço e 1 para a divulgação do projeto). Foi encetado também contacto com o agrupamento de escolas da freguesia de Fiães para a colaboração dos alunos das escolas do 1º ciclo na realização de desenhos que acompanharão as histórias do próximo livro sobre a freguesia, tendo sido lançado, por parte da comunidade pedagógica, este desafio a todas as turmas do 4º ano do respetivo agrupamento.

Perante a incerteza quanto ao regresso das atividades presenciais, e sendo as mesmas essenciais na prossecução do projeto, foi solicitado à agência de coordenação da candidatura a suspensão do projeto a partir do mês de agosto de 2020 e reinício em fevereiro de 2021, tendo a proposta sido aprovada.

1.3. Programa Habitar

Em 2020, e dadas as limitações impostas pela atual situação pandémica, as atividades delineadas no âmbito do programa Habitar foram suspensas, com a exceção das destinadas à população desempregada e beneficiária do Rendimento Social de Inserção, onde, e em concertação com os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social locais e em estreita relação com a ALPE, se mantiveram algumas das ações potenciadoras de empregabilidade.

1.4. Procura Habitacional

Refletindo as dificuldades de acesso à habitação a nível nacional, o Município registou, em 2020, a abertura de 111 processos de procura habitacional (menos 11 que em 2019), sendo que, destes, 2 agregados foram realojados e 96 encontram-se com processo ativo, tendo os restantes (13) arquivados.



No que diz respeito à distribuição geográfica dos processos ativos, verificou-se que a procura incidiu, essencialmente, nas freguesias da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (20); Lourosa e São João de Ver (9); Arrifana e União de Freguesias de Lobão, Guisande, Gião e Louredo (8). Quanto à tipologia familiar, embora não se tenha registado uma diferença significativa, constatou-se que, maioritariamente, são as famílias monoparentais (31) e as famílias unipessoais (24) que mais recorrem a esta resposta por força da sua maior vulnerabilidade habitacional e vulnerabilidade socioeconómica.

Embora se tenham registado 10 processos abertos motivados pelas “más condições habitacionais”, continuam a ser os “baixos rendimentos” o principal motivo subjacente à solicitação de resposta habitacional, na medida em que as famílias não conseguem fazer face aos preços praticados no mercado habitacional privado. Tal situação é reforçada pela situação profissional vulnerável dos requerentes, visto que 45 encontram-se numa situação de desemprego, sendo que 27 experienciam uma situação de desemprego de longa duração.

Observou-se ainda que os requerentes dos processos de procura habitacional têm na sua maioria idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos (53), e, ao nível das condições habitacionais, a maioria reside em moradias unifamiliares, com condições razoáveis de habitabilidade, com excepção de 12 agregados que apresentam uma vulnerabilidade acrescida (5 residem em casas abarracadas e 7 em quartos/pensão). Quanto ao tipo de ocupação verifica-se que 54 agregados residem em regime de arrendamento; 28 coabitam com familiares e 8 em regime de cedência de habitação, o que configura uma maior fragilidade e maior probabilidade de conflitualidade/instabilidade familiar.

1.5. Programa de Realojamento

Dando cumprimento e prioridade às situações de necessidade habitacional urgente e outras situações de vulnerabilidade e emergência social, em 2020, o Município atribuiu 4 habitações em regime de arrendamento apoiado enquadrado no regime excecional nos seguintes empreendimentos: Milheirós de Poiares (1), Nogueira da Regedoura (2) e Paços de Brandão (1). No âmbito de uma solicitação do Ministério Público e decorrente de um Processo de Promoção e Proteção, foi ainda efetuado 1 realojamento em regime de comodato, no empreendimento das Caldas de São Jorge.

Decorrente da intervenção concertada com os parceiros locais e à semelhança do ano anterior, foi ainda efetuado 1 realojamento numa fração habitacional do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, situada na freguesia de Arrifana.



1.6. Residências Partilhadas

No âmbito desta resposta habitacional, e em articulação com a Rede Social local, foi dada continuidade ao apoio na gestão das residências partilhadas em funcionamento (Fiães e Lourosa) e à operacionalização de recursos para o equipamento da residência sediada em Guisande.

2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional

2.1. Apoio e Acompanhamento jurídico

Perante o agravar de sentimentos de insatisfação e isolamento social, durante o ano de 2020, foi necessário adaptar a nossa intervenção, mediante as exigências pandémicas, mas garantindo um contexto de serviço público aberto à população, em particular a mais vulnerável, com respostas adequadas, baseadas em princípios de transparência e legalidade, proximidade, concertação e partilha de responsabilidades/esforços envolvendo compromisso de todos os atores sociais locais.

Ao longo do ano 2020, o Gabinete Jurídico e de Contencioso da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida desenvolveu as seguintes atividades:

Apoio técnico-jurídico na elaboração de respostas e esclarecimentos solicitados pelos cidadãos/entidades

- 23 solicitações/informações prestadas ao Tribunal e Ministério Público;
- 14 respostas a munícipes/entidades;
- 72 atendimentos presenciais/telefónicos e reuniões online com munícipes para orientação jurídica sobre processos de despejo, oposição arrendamento/não transmissão de contrato, dívidas, penhoras/vendas judiciais casa morada de família, direitos/devolução de prestações sociais, processos de interdição, violência doméstica, violência contra idosos, regulação do poder paternal, divórcio, partilhas, questões de foro laboral;
- 16 atendimentos na Linha de Apoio Social do Município de Santa Maria da Feira;
- 36 atendimentos presenciais, telefónicos e reuniões com entidades da rede social concelhia, para aconselhamento/orientação e apoio técnico aos órgãos sociais, nomeadamente para questões de foro laboral, direito fiscal, reclamação de decisões de entidades administrativas;
- 24 propostas para deliberação superior/respostas/informações solicitadas pelos serviços internos do Município.



Apoio técnico nas relações contratuais a estabelecer ou já constituídas com entidades/instituições/municípios, na área de atuação da DASQV

- Apoio técnico na elaboração das Normas de Funcionamento do Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescença Ozanam (CADCOZ);

Celebração de 11 novos protocolos de colaboração na área de atuação da DASQV

- Centro Social Vilamaiorense no âmbito da necessidade de ativação de uma Estrutura de Retaguarda no Município de Santa Maria da Feira, nos termos do Despacho n.º 10942-A/2020 de 4 de novembro;
- AMICIS – Associação de Amigos por uma Comunidade Inclusiva Sanguedo: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira - apoio para remodelação e adaptação, conservação e manutenção de edifícios de iniciativa exclusiva da própria entidade;
- Associação do Centro Social de Escapães: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio à construção de raiz, aquisição, ampliação, remodelação ou adaptação de edifício;
- Centro Paroquial de Santo André de Mosteirô: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio na aquisição de viatura nova de 9 lugares, com adaptação para cadeira de rodas;
- Centro Social e Paroquial de S. Jorge: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio na aquisição de viatura nova de 9 lugares, com adaptação para cadeira de rodas;
- Centro Social Padre José Coelho: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio para aquisição de viatura nova de 2 lugares;
- Cercifeira – Cooperativa para Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Feira, Cooperativa Responsabilidade Limitada: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio para aquisição de viatura nova de 7 lugares;
- Associação Cruzada do Bem: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio para aquisição de viatura nova de 9 lugares;



- MACUR – Movimento de Assistência, Cultura, Urbanismo e Recreio: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira – apoio para aquisição de viatura nova de 9 lugares;
- Associação de Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão – FEDESPAB para apoio e promoção de respostas habitacionais, minimizando riscos de exclusão social, bem como a prossecução da frequência no ensino;
- Protocolo de Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Procuradoria da República da Comarca de Aveiro, Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro, Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. , Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Delegação Regional de Reinserção do Centro, Comando Territorial de Aveiro da Guarda Nacional Republicana, Comando Distrital de Aveiro da Polícia de Segurança Pública, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Norte, Direção Geral da Administração Escolar, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forense, I.P. – Delegação do Norte, Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro, Centro Social de Paramos e Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

Gestão Contratual do Parque Habitacional do Município de Santa Maria da Feira

- 4 novos contratos de arrendamento apoiado para habitação;
- 1 resposta ao nível habitacional, com carácter urgente e temporário, em regime de comodato;
- 4 transferências habitacionais de agregados familiares, a pedido dos arrendatários;
- 4 revogações por mútuo acordo de contrato de arrendamento de habitações (2) e declarações de entrega voluntária de habitação, livre de pessoas e bens (2);
- 4 modificação/ celebração de aditamentos aos contratos de arrendamento em vigor: aditamentos a contrato em vida decorrentes de processos de separação e divórcio (1) por óbito (3).



Resolução das situações de incumprimento contratual dos inquilinos do parque municipal de arrendamento apoiado para habitação

- 17 convocatórias/ atendimentos a inquilinos para tratamento extrajudicial de situações de incumprimento contratual: utilização indevida da fração, falta de pagamento de rendas, elementos no locado não autorizados, conflitos vizinhança, não utilização da habitação em permanência;
- 4 acompanhamentos de processos judiciais em curso, em tratamento judicial;
- 3 reuniões de utilizadores/ gestão das partes comuns, com os respetivos representantes e moradores, nos empreendimentos habitacionais do Município.

2.2. Gestão Económica e financeira

2.2.1. Atualização anual de rendas

O arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, entre as quais se encontra o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

Faz parte integrante das competências do Município garantir uma equilibrada e eficiente gestão económica do seu Parque Habitacional. As relações contratuais subjacentes estão celebradas sob a alçada do regime do arrendamento apoiado para habitação – Lei nº 81/2014 de 19.12., na sua atual redação, e decorrente deste diploma e do deliberado em Reunião Ordinária de Câmara de 14/12/2015 que prevê o período de dois anos para a realização deste processo. Após receção e análise dos elementos solicitados aos inquilinos, a DASQV procedeu ao cálculo dos novos valores de renda e o processo de atualização de rendas foi concluído, para ser apresentado em Reunião Ordinária de Câmara em abril de 2020, não fora o advento da pandemia e a declaração do Estado de Emergência no país.

Em consequência, deste processo de atualização, no universo de 670 contratos, concluiu-se a análise documental de 576 processos, dos quais 81 foram sendo atualizados ao longo dos anos de 2019 e 2020 decorrente de pedidos de revisão de renda a pedido do arrendatário. Este regime legal de arrendamento prevê na alínea a) do nº 1 do artigo 23ª da Lei nº 81/2014 de 19.12, na sua atual redação, a possibilidade de a todo o momento ser feita a revisão do valor da renda. Quanto aos restantes 83 processos, os mesmos ficaram em análise: 51 arrendatários não apresentaram a documentação solicitada para efetivar o procedimento da reavaliação das



circunstâncias que determinam o valor da renda e os restantes 32 encontravam-se em acompanhamento social/ jurídico, motivado por alterações da composição do respetivo agregado familiar, nomeadamente situações de pedidos de coabitação, autorização de residência, decurso de processos judiciais de divórcio e transmissões da titularidade dos contratos de arrendamento por óbito.

Entre março de 2018 e março de 2020, foram celebrados 11 contratos de arrendamento, no âmbito do programa de realojamento do Município – atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado, os quais, devido à proximidade temporal da constituição desta relação jurídica, não estão incluídos neste processo de reavaliação de rendas. Caso tivesse sido deliberado este processo de atualização, o mesmo determinaria um aumento do valor de renda em 387 contratos de arrendamento (78,18%) com um aumento médio de 20,35 € e uma diminuição em 188 contratos de arrendamento (21,82%) com uma diminuição média de 11,13 €. A renda média global evoluiria de 40,46 € para 55,62 €.

Acresce também que a taxa de incumprimento no pagamento das rendas do parque habitacional do município sob gestão da DASQV, respeitante aos últimos 4 anos registou a seguinte evolução: 2017 - 5.87 %; 2018 – 5.90 %; 2019 – 6.91 %. Em 2020, esta taxa situou-se nos 8.28 %.

Ressalvamos, porém, que este processo teve por base os documentos sócios económicos e respetivos rendimentos das famílias recolhidos entre outubro e novembro de 2019, período pré pandemia COVID 19, e consequentemente sem os efeitos que a mesma provocou ao nível do desemprego e/ou aumento da precariedade do emprego. Assim, e tendo presente: o momento de dificuldades especialmente severas como aquele que atravessamos, com grandes impactos no emprego e na coesão social; o significativo número de agregados com aumentos de valor de renda pela atualização supra referida; bem como a necessidade de deslocação dos inquilinos a diversos serviços públicos (Finanças, Segurança Social, IEF, ...) de forma a obterem documentos comprovativos da sua situação sócio económica, uma vez que na sua grande maioria a iliteracia digital está muito presente, quer pela idade, quer pela falta de qualificações, foi importante adotar medidas que minimizassem os efeitos da pandemia, nestes já tão baixos orçamentos familiares, nomeadamente apoiar as famílias residentes no parque habitacional propriedade do Município, não aplicando os efeitos patrimoniais decorrentes deste processo de atualização de rendas.

Nesse sentido foi proposto à Ex.ma Câmara e aprovada em Reunião Ordinária de 28/12/2020 – Ponto 16, a suspensão do processo de reavaliação e atualização atrás referido, e realizar em 2022/2023 um novo procedimento de recolha de documentos atualizados e a subsequente prossecução legal do processo de atualização de rendas.



2.2.2. Revisão de renda a pedido do arrendatário

Conforme estipulado na Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua atual redação, a renda pode ser revista a qualquer momento, a pedido do arrendatário, no caso de alteração da composição ou dos rendimentos do seu agregado familiar, ou de, posteriormente à celebração do contrato, atingir os 65 anos ou ocorrer uma situação de incapacidade igual ou superior a 60%.

Durante o ano de 2020, procedeu-se a 32 revisões do valor de rendas, correspondendo 4,71% do total de processos sujeitos a atualização (680), sendo os principais motivos dos pedidos de revisão a ocorrência de falecimentos, situações de invalidez absoluta, desemprego, alteração da composição do agregado familiar, surgimento de doença crónica com necessidade terapêutica continuada.

2.2.3. Apuramento de receitas e rendas vencidas e não pagas

Analisando a evolução do processo de pagamento de rendas no decurso do ano de 2020, constatamos que, relativamente ao procedimento de cobrança mensal de rendas dos inquilinos, as receitas obtidas corresponderam a 311.108,11 €, distribuídas mensalmente. Ao nível da variação do número de inquilinos com renda não paga, e respetiva flutuação dos valores mensais, resultantes dos mecanismos que permitem a recuperação de valores em débito, observa-se que com o advento da pandemia, a sua variação tornou-se significativa, uma vez que, o número de incumpridores se situou entre o valor mínimo de 49, em janeiro de 2020, e o máximo de 69, em abril de 2020, conforme quadro n.º 1.

Por último, em termos médios, e se comparada a taxa de incumprimento deste exercício com o do ano anterior, observamos um aumento de 0,95% (passou de 7.05% em 2019 para 8.03% em 2020), resultante das consequências especialmente severas provocadas pela pandemia, ao nível dos rendimentos disponíveis destes agregados. Apesar de tudo, esta tão importante variável manteve-se controlada, demonstrativa da continuidade na eficácia ao nível dos procedimentos de gestão económica dos contratos de arrendamento em questão, da adesão às modalidades de pagamento existentes e ao acompanhamento técnico próximo por parte do Município.



Quadro nº 1: Evolução anual do processo de cobrança de rendas

Meses	Total de inquilinos	Inquilinos com renda paga	Valor de rendas recebidas	Inquilinos com renda não paga	Valor de rendas não pagas	Taxa de incumprimento
jan	716	666	27 341,62 €	50	2 055,73 €	6,98%
fev	715	659	27 072,70 €	56	2 249,81 €	7,83%
mar	714	666	27 283,16 €	48	1 861,94 €	6,72%
abr	714	665	26 958,05 €	49	2 103,47 €	6,86%
mai	714	675	27 269,22 €	39	1 639,94 €	5,46%
jun	713	654	26 612,61 €	59	2 218,07 €	8,27%
jul	713	673	27 196,00 €	40	1 596,78 €	5,61%
ago	712	666	26 848,50 €	46	1 885,34 €	6,46%
set	714	654	26 634,12 €	60	2 179,78 €	8,40%
out	714	667	26 591,99 €	47	2 064,28 €	6,58%
nov	714	660	26 638,08 €	54	2 026,54 €	7,56%
dez	711	655	26 285,06 €	56	2 220,87 €	7,88%

2.2.4. Competência do Município ao nível dos condomínios organizados

Do decurso do ano de 2020, no âmbito da gestão das partes comuns das habitações e património municipal, competência adstrita aos diversos proprietários de frações deste património, foi prestado apoio aos condomínios dos empreendimentos sociais do Município, através da presença e representação em 26 Assembleias de Condóminos. Estas Assembleias tiveram como principais pontos de ordem de trabalhos a aprovação dos relatórios de contas, dos orçamentos anuais, eleição de administradores de condomínio, e identificação da necessidade de execução de obras e, conseqüente, planeamento para as executar, nos empreendimentos de Santa Maria da Feira (34 frações), Rio Meão (14 frações), Paços de Brandão (11 frações), Mozelos (7 frações), Santa Maria de Lamas (4 frações) e Fiães (1 fração). A partir de março, este apoio deixou de ser prestado presencialmente para ser assegurado por via remota, através de plataformas de comunicação online

Na qualidade de proprietário das frações e, de acordo com a imposição legal, prevista no Artigo 1420º do Código Civil e no artigo 6º do Decreto-Lei 268/94 de 25 de outubro, o Município, em 2020, suportou 6.382,54 € de quotas relativas às frações acima



referidas e 9.518,42 € em obras de manutenção e conservação nas frações dos empreendimentos de Paços de Brandão, Mozelos e Santa Maria de Lamas.

2.3. Gestão da Manutenção e Conservação

A Gestão da Manutenção e Conservação do Parque Habitacional integra um conjunto de processos definidos de acordo com a metodologia do Sistema da Certificação da Qualidade, envolvendo a totalidade dos 23 empreendimentos resultantes do Programa de Realojamento e 10 empreendimentos resultantes de outros programas, totalizando 773 fogos.

Em 2020 foram registadas 94 ações de vistoria/fiscalização e 397 ações de manutenção e conservação. Cerca de 239 ações de manutenção (60%) foram realizadas através da parceria com Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, C.R.L. (conforme o protocolo formalizado no ano de 2009); 55 ações de manutenção (14%) foram garantidas pelas Brigadas Municipais para a realização de trabalhos relacionados com as áreas de eletricista, pichelaria, telecomunicações, trolha e pintura; e, paralelamente, recorreu-se à contratação de serviços especializados (não disponíveis no Município), relacionados com as áreas de carpintaria, serralharia, vidraceiro, instalações de gás e desobstrução de redes, registando-se 103 requisições, (correspondente a 26% das ações de manutenção). Nestas ações de manutenção/conservação incluem-se as intervenções necessárias para garantir as condições de habitabilidade para os novos realojamentos, tendo-se, neste âmbito, preparado, e 2020, 14 frações habitacionais. Ainda durante este período ocorreram 9 revogações do contrato de arrendamento por mútuo acordo.

Foram ainda registadas e analisadas 34 participações de deficiências, envolvendo 20 empreendimentos, em que apenas 17 são propriedade plena do Município. Estas deficiências estão na sua maioria associadas com anomalias resultantes de fugas ou infiltrações de água (53%), sendo que, com base nos diagnósticos efetuados, a responsabilidade pela reparação de 15% das participações foi atribuída aos inquilinos ou aos condomínios ou aos empreiteiros que executaram trabalhos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU.

Registou-se ainda a participação em 2 assembleias de condóminos cuja ordem de trabalhos se enquadrava em assuntos relacionados com obras de conservação a executar em partes comuns de edifícios de propriedade mista.

Quanto à elaboração de um plano de medidas de segurança contra incêndios para o Parque Habitacional do Município, a realizar com o apoio das equipas da Proteção Civil, não foi possível iniciar-se tendo presente que, por força da pandemia causada pelo vírus SARS-COV2, esta equipa foi forçada a ajustar os seus recursos para fazer face aos



novos desafios. Contudo, no âmbito do PEDU foram asseguradas correções ao nível dos pisos enterrados dos empreendimentos de Milheirós de Poiares, Escapães e Guisande.

2.4. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Enquadrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU, Portugal 2020, destinado à reabilitação de 9 empreendimentos de Habitação Social, em 2020 foi garantido todo o apoio técnico às respetivas empreitadas, tendo-se realizado visitas com a equipa de fiscalização, com vista à garantia da evolução dos trabalhos; prestado apoio com vista à execução de trabalhos no interior dos edifícios/frações; e participado na realização dos diagnósticos das patologias que surgiram durante a execução das obras. Foi também prestado apoio em 13 vistorias destinadas à receção provisória das empreitadas de reabilitação de 7 empreendimentos, culminando apenas com a receção de 6 empreendimentos, nomeadamente os empreendimentos de Caldas de São Jorge, Escapães, Guisande, Lourosa-Cadinha, Milheirós de Poiares e Canedo. Os restantes 2 empreendimentos (Fiães-Ferradal e Fiães-Souto) ainda se encontram em fase de execução, prevendo-se que o término da obra e respetiva receção provisória ocorra durante o ano de 2021.

2.5. Outras medidas de Apoio Habitacional

2.5.1. Programa Auto-Construção

No âmbito do Programa Auto-Construção foi prestado apoio técnico atribuído a 1 processo social, cuja finalização deverá ocorrer em 2021, com a emissão da respetiva licença de utilização.

2.5.2. Mercado Social de Arrendamento

Dada a inexistência de oferta de fogos na área geográfica do concelho, em 2020 não se registaram pedidos de candidaturas neste âmbito.

2.5.3. Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)

Com vista à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, e tendo presente os instrumentos da Nova Geração de Políticas de Habitação – NGPH (Resolução de Conselho de Ministros N.º 50-A/2018, de 02 de maio) e outras estratégias municipais na área da inclusão social, do desenvolvimento urbano, do ordenamento do território e da reabilitação urbana, em 2020 foi aprovada a Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da



Feira, que consubstancia uma candidatura ao 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Esta estratégia prevê soluções habitacionais para 467 famílias a residir em condições indignas no Concelho, enquadradas em 4 modalidades: o arrendamento, a reabilitação, a construção e a aquisição, com destaque para as duas primeiras opções.

2.6. Manual de utilização de habitações sociais de gestão ou promoção habitacional e Manual de Morador

No que diz respeito à gestão do parque habitacional de arrendamento social do Município, em 2020, e por forma a concluir a elaboração do Manual de Morador, foi dada continuidade ao levantamento e compilação dos procedimentos de gestão social integrada.

AÇÃO SOCIAL

1. Programa *RAÍZES DO AFETO* – População Sénior

O programa municipal *Raízes do Afeto*, através das suas várias iniciativas, reajustadas por força da situação pandémica que vivemos, promoveu em 2020 ações concertadas, participadas e próximas no território concelhio, contribuindo assim para a promoção do equilíbrio físico e mental desta população com maior idade.

1.1. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas – Programa Movimento e Bem-Estar

Com a participação de 20 professores de Educação Física e 1 Coordenador, o Programa Movimento e Bem-Estar, assente na promoção de um envelhecimento ativo, saudável e próximo através da atividade física regular e diversificada, dinamizou, até 11 de março de 2020 e em parceria com as 48 entidades protocoladas, as seguintes atividades:

- **Ginástica de Manutenção:** com abrangência na totalidade das 21 freguesias e uniões de freguesia do concelho, esta atividade contou com a participação de cerca de 1800 seniores;
- **Hidroginástica:** esta atividade foi dinamizada com 20 grupos nas piscinas municipais do concelho e com 2 grupos na piscina do Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, abrangendo um total de 700 a 800 seniores;



- **Matinés Dançantes:** Das 17 previstas, foram dinamizadas 7, tendo a última sido realizada a 3 de março de 2020 em São João de Ver, com a participação média de 300 seniores cada.
- **Aulas de dança:** até à Declaração de Estado de Emergência, foram ministradas 2h por semana.
- **ClassBand:** tal como várias atividades, a atividade de formação musical, ClassBand, foi suspensa em março de 2020, sendo que até esse momento participaram no Pólo de Mozelos 40 seniores e no Pólo de Souto 18 seniores.

Com as restrições impostas pela Direção Geral de Saúde, em virtude da evolução da pandemia provocada pelo vírus SARS COV-2, e de acordo com o Despacho do Presidente do Município, todas as atividades lúdicas e desportivas previstas para os meses seguintes foram suspensas, tendo o programa sido reajustado e os 20 professores integrado o projeto FAROL, a 25 de março de 2020, tendo acompanhado mais de 2300 idosos através do registo de cerca de 6600 contactos telefónicos.

Em abril de 2020, começaram a ser dinamizadas aulas de ginástica online (grupos privados de Facebook – com aulas em direto ou gravadas) para os seniores da comunidade (19 grupos com uma adesão entre 8 e 40 seniores por grupo) e das ERPI's. Posteriormente, foi implementada a “Pausa Ativa”, com o objetivo de proporcionar aos funcionários dos Lares e Centros de Dia momentos de relaxamento e dotá-los de ferramentas úteis para lidarem com o stress e a pressão a que estavam sujeitos, tendo aderido a esta iniciativa de aulas online o Centro Social Paroquial de Arrifana.

Embora no mês de setembro tenha sido realizado um plano de reinício das atividades em regime presencial, tendo por base a elaboração de Planos de Contingência e as orientações da Direção Geral de Saúde, atendendo ao evoluir da epidemia, este reinício não foi possível, pelo que se reativaram as aulas em regime online.

1.2. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade do Conhecimento – Programa e-mili@

O Programa e-mili@, implementado em 2009, no âmbito das políticas do Município de promoção educativa e de acesso às novas tecnologias, entre janeiro e fevereiro de 2020 continuou a enquadrar a sua intervenção na criação de respostas específicas de enriquecimento pessoal e valorização individual, dinamizando-se sessões semanalmente nos 32 pontos educativos do concelho, envolvendo 292 seniores.



Após a declaração do Estado de Emergência no nosso país, e consequentemente a suspensão de todas as atividades presenciais, o programa reajustou as suas atividades, passando a acompanhar os seniores inscritos através do contacto telefónico, videochamadas, conversas pelas plataformas digitais disponíveis (Facebook, WhatsApp, Google Meet e email). Estes contactos, que envolveram a participação de 465 seniores, foram realizados semanalmente, tendo por intuito, através de uma conversa informal, combater a solidão a que alguns seniores estavam expostos; perceber as necessidades e dificuldades que cada um deles estava a sentir e esclarecer dúvidas sobre a pandemia COVID-19, assim como propor a realização de pequenas atividades, continuando o processo de aprendizagem e de estimulação cognitiva.

1.3. Medida de Criação de Respostas Especializadas - Projeto Cuidar de Quem Cuida

Aprovado como Título de Impacto Social (TIS) um dos quatro instrumentos de financiamento da iniciativa Portugal Inovação Social, em 2020, O Município continuou a apoiar o projeto Cuidar de Quem Cuida, que desenvolve a sua intervenção junto de cuidadores informais de pessoas com demência, em articulação com os parceiros do projeto (CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, Centro Hospital Entre Douro e Vouga E.P.E., Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião, e ACES – Agrupamento de Centros de Saúde EDV I). Durante este ano, foi prestado apoio a cerca de 34 cuidadores: 7 através do Gabinete de Apoio ao Cuidador; 12 através da participação nos 2 grupos psicoeducativos e 15 através da participação no Grupo de Ajuda Mútua.

Em fevereiro de 2020, foi dinamizada a ação de formação para técnicos de (re)capacitação do Município de Santa Maria da Feira, subordinada ao tema “Implementação de Respostas de Apoio a Cuidadores Informais no Município da Feira” e com uma duração de 21h, tendo participado uma média de 12 técnicos por sessão.

Em virtude das condicionantes provocadas pela epidemia COVID-19, o programa sofreu reajustes, sendo que, no mês de agosto de 2020, iniciou-se a 1ª Edição do Programa Psicoeducativo do Cuidar de Quem Cuida em formato online, com uma equipa multidisciplinar com vista a auxiliar a prestação de cuidados ao nível da alimentação/higiene, apoio social e jurídico, comunicação, gestão de stress, entre outros.

1.4. Medidas de Conservação do Património e da Memória Coletiva das Comunidades: *Passeios na Minha Terra*



Para o ano de 2020, numa lógica de “vá para fora cá dentro”, estava prevista uma edição dos Passeios na Minha Terra assente numa rota circunscrita à sede do Concelho, designada “À Descoberta da cidade de Santa Maria da Feira”, destinada a pequenos grupos e cumprindo as recomendações da Organização Mundial do Turismo. Contudo, devido à evolução da pandemia, e conseqüentemente, as restrições impostas, não foi possível a concretização da edição de 2020 desta atividade.

1.5. Medidas de Formação e Educação em Cuidados Pessoais – Projeto “Abecedário da Saúde”

Resultado de uma candidatura ao programa “Inovar em Saúde” da Fundação Calouste Gulbenkian, o Projeto “Abecedário da Saúde” é um projeto pedagógico intergeracional, que, através de uma intervenção educacional, fomenta competências pessoais básicas em saúde, passíveis de motivar mudanças no acesso aos cuidados de saúde e nos comportamentos de prevenção das doenças e de promoção da saúde. Em 2020, fruto das limitações impostas pela pandemia, não foi possível garantir a continuidade da disseminação dos instrumentos pedagógicos do projeto (vídeo, jogo digital e jogo de tabuleiro). No entanto, dada a importância dos seus conteúdos, procurou-se, de forma regular e em articulação com o programa emili-@, estimular os seniores com acesso a meios informáticos a jogarem o jogo digital e a visualizarem o vídeo.

1.6. Medida de Apoio na Luta Contra as Condições de Pobreza Crónica de Pessoas Idosas – Cartão Feira Sénior

Esta Medida, implementada no Município em 2009 e destinada à população com 65 ou mais anos residente no concelho, como medida complementar de apoio social e económico a esta população, tinha ativos, em finais do ano de 2020, 48 cartões: 39 do escalão A e 9 do escalão B. A redução verificada comparativamente ao ano de 2019 pode ser justificada com a não renovação dos cartões, motivada pelas condicionantes de deslocação e utilização que os seniores sentiram face à pandemia vivida.

Durante ao ano de 2020, foi despendida com esta Medida um total de 1457,91€ (1302,93€ com medicação, 122,44€ com taxas de água e 32,54€ com taxas de luz), tendo-se verificado um decréscimo relativamente ao ano transato.

1.7. Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas

Enquanto membro da Rede das Cidades Amigas das Pessoas Idosas desde 2017, o Município de Santa Maria da Feira assumiu o compromisso de responder às necessidades de envelhecimento da população, avaliar e monitorizar a convivialidade com a geração mais velha e trabalhar em colaboração com estas e entre setores para



criar ambientes físicos acessíveis, ambientes sociais inclusivos e uma infra-estrutura de serviços capacitadora.

A este nível, o Município participou, enquanto parceiro do projeto OI@, promovido pelo Centro Social Padre José Coelho, na 1ª Apresentação dos projetos financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito da candidatura ao programa “Envelhecimento na Comunidade”, promovida pela mesma entidade.

Foi ainda dada continuidade ao trabalho desenvolvido para a elaboração do Plano Estratégico para a Terceira Idade e a partilha de projetos e iniciativas direccionadas para a população sénior na plataforma online da Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

1.8. Dia Metropolitano dos Avós

Perante as restrições impostas pela Declaração do Estado de Emergência, em particular no que à realização de eventos com grande número de pessoas diz respeito, a Área Metropolitana do Porto suspendeu a realização da 14ª edição do Dia Metropolitano dos Avós, sendo que cada município celebrou este dia de forma individual. Santa Maria da Feira lembrou este dia com o envio de uma mensagem por parte do Presidente a todos os seniores envolvidos no programa FAROL.

2. Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Locais

Sendo a arte motor de inclusão e mudança social, pelo seu poder transformativo de reunir as pessoas e coloca-las em diálogo, e de facilitar laços de cooperação e de continuidade, e pensando as políticas culturais estrategicamente no sentido de promover ações que disponibilizem maior acesso e abram espaço amplo para todo e qualquer tipo de manifestação e expressão artística, em 2020, apesar de todos os constrangimentos e limitações, foi dada continuidade aos projetos artísticos de natureza inclusiva, tendo sido necessária uma enorme capacidade de reinvenção, mergulhada na tecnologia.

2.1. Projetos Artísticos com a Comunidade

2.1.1. Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira

Com a suspensão das atividades presenciais, a equipa deste projeto incetou esforços para desenvolver novas estratégias que permitissem a continuidade do trabalho de criação musical com os diferentes grupos que compõe o coletivo da orquestra. Inicialmente, e de modo a manter a proximidade, foram realizados contactos telefónicos semanais com os diferentes elementos que integram a orquestra e/ou instituições.



Após o levantamento dos recursos tecnológicos e acesso à internet disponíveis por cada um dos participantes, a criação de uma conta zoom e a organização de um grupo na plataforma Messenger para troca de informações e partilha de documentos, em março, iniciaram-se, paulativamente, os ensaios musicais online, duas vezes por semana. Em abril de 2020, os ensaios online foram alargados aos idosos residentes na ERPI do Centro Social Dr. Crispim Borges T. de Castro, e uma idosa da valência Centro de Dia, que participava através da sua residência.

Com a abertura em junho da valência CAO da Cerci-Feira, foram retomados os ensaios de música presenciais, tendo o grupo sido dividido e cumprindo todas as indicações e recomendações da DGS: os ensaios decorreram ao ar livre, no exterior da instituição, sendo que cada um dos participantes tinha atribuído a si um instrumento.

Com o prolongamento do projeto Pinocchio Joins The Orchestra (On S.T.R.E.E.T), financiado pelo Programa Erasmus +, até dezembro de 2020, foram realizados vários encontros com os parceiros, com o objetivo de definir estratégias que permitissem a execução das atividades previstas em candidatura, tendo em conta as condicionantes provocadas pela situação pandémica. Assim, neste âmbito, foram desenvolvidas em 2020, as seguintes atividades:

- Organização do 1º Campus Musical Digital “Pinocchio Joins The Orchestra”, que decorreu, no mês de maio, tendo a duração de 5 dias e contando com a participação total de 38 pessoas oriundas de Portugal, Sérvio e Itália;
- Divulgação do projeto pelos campos de férias Vives do Município, que decorreram durante o mês de julho em 11 pólos do parque escolar, tendo sido dinamizadas 13 oficinas, que resultaram na edição do vídeo-filme “Sinfonia de Campos de Férias”, que contabilizou 253 visualizações na plataforma youtube;
- Realização de um concerto participativo ao vivo, no Centro Social Dr. Crispim Borges T. de Castro, em Milheirós de Poiares, com a participação dos idosos residentes na ERPI;
- Participação em 2 Campus Digitais Internacionais, organizados pelos parceiros da Sérvia e de Itália, que contaram com a participação de 8 elementos da Cerci-Feira, no 1º Campus, e 11 alunos do 4º ano da Escola Primária de Sanfins, no 2º Campus. Como resultado destes intercâmbios, foram editados 3 vídeos musicais e 1 vídeo documentário, editado pelo grupo português, explicativo do processo criativo musical;



- Realização de duas novas produções musicais, em dezembro de 2020: uma que envolveu o grupo da Cerci-Feira e integrou a apresentação online da Festa de Natal para a Inclusão; e a gravação, pela primeira vez, em estúdio, da música “Pinóquio Come Ervilhas”, por alguns elementos da orquestra, tendo integrado a mini série “À Janela do Sótão”, do projeto Crescer do Ler e do Ser.

2.2. Projeto LaB InDança

Cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian (2019 – 2021), o projeto LaB InDança, grupo de dança contemporânea inclusiva, integra no seu elenco 15 bailarinos não- profissionais com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos.

Durante o ano de 2020, este projeto, por força da pandemia, sofreu ajustes, sendo que em fevereiro decorreu a 1ª residência artística. A partir de março, com as salas de ensaio encerradas e os ensaios semanais, assim como as residências artísticas, suspensos, foi necessário reinventar formas de dança e avançar no universo online de modo a que as aprendizagens tivessem continuidade.

Após a realização de várias reuniões entre a equipa artística, professores, diretores e técnicos das instituições e a avaliação feita da situação individual dos participantes no que à disponibilidade de equipamento informático diz respeito, foi proposto às cinco participantes com acesso às novas tecnologias a visualização de pequenos filmes de alguns coreógrafos de referência, assim como a realização de aulas de yoga ou pilates, havendo sempre o acompanhamento da professora de dança.

Com a (re)abertura das instituições, em junho de 2020, foram retomados os ensaios semanais, cumprindo-se rigorosamente as regras impostas pela DGS, sendo que as aulas de dança funcionaram duas vezes por semana, com a presença de 1 dos professores.

Ainda que num formato diferente, em outubro de 2020, realizou-se a 2ª residência artística, sendo que os artistas deslocaram-se às instituições para conversarem com os participantes no espaço exterior disponível. Foram ainda realizados 2 encontros de trabalho entre artistas, professores e técnicos.

Dada a situação pandémica e a impossibilidade de realização do espetáculo previsto no Plano de Atividades, assim como várias atividades, foi solicitado o prolongamento do projeto por mais um ano à equipa da iniciativa Partis – Fundação Calouste Gulbenkian.

2.3. Grupo Noivas de Santa Maria I Viagem Medieval

Com o cancelamento da Viagem Medieval – edição de 2020, esta atividade foi suspensa.



2.4. Feirinha pela Noitinha

Perante as condicionantes procadas pela Pandemia Covid-19, em particular a suspensão de todas as atividades que envolvessem a participação de público, em 2020 esta atividade não se realizou, tendo sido suspensa.

2.5. Projeto Cultura para Todos

O projeto TransformArte – Rede d’Arte Comunitária, surge no âmbito de uma candidatura do Município, em parceria com a Cooperativa Casa dos Choupos, e a AMICIS, ao Programa Operacional Regional do Norte, enquadrado no Eixo 7. Inclusão Social e Pobreza e na Prioridade de Investimento 9.1/9i. Inclusão ativa, com vista a promover oportunidades iguais, a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

Pretende-se promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de carácter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades, designadamente destinadas a combater a pobreza e a discriminação de públicos social e economicamente mais vulneráveis no município de Santa Maria da Feira, através de 5 atividades:

1. Teatro de Arte Adaptada (jovens e adultos deficientes)
2. Teatro Terapêutico e Oficinas Cénicas (crianças, jovens e adultos com doença mental)
3. Música com Seniores e C^a (população sénior)
4. Aproximar_Teatro nas escolas (Jovens deficientes em contexto escolar)
5. Arte mais Acessível (Todos os públicos alvo e comunidade)

Neste projeto pretende-se dinamizar atividades que atendem ao papel que a arte e a cultura podem desempenhar na inclusão de populações mais desfavorecidas, nomeadamente:

- Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias;
- População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social;
- Crianças e jovens em risco;
- Pessoas com Doença Mental.

O projeto teve início em 01.07.2020, iniciando com a atividade Teatro de Arte Adaptada, nas instituições AMICIS, CERCIFEIRA, e CERCILAMAS consistindo em permitir aos jovens e adultos portadores de deficiência e/ou incapacidade e pessoas com doença



mental, participar nas oficinas de expressão dramática, expressão corporal e cenografia. Simultaneamente: responder às necessidades, expectativas e sonhos de indivíduos com limitações significativas ao nível da atividade e participação decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente; promover a qualidade de vida, nas suas várias vertentes; privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido de aumentar a sua participação social; contribuir para a promoção de uma sociedade inclusiva, promovendo a participação de todos em atividades artísticas. Estavam previstas iniciar as outras atividades em outubro, mas face às orientações emanadas pela DGS, não foi possível cumpri-las, tendo sido suspensas, para início em janeiro de 2021.

3. Programa Concelho Solidário

3.1. Programa *Concelho Solidário* – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Em 2020, verificou-se um acréscimo, comparativamente ao ano de 2019, no n.º total de apoios (64) atribuídos no âmbito do Programa Concelho Solidário – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos (mais 7), assim como do n.º de famílias abrangidas por esta medida (mais 9). Seguindo a tendência dos últimos anos, são as famílias monoparentais e nucleares com filhos, que mais solicitam este apoio, sendo que a média de idades dos munícipes requerentes situou-se nos 47 anos. Quanto à proveniência das famílias, estas residem maioritariamente na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; em São João de Ver; em Paços Brandão e na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande.

Constatamos ainda que são as despesas com o arrendamento/prestação da casa, seguidas das despesas com fornecimento de luz e água, que mais impelem as famílias a recorrer à resposta da medida A, conforme quadro abaixo.



Quadro nº 2: Tipos de Apoios da Medida A – Apoio a Situações de Emergência Social de Carater Pontual e Temporários a Estratos Sociais Desfavorecidos

Total de Apoios	Tipo de Apoio		Nº de Famílias	Tipologia Familiar	
64	Despesas de Educação	2	48	Unipessoais	8
	Despesas de Saúde	1		Alargadas	8
	Despesas Domésticas	14		Nucleares	5
	Prestação de Habitação	3		Nucleares c/Filhos	12
	Arrendamento	43		Monoparentais	15

3.1.1. Cobrança de Taxas: Recolha Resíduos Sólidos Urbanos, Água e Saneamento

No seguimento do trabalho efetuado no âmbito dos pedidos de isenção dos munícipes relativamente à cobrança de taxas – recolha de resíduos urbanos, água e saneamento, por alegada carência económica, em 2020 foram tratadas 6 situações, em que 1 correspondeu à abertura de 1 novo processo e 5 a processos transitados de anos anteriores.

3.1.2. Rede Solidária de Restaurantes e Padarias

Constituída por 12 restaurantes, a Rede de Restaurantes Solidários, enquanto resposta de emergência alimentar de responsabilidade social, disponibilizou, em 2020, apesar da pandemia que causou o encerramento temporário de alguns espaços de restauração, 314 refeições a 27 cidadãos. A Rede de Padarias Solidárias disponibilizou 350 pães para iniciativas de diversas entidades do Concelho de Santa Maria da Feira; 10 fogaças para o Projeto “Abraços à Janela” e 150 lanches para o Projeto “Linhas com Rosto”.

3.1.3. Mercado da Solidariedade

O Mercado da Solidariedade, resposta de emergência e de apoio alimentar, é dinamizada em parceria com a Casa dos Choupas – Cooperativa Multissetorial, CRL, e a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sanguedo. No ano de 2020, com o envolvimento de 24 instituições intermediárias, foram apoiadas, através da distribuição de cabazes, 405 famílias.



No âmbito da Linha de Apoio de Emergência COVID-19, foram ainda apoiados 50 agregados familiares, num total de 132 indivíduos e 149 cabazes entregues. Devido ao estado pandémico, não foi possível a realização de campanhas de recolha de alimentos nas grandes superfícies comerciais. No entanto, 5 empresas doaram géneros alimentares, permitindo fazer face às necessidades emergentes.

3.1.4. Programa Sorrisos

Em 2020, através deste programa de apoio à saúde oral dirigido às crianças e jovens oriundos de famílias mais vulneráveis socioeconomicamente, foram apoiadas 18 pessoas, num total de 55 consultas. Este projeto contou com a parceria e colaboração de 4 clínicas dentárias, que intervêm ao nível da prevenção e tratamento oral.

3.1.5. Banco de Projetos Sociais – Apadrinhamento Empresarial

Estruturado no âmbito da responsabilidade social empresarial, no seio da Rede Social concelhia, e alocado na Plataforma BizFeira, em 2020, foi organizado 1 Webinar “Emprego digno e inclusivo”, tendo resultado na contratação de uma pessoa portadora de deficiência. Foi ainda lançada, a propósito do Dia Nacional da Igualdade Salarial, a campanha comunitária #igualvalor, em parceria com o Plano Municipal para a Igualdade de Género.

Em fevereiro, decorreu ainda 1 Encontro entre Empresários no âmbito do Fórum Social da Freguesia de Fiães, resultando na doação de apoio pecuniário, por parte de um conjunto de empresas ao projeto Estimulação Cognitiva População Sénior Cuidar da Mente para uma Vida Ativa – USF Fiães. Desenvolveu-se também uma Campanha de Lançamento Linhas com Rosto, em articulação com o BiZFeira, sendo que a empresa Faurecia adquiriu material de merchandising.

Numa lógica de responsabilidade social e cidadania empresarial, foi ainda lançada a Campanha “O Abraço que todos podemos dar”, resultando na doação de equipamentos informáticos por parte da empresa INDAQUA.

3.2. Outras iniciativas/Atividades

3.2.1. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção

No atual contexto pandémico, devido ao vírus SARS COV 2, a medida social “Rendimento Social de inserção” continuou a ser uma medida âncora para os seus beneficiários, tendo-se verificado no ano 2020 renovações automáticas.

O Município continuou a sua participação obrigatória no Núcleo Local de Inserção da medida Rendimento Social de Inserção, de modo a garantir a eficácia de funcionamento e exercício das ações a desenvolver e o número de beneficiários a acompanhar.



A população beneficiária desta medida residente no nosso Concelho correspondeu no ano de 2020 a 1133 famílias, abrangendo 2354 pessoas, as quais subscreveram 6789 ações distribuídas pelas seguintes áreas educação, formação, emprego, saúde, ação social e habitação.

No que diz respeito aos contratos de inserção na área da habitação, registou-se a assinatura de 124 programas de inserção, nomeadamente ao nível de realojamento, no âmbito do regime excecional de atribuição de habitação, tendo sido efetuados 2 realojamentos no total de 5, de planos para arrendamento privado, de apoio na melhoria do alojamento, e ainda da regularização da situação habitacional, medida esta que é a ação predominante com 90% do total das ações na área da habitação, que compreende a regularização das rendas vencidas e não pagas, o cumprimento de empréstimos bancários, a procura de habitação adequada às necessidades/capacidades/conforto do agregado, entre outras.

4. Migrações

4.1. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais

Membro da Rede Nacional de Cidades Interculturais desde janeiro de 2013, o Município participou, no ano de 2020, em 5 reuniões online, subordinadas aos seguintes temas: “Promover a partilha de práticas para minimizar os impactos da pandemia nas minorias” (abril); “Decidir sobre projetos comuns; partilha do perito ICC Niall Crowley sobre projeto Systemic Discrimination (julho); “Começo do projeto RPCI 2020 – apresentações de práticas de Santa Maria da Feira e Amadora (setembro); “Apresentação dos Planos de Integração de Migrantes das Cidades” (outubro) e “Preparação do Webinar e apresentação de diagnósticos” (novembro).

Santa Maria da Feira integrou ainda, em 2020, o projeto Diversity@Work, tendo frequentado um curso de aprendizagem mista sobre Diversidade e Inclusão e testado ferramentas para valorização da Diversidade dentro da Organização. Em dezembro, o Município esteve representado na moderação do workshop “Guia Facilitação – Guia de Acolhimento” do Webinar “Cidades Interculturais”, promovido pela Rede Portuguesa das Cidades Interculturais.

4.2. Rede Portuguesa de Municípios Amigos de Diversidade

Membro da Rede Portuguesa de Municípios Amigos da Diversidade, promovida pelo Alto Comissariado das Migrações, no ano de 2020, o Município não desenvolveu nenhuma atividade, na medida em que não existiu nenhuma solicitação por parte da entidade promotora. No entanto, foi dada continuidade à partilha de instrumentos de trabalho e de conhecimento com alguns Municípios aderentes.



4.3. Acolhimento de Refugiados

Em 2020 o Município continuou a colaborar com o Conselho Português dos Refugiados (CPR), para a conciliação entre as ofertas das disponibilidades apresentadas e as pessoas com necessidades de proteção internacional a receber, sem que fosse possível efetivar o acolhimento de refugiados. Esta colaboração decorre do acordo celebrado, em julho de 2016.

4.4. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

Prosseguindo, desde 2003, a missão de informar, orientar e auxiliar os nossos emigrantes e familiares que regressam definitivamente a Portugal e aos munícipes que desejam emigrar sobre os seus direitos e deveres, o Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes, desde a sua abertura, efetuou 30.092 atendimentos.

Dos 894 atendimentos registados em 2020, prevaleceram os processos de Requerimento de Pensão de Velhice estrangeira (233); Pensão de Sobrevivência estrangeira (72); Reclamação de organismo estrangeiro (57); Levantamento de Fundos LPP (52); Imigração/Legalização (38); Pensão de Velhice portuguesa (29); e Finanças/Impostos (3).

Relativamente aos Países de Acolhimento, os que registaram o maior número de atendimentos foram a França, Suíça, Venezuela, Portugal, Luxemburgo, Alemanha e Espanha.

De destacar ainda que, o Gabinete de Apoio ao Emigrante continuou a apoiar a Plataforma de negócios BizFeira, ferramenta de promoção das empresas e produtos do Concelho de Santa Maria da Feira a nível nacional e internacional, atuando como instrumento de comunicação entre empresários feirenses e a sua Diáspora (Comunidade Emigrante e Imigrante).

4.5. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Continuando a ser uma importante resposta para os cidadãos estrangeiros, ao nível do seu acolhimento, informação e apoio descentralizado, o CLAIM de Santa Maria da Feira, integra desde 2003, a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes com ligação aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante - CNAI, e em articulação com o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e o Sistema de Informação de Segurança (SIS).

O concelho de Santa Maria da Feira é um concelho multicultural cuja presença de cidadãos estrangeiros portadores de Autorização de Residente aumentou significativamente nos últimos anos, sendo que, de acordo com os dados da SEFSTAT,



residem no concelho 1603 cidadãos estrangeiros. A maior comunidade estrangeira no território concelhio é oriunda do Brasil (550), seguindo-se a Venezuela (189) e a Ucrânia (183).

Em 2020, 208 pessoas recorreram ao CLAIM. Dinamizou ainda o Curso Cidadania, Cultura, Património e Desenvolvimento Económico, destinado a cidadãos migrantes, decorrendo de forma presencial até 11 de março de 2020 e tendo retomado, a 6 de maio, de forma online (via plataforma zoom), com uma média de presença de 12 alunos. Fruto da realização deste curso, foram desenvolvidos vários produtos, entre os quais: o Glossário em Português, Inglês, Francês e Espanhol; Conteúdos para aprendizagem da Língua Portuguesa; e o Guia de Boas Vindas – Santa Maria da Feira.

4.6. Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

O Certificado de Registo de Cidadãos da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, formaliza o direito de residência em território nacional, dos cidadãos destes Países, bem como dos seus familiares. Em 2020, foram emitidos, pelo Município, 36 Certificados a cidadãos oriundos de Espanha (9), Grã-Bretanha (8), Itália (5), França (4), Suíça (3), Alemanha (3), Holanda (2), Roménia (1) e Irlanda (1).

De salientar ainda que se tem verificado a existência de cidadãos com naturalidade de países terceiros, nomeadamente do Brasil e da Venezuela, que ao alcançarem a nacionalidade de um dos países europeus (Itália e Espanha) conseguem solicitar o Certificado de Residente da União Europeia.

5. Rede Social Concelhia

5.1. Instrumentos de Planeamento da Rede Social

5.1.1. Plano de Ação 2020 do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2018 – 2021

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento facilitador e promotor de desenvolvimento social ao concertar um conjunto de propostas, visões e entendimentos, resultantes da mobilização e participação dos diversos stakeholders do Município, contemplando 3 eixos de intervenção: Eixo 1 – Intervenção junto de Grupos Vulneráveis (Coesão Social e Territorial); Eixo 2 – Componentes Ambientais do Desenvolvimento Sustentável (segurança ambiental) e Eixo 3 – Capacitação e Governança Partilhada e Participativa.

Em 2020, a crise pandémica vivida obrigou a algumas alterações ao inicialmente previsto no plano de ação 2020, tendo sido, por isso, necessário repensar e readaptar as ações inscritas. Das 20 ações inscritas no Plano de Ação 2020, foram executadas 7, sendo que a Rede Social concelhia desenvolveu ainda 13 ações não inscritas em plano



e que foram desenvolvidas de acordo com a nova realidade que vivemos e consoante as necessidades descritas pelos parceiros.

Assim, no ano de 2020, a Rede Social, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, desenvolveu as seguintes atividades:

Eixo 1 – Intervenção Junto de Grupos Mais Vulneráveis (Coesão Social e Territorial)

- Apoio técnico na elaboração de Candidaturas ao Programa PARES, proporcionando a criação de novas respostas e um aumento, alargamento e melhoria das respostas sociais já existentes;
- Apoio técnico e participação no projeto “TransformArte”, no âmbito da candidatura “Cultura para Todos”;
- Apoio na dinamização dos projetos CDLS 4G “Direiros & Desafios Inova +” e “Direitos & Desafios em Rede”;
- Dinamização da campanha “Pequenos Gestos, Grandes Histórias – Voluntaria-te”;
- Continuidade do Projeto VOAHR;
- Apoio ao Projeto Ol@, cujo promotor é o Centro Social Padre José Coelho, e que promove as novas tecnologias na facilitação dos contactos e da vida das pessoas mais velhas e uma rede de vizinhança solidária;
- Continuidade do Projeto MIDAS, atuando diretamente junto da população de etnia cigana;
- Assinatura do Protocolo de Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, criando uma resposta intermunicipal no combate à violência doméstica, criando e potenciando a rede local de parceiros;
- Realização do Diagnóstico do perfil dos Cuidadores Informais, resultado da aplicação de questionário pelo Fórum Social de S. João de Ver;
- Realização da Ação de (re)Capacitação do Programa Cuidar de Quem Cuida;
- Realização do 3º Encontro Temático sobre a Saúde Mental, dinamizado pelo Fórum Social de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo;
- Realização de 3 workshop’s de forma a assinalar o Dia Mundial da Saúde Mental, organizados pelo Fórum Social de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, pelo Departamento de Saúde Mental do CHEDV e pela Unidade Socio-ocupacional da Casa Ozanam;
- Realização do Diagnóstico da procura habitacional e elaboração da Estratégia Local de Habitação;



- Participação no projeto “Mapa de Coesão Urbana das Cidades do Eixo Atlântico”.

Eixo 3 – Capacitação de Governança Partilhada e Participativa

- Continuidade da Pós-Graduação “Gestão de Organizações de Economia Social”;
- Promoção de iniciativas no âmbito da Responsabilidade Social por parte de empresas locais;
- Dinamização de iniciativas autónomas por parte dos Fóruns Sociais de Freguesia;
- Participação dos parceiros da Rede Social no programa AMP – HUB de Inovação Social (programa intermunicipal de capacitação na área do empreendedorismo e inovação social).

Outras ações desenvolvidas pela Rede Social

- Disponibilização de 2 Linhas de Apoio: Linha de Apoio Social e Linha de Apoio Psicológico;
- Dinamização do Programa FAROL;
- Dinamização e apoio ao CADCOZ – Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescência OZANAM, e à Estrutura de Retaguarda de Vila Maior;
- Readaptação do Programa Movimento e Bem-Estar e Programa emili-@;
- Articulação com os Fóruns Sociais de Freguesia na dinamização de grupos/respostas de apoio a munícipes em isolamento e/ou infectados;
- Disponibilização de uma Linha de Apoio para as Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Apoio e acompanhamento técnico às IPSS’s por parte da USP e UCC do ACES EDV I;
- Desenvolvimento de Bolsa de Recursos Humanos de Cariz Humanitário para Situações de Emergência;
- Apoio na aquisição e disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual;
- Projeto “Abraços à Janela”, resposta de intervenção social e artística única e adaptada ao contexto atual de pandemia, que teve por objetivo atenuar o isolamento e melhorar a recuperação dos idosos que se encontravam em ERPI, centros de dia, unidades de cuidados continuados;
- Projeto “O Abraço que Todos Podemos Dar”, promovido pela Cooperativa Casa dos Choupos, dirigido numa primeira fase para a aquisição de EPI’s para o CHEDV, e numa segunda fase na aquisição de material informático para diminuir o isolamento sénior;



- Projeto “Abraços.Come”, promovido pela Cooperativa Casa dos Choupos, com o objetivo de angariar bens alimentares para o Mercado da Solidariedade;
- Realização de 1 Webinar sobre Planos de Contingência, em que participaram 5 IPSS’s com valência ERPI;
- Realização de 3 Encontros entre o Município e as IPSS’s concelhias;
- Apoio na dinamização de Ações de Formação sobre Saúde Mental, em articulação com o Gabinete de Psicologia da URAP do ACES, dirigidas a todos os colaboradores das IPSS’s;
- Dinamização de 1 Webinar “Ser Voluntário em Tempos de Pandemia”, pela Bolsa Local de Voluntariado;
- Em concertação com um grupo de cidadãos da freguesia, o Fórum Social de Fornos organizou um evento solidário que reverteu na aquisição de material geriátrico por forma a responder às necessidades referidas pela comunidade;
- Numa ótica de responsabilidade social, o Fórum Social de Fiães organizou um “Jantar de Empresários” para identificação conjunta de problemáticas e delineação de projetos de atuação;
- Dinamização de 1 Webinar “Planos de Contingência”, em articulação com a Proteção Civil, dirigido às IPSS’s concelhias, com valência ERPI.

5.1.2. Conselho Local de Ação Social e Núcleo Executivo

5.1.2.1. Reuniões Plenárias Ordinárias e Reuniões do Núcleo Executivo

Composta por 110 parceiros, dos quais 48% são IPSS’s, 19% são Juntas de Freguesias e 33% são entidades concelhias e não concelhias, a Rede Social de Santa Maria da Feira é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados (serviços desconcentrados, autarquias locais, instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área social, cujo âmbito de intervenção, participado e concertado, se orienta através de um planeamento e mapeamento das intervenções prioritárias relevantes para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local, através do trabalho em parceria. No ano de 2020, o Conselho Local de Ação Social realizou 3 Reuniões Ordinárias (10 de março, 01 de outubro e 16 de dezembro) e o Núcleo Executivo, órgão operativo do CLAS, reuniu em 4 ocasiões (28 de janeiro, 26 de fevereiro, 15 de setembro e 4 de dezembro).

5.1.3. Emissão de pareceres e apoio a candidaturas

O Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, de acordo com o Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de março, emitiu, em 2020, 1 parecer ao Centro Social Santa Cruz



– Irmãs Passionistas para a criação da valência de creche para 40 crianças, no âmbito do Programa PARES 2.0.

5.2. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

Atendendo ao contexto pandémico vivenciado em 2020, a dinâmica da intervenção dos fóruns sociais de Freguesia e de União de Freguesias, focou-se principalmente na articulação entre os parceiros no sentido de se responder às necessidades específicas que foram surgindo, nomeadamente ao nível alimentar, saúde, económico, equipamentos, sendo fundamentais para as ações desenvolvidas ao nível do Plano de Ação.

Não obstante, o Fórum Social da União de Freguesia da Feira, deu continuidade às atividades que estavam programadas no plano de ação ao nível da promoção da saúde mental, nomeadamente a realização de um programa de rádio, aquando da celebração do dia mundial da saúde mental, organizou-se ainda uma visita à Associação Pró-Saúde Mental de Entre Douro e Vouga - Mentemovimento, onde os parceiros locais tiveram a possibilidade de conhecer os projetos em desenvolvimento.

O Fórum Social de Fornos, em concertação com um grupo de cidadãos da freguesia, organizou um evento solidário que reverteu na aquisição de material geriátrico para responder às necessidades da comunidade.

O Fórum Social de Fiães, numa ótica de responsabilidade social, organizou um “jantar com empresários” para identificação conjunta de problemáticas e delineação de projetos de atuação.

O Fórum Social de Santa Maria de Lamas, o de Lourosa e o de Milheirós de Poiares confeccionaram e entregaram máscaras sociais às famílias mais vulneráveis da comunidade.

5.3. Sistemas de Informação e Comunicação da Rede Social

As plataformas *online* – *Rede Social e Portal Sénior e-mili@* - impulsionaram a difusão de informação entre instituições e municípios e contribuíram para uma maior proximidade entre as entidades concelhias e os parceiros.

A plataforma da Rede Social permitiu a rápida e eficaz divulgação de notícias e eventos de interesse para as entidades parceiras, tendo servido também para a difusão das suas próprias atividades e contribuiu para promover o trabalho em conjunto e uma melhor gestão de recursos. A informação disponibilizada nesta plataforma é direcionada tanto para municípios como para as entidades, com destaque para a Carta Social do concelho, o observatório social, contactos úteis, legislação, composição e funcionamento dos órgãos da Rede Social, programas, atividades, eventos, ações de formação e



informação, candidaturas a programas e projetos, entre outros, promovidos pelas entidades que integram a Rede Social, e por outras instituições de âmbito local, regional e nacional. A plataforma desempenhou um papel importante no apoio ao funcionamento dos Fóruns Sociais de Freguesia e de Uniões de Freguesias. A área reservada a cada Fórum (espaço de trabalho online da plataforma) permitiu que os seus membros pudessem ter acesso a informações fundamentais para o seu trabalho (realização de convocatórias e atas das reuniões, colocação de documentos de trabalho, regulamento interno, plano de ação, relatórios, fotos, material informativo, atividades, repositório de informação, etc.).

A página de Facebook da Rede Social permitiu uma rápida comunicação e disseminação de informação relevante com um número ilimitado de pessoas e de organizações, constituindo uma ferramenta dinâmica e gratuita que favorece a difusão de projetos e ideias e a partilha de informação de uma forma rápida e eficaz.

O portal Sénior e-mili@ permitiu a divulgação de notícias e eventos de interesse para a população sénior do concelho, constituindo um apoio fundamental na dinamização do programa e-mili@ (permitindo a divulgação e a inscrição dos seniores na atividade), do programa Movimento e Bem-Estar e dos Passeios na Minha Terra.

5.4. Programa de Formação/Capacitação, Acompanhamento e Avaliação

No VI Mosaico Social (junho de 2019), foi assinado o Protocolo de Parceria entre a Universidade Católica Portuguesa – Porto e o Município de Santa Maria da Feira, para a dinamização de uma Pós-Graduação em Gestão de Organizações de Economia Social, destinada aos dirigentes, técnicos e outros colaboradores das IPSS's que integram a Rede Social Concelhia.

Esta Pós-Graduação, cujo início data de outubro de 2019 tem por objetivo promover a mudança, através da disponibilização de instrumentos, que permitirão às organizações do 3º sector, traçar e reinventar percursos para alcançarem a sua visão de futuro sob a perspetiva de um desenvolvimento social local comum e partilhado estrategicamente. Contando com a participação de 35 alunos, provenientes de 23 entidades, a pós-graduação passou por um período de suspensão em 2020, correspondente de março a outubro, devido ao contexto da pandemia, mas retomou o seu funcionamento a 19 de outubro, em modo presencial, e desde essa data até final de 2020, através de plataforma zoom.

De referir ainda que, esta Pós-Graduação insere-se num dos objetivos do Eixo III – Capacitação e Governança Partilhada, do Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social de Santa Maria da Feira 2018-2020.



A Rede Social concelhia, em 2020, prestou ainda, no âmbito da capacitação, acompanhamento e avaliação, apoio técnico a 1 candidatura ao programa PARES 2.0 e a 21 candidaturas ao Programa PARES 3.0, assim como a candidaturas ao programa NORTE 2020.

5.5. Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do EDV, Conselho Metropolitano de Vereadores da Ação Social da Área Metropolitana do Porto e Associação de Municípios Terras de Santa Maria

Integrando a Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga, o Conselho Metropolitano de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto e a Associação de Municípios Terras de Santa Maria, que se constituem como órgãos de diagnóstico e planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível intermunicipal, de reflexão das estratégias de intervenção social e de implementação de iniciativas/projetos comuns, tendo como pano de fundo os instrumentos de atuação das Redes Sociais Concelhias, em 2020, o Município participou nas reuniões agendadas via plataforma zoom, dada a suspensão de reuniões presenciais.

Em 2020, ao nível da Área Metropolitana do Porto, o Município continuou a fazer parte do projeto HUB de Inovação Social; a ter uma participação bastante ativa no Projeto VOAGR e integrou ainda a iniciativa “Aproxima”, que visou a promoção de ações de capacitação para criar e/ou acelerar iniciativas que façam face às consequências da pandemia Covid-19, nomeadamente no apoio à população idosa e à transformação digital das IPSS's e dos serviços sociais.

Esta iniciativa, facilitada pela equipa do MAZE e com duração até junho de 2021, desenvolveu, entre outubro e dezembro, 7 workshops online, sendo que a equipa de Santa Maria da Feira é constituída por elementos do Município, Bolsa Local de Voluntariado e Grupo de Reflexão Sénior.

5.6. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

Os Protocolos de Cooperação celebrados entre o Município e entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do combate à pobreza e exclusão social, são uma ferramenta fundamental no trabalho de proximidade, para uma intervenção baseada em princípios de parceria, subsidiariedade, otimização e gestão participada, permitindo a dinamização e implementação de práticas sociais inovadoras, descentralizadas, necessárias e próximas dos cidadãos, na resposta a problemas sociais complexos e não contemplados nas valências sociais ditas mais tradicionais, e cuja execução contribuiu para o reconhecimento da coesão social como pilar do desenvolvimento sustentado do nosso concelho.



Para este efeito, o Município continuou a contratualizar no ano de 2020, respeitando as condições constantes no regulamento municipal “Programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do Município de Santa Maria da Feira”, com as seguintes parcerias:

- **Associação Ser + Pessoa:** ações de prevenção/tratamento das dependências, projetos de inclusão social e emergência social;
- **Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL:** ações no âmbito da empregabilidade; da inovação e empreendedorismo social; da capacitação institucional; da recuperação do parque habitacional e manutenção de espaços; da violência doméstica; da intervenção familiar e parental; da prevenção e sinalização de situações de risco ou de pré risco em crianças e jovens dinamizando formas mais inovadoras de atuação; da promoção da igualdade de género e da conciliação da vida profissional e familiar; da emergência social e apoio alimentar.
- **Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação:** ações de prevenção das dependências; projetos de inclusão social e escolar de crianças e jovens em risco de abandono e insucesso escolar; ações de promoção de competências pessoais, sociais e parentais das famílias.
- **Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam:** atividades terapêuticas e de reabilitação integrada, destinadas a pessoas com problemas de saúde mental.
- **Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer:** atividades junto da população sénior, ao nível da difusão da cultura, prática do desporto, ocupação dos tempos livres e de lazer.

5.7. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos

Ciente do conjunto de necessidades existentes no Concelho, a que urge dar resposta, o Município tem participado ativamente na promoção de novas respostas sociais e na melhoria das já existentes, definindo, com clareza e de forma articulada, mecanismos de apoio financeiro ao aumento e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais concelhias.

Objeto de alteração/atualização, aprovado na Assembleia Municipal de 1 de setembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 7 de agosto de 2017, e publicado na II



Série do Diário da República n.º 187, de 27 de setembro, o Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira, permitiu, no decurso do ano de 2020, o apoio técnico e financeiro a 9 entidades, intervenientes no desenvolvimento social concelhio (6 apoios para aquisição de viaturas; 1 apoio para construção de raíz, aquisição, ampliação, remodelação ou adaptação de edifício; 1 apoio para remodelação e adaptação, conservação e manutenção de edifícios de iniciativa exclusiva da própria entidade; e 1 apoio ao abrigo do artigo 14º do Regulamento “Outros protocolos de cooperação”).

5.8. Outros Protocolos de Cooperação

5.8.1. Protocolo de Cooperação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Ao abrigo do Protocolo de Cooperação, celebrado em 2019, entre a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e o Município, este disponibilizou dois técnicos superiores (1 na área do Serviço Social e 1 na área do Direito) para apoio a tempo inteiro, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.

5.9. Medidas de Apoio de Emergência criadas no âmbito da Pandemia COVID-19

5.9.1. Linhas de Apoio à Comunidade

Na sequência do Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por Novo COVID-19 e das orientações da Direção Geral de Saúde, as Linhas de Apoio à Comunidade (Linha de Apoio Psicológico; Linha de Apoio Social; Linha de Apoio à Comunidade Surda e Linha Espaço Trevo) constituíram-se como uma das medidas municipais, promovida pela Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, para fazer face ao surto epidemiológico COVID-19, procurando minimizar as situações de vulnerabilidade social decorrentes da propagação da doença.

As Linhas de Apoio Psicológico e de Apoio Social foram implementadas a 23 de março e terminaram a 6 de junho, e funcionaram interruptamente de 2ª feira a Domingo, entre as 9h00 e as 22h00. A Linha de Apoio à Comunidade Surda surgiu posteriormente, teve início a 5 de abril e terminou a 31 de maio, e decorreu no mesmo horário.

A Linha de Apoio Psicológico dirigia-se à população que vive sozinha e que se sente isolada, angustiada ou confusa, incluindo ainda, aqueles que se encontravam em isolamento ou em quarentena, e que precisavam de conversar com alguém. Foram registadas 109 chamadas recebidas. Do total de indivíduos abrangidos, 70 receberam apoio psicológico, 17 situações foram encaminhadas para e apoiadas pela linha de



apoio social, 20 situações foram encaminhadas para a área da saúde, nomeadamente, o Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, Unidades de Saúde, Serviço de Psicologia ACES, Linha de Saúde ARS Norte, Linha Sintomas COVID, e 1 situação para a área do emprego.

A Linha de Apoio Social foi concebida para pessoas isoladas ou em situação de vulnerabilidade, nomeadamente idosos, pessoas com doenças crónicas ou deficiência, sem retaguarda familiar, e com necessidade de apoio para o fornecimento de refeições, bens alimentares, de medicamentos, ou outros bens e serviços de primeira necessidade. Ao nível da triagem totalizaram-se 268 chamadas recebidas. Na sua maioria esclarecimentos e necessidade de encaminhamento sobre direitos e prestações (saúde, emprego, segurança social), sendo que 87 chamadas (32,5%) foram encaminhadas para apoio social e trabalhadas pelas equipas de ação social da autarquia. No que diz respeito às Zonas da Linha de Apoio Social, identificaram-se 339 situações com necessidade de apoio social: apoio alimentar, aquisição de medicamentos, apoio financeiro para despesas, articulação com parceiros locais na promoção de respostas. A área com maior número de solicitações e ativações de respostas foi o apoio alimentar representando 29,2%(99) sobre o total. 41 apoios alimentares foram atribuídos diretamente através da resposta alimentar Mercado da Solidariedade e Restaurantes Solidários. 58 apoios alimentares foram atribuídos pelas entidades parceiras da Rede Social.

A Linha de Apoio à Comunidade Surda contou com o contributo de voluntários intérpretes de língua gestual, responsáveis pela mediação entre a necessidade e a resposta, totalizando 12 situações oriundas de outros concelhos.

A Linha Espaço Trevo, com funcionamento diário de segunda a domingo das 09h às 19h30, disponibilizou apoio informacional, psicossocial, psicológico, aconselhamento jurídico e encaminhamento social a vítimas de violência doméstica e agressores. Além dos contactos telefónicos individualizados, foi enviada uma mensagem informacional para todos os casos ativos do Espaço Trevo para reforço de aconselhamento e acompanhamento através da via telefónica. Esta Linha, durante este período de 2020, atendeu e encaminhou 169 situações, tendo sido realizados 106 procedimentos (contactos com entidades parcerias no sentido de realização de informação e/ou relatórios pertinentes no âmbito da promoção de proteção e segurança).

5.9.2. Projeto FAROL

O Projeto FAROL surge como medida de iniciativa municipal, no âmbito do estado de emergência implementado a 18 de março, e consequente adoção de medidas com o intuito de conter a transmissão do vírus e expansão da doença COVID-19, que forçou a



interrupção das aulas e atividades presenciais dos Programas municipais de promoção do equilíbrio físico e mental da população sénior. Assim, os professores e monitores dos diversos programas municipais, aliados aos voluntários da Bolsa Local de Voluntariado passam a integrar este Projeto, estabelecendo contactos regulares bissemanais com os seniores dos respetivos programas, identificando necessidades de apoio social e/ou psicológico e efetuando a sinalização para as linhas de apoio à comunidade do Município.

Numa primeira fase foi criada a linha de voluntariado para apoio às atividades do Projeto pela Bolsa Local de Voluntariado para reforço da capacidade de contactos com a população sénior. Neste sentido, contou-se com a participação de 140 voluntários, aos quais foi promovida formação antes da realização dos contactos.

No início de março foram identificadas pelos diversos parceiros 900 pessoas isoladas e/ou beneficiárias de ação social, em situação de maior vulnerabilidade social, tendo sido acompanhadas pelos técnicos de ação social da autarquia, dos SAAS, pelas Conferências Vicentinas e demais parceiros dos 21 Fóruns Sociais de Freguesia.

Desde o início dos contactos do Projeto Farol, a 27 de março de 2020, contabilizam-se 14976 chamadas realizadas e 2715 indivíduos efetivamente contactados, representando 85,3% do universo a contactar (3184).

Além dos contactos telefónicos com os seniores, os professores realizam aulas à distância online (grupos privados de Facebook – com aulas em direto ou gravadas; via Zoom ou Skype) para os seniores da comunidade e seniores dos Lares e Centros de Dia. Antes da interrupção do mês de Agosto, totalizavam-se, na comunidade, 19 grupos de Facebook e 1 grupo pelo Messenger. Nos diretos do Facebook, o número de seniores a seguir as aulas variava entre 8 e 40. Existiam 4 professores a colocar aulas gravadas nos seus grupos. As aulas à distância para Centros de Dia/Lares funcionaram em 35 instituições.

No que diz respeito à 2ª fase (21/09/2020 a 31/12/2021), na comunidade contabilizam-se 19 grupos de Facebook a funcionar e mais 8 grupos pelo Messenger. A assistir às aulas o número de seniores variava entre 3 e 30. Desde outubro de 2021 até à atualidade, as aulas à distância para Centros de Dia/Lares funcionaram em 9 instituições, decorreram também aulas presenciais noutras 9 instituições. Importa referir que estas aulas à distância não abrangem todos os seniores inscritos. Os professores



identificaram por um lado, a falta de recursos e equipamentos digitais, e por outro lado, a dificuldade e falta de autonomia de acesso e uso dos meios digitais por parte dos seniores abrangidos.

Implementaram ainda a “Pausa Ativa”, com o objetivo de proporcionar aos funcionários dos Lares e Centros de Dia momentos de relaxamento e dotá-los de ferramentas úteis para lidarem com o stress e a pressão a que estavam sujeitos, tendo sido abrangida uma instituição, o Centro Social Paroquial de Arrifana. No entanto, segundo os professores, não houve muita adesão no global, principalmente por falta de disponibilidade.

Tendo em consideração os contactos realizados no âmbito do Projeto FAROL, constatamos que a maior parte dos seniores contactados possuíam retaguarda familiar, nomeadamente, no apoio telefónico de algum familiar, pessoa para apoio nas compras, entre outros. Uma pequena percentagem dos seniores contactados afirmava sentir-se angustiado ou confuso, e transmitia a necessidade de conversar com alguém, sendo direcionado para a linha de apoio psicológico.

Foram sinalizados para apoio social diferenciado 35 situações, sendo a maioria (25) apoiada em articulação com as entidades parceiras da Rede Social. Na sequência deste processo foi prestado apoio alimentar (5); integração em resposta SAD (3); integração outras respostas institucionais (6); Apoio psicológico/outro (11).

5.9.3. Mapeamento das acessibilidades digitais da população sénior

Perante os desafios impostos pelas restrições derivadas da pandemia, em 2020 foi fulcral reajustar os programas, em particular aqueles que diretamente se dirigem a populações mais vulneráveis e idosas, embarcando no mundo do digital. Para tal, revelou-se essencial a realização de um mapeamento das acessibilidades digitais, sendo que do questionário aplicado a 1314 seniores de um universo de cerca de 3600, foi possível concluir que existiam no concelho 587 idosos sem qualquer tipo de equipamento ou recurso digital, o que reflete um impacto brutal na dificuldade de acesso à utilização das tecnologias de informação e comunicação, sendo, por isso, este um facto potenciador de exclusão e isolamento.

De modo a reverter esta situação, em 2020, foi lançada uma campanha de angariação de Equipamentos Tecnológicos para IPSS's do concelho e população idosa, que visava equipar as entidades, que acolhem e intervêm junto desta população, da tecnologia



necessária ao desenvolvimento das atividades e rotinas familiares, desportivas e sociais, protegendo-a dos riscos de um envelhecimento isolado e inativo. Esta campanha foi realizada em parceria com a Cooperativa Casa dos Choupos, tendo sido doados um total de 10 monitores e 24 CPU pela Indaqua.

5.9.4. “Abraços à Janela”

“Abraços à Janela” consistiu numa resposta de intervenção social e artística, adaptada ao contexto atual de pandemia, promovida pelo Município e a Cooperativa Casa dos Choupos, que teve por objetivo atenuar o isolamento e melhorar a recuperação dos idosos que se encontravam em estruturas residenciais, centros de dia, unidades de cuidados continuados e os que, embora nas suas residências, eram utentes do Serviço de Apoio Domiciliário.

Em 2020, participaram nesta iniciativa 5 entidades concelhias, tendo sido realizados 6 momentos de intervenção social e artística, com a colaboração e participação de 7 artistas voluntários.

5.9.5. CADCOZ – Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescença OZANAM

Esta resposta, implementada em parceria com o ACES EDV I – Feira e Arouca, CHEDV – Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga E.P.E., Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro e Casa Ozanam/Associação das Obras Sociais de S. Vicente de Paulo, iniciou a sua atividade a 22 de abril e encerrou a 1 de agosto de 2020.

Esta estrutura pautou a sua resposta com base em três princípios fundamentais: a excelência dos cuidados, a relação humana e afetiva como importância no processo de cura e o respeito pela dignidade e individualidade de cada utente. Com capacidade para 26 utentes e destinado a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e/ou incapacidade de manter o isolamento domiciliário, o CADCOZ foi assegurado por uma equipa multidisciplinar repartida pelo equipa coordenadora, equipa clínica, equipa técnica e equipa multidisciplinar, num total de cerca de 50 pessoas. Os cuidados de saúde foram garantidos por uma equipa de profissionais composta por médico, enfermeiros, gerontóloga/diretora técnica, assistente social, psicóloga, fisioterapeuta, ajudantes de ação direta, auxiliares de ação médica, auxiliares de serviços sociais e voluntários.

No decorrer da sua atividade foi prestado, por esta estrutura, apoio a um total de 21 utentes, com uma média de idades de 76 anos, sendo que o utente mais novo tinha 45 e o mais velho 93 anos.



5.9.6. Criação de EAR – Estruturas de Apoio de Retaguarda

Em parceria com a ARS Norte, o CHEDV – Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga e a Segurança Social, o Município apoiou a criação de uma EAR – Estrutura de Retaguarda para Doentes não COVID, a funcionar nas instalações do INATEL de Santa Maria da Feira, com capacidade para receber até 24 utentes que se encontram em situação de internamento social nos hospitais do Distrito e que tenham testado negativo ao vírus SARS COV 2.

Em 2020, o Município apoiou ainda a criação de uma segunda Estrutura de Apoio de Retaguarda, em parceria com a Comissão Distrital de Proteção Civil, o ACES EDV I – Feira Arouca, o CHEDV, a Segurança Social e o Centro Social Vilamaiorense. Esta estrutura, a funcionar na localidade de Vila Maior, tem uma capacidade para 21 camas, podendo, em caso de necessidade, ser alargada até às 28, e pretende dar continuidade aos objetivos do CADCOZ.

5.9.7. Outras iniciativas

- Apoio técnico e acompanhamento de 15 IPSS's com respostas sociais com surtos ativos, bem como à comunidade;
- Contactos e apoios constantes no sentido de suprir dificuldades e dar orientações, desde a primeira hora, nomeadamente na reorganização dos espaços e do pessoal das entidades;
- Colaboração para a efetivação dos testes de rastreio a todos os utentes e colaboradores das Estruturas Residenciais para Idosos do concelho, num total de 889 testes realizados (490 a utentes e 399 a colaboradores);
- Colaboração com o Agrupamento dos Centros de Saúde EDV I para a efetivação de testes de rastreio, a todos os colaboradores do Serviço de Apoio Domiciliário das IPSS', num total de 222;
- Distribuição de 15000 máscaras, 5000 luvas, 400 viseiras, material para confeção pela entidade (polipropileno), 2700 batas reutilizáveis, 5000 manguitos, junto das IPSS's concelhias;
- Identificação de 15 voluntários que confeccionam máscaras para distribuição, em articulação com a Bolsa Local de Voluntariado;
- Cedência de 44 camas articuladas, em parceria com a INDAQUA;
- Integração e acompanhamento da Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Lares do Agrupamento dos Centros de Saúde EDV I.



5.10. Candidaturas de iniciativas desenvolvidas no âmbito da Pandemia Covid-19

Em 2020, o Município submeteu candidatura, em formato de vídeo, ao Prémio de Boas Práticas em Matéria de Promoção da Resiliência, promovido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, tendo esta incluído o trabalho que o Município desenvolveu junto da população sénior.

Foi ainda apresentada candidatura ao Prémio Manuel António da Mota com as iniciativas de mitigação do impacto da Covid-19.

5.11. Mobilidade para Todos – Transporte Municipal Adaptado

Num concelho com as características de Santa Maria da Feira, o projeto Mobilidade para Todos torna-se num recurso importante na garantia do acesso a recursos e serviços existentes na comunidade, permitindo aos munícipes com mais dificuldades de mobilidade, tanto pela sua condição física, de deficiência ou ausência de resposta compatível, cuidar da sua saúde e bem-estar, assim como garantir a sua participação na comunidade.

Em 2020 foram solicitadas pela Rede Social concelhia 90 viagens, sendo que destas, duas destinaram-se ao transporte dos atletas em cadeiras de rodas da Associação de Desporto Adaptado do Feirense, para poderem garantir a participação destes atletas no Campeonato Nacional de Boccia. Relativamente às restantes 88 solicitações, estas foram efetuadas por doze entidades concelhias. As pessoas a transportar foram 23, com uma media de viagens anual de 3,8 viagens cada. Das pessoas para quem foi solicitado o transporte apenas duas tinham idades de inferior a 50 anos (uma criança com 10 anos e uma jovem deficiente com 31 anos), tendo as restantes 91% idades compreendidas entre os 50 e os 85 anos.

As solicitações foram na sua quase totalidade por motivos de saúde, seja para consultas (76,1%) ou para a realização de exames médicos (20,5%) num total de 96,6%, verificando-se apenas dois pedidos de transporte para um idoso solicitar o seu cartão de cidadão.

Os destinos destas solicitações foram maioritariamente para o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/ Espinho com 31 viagens, seguido do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga com 22 e 9 para diversos centros clínicos para realização de exames médicos. Comparativamente com o ano transato verificou-se uma diminuição do numero de solicitações em cerca de 37%, devendo-se este facto sobretudo ao período de pandemia que estamos a atravessar, pois não se efetuou este serviço no primeiro período de



confinamento, e o número de consultas também foi muito reduzido pelos serviços de saúde.

6. Espaço Trevo: Gabinete de Intervenção na Violência Doméstica

O Espaço Trevo é um Gabinete de Intervenção na área da Violência Doméstica que tem vindo a desenvolver a situação intervenção no concelho de Santa Maria da Feira desde 2006. Com uma intervenção assente nas linhas orientadoras da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND 2018-2030), em 2020, este Gabinete viu ser aprovada uma candidatura com vista a difundir as condições necessárias a uma maior e eficaz proteção das vítimas de violência doméstica e de género.

Como reforço deste trabalho foi também assinado, em julho de 2020 e entre 6 Municípios que integram a Associação de Municípios Terras de Santa Maria (Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) o Protocolo para territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

Em 2020, este Gabinete realizou 533 atendimentos a vítimas (89 foram casos novos); 404 atendimentos a agressores (47 casos novos); acompanhou 106 pessoas, registando 89 casos novos. Acompanhou ainda na extensão do GAIV 86 vítimas.

De salientar ainda a realização de 2 ações de sensibilização para a comunidade em geral; 2 webinars para alunos do secundário subordinados ao tema “violência no namoro); 1 ação de sensibilização sobre violência no namoro na escola secundária de Santa Maria da Feira; e de 2 encontros de parceiros. Foram também concedidas 2 entrevistas para os meios de comunicação locais (jornais/rádio).

7. Bolsa Local de Voluntariado

Seguindo a estratégia definida de promoção do voluntariado, sobretudo dirigido à população jovem e sénior, e procurando estimular as organizações concelhias a desenvolverem projetos de voluntariado, o Banco Local de Voluntariado, em parceria com a Cooperativa Casa dos Choupos, realizou, em 2020, um total de 95 atendimentos, que tiveram como objetivo facultar informações e efetuar inscrição na bolsa local de voluntariado. A Bolsa Local de Voluntariado participou ainda na ação de sensibilização promovida pelo Agrupamento de Centros de Saúde EDV I, com o tema “Webinar COVID-19 – Cuidados Gerais a Pessoas Idosas em Isolamento” (5 voluntários).



7.1. Programa de Voluntariado Intergeracional

Já experienciando as restrições impostas pela pandemia, o Banco Local de Voluntariado desenvolveu, no ano de 2020, 3 programas de voluntariado intergeracional:

- **Férias da Páscoa 2020** – inscreveram-se neste programa 19 cidadãos que procuravam dar resposta às necessidades de 10 instituições. Contudo, devido ao plano de emergência, no âmbito das medidas de combate ao Covid-19, as entidades consideraram a não integração e participação presencial destes voluntários;
- **Férias de Verão 2020** - este programa inscreveram-se 18 voluntários entre os 15 e os 63 anos, tendo sido integrados em 4 instituições concelhias da área social e da infância, de 1 de julho a 31 de agosto. Neste programa, foi ainda dinamizada, via zoom, 1 sessão de sensibilização sobre os princípios, direitos e deveres do voluntariado, em que participaram 5 voluntários;
- **Férias de Natal 2020** – neste programa foram integradas 3 voluntárias numa instituição concelhia de apoio aos seniores, tendo o voluntariado sido realizado entre 21 e 31 de dezembro de 2020. Dinamizou-se ainda 1 sessão de sensibilização para este programa, contando com a participação de 3 voluntárias.

7.2. Dinamização da Bolsa de Voluntários para Situações de Emergência Social

Face às necessidades percecionadas pelos parceiros da Rede Social concelhia, em 2020, foi desenvolvida uma Bolsa de Voluntário para Situações de Emergência Social, com o objetivo de identificar indivíduos interessados em desenvolver voluntariado no apoio a IPSS's concelhias em situações e contextos de pandemia e emergência social. Esta bolsa realizou 1 ação de capacitação para os voluntários inscritos (12), contando com a participação de 4 entidades: Município, Cooperativa Casa dos Choupos, Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira e Agrupamentos dos Centros de Saúde EDV I.

7.3. Projeto VOAHR Municípios – Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência

O Município de Santa Maria da Feira integrou, em 2019, o projeto VOAHR Municípios no âmbito da celebração do Acordo de Cooperação com a Escola de Voluntariado Pista Mágica. Esta iniciativa, tendo como área de abrangência geográfica a Área Metropolitana do Porto, pretende aumentar o impacto do voluntariado a nível municipal



através de ações de formação, consultoria e auditoria que tornem o trabalho de voluntariado cada vez mais eficiente e profissional.

Neste âmbito, o Município em 2020 esteve representado nas seguintes atividades:

- Reuniões técnicas intermunicipais, através da plataforma zoom;
- Participação em 6 workshop's, subordinados aos seguintes temas: Fazer voluntariado em tempos de Covid-19 (maio); Voluntariado em tempos de Covid-19 (maio); Gestão Emocional do Voluntariado (maio); Formação online: dicas e ferramentas (junho); Gestão de expectativas no voluntariado (junho); e Uma viagem pelo voluntariado internacional (junho);
 - Participação no curso online Gestão de Voluntariado, que decorreu entre os meses de junho e julho, na plataforma MOQI;
 - Participação no lançamento do Guia de Implementação da Metodologia CADEI e participação no workshop técnico sobre a Metodologia CADEI – fase de diagnóstico e na Oficina Técnica –Experimentação;
 - Participação no curso online Educação de Voluntariado;
 - Participação no Dia Internacional do Gestor do Voluntariado, no evento Voluntariado e Resiliência Comunitária

7.4. Atividades Locais

7.4.1 Quiosque do Voluntariado

Em 2020, no âmbito da divulgação da bolsa local de voluntariado junto da rede social e agrupamentos de escola foram realizadas 2 sessões zoom em dois agrupamentos escolares (Agrupamento de Escolas de Arrifana e Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão), com a participação de 69 alunos do 3º ciclo básico e ensino secundário, com uma duração total de 185 minutos.

7.4.2. Dia Internacional do Voluntariado – Open Day do Voluntariado e Apresentação da Campanha “Voluntaria-te”

Com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil para o envolvimento na prática do voluntariado, no dia 4 de dezembro de 2020, foram lançados, nas redes sociais, 8 vídeos com diferentes testemunhos de voluntários e instituições que integram os vários programas, alusivos à campanha “Pequenos Gestoes, Grandes Histórias” – Voluntaria-te

No dia 4 de dezembro foi ainda realizado online o webinar “Voluntariado em tempos de covid-19”, contando com o envolvimento de 3 oradores e com a participação de 10 pessoas.



7.4.3. Voluntariado Cultural: Festa das Fogaceiras

Neste âmbito, foram encaminhados 4 voluntários entre 40 e os 70 anos para a preparação logística da Festa das Fogaceiras, em articulação com o Pelouro da Cultura do Município.

7.4.4. Programa de Voluntariado FAROL

De modo a apoiar a operacionalização do programa FAROL, o Banco Local de Voluntariado encaminhou, em 2020, um total de 86 voluntários, com idades compreendidas entre os 18 e os 54 anos, que efetuaram contactos telefónicos com os seniores de modo a identificarem as suas necessidades mais prementes.

7.4.5. Costura de batas e máscaras

No quadro geral das orientações em matéria de prevenção do risco de exposição à Covid-19, a DGS admitiu uma utilização alargada de equipamentos de proteção individual, adicional ao distanciamento social. No seguimento desta orientação, e por forma a responder às necessidades locais, iniciou-se, em março, a confeção de batas e máscaras por 16 voluntários de Santa Maria da Feira. A confeção destes equipamentos teve como destinatários os profissionais de saúde e da área social, beneficiários das IPSS's concelhias, bem como cidadãos que demonstraram interesse na sua aquisição.

8. Plano Municipal de Prevenção das Dependências – Núcleo Prevenir

No ano de 2020, o Núcleo Prevenir, enquanto Núcleo Operativo do Plano Municipal de Prevenção das Dependências, continuou a desenvolver o seu trabalho preventivo através de um apoio técnico às várias entidades concelhias, disponibilizando a realização de sessões de esclarecimento, formações e ações de sensibilização, assim como serviço de consultadoria. Neste ano, este Núcleo deparou-se com maiores desafios referentes a um novo planeamento enquadrado no contexto atual pandémico, de forma a serem encontradas estratégias de intervenção em articulação com os seus parceiros.

8.1. Espaço OK: Consulta/Aconselhamento para Jovens com Comportamentos de Risco

Resposta dirigida aos jovens em parceria com o Gabinete da Juventude e Desporto, Equipa de Tratamento do CRI do Porto Central e a Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, no âmbito do Programa de Respostas



Integradas não financiado (PRI) de Santa Maria da Feira, o Espaço Ok, em 2020, efetuou cerca de 20 consultas a jovens com idades entre os 12 e os 25 anos.

8.2. Serviços de Consultoria na Área da Prevenção Primária das Toxicodependências junto das Instituições do Concelho (Contexto familiar, escolar e espaços de lazer, recreativo e desportivos)

Em parceria com a Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria, o Núcleo Prevenir implementou, em 2020, o programa “Decido com sentido”, no agrupamento de escolas de Argoncilhe e na instituição Obra do Frei Gil, tendo sido realizadas um total de 12 sessões de sensibilização junto de alunos e jovens destas entidades.

8.3. Ponto P – Versão 2.0: Por ti. Para ti

O Ponto P – Versão 2.0, resposta concelhia ao nível da intervenção no âmbito da prevenção e redução de riscos nas áreas do consumo de substâncias psicoativas e sexualidade em contextos recreativos e de lazer noturno da zona história de Santa Maria da Feira, em 2020, deu continuidade a iniciativas conjuntas enaltecendo a articulação interinstitucional com o foco na promoção de estilos de vida adequados e saudáveis através do reforço de fatores protetores e minimização de fatores de risco associados aos jovens.

Apesar da situação pandémica, em 2020, foram ainda realizados 3 encontros da equipa técnica dos vários parceiros institucionais concelhios, no sentido de fortalecer a articulação direta e estratégica dos agentes e entidades decisoras.

9. GIP – Gabinete de Inserção Profissional

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), promovido pelo Município, constitui-se como uma resposta descentralizada de alguns serviços prestados aos munícipes do Concelho de Santa Maria da Feira, pelo Centro de Emprego e Formação Profissional do Entre Douro e Vouga, nos domínios do emprego e formação.

O GIP disponibiliza informação profissional para jovens e adultos desempregados, presta apoio na procura ativa de emprego, acompanha de forma personalizada os desempregados em fase de inserção e reinserção profissional, capta e gere ofertas de emprego.

Desta forma, os objetivos contratualizados e atingidos durante o ano de 2020 foram os seguintes:



- 33 sessões coletivas de informação sobre as medidas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou formação, com a participação de 419 indivíduos;
- 20 sessões técnicas de apoio à procura de emprego e desenvolvimento de atitude empreendedora, com a participação de 350 pessoas;
- 312 pessoas em tutoria na procura de emprego;
- 489 Encaminhamentos para ações de formação ou medidas de emprego;
- 200 Receções e registos de ofertas de emprego;
- 451 Apresentações de desempregados a ofertas de emprego;
- 29 Colocações de desempregados em ofertas de emprego, de 33 previstas;
- 54 Visitas a entidades;
- 441 Convocatórias de desempregados a ofertas de emprego;
- 108 Atendimentos no apoio à utilização dos serviços Online IEFP;
- 297 Atendimentos ao nível da prestação de informações gerais, declarações, alteração/atualização de dados e receção de documentação.

10. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 4ª Geração: Projeto Direitos & Desafios em Rede | Projeto Direitos & Desafios INOVA +

Durante o 1º semestre de 2020, o Projeto Direitos & Desafios foi dinamizado ao abrigo do Protocolo com o Município, uma vez que financiamento do Programa CLDS3G havia terminado em junho de 2019. Neste período, e com recurso à rede de parceiros, a ALPE – Agência Local em Prol do Emprego organizou diversas ações de capacitação e de desenvolvimento de competências nos domínios da empregabilidade e do empreendedorismo, entre as quais:

- 835 pessoas atendidas nos serviços da ALPE;
- 27 pessoas apoiadas no âmbito da criação de negócios, tendo sido criados 18 negócios (18 postos de trabalho);
- 2 encontros em Rede de networking com empreendedores, participando 22 pessoas;
 - 3 visitas de negócios in loco a empreendedores;
 - 133 pessoas orientadas para respostas de educação-formação, com a realização de 274 atendimentos individuais. Foram encaminhadas 45 pessoas para respostas de educação-formação e 41 participaram em resposta de educação-formação em colaboração com parceiros de formação do Projeto. Destes, 20 participaram em ações de formação base;



- 2 atividades de formação no Ponto ALPE de São João de Ver, com a participação de 90 pessoas em situação de desemprego, 6h de duração total, 5 entidades envolvidas na área do emprego e 2 Fóruns Sociais de Freguesia (Fiães e São João de Ver);
- 3 atividades de formação no Ponto ALPE de Fiães, com a participação de 140 pessoas, 10h de duração, 7 entidades parceiras envolvidas na área do emprego e 2 Fóruns Sociais de Freguesia (Fiães e São João de Ver);
- 2 workshop's "Role Playing nas Entrevistas de Emprego", em parceria com o GIP da Junta de Freguesia de Lobão, e no âmbito do Fórum Social da União de Freguesia de Canedo, Vale e Vila Maior;
- 11 sessões temáticas com o envolvimento de 196 pessoas nos domínios do emprego, formação, formação e empreendedorismo;
- 393 atendimentos a pessoas à procura de emprego, registando-se, no âmbito da Bolsa de Oferta e de Procura de Trabalho, 51 ofertas de emprego, correspondendo a 86 postos de trabalhos e efetuando-se 1336 encaminhamentos. Do follow-up efetuado aos inscritos na ALPE e às empresas que registaram ofertas, verificaram-se 105 colocações no mercado de trabalho;
- Apoio a 2 empresas na elaboração de candidaturas a medidas de apoio ao emprego, abrangendo 2 candidatos;
- 4 Clubes de Emprego, com o envolvimento de 74 participantes.

10.1. Projeto Direitos & Desafios - Em Rede

O projeto Direitos & Desafios – Em Rede tem como entidade coordenadora a Cooperativa Casa dos Choupos, e como entidades executoras a Cooperativa Casa dos Choupos e a ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Regional Integrado de Terras de Santa Maria. Abrange os territórios da União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; da União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; da União das Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros; da Freguesia de Romariz e da Freguesia de Milheirós de Poiães.

Com a duração de 36 meses, tendo iniciado a 1 de setembro de 2020, este projeto concretizou, no ano de 2020, as seguintes ações:

- **Em_Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão de Carreira:** 94 destinatários diretos; 1 Ponto Em_Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão da Carreira (Vila Maior); 103 atendimentos personalizados; 2 Clubes Emprego; 3 Sessões de Informação à Medida;



- **Em_Carreira ALPE – Qualificação:** 19 destinatários diretos; 1 Em_Carreira ALPE – Qualificação (Vila Maior); Dinamização da ação de capacitação no âmbito da Bolsa de Recursos Humanos de Cariz Humanitário para Situações de Emergência, com a participação de 13 pessoas; Dinamização digital da campanha “Envolve-te no Desafio”;
- **Em_Carreira ALPE – Empreendedorismo:** 3 destinatários diretos; 1 Em_Carreira ALPE – Empreendedorismo (Vila Maior);
- **Oficina de Mesteres – Produção de figurinos:** desenhado o percurso formativo “Costura – Produção de figurinos”, com início previsto para o ano de 2021;
- **Oficina de Mesteres – Gastronomia de época:** 13 destinatários diretos; 1 percurso formativo “Confeção artesanal de bens alimentares”, em parceria com a CEARTE;
- **Oficina OLINDA – Oficina de Liteiros com Inovação e Design acrescentado:** desenhado o percurso formativo “Tecelagem Tradicional”, em parceria com a CEARTE e com início previsto para o ano de 2021;
- **Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e Procura de Trabalho // Incubação:** 4 entidades empregadoras; 4 ofertas de emprego registadas e 261 encaminhamentos para ofertas de trabalho;

Globalmente, o Projeto Direitos & Desafios – Em Rede permitiu a colocação de 11 pessoas no mercado de trabalho, em resultado da gestão da BOPT e da divulgação de oportunidades de emprego.

10.2. Projeto Direitos & Desafios - INOVA +

O Projeto Direitos & Desafios - INOVA + tem como entidade coordenadora a Cooperativa Casa dos Choupos, e como entidades executoras a Cooperativa Casa dos Choupos e o Centro Tecnológico do Calçado – CTCP. Abrange os territórios da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; da União de Freguesias de Souto e Mosteirô; a Freguesia de Arrifana; a Freguesia de Argoncilhe; a Freguesia de Escapães; a Freguesia de Fornos; a Freguesia de Fiães; a Freguesia de



Lourosa; a Freguesia de Sanguedo; a Freguesia de Santa Maria de Lamas; a Freguesia de Paços de Brandão; a Freguesia de Rio Meão; a Freguesia de S. Paio de Oleiros; a Freguesia de S. João de Ver; a Freguesia de Mozelos e a Freguesia de Nogueira da Regedoura.

Com duração de 36 meses, este projeto teve início a 1 de julho de 2020, tendo concretizado, em 2020, as seguintes ações:

- **Ponto de orientação profissional e Gestão de Carreira – Emprego:** 281 destinatários diretos; 2 Pontos de orientação profissional e gestão de carreira – emprego; 317 atendimentos individuais; 6 sessões temáticas de informação à medida;

- **Ponto de orientação profissional e Gestão de Carreira – Qualificação:** 21 destinatários diretos; 2 Pontos de orientação profissional e gestão de carreira – qualificação; 51 atendimentos individuais e personalizados; Dinamização da ação de capacitação no âmbito da Bolsa de Recursos Humanos de Cariz Humanitário para Situações de Emergência, com a participação de 13 pessoas; Dinamização digital da campanha “Envolve-te no Desafio”;

- **Ponto de orientação profissional e gestão de carreira – Autoemprego:** 31 destinatários diretos; 49 atendimentos individuais; Dinamização de 2 sessões temáticas de informação à medida; 4 planos de negócio a programas de apoio ao empreendedorismo;

- **Oficina “Formação customizada de calçado e marroquinaria”:** com início previsto para 2021, foram estabelecidos contactos com as empresas para aferir necessidades;

- **Empresas Open Door A ação Empresas:** 5 destinatários diretos; Dinamização de 1 ação Open Door em parceria com a empresa feirense “Vancal – Componentes Calçado”;

- **Oficina “Dar forma às ideias” – Prototipagem e apoio ao empreendedorismo no setor dos artigos de moda (calçado, marroquinaria):** 5 destinatários diretos; Realização da oficina “Oficina de Calçado Personalizado –



Impressão Digital 2020”, num modelo prático e digital de oficina, seguindo a metodologia “learning by doing”;

- **Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e Procura de Trabalho // Incubação:** 25 entidades empregadoras, registando 29 ofertas de emprego; 595 encaminhamentos para ofertas de emprego;

- **Oficina Ideias – Desenvolvimento de Competências e incubação de ideia:** desenhado o percurso formativo “Cerâmica Criativa”, em articulação com a CEARTE e com início previsto para 2021;

- **Cursos de Verão – Summer courses:** 5 destinatários diretos; 1 Curso de Verão, que incidiu no desenvolvimento de produtos de moda, através da montagem de kit’s, numa abordagem digital.

Globalmente, o Projeto Direitos & Desafios – INOVA + permitiu a colocação de 28 pessoas no mercado de trabalho; a integração de 1 pessoa em estágio e a criação de 7 negócios.

A ALPE operacionaliza de forma integrada os Projetos Direitos & Desafios – Inova + e Direitos & Desafios – Em Rede.

11. Plano Municipal para a Igualdade de Género

O Plano Municipal para a Igualdade de Género surgiu no âmbito de uma candidatura que o Município efetuou à tipologia 7.2) Planos para a Igualdade, apresentado como entidade promotora a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, entidades co-financiadoras a União Europeia e Estado Português, entidade intermédia a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e entidade parceira a Casa dos Choupes – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL.

No âmbito do Protocolo de Cooperação entre a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Município, em 2020, desenvolveu as seguintes atividades:

- 3 Sessões de Igualdade de Género, com um total de 171 participantes crianças do 3º ano do 1º ciclo do ensino básico, com uma duração de 6 horas, abrangendo 7 escolas do 1º ciclo do ensino básico;



- 2 edições do Espaço Filhos (via plataforma zoom), programa dirigido aos filhos do Município de Santa Maria da Feira e empresa municipal Feira Viva, que visa promover a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. A Edição Espaço Filhos – Férias de Verão 2020 teve a duração de 20 dias e a participação de 10 crianças, tendo sido construído 1 manual de dinâmicas e atividades pedagógicas e lúdicas denominado “As 100 ideias divertidas para o Verão” – desafios para pais e filhos. Por sua vez, a Edição Espaço Filhos – Férias de Natal 2020 teve a duração de 8 dias e a participação de 32 crianças, tendo sido construídos 2 calendários de atividades, com base no calendário “Diverte-te em Família” e no calendário “Positivamente para pais/mães”. Dados os impedimentos causados pela pandemia Covid-19, a edição das Férias da Páscoa não se realizou;
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher (9 de março de 2020), com a realização de uma conversa com mulheres migrantes – “Memórias e Projetos de Vida”, cujo objetivo se centrou na discussão em torno das ações locais de apoio nos vários domínios da sociedade. Esta iniciativa decorreu na Rádio Clube da Feira e contou com a participação de 6 oradores. Neste dia, as mulheres da autarquia foram homenageadas com uma serenata, contando com a participação de 6 mulheres da tuna académica do ISVOUGA;
- Dinamização de um workshop online, através da plataforma zoom, intitulado “Pessoas de Palavras, Palavras de Pessoas – Por uma Linguagem Inclusiva de Género”, que contou com a participação de 10 profissionais da área da comunicação, saúde e outras equiparadas;
- Comemoração do Dia Internacional da Família (15 de maio de 2020), com a dinamização de uma conversa online, intitulada “Desafios à conciliação trabalho-família e ao teletrabalho em tempos de Covid-19”, com a duração de 2h e a participação de 15 pessoas;
- Comemoração do Dia Nacional da Igualdade Salarial (8 de novembro de 2020), com o lançamento da campanha #valorigual, que teve por objetivo promover a igualdade salarial entre homens e mulheres, através do testemunho de 8 pessoas da comunidade, empresários, famílias, jovens, entre outras.



12. Provedoria Municipal dos Cidadãos Portadores de Deficiência

Durante o ano de 2020, a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência de Santa Maria da Feira (PMCD) continuou, no âmbito da sua atividade, a auscultar as necessidades e preocupações dos munícipes com deficiência ou incapacidade, atuando na promoção dos seus direitos, legítimos interesses, qualidade de vida e autonomia, dando sequência à sua participação em ações com as entidades que direta ou indiretamente operam na promoção da qualidade de vida desta população, como por exemplo a Área Metropolitana do Porto, o INR, a Associação Salvador, a Sociedade de Engenheiros e Reabilitação e Acessibilidades Humanas.

Face ao contexto pandémico vivido, a PMCD reajustou a sua ação, através de contactos mais regulares, presenciais e não presenciais, que permitiram apoiar e encaminhar as pessoas com deficiência, em articulação estreita e direta com o Município ou entidades externas, como a candidatura ao programa “Ação Qualidade de Vida” da Associação Salvador, para atribuição de um produto de apoio não financiado pelo Instituto de Segurança Social a uma munícipe.

A PMCD participou ainda, em 2020, na sessão “IES – Social Business School” e continuou a sua ação de acompanhamento do projeto piloto CAVI – Centro de Apoio à Vida Independente, desenvolvido pela APN – Associação Portuguesa de Neuromusculares em parceria com a autarquia. Neste âmbito, promoveu, em julho, uma ação de auscultação dos beneficiários dessa resposta e participou em 2 ações de auscultação do ICAVI – Investigação no âmbito dos CAVI.

A partir de setembro, no âmbito do programa FAROL, a PMCD estabeleceu 58 contactos para auscultar as necessidades das pessoas com deficiência, tendo sido encaminhadas para o programa 6 pessoas.

Apesar de todos os constrangimentos existentes, a PMCD, em 2020, participou ainda nas seguintes atividades:

- Participação nos “Encontros de Cuidadores de Crianças e Jovens com Deficiência em idade escolar” (fevereiro e julho);
- Apoio à realização da residência artística do projeto LabInDança e visitas às instituições que participam no programa;
- Realização de contactos regulares com os participantes e instituições do programa “Desporto Plural nas Escolas”, colaborando no desenvolvimento dos Planos de Contingência;
- Realização de diligências para reiterar a melhoria das condições de acessibilidade no espaço público, no edificado, nos transportes, no digital e comunicacionais, participando nos debates “20 anos de acessibilidade em Portugal”,



promovido pela Associação Salvador e o INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, e “Em quantos restaurantes consigo entrar”, promovido pela Associação Salvador;

- Participação nas sessões de recrutamento/bootcamps, promovidas pela ALPE – Agência Local em Prol do Emprego; na “HUB de Inovação Social para a Empregabilidade” e no Fórum BizFeira de 2020 “Emprego digno e Inclusivo”;
- Participação em 2 sessões motivacionais de Inclusão pela Arte, do programa “Linhas com Rosto”;
- Participação nas sessões de desenvolvimento e apresentação do guia “A integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – Um guia para a inclusão”, lançado pela AMP em parceria com a GRACE Portugal;
- Participação na 1ª “Festa de Natal pela Inclusão” online.

13. Gabinete da Qualidade

Promovendo uma intervenção social integrada com qualidade, que facilite a plena cidadania, com direitos e deveres devidamente assimilados, ao longo do ano de 2020, o Gabinete da Qualidade assegurou a manutenção da estrutura documental do Sistema de Gestão da Qualidade da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida; tratou uma reclamação apresentada neste serviço, tendo a mesma sido superiormente analisada, informada e concluída, com decisão de arquivamento; e procedeu à manutenção e atualização da base de dados respeitante às normas e regulamentos internos e demais legislações em vigor.

Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos

Divisão de Serviços Urbanos

À Divisão de Serviços Urbanos, integrada no Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, compete promover, no âmbito das suas atribuições e em articulação com os restantes serviços municipais, a gestão eficaz, económica e eficiente dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Urbanos, no Concelho, de modo a assegurar a sustentabilidade e qualidade ambiental do território, essenciais para promover a saúde pública e a qualidade de vida da população.

As principais funções da DSU consistem em assegurar a adequada gestão dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais, em articulação com as



Concessionárias, Indaqua Feira, S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. e com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM), através do acompanhamento dos correspondentes contratos, nas suas múltiplas abrangências, e a fiscalização do seu cumprimento, bem como garantir a salubridade dos espaços públicos do concelho, prestando serviços essenciais como a recolha dos resíduos e a limpeza urbana, para que cada um que cá habita, trabalha ou visita se sintam bem com o que vê e com o que sente!

Assim, ao nível do abastecimento de água, do saneamento e da recolha de resíduos urbanos, foi prestado todo o apoio aos munícipes, nomeadamente, no que se refere a pedidos e/ou necessidades de execução de extensões de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, informação sobre questões relacionadas com os diferentes serviços, incluindo o tratamento e resposta a reclamações e atualização, no portal municipal, dos conteúdos informativos, na parte correspondente à área de atuação da Unidade Orgânica.

Além disso, constituiu um dos objetivos principais a deteção de problemas relacionados com o uso indevido da rede pluvial onde, através de ligações ilícitas, afluem águas residuais desviando-as assim do seu adequado encaminhamento.

No que se refere à gestão dos resíduos urbanos no concelho, competência do Município, deu-se, durante o ano 2020, continuidade a todo um conjunto de atividades correntes e que desempenham um papel de grande relevância na gestão municipal, no apoio às Juntas/Uniãos de Freguesia e na prestação de serviços aos munícipes, das quais se salientam:

Gestão do serviço de recolha, encaminhamento e tratamento de RU e limpeza urbana

Contempla a gestão, acompanhamento, fiscalização e otimização do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza de espaços públicos que abrange a recolha indiferenciada de resíduos urbanos (RU), realizada com recurso a contratação externa (SUMA, S.A.), a recolha seletiva de resíduos de embalagens (vidro, plástico, papel/cartão), através de ecopontos, ecocentros e recolha porta a porta, assegurada pela empresa Suldouro, S.A., a recolha de óleos alimentares usados, realizada pela empresa Portary, S.A., a recolha de objetos volumosos, executada pelo município e/ou pelas juntas de freguesia e, futuramente, a gestão de RCD's (em fase de implementação). Inclui, de igual modo, o acompanhamento dos contratos na vertente financeira.

Garantiu-se o acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A, ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos e da limpeza urbana na freguesia sede de concelho, correspondente a uma produção de resíduos indiferenciados no concelho, em 2020, de 45 761 toneladas, ou seja um valor médio de 328 Kg/hab/ano (0,9 Kg/hab/dia), tendo-se verificado um aumento de 4% relativamente ao ano anterior.

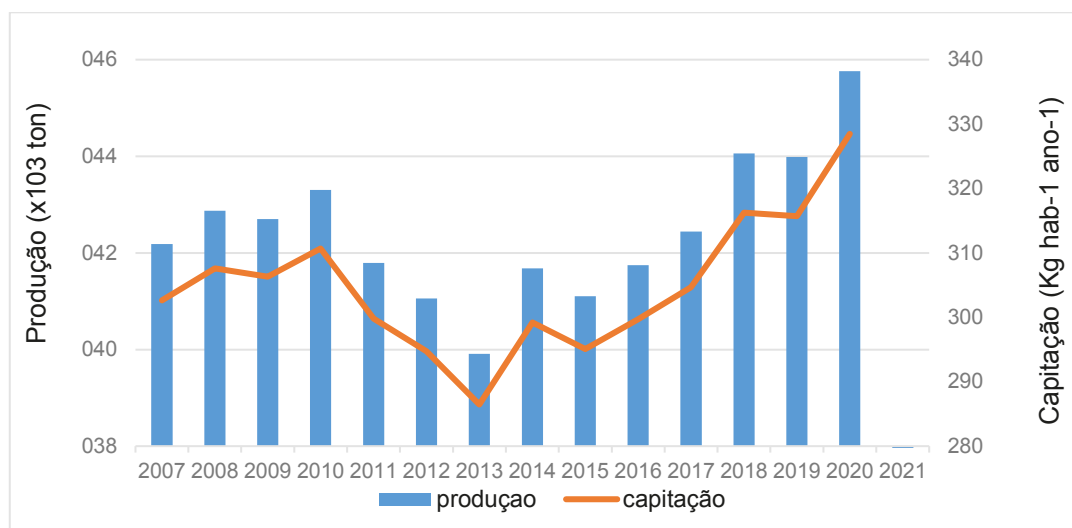


Gráfico 1: Evolução da produção e da capitação de RU indiferenciados no Concelho entre 2007 e 2020

No âmbito do serviço de limpeza urbana, que contempla a varredura, manual e mecânica, e lavagem de arruamentos, limpeza e corte da vegetação de bermas e valetas e manutenção, lavagem e desinfeção de papelarias, foi feito o acompanhamento regular e a fiscalização das obrigações a cargo da empresa contratada, SUMA, S:A.

Em particular, no que se refere à exterminação da vegetação daninha, foi decidido a nível superior, na sequência da recomendação para o “Abandono progressivo do uso de herbicida”, apresentada pela CDU, em 5 de abril de 2019, na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira e aprovada por aquela Assembleia, a suspensão do serviço de aplicação de herbicida e, nesse sentido, reforçada a monda manual. Por outro lado e devido à situação pandémica que atravessámos, foi efetuado, durante o período de confinamento geral, no início de 2020, a desinfeção de ruas e locais públicos mais movimentados, nomeadamente, no centro histórico, incluindo a praça municipal, as principais entradas de serviços essenciais e paragens de transportes públicos.

Similarmente, realizou-se o acompanhamento dos serviços assegurados pela Suldoouro, S.A., enquanto responsável pela deposição em aterro e/ou tratamento mecânico-biológico dos resíduos indiferenciados, bem como pela recolha e tratamento dos resíduos separados seletivamente. A este nível, a quantidade de resíduos recicláveis

(trifluxe) atingiu, em 2020, o valor de 8 530 toneladas, que corresponde a um valor médio per capita de 61,0 Kg/hab/ano, aproximadamente, mais 21%, que no ano anterior. Os materiais que mais contribuíram para este aumento foram os resíduos de embalagens de plástico/metálico e os de papel/cartão.

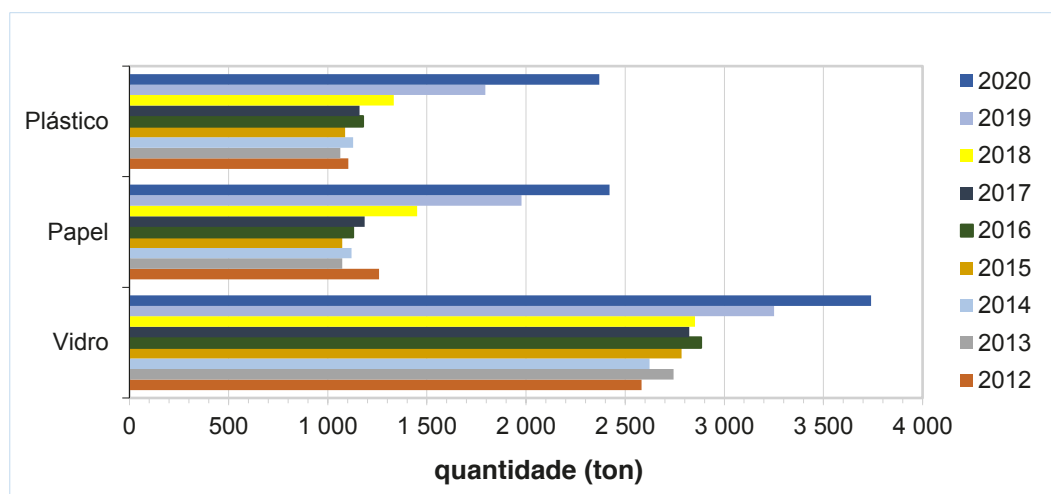


Gráfico 2: Evolução da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos por material

No serviço de recolha seletiva porta a porta em habitações unifamiliares, implementado, no final do ano de 2015, pela Sulduouro em parceria com o Município, em 2020, foi finalizada a 1.º fase, tendo sido abrangidas as freguesias Argoncilhe, Sanguedo, Vila Maior, Canedo, Lourosa, Fiães, Lobão, S. Joao de Vêr, Caldas de S. Jorge, Pigeiros, Milheirós de poiares, Arrifana, Escapães, Sanfins, Mosteirô, Fornos, St. Maria da Feira, S. Miguel de Souto, Travanca e Espargo, que corresponde a uma adesão de cerca de 56 720 habitantes, no total, ou seja, 40% da população do concelho. Foram, ainda, em 2020, recolhidos seletivamente, nos ecocentros de Souto, Lobão e Gestal, 3 346 ton de materiais, havendo um aumento de 5% em relação ao ano anterior (gráfico 3), continuando a ser, os de maior incidência, os resíduos de construção e demolição (RCD's) e os resíduos verdes.



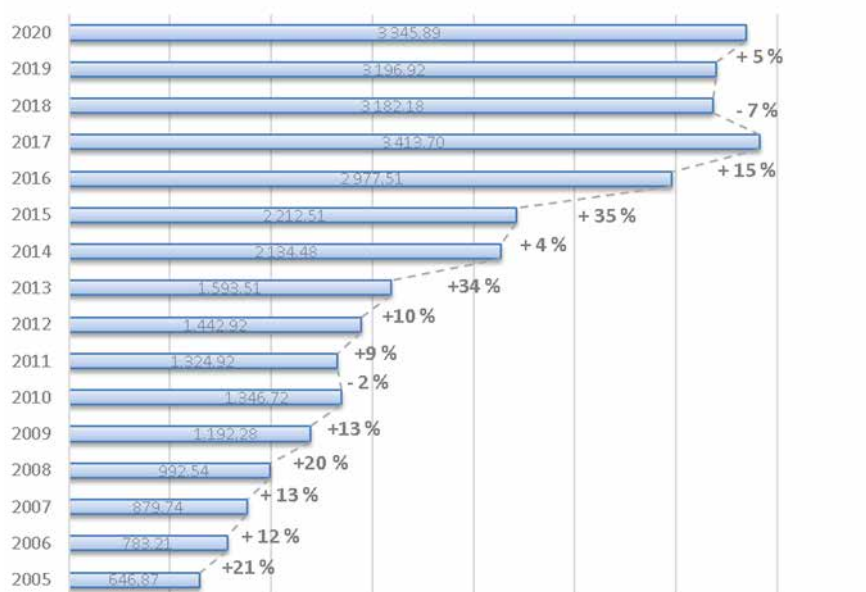


Gráfico 3: Evolução da quantidade de resíduos depositados nos ecocentros

Conjuntamente, no que se refere à recolha seletiva, foi assegurado o acompanhamento do serviço de recolha de óleos alimentares usados (OAU), iniciado em 2009 e com uma rede de 30 oleões disponibilizados na via pública para o efeito, operado pela empresa Portary, S.A..

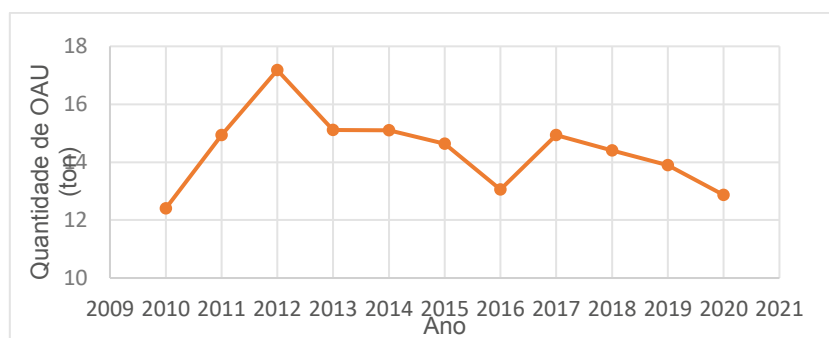


Gráfico 4: Quantidade de OAU recolhida desde 2009

Quanto à recolha seletiva de biorresíduos que, no âmbito do novo Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, será, a partir de 2023, obrigatória e de responsabilidade municipal, foi preparada e reunida toda a informação necessária para a elaboração e apresentação de duas candidaturas, respetivamente, ao Fundo Ambiental, para “Elaboração de Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos no Município de Santa Maria da Feira” e ao POSEUR, para “Investimentos com vista à recolha seletiva e valorização de biorresíduos”, candidaturas estas que foram aprovadas.

Foi, também, orientado o serviço de recolha de monstros (resíduos volumosos domésticos) efetuado pelos serviços do município nas freguesias de Arrifana, Milheirós de Poiares, Romariz, União de freguesias de Caldas de S. Jorge, Pigeiros e, temporariamente, na freguesia de Mozelos. E realizado o acompanhamento do serviço prestado pelas Juntas de Freguesias que, no ano de 2020, foi reestruturado, tendo sido estabelecidos novos procedimentos para as Juntas/União de Freguesias, de modo a que a recolha fosse realizada com maior frequência e eficácia o que originou a redução dos pedidos registados pelo município. Esta diminuição também se deveu ao facto de o serviço ter estado suspenso durante dois meses devido ao estado de emergência decretado em território nacional.

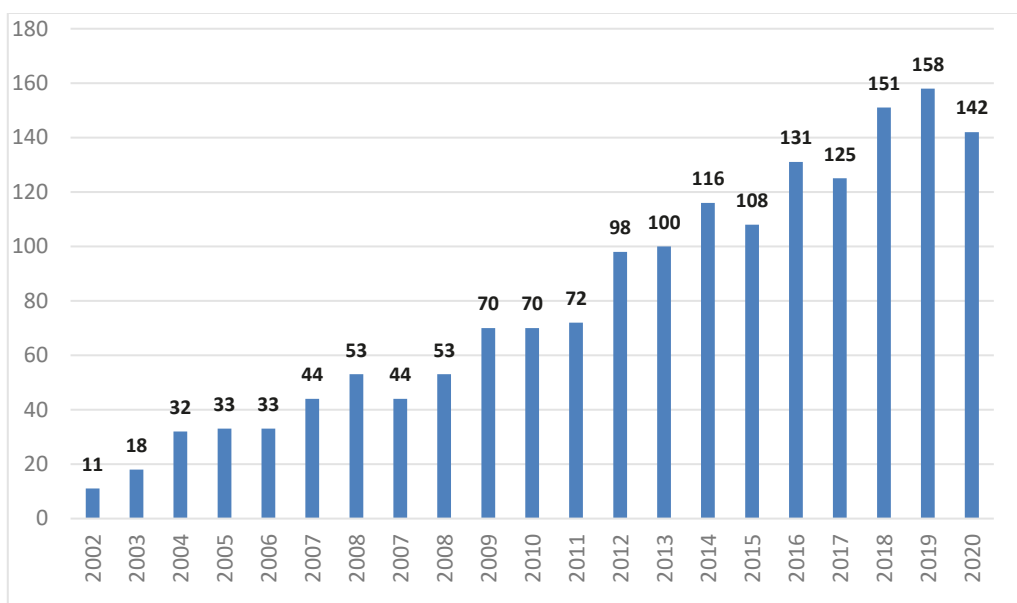


Gráfico 5: Número de pedidos de recolha de monstros atendidos pelo município, por ano

De igual modo, supervisionou-se a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente, os provenientes da oficina, dos vários gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), das obras por administração direta, resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos provenientes de limpeza de montureiras.

Educação e Sensibilização

No que concerne à Educação e Sensibilização, foi planeado um conjunto de ações, predominantemente, ligadas à temática dos resíduos, que, devido à situação pandémica que nos assolou desde o início do ano, tiveram de ser reprogramadas e reestruturadas.

Desenvolveu-se, assim, no âmbito da prestação de serviços, a cargo da empresa SUMA, S.A., uma das ações de sensibilização ambiental, definida para o biénio 2019/2020, a campanha “A Ponta do Iceberg”, realizada junto dos alunos dos 3.º e 4.º anos do 1º ciclo do ensino básico e que consistiu numa representação interativa realizada em sala de aula, com 40 minutos de duração, em que se promoveram temáticas como a Redução, Reutilização e Reciclagem (3R’s) e os corretos procedimentos de gestão doméstica dos resíduos em Santa Maria da Feira.

Para sedimentar e partilhar a informação aos familiares, foram entregues, a todos os alunos, cantis reutilizáveis com uma mensagem de sensibilização.

Houve, também, lugar à campanha de sensibilização ‘O Futuro do Planeta não é reciclável’, realizada pela Suldouro, S.A., com a colaboração da DSU, nomeadamente, através da publicitação nos meios de comunicação e afixação de cartazes no mobiliário urbano para informação disponível no concelho de Santa Maria da Feira.



Compostagem doméstica

Deu-se continuidade à gestão do projeto de compostagem doméstica, que tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, com grande adesão, mas que, devido à situação pandémica que se verificou no início de 2020, impossibilitou a realização das necessárias ações de sensibilização, previamente à entrega de compostores, tendo sido realizada apenas uma sessão, dirigida a 8 participantes.

Registo, Tratamento e Reporte de Informação

Foi assegurada a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, pelo município, enquanto entidade gestora dos serviços de gestão de resíduos urbanos, em baixa, através da recolha e compilação de toda a informação necessária ao reporte anual, em prazos estabelecidos, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), de um conjunto de dados internos relativos à própria entidade gestora e ao sistema que opera (indicadores de desempenho).



Deu-se cumprimento às obrigações legais do Município no que se refere à recolha de toda a informação necessária e cumprimento de prazos estabelecidos pela APA, com vista ao preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR).

Procedeu-se, também, ao registo, tratamento e resposta das reclamações e pedido de informações provenientes dos munícipes, Juntas/União de Freguesia e outras entidades.

Fiscalização

No que concerne à fiscalização foram realizadas, no concelho, diversas ações inspetivas e elaborados os respetivos autos de notícia, sempre que denunciado pelas Juntas de Freguesias, pelos munícipes e/ou quando detetadas ocorrências no serviço.

Divisão de Ambiente

Gestão do Parque das Ribeiras do Uíma

O Parque das Ribeiras do Uíma (PRU) é, desde 2014 um ponto de interesse paisagístico, ambiental e lazer, situado nas freguesias de Fiães e Lobão, nas margens do Rio Uíma. Em 2020 foi dada continuidade aos trabalhos de manutenção, nomeadamente ao nível de:

- a) Manutenção da vegetação ribeirinha: corte seletivo de vegetação; manutenção de técnicas de engenharia natural; plantação de árvores e arbustos autóctones; remoção de resíduos do leito do rio;

- b) Controlo de espécies invasoras: foi desenvolvido um trabalho de contenção da dispersão de algumas espécies que têm tido um significativo impacto ecológico e visual negativo no parque, nomeadamente espécies do género *Acacia spp.* e erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*), bem como a trepadeira pepino-estrelado (*Sicyos angulatus*) e a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminesis*), e ainda, com menor cobertura, a herbácea perene tintureira (*Phytolacca americana*) e a planta anual erva-rapa (*Bidens frondosa*).

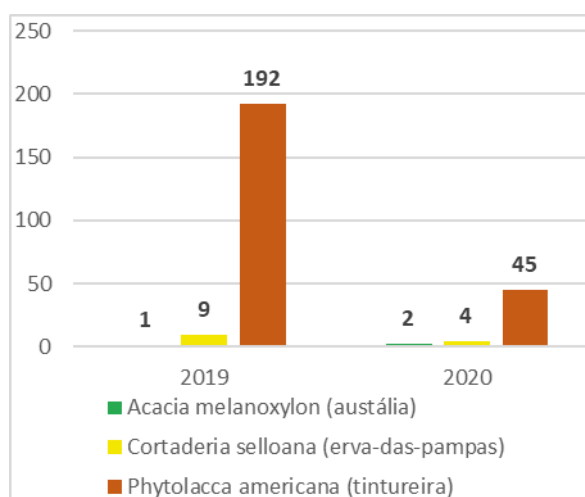


Figura 1 – Número de exemplares abrangidos pela contenção da Austrália (*Acacia melanoxylon*), erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*) e tintureira (*Phytolacca americana*), no Parque das Ribeiras do Uíma.

Gestão da Praia Fluvial da Mâmoa

A Praia Fluvial da Mâmoa, situada na bacia hidrográfica do Rio Úl, com uma área de cerca de dois hectares, foi designada como água balnear, pela primeira vez, no verão de 2013. Desde 2017 tem sido classificada, em termos de qualidade da água, como excelente.

Inserida no âmbito da reabilitação das zonas ribeirinhas e criação de espaços públicos de lazer em estreita ligação com a natureza, esta praia disponibiliza aos utilizadores todas as infraestruturas necessárias.

Em 2020 foi galardoada pela primeira vez com a Bandeira Azul, símbolo de qualidade que distingue a Praia Fluvial da Mâmoa pela obtenção dos padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, os serviços e a segurança, tornando possível a coexistência do desenvolvimento local com o respeito pelo ambiente.



Durante a época balnear, definida no período de 1 de julho a 31 de agosto, foram realizadas análises à água, de 15 em 15 dias, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Os resultados são disponibilizados através de informação afixada nos painéis informativos da praia, no site do Município e na aplicação da APA, Info Praia.



A época balnear de 2020, face ao contexto da pandemia Covid-19, trouxe novas regras relativas à circulação nos acessos à praia, às instalações balneares e à ocupação da área de uso balnear, de forma a respeitar o distanciamento físico recomendado.

No âmbito do Programa Bandeira Azul e seguindo o tema anual “Bem-estar é um lugar à Beira Rio!”, foram desenvolvidas, na praia, várias atividades de educação ambiental, dirigidas aos mais novos, com o objetivo de sensibilizar para o valor da biodiversidade ribeirinha e a importância da sua preservação. Através da observação da fauna e flora existente no Rio Úl, pretendeu-se criar novos olhares sobre os valores naturais, despertando o sentido crítico e de cidadania.

As atividades, que seguiram todas as diretrizes do programa Bandeira Azul e orientações da Direção-Geral da Saúde, foram realizadas pela Divisão do Ambiente da Câmara Municipal, no âmbito do projeto Bidesafios. O programa de educação ambiental contemplou também atividades desenvolvidas em parceria com o Zoo de Lourosa e Indáqua Feira. De salientar ainda que o Programa Bandeira Azul efetuou 6 visitas à Praia Fluvial da Mâmoa, durante a época balnear, tendo verificado o “cumprimento generalizado dos critérios” em todas as visitas, não tendo havido reporte de nenhuma ocorrência.

Gestão da Mata do Castelo

No âmbito da gestão da Mata do Castelo, foi dada continuidade ao trabalho de reflorestação e criação de floresta nativa, iniciado em 2016, com principal enfoque na manutenção e controlo de plantas invasoras nas parcelas já intervencionadas, bem como na preparação de uma nova parcela que irá ser objeto de plantação em 2021.

Projeto Bidesafios

A proteção da biodiversidade é cada vez mais um desafio e uma obrigação de todos e a responsabilidade acrescida da autarquia nesta área levou-nos a desenvolver este projeto que tem como objetivo estimular a população para o exercício do olhar crítico e da atenção sobre a natureza, promovendo momentos de consciencialização da responsabilidade individual e coletiva, sobre as vulnerabilidades dos ecossistemas naturais. Assente na temática da biodiversidade, o projeto pretende, através das interações com a população, desafiar e provocar os cidadãos para participarem ativamente na manutenção e promoção da biodiversidade, através de quatro pilares



fundamentais (conhecer, refletir, agir, experienciar) e cinco eixos prioritários que em vários momentos se vão interligar e complementar. Em 2020 estas ações ficaram bastante limitadas em consequência da pandemia Covid-19.

a) Semear Conhecimento

Através da capacitação de públicos diversificados, pretende-se semear conhecimento sobre as formas mais adequadas de utilização dos ecossistemas naturais, respeitando a biodiversidade de cada local.

Com os constrangimentos criados pela pandemia Covid-19, foi necessário reformular as atividades previstas e numa altura em que sair de casa não era aconselhável, foram criados os **Biodesafios em casa**. Estas atividades foram criadas a partir das redes sociais do município, que funcionaram como momentos de partilha, de conhecimentos e entretenimento, podendo ser realizados no conforto da casa ou através da observação da natureza das varandas, janelas ou pátios. As temáticas abordadas nas publicações, que tiveram mais de 10.000 visualizações, foram muito diversificadas: *Borboleta ou pavão* (18 abril); *Biodiversidade cruzada* (21 abril); *Acordar com o chilrear* (25 abril); *Enigma noturno* (28 abril); *Asas para voar ou para cantar?* (2 maio); *Rios de letras* (5 maio); *Maíãs de maio* (9 maio); *Fuga para a água* (12 maio); *De flor em flor* (16 maio); *Quem perdeu a cauda?* (19 maio); *Quem é quem* (23 maio); *Ovos de rouxinol* (26 maio); *Fadas luminosas* (30 maio); *Biodiversidade cruzada II* (2 junho); *Atraídos pela cor* (6 junho).

Integrado no Plano de Formação do município, foram desenvolvidas três ações de formação com o tema “**Eventos em espaços verdes – boas práticas**”, dirigidas aos técnicos municipais e agentes envolvidos em eventos que se realizam em espaços verdes. Estas ações tiveram a duração de 6 horas cada e abordaram, principalmente, a aplicação de práticas sustentáveis no âmbito da manutenção e gestão dos espaços verdes pré, durante e pós-eventos. Em complemento a esta ação foi produzido um manual de boas práticas que servirá de suporte às equipas envolvidas nos eventos.

No âmbito do **Programa Bandeira Azul**, foram desenvolvidas ações de sensibilização para públicos mais jovens, na Praia Fluvial da Mâmoa, que abordaram diferentes temáticas, nomeadamente: *Vem descobrir a biodiversidade* (15 ações, 329 participantes); *Um mistério na tua torneira* (11 ações, 296 participantes); *Ovos misteriosos* (1 ação, 18 participantes).

b) Descobrir a Biodiversidade

Conhecer, observar e refletir, para sermos capazes de cuidar e respeitar, é o mote deste desafio. Das diversas ações que estavam planeadas, apenas foi possível realizar as



quatro visitas guiadas, no âmbito do projeto “Guardiães do Castelo”, com um total de 40 participantes. Nestas visitas, os participantes percorreram alguns dos caminhos das Guimbras e Quinta do Castelo, onde se encontraram com as árvores mais emblemáticas ali existentes. Tiveram a oportunidade de perceber a sua importância e desafiar os sentidos, no encontro com a serenidade proporcionada por todo este espaço natural com centenas de anos de história.

c) Hora do Planeta

Em 2020, o município juntou-se às comemorações deste dia, com o tema “Crie a sua Hora do Planeta!”, ainda que de uma forma simbólica, com uma campanha nas redes sociais do município apelando a uma maior reflexão, que foi surgindo num crescendo “Ligue-se consigo...”, “Ligue-se aos mais próximos...”, e culminando no dia 28 de março com o apelo “Ligue-se ao Planeta...” e sugerindo a todos os feirenses que, num ato simbólico, desligassem as luzes, das 20h30 às 21h30, acendessem uma vela à janela e se ligassem ao Planeta!

d) Plantar o Futuro

O projeto Futuro tem como objetivo criar e manter florestas urbanas nativas na Área Metropolitana do Porto, com o recurso a voluntários, criando o sentido de pertença e cidadania ativa. Desde a adesão do município, em 2014, ao projeto, foram intervencionadas três áreas, totalizando 12 hectares segmentados em 12 parcelas de trabalho. No total foram instaladas 4.750 árvores e arbustos nativos de 25 espécies diferentes e foram organizadas 28 atividades de beneficiação dos espaços com a presença de cidadãos voluntários, totalizando cerca de 1000 participações voluntárias. Em 2020 foram realizadas 3 ações de manutenção da Mata do Castelo, com pequenos grupos de voluntários, com o objetivo de repor estacas e protetores, e contenção de espécies invasoras, utilizando as técnicas de arranque manual e descasque.

Gestão de linhas de água

Ao nível da gestão das linhas de água do concelho, em 2020 foi dado seguimento ao trabalho, iniciado em 2019, de cooperação e ação concertada entre as várias entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), GNR e Município. Assim, todas as reclamações recebidas bem como as descargas ilegais de efluentes industriais para as linhas de água detetadas, foram de imediato comunicadas à GNR, que contou também com a colaboração das Juntas de Freguesia e Indáqua Feira, no sentido de identificar os prevaricadores, para posterior encaminhamento dos processos para a APA.



Adaptação às Alterações Climáticas

Foi iniciada uma parceria de colaboração com a Energaia, no sentido de ser desenvolvido o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), documento-chave em que o Município define as ações concretas para atingir a meta de redução de pelo menos 40% nas emissões de CO₂ até 2030, melhorar a resistência aos impactos das alterações climáticas e reforçar a cooperação com autoridades locais e regionais, para melhorar o acesso a energia segura, sustentável e acessível.

Assim, foi constituída uma equipa de trabalho, transversal a toda a câmara, com o objetivo de promover um maior envolvimento e colaboração de todos na definição do Plano.

Análise técnica de processos, fiscalização e outras ações

No âmbito da análise técnica de processos e fiscalização, destacam-se trabalhos realizados nas seguintes áreas: gestão de veículos em fim de vida; licença especial de ruído; descargas ilegais de efluentes industriais nas linhas de água.

A Divisão do Ambiente colaborou, ao longo do ano com diversos serviços internos e externos, desenvolvendo e enriquecendo as diversas iniciativas com os seus contributos técnicos, nomeadamente:

- Acompanhamento das reuniões e visitas técnicas, à unidade industrial Luis Leal e Filhos, Lda, com o objetivo de averiguar o desempenho ambiental da instalação;
- Participação no projeto do CrePorto, “A natureza é a melhor sala de aula”, em colaboração com o Pelouro da Educação;
- Informação e esclarecimento de Juntas de Freguesia e munícipes relativamente às regras a adotar na limpeza de linhas de água;
- Participação no projeto Active Citizens, Urbact;
- Colaboração com a Divisão de Serviços Urbanos, prestando apoio técnico nas seguintes áreas: projeto de Compostagem Doméstica através de apoio administrativo e realização de formação aos novos participantes; emissão de guias de acompanhamento de resíduos; tratamento de dados para o preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR); preparação da informação técnica e reporte anual, à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de conjunto de dados (indicadores) para a avaliação do serviço de gestão de resíduos urbanos.



Divisão de Jardins e Espaços Verdes (DJEV)

A Divisão de Jardins e Espaços Verdes (DJEV) pertence ao Pelouro de Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social tem como principais atividades, restauro e manutenção dos espaços verdes existentes no concelho, podas de árvores em arruamentos e parques públicos, assim como a realização de um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão diária do Município, na área do Ambiente, Pelouro da Educação, Ação social, Planeamento Urbanístico e eventos sociais, desportivos, culturais, etc.

Durante o ano de 2020, realizamos todos os trabalhos de manutenção dos espaços verdes pertencentes ao concelho de Santa Maria da Feira. Nestes trabalhos estão incluídos cortes de prados e relvados quinzenais durante o período de Outono/Inverno e cortes de dez em dez dias no período Primavera/Verão. Executou-se a restauração dos relvados, com recurso a escarificações e ressementeiras e adubações em todos os espaços verdes no início da Primavera (março/abril) e início de outubro, assim como a execução de canteiros floridos e floreiras localizadas em toda a cidade.

Executamos o restauro dos relvados da Quinta do Castelo e dos jardins da biblioteca e Rua Dr. Roberto Vaz. Fizemos a reposição dos canteiros de herbáceas nos espaços verdes da Quinta do Castelo, do antigo tribunal e Avenida Sá Carneiro e zonas envolventes.

Efetuamos podas de redução de copa em árvores localizadas em todos os arruamentos da cidade, Quinta do Castelo, Biblioteca e Antigo Tribunal.

Efetuamos o abate de árvores que apresentavam sintomas de envelhecimento progressivo e conseqüente risco de queda; e substituímos-lhas por outras novas já com um bom porte (ex. Rua dos descobrimentos, Rua 1º de Maio, Rua Eng.º Duarte Pacheco).

Fora da sede do concelho efetuamos diversos trabalhos, dos quais destacamos:

Praia Fluvial de Mamoá: Manutenção e restauro dos espaços verdes, durante todo o ano; Preparação da albufeira para época balneária com desassoreamento, limpeza e colocação de areia do rio.

Fomos o gestor do projeto do concurso de aquisição de serviços “Realização de ações e trabalhos de controlo de vegetação e gestão de combustível”

Manutenção de todos os espaços verdes no Parque do Murado e Escola do Sobral, em Mozelos

Manutenção do Monumento ao Espírito Feirense e Urbanização do Areal em S.J.de Ver.



Manutenção dos espaços verdes nos Empreendimentos de Habitação Social pertença do Município.

Manutenção dos espaços verdes no empreendimento de Habitação Jovem em Fornos

Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante PEC (São João de Ver, Lourosa)

Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante (Espargo/Paços de Brandão)

Vias de Acesso ao Europarque

Elaboramos o caderno de encargos do concurso sobre o fornecimento de relva artificial (do qual, fomos nomeados gestores do contrato.

Elaboramos o caderno de encargos do concurso internacional sobre a manutenção dos espaços verdes em toda a cidade-sede do concelho.

Elaboramos o caderno de encargos do concurso internacional sobre a manutenção dos espaços verdes em toda a cidade-sede do concelho.

Elaboramos o caderno de encargos sobre a aquisição de serviço “Realização de acções e trabalhos de gestão de combustível”.

Elaboramos o caderno de encargos para a aquisição de serviços “Limpeza, higiene e desinfeção nas instalações sanitárias municipais da cidade de Santa Maria da Feira”.

Elaboramos o caderno de encargos para aquisição de diversos equipamentos para cortes de relvados.

Efetuamos a limpeza manual do rio Caster e demos apoio em várias intervenções efetuadas nos passadiços do Uíma.

Efetuamos a limpeza de vários terrenos para levantamento topográfico (Divisão de Cartografia).

Apoio á proteção civil, sempre que ocorreram situações de intempérie, em que ventos fortes deitaram árvores abaixo e desassoreamento de sarjetas.

Assegurou-se o normal funcionamento do Cemitério Municipal, incluindo todas as inumações e transladações registadas e fizemos o acompanhamento de obras de emparadamento de sepulturas.

Cuidamos dos Sanitários do Castelo e do Rossio, assegurando-se a sua limpeza, abertura e fecho.

Efetuamos a recolha de monstros, na primeira quarta feira de cada mês, em todo o concelho.

Efetuamos a limpeza e recolha a destino final de todas as montureiras existentes no concelho, sob orientação da Divisão de Serviços Urbanos.

Temos também um serviço de recolha e transporte a destino final de pneus usados.

Em colaboração com o Gabinete do Canil Municipal (Veterinário) efetuamos a recolha e transporte para o Canil Intermunicipal de canídeos.

Serviço de apoio a eventos realizados pelos diferentes pelouros do Município e Feira Viva

Executamos diariamente (incluindo fins de semana) várias ordens de serviço para transporte, montagem e desmontagem de equipamentos escolares, desportivos e outros materiais, para todos os eventos programados pelos diferentes pelouros e coletividades pertencentes ao município.

Efetuamos mudanças de gabinetes e de arquivo entre os diferentes edifícios do município.

Serviço Médico Veterinário Municipal

O presente relatório diz respeito a algumas das medidas e atividades realizadas ao longo de 2020, no âmbito das competências na sanidade e bem-estar animal e na Saúde Pública, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio.

A. AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO, PROJETOS E CAMPANHAS – SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

1. Sessões de Sensibilização sobre o Bem-Estar Animal – 22/01/2020



No dia 22/01/2020, realizaram-se 2 Sessões de Sensibilização sobre o Bem-Estar Animal, na Biblioteca da Escola EB2/3 Dr. Ferreira de Almeida, no Cavaco, Santa Maria da Feira.

As sessões foram dinamizadas pelo Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira, Dr. Rui Jardim e contou com a presença do Sr. Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Dr. Vítor Marques.

Serviram para culminar todo o trabalho desenvolvido no 1.º período sobre esta temática, no âmbito da disciplina de Cidadania pelas 6 turmas de 5.º ano (cerca de 120 alunos divididos por 2 sessões).

Foram abordados vários temas relacionados com animais de estimação, nomeadamente conselhos antes de adoção, cuidados básicos para cuidar de um animal de estimação, o controlo da população animal (campanha municipal de esterilização), o microchip e a sua importância na prevenção do abandono animal, bem como dar a conhecer o Canil Intermunicipal da AMTSM (CIAMTSM) e as campanhas de adoção responsável e gratuita de animais de companhia.

No final, foram entregues aos alunos e docentes da Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, material de divulgação do CIAMTSM.

Esta iniciativa procurou acima de tudo constituir uma mais valia, pois para além de ter contribuído para a consolidação das aprendizagens realizadas nas aulas, contribuiu para munir os alunos de informações e de conhecimentos sobre a forma de como agir com os respetivos animais de estimação e com os que possam encontrar abandonados.

2. Projeto Educativo Municipal: “Aqui Decides Tu!” – EB1 Igreja São Paio de Oleiros - 29/09/2020



No âmbito do projeto educativo municipal “Aqui Decides Tu!”, alunos (na altura do 3.º ano) da Escola Básica Igreja, São Paio de Oleiros, preocupados com a questão dos animais abandonados, fizeram uma visita em 19/02/2020 ao Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria.

No seguimento dessa visita, foi desenvolvida uma ideia da turma, denominada: “AJUDE-

NOS A CUIDAR!”.



E ajudaram e muito! Infelizmente, a pandemia do covid-19 obrigou a interromper o mesmo precocemente. No entanto, conseguiram atingir a meta a que se propuseram! Tantos acessórios e alimentos para os nossos amigos de 4 patas do CIAMTSM.

A entrega dos donativos foi efetuada em 29/09/2020, onde os alunos, agora já no 4.º ano, da Professora Sílvia, da Eb1 Igreja de São Paio de Oleiros, orgulhosamente ajudaram a entregar-nos em mão estas preciosas ajudas, que tanto agradecemos!

No local, encontravam-se presentes para agradecer pessoalmente tão nobre gesto, o Exmo. Sr. Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social da C.M. de Santa Maria da Feira, Dr. Vitor Marques, o Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira, Rui Jardim, em representação do CIAMTSM, José Alves, colaborador do Canil Municipal da Feira, e pelo Pelouro da Educação, o gabinete do CREM (Centro de Recursos Educativos Municipal), Sara Freitas e Vânia Nobre.

3. Campanha Municipal de Esterilização de Animais de Companhia: “Não ao Abandono, Sim à Esterilização” – 2ª edição 2020

O Município de Santa Maria da Feira teve em vigor, durante o mês de novembro, a 2ª edição do programa municipal de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, livre de custos para os munícipes. Uma forma de controlar a sobrepopulação animal e que contribui para a saúde e bem-estar dos mesmos.

Todos os munícipes com residência no concelho de Santa Maria da Feira que detenham cães ou gatos, poderiam candidatar-se de 1 a 27 de novembro.

As mesmas foram entregues no balcão de atendimento das taxas e licenças na Câmara Municipal ou através do envio por correio eletrónico do formulário online disponível na página da Autarquia.

Em conclusão, a segunda edição deste programa de incentivo ao controlo da natalidade em cães e gatos, foi um sucesso e saldou-se num total de 162 animais candidatos elegíveis.

Em 2021, após término de todas as cirurgias, prevê-se a realização de uma terceira edição desta campanha.



**NÃO AO
ABANDONO
SIM À
ESTERILIZAÇÃO**

CAMPANHA MUNICIPAL GRATUITA
esterilização para animais de companhia

ONDE SE CANDIDATAR
balcão de atendimento da Câmara
Municipal de Santa Maria Feira

QUEM?
Todos os munícipes com residência no concelho de Santa Maria da Feira que detenham cães ou gatos podem candidatar-se até ao dia **27 de novembro**

CONDIÇÕES PRIORITÁRIAS:

- Beneficiários do Escalão 1 e 2 de abono de família para crianças e jovens;
- Beneficiários do RSI;
- Beneficiários do Subsidio de bonificação por deficiência;
- Beneficiários do Complemento Solidário para idosos;
- Desempregados;
- Bombeiros

ONDE OBTER AS CONDIÇÕES DO PROGRAMA E QUEM CONTACTAR PARA MAIS INFORMAÇÕES
serviço médico veterinário municipal
T 256 370 800 (ext. 6215)
Tm (Canil) 918 171 243
veterinario.municipal@cm-feira.pt



4. Colónias de Gatos de Rua (CED – Captura, Esterilização e Devolução)

(CED) é um método humano e eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres. O processo envolve a captura dos gatos de uma colónia, a sua esterilização, um pequeno corte na orelha esquerda para fins de identificação visual



dos esterilizados, identificação eletrónica, desparasitação e, por fim, a devolução dos animais ao seu território de origem, onde são alimentados e protegidos por um cuidador.

Este procedimento foi, entretanto, legalmente reconhecido como consta do art. 9.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril: “Para o efeito, a presente portaria fixa as condições e normas técnicas a que devem obedecer os programas de controlo das populações errantes de animais de companhia, nomeadamente os programas de captura, esterilização e devolução de gatos (...)”

Caso pretendam a nossa ajuda, os requerentes proponentes a cuidadores de colónia, dirigem-se ao atendimento do município ou por email e efetuam um requerimento genérico com o assunto “Colónia de gatos de rua”, expondo a situação e dando o maior número de informações possível como localização da colónia e número médio de gatos nela existentes: adultos (machos e fêmeas) e jovens.

Só serão avaliados pedidos que contenham informações do requerente como: Nome completo, Morada Completa, Nº de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade, Nº de Contribuinte e contacto telefónico. Deverão também anexar fotos dos animais e do local da colónia (registo fotográfico e do Google Maps).

As colónias devem estar localizadas em locais resguardados, de forma a não perturbar habitat e refúgios de vida selvagem, bem como parques públicos.

O abrigo para as colónias deve manter-se limpo e a comida colocada estrategicamente, de forma a não provocar nenhum perigo para a saúde pública e não atrair outros animais ou pragas.

- As esterilizações são da responsabilidade do município e serão efetuadas no CIAMTSM.
- Os gatos serão identificados eletronicamente em nome da cuidadora/associação que se responsabilizará pelo cuidado destes animais (alimentação e limpeza dos espaços envolventes).
- Os gatos e gatas adultas serão marcados com o corte na orelha esquerda, de forma a serem identificados visualmente como esterilizados.

A colónia intervencionada será supervisionada pelo médico veterinário municipal, devendo a entidade responsável pelo programa assegurar que são prestados os cuidados de saúde e alimentação adequados aos animais, controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.



Em 2020, ao divulgar a informação acima referida, rececionamos já desde final de julho de 2020, 24 pedidos voluntários de constituição de colónias CED. Neste mesmo ano, foram já intervencionados 56 felinos.

B. SANIDADE ANIMAL

1. Canil Municipal de Santa Maria da Feira

1.1. Serviço de recolha animal

Em 2020, o canil municipal rececionou e geriu os pedidos de recolha de animais errantes e de particulares, via telefone, postal, fax ou correio eletrónico.

Apesar da constante sobrelotação do CIAMTSM (Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria), em Ossela e consequentemente do Canil Municipal da Feira, conseguimos atender a 133 dos 266 pedidos apresentados (50% dos pedidos efetuados). Esta taxa de resposta aos pedidos de recolha, só não foi superior, não por falta de meios disponíveis, mas sim por falta de espaço disponível para acolher condignamente os animais.

Os animais no CIAMTSM não estão a sair por via da adoção em número suficiente, conforme seria necessário para equilibrar o fluxo de entrada e de saída, assistindo neste momento a um efeito de afunilamento dos canis municipais a nível nacional (os canídeos vão constantemente entrando e não saem regularmente, pelo que ultrapassa largamente a capacidade de absorção dos mesmos. Consequentemente, as recolhas de animais errantes ficam condicionadas e sujeitas a triagem.

1.2. Movimento de animais no canil municipal

Durante o ano de 2020, deram entrada no canil municipal 94 canídeos, acrescendo aos 10 animais que transitaram de 2019, sendo que destes, 48 foram adotados diretamente no Canil Municipal, 16 restituídos e 4 foram encaminhados para o Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (CIAMTSM), para posterior adoção. A única ocisão foi realizada na Clínica Veterinária que nos presta assistência veterinária, por sofrimento animal após atropelamento sem recuperação cirúrgica), conforme previsto por lei. Transitaram para 2021, 8 animais.



1.3. Movimento de cadáveres de animais no canil municipal

Durante o ano de 2020, foram recolhidos ou entregues ao canil municipal 135 cadáveres de animais, na grande maioria recolhidos na via pública ou entregues por particulares. Os cadáveres foram posteriormente enviados para o CIAMTSM, com exceção de um cadáver que foi entregue para exame pericial no INIAV, a pedido do Tribunal, no âmbito de um processo de maus tratos animais. Transitaram para 2021, 6 cadáveres (2 cães e 1 gato à guarda do Ministério Público e mais 2 cães e 1 gato).

1.4. Serviço oficial de profilaxia de cães e gatos

Com o surgimento da pandemia do covid-19 em março de 2020, houve um interregno no atendimento ao público para efeitos de vacinação e identificação eletrónica de cães. Foi retomado em junho, com as seguintes regras de segurança e distanciamento:



1.4.1. Animais vacinados e identificados em 2020

A campanha de vacinação antirrábica é anual e abrange dois períodos: o normal, em que se promove concentrações pelas freguesias do município de Santa Maria da Feira e o especial, durante o resto do ano no canil municipal.

A taxa de vacinação antirrábica de 2020 foi fixada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária em 10,00 €. De referir que desde 2014, os animais são vacinados com a Vacina Nobivac Rabies® distribuída pela DGAV com validade trienal (revacinação de 3 em 3 anos). Foram vacinados 960 canídeos.



O microchip passa a ter de ser colocado até aos 4 meses de idade. Este sistema permite de uma forma inequívoca identificar os proprietários dos animais abandonados na via pública e consequentemente responsabilizá-los por tais atos desumanos. A taxa de identificação eletrónica de 2020 foi fixada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária em 2,50 € (registo SIAC). Foram identificados com microchip 385 cães.

A colocação do microchip desde 25 de outubro de 2019, fruto da entrada em vigor do DL 82/2019, de 27/06, é obrigatória para todos os cães de qualquer idade, gatos nascidos a partir de 25 de outubro de 2019 e para os restantes felinos, existe um período de 3 anos para o efetuar.

Inexplicavelmente, em 2020, a DGAV definiu que esta campanha oficial seria apenas para cães, excluindo assim os gatos, quer da vacinação (apesar de facultativa), quer da identificação eletrónica, que curiosamente neste ano tornou-se obrigatória por força da lei e assim os seus titulares poder efetuá-la a baixo custo.

1.4.2. Campanha de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica nas freguesias

A campanha de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica abrangeu as freguesias do concelho e decorreu entre o dia 10 de setembro e 4 de outubro de 2019. Segue abaixo o cartaz oficial deste serviço oficial de profilaxia de cães e gatos:



CANIL MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

08 set › 02 out'20

campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica

calendário de vacinação

08 set terça	argoncilhe	14:30	vergado largo cristo rei (http://goo.gl/maps/vwv05)
		16:00	largo de são domingos rua de são domingos (http://goo.gl/maps/h02s)
09 set quarta	sta. m. da feira	10:00	rossio largo camões (http://goo.gl/maps/690e)
		11:00	remoita rua n. sra. de fátima (http://goo.gl/maps/v089d)
		14:30	largo da igreja rua são martinho (http://goo.gl/maps/v005)
10 set quinta	argoncilhe	16:30	largo da rua perera (http://goo.gl/maps/hkda)
		17:30	são pedro do rio rua 25 de abril (http://goo.gl/maps/v0vya)
		15:00	praça do eleito local rua parque (http://goo.gl/maps/v0vya)
11 set sexta	caidas de s. jorge	10:30	largo da igreja avenida da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo da feira dos dez (http://goo.gl/maps/v0vya)
15 set terça	vila maior	16:30	largo da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	avenida da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
		15:30	largo da igreja avenida da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
16 set quarta	guisande	16:30	largo da igreja largo padre francisco oliveira (http://goo.gl/maps/v0vya)
		10:00	largo da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
		11:00	em 109 largo da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
17 set quinta	souto	14:30	largo do eleito local travessa do eleito local (http://goo.gl/maps/v0vya)
		16:30	largo da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo do anjal rua do emigrante (http://goo.gl/maps/v0vya)
18 set sexta	canedo	15:30	largo da igreja av. da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
		16:30	pessegueiro av. da igreja largo do cruzeiro (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	rua praça largo da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
22 set terça	s. paio de oleiros	16:00	rua rio douro, 2672 largo das oliveiras (http://goo.gl/maps/v0vya)
		17:00	várzea travessa rio (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo da igreja av. são cristóvão (http://goo.gl/maps/v0vya)
23 set quarta	lobão	16:30	rua jóias parque lazer (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo da igreja rua são tiago (http://goo.gl/maps/v0vya)
24 set quinta	escapães	16:30	largo da igreja rua de santo amaro (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo do scouto rua padre albano palva alferes (http://goo.gl/maps/v0vya)
25 set sexta	m. de poiares	15:30	largo de nadas rua de nadas (http://goo.gl/maps/v0vya)
		16:30	largo da igreja rua padre inácio costa e silva (http://goo.gl/maps/v0vya)
		10:00	largo da feira dos quatro praça guerra peninsular (http://goo.gl/maps/v0vya)
30 set quarta	são joão de v&e	11:00	manhouce rua afonso de albuquerque (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo da igreja rua João paulo II (http://goo.gl/maps/v0vya)
		15:30	largo da igreja rua antónio José palma e Sousa (http://goo.gl/maps/v0vya)
02 out sexta	espargo	10:00	são berto rua unidade de saúde (http://goo.gl/maps/v0vya)
		11:30	airas largo das airas (http://goo.gl/maps/v0vya)
		14:30	largo da igreja rua do murodo parque do murodo (http://goo.gl/maps/v0vya)
02 out sexta	mezelos	16:00	largo de santo antónio (http://goo.gl/maps/v0vya)
		10:00	rua américo lopes resende junto ao mini golfe (http://goo.gl/maps/v0vya)
		11:00	largo da igreja (http://goo.gl/maps/v0vya)
02 out sexta	sta. m. de lamas	14:30	rua do murodo parque do murodo (http://goo.gl/maps/v0vya)
		16:30	largo da igreja junto ao café paralelo (http://goo.gl/maps/v0vya)

notas

- por decisão da dgav, esta campanha destina-se exclusivamente a cães. ficam excluídos os gatos e fúres;
- a vacina antirrábica utilizada nesta campanha confere uma imunidade de 3 anos. no entanto, a licença na junta de freguesia mantém-se obrigatória, com periodicidade anual;
- a vacina antirrábica só pode ser realizada quando os cães se encontrem identificados eletronicamente (microchip);
- todos os detentores de cães que compareçam a esta campanha deverão fornecer na altura, os seguintes dados, unicamente para efeitos de preenchimento da ficha de registo siac (microchip): nome completo, morada, bi (bilhete de identidade) ou cc (cartão de cidadão), nif (n.º contribuinte) e contacto telefónico.

informações

vacina da raiva 10 euros (validade 3 anos)
microchip | registo Siac 2,5 euros
boletim sanitário 1 euro

regras de funcionamento | covid-19
(despacho n.º 7304/2020, de 20/07)



1 acompanhante por animal



atendimento por semáforos distribuídas no início da concentração



desinfecção das mãos à entrada e à saída



distância física de 2 metros



datas e horários sujeitos a alterações



máscara obrigatória

contactos

tel 256 370 800 | 018 171 243
blog <http://canilmunicipaldafeira.blogspot.com>
site www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira/ambiente-obras-municipais/

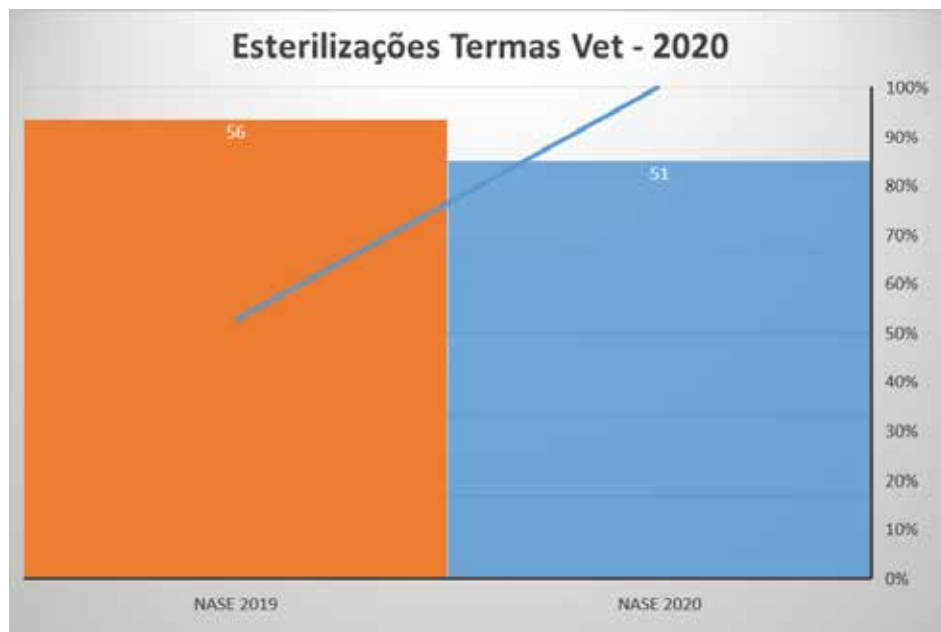
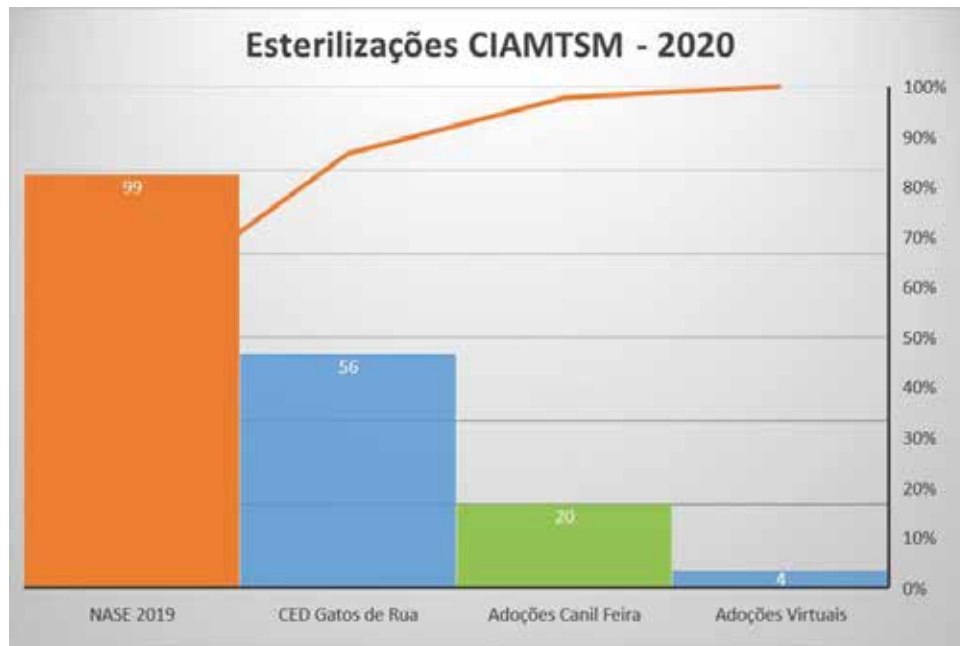


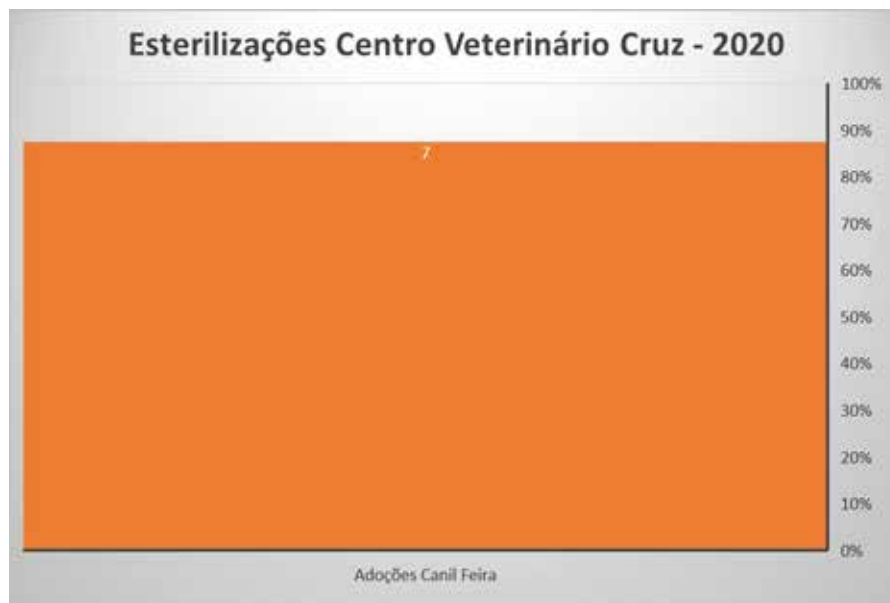
1.5. Animais esterilizados em 2020 – Município de Santa Maria da Feira

Em 2020, no âmbito do nosso programa de controlo da população animal, procedemos à esterilização de um total de 293 animais.

De referir que se tratou de um ano atípico de pandemia covid-19, onde estivemos sem poder esterilizar desde final do 1.º trimestre até quase final do segundo, o que obviamente não permitiu alargar ainda mais o número de animais intervencionados e daí o motivo da decisão de contratualização complementarmente ao CIAMTSM, um serviço externo com a Clínica TermasVet, em Caldas de São Jorge, que desta forma permitiu realizar esterilizações pendentes de 2019 e as de 2020. O CIAMTSM, uma vez que disponibiliza a mesma sala de cirurgia para 6 municípios, recorremos a ela neste momento quase em exclusivo para animal de colónias CED gatos de rua e para adoções efetuadas diretamente no Canil Municipal da Feira ou adoções virtuais (animais que se comprovem serem errantes e para os quais existe um adotante interessado, evitando deste modo, entrarem no Canil fisicamente, pois o mesmo está sobrelotado).







2. CIAMTSM (Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria)

Os animais recolhidos ao canil municipal, desde a nova Lei 27/2016 (lei do não abate de animais por sobrepopulação) ali permanecem por tempo indeterminado, tendo como destino final a adoção ou o CIAMTSM, logo que disponha de espaço para os receber.

Os cadáveres de animais de companhia entregues, produzidos ou recolhidos na via pública, são enviados para o CIAMTSM, para posterior incineração.

2.1. Escala da Direção Técnica do CIAMTSM

O CIAMTSM conta com um grupo de 6 médicos veterinários municipais, provenientes dos 6 municípios que estão envolvidos neste projeto (Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra. Em 2020, foi assim estabelecida a seguinte escala:



canil
intermunicipal associação de municípios das terras de santa maria

CIAMTSM - DIREÇÃO TÉCNICA MVM
ESCALA 2020

	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S							
Janeiro					F	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
Fevereiro								1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
Março		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31						
Abril						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			
Maio								F	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Junho			1	2	3	4	5	6	7	8	9	F	F	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Julho						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Agosto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							
Setembro						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			
Outubro								1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Novembro			F	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Dezembro					F	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			

Feridos nacionais

MVM Arouca	FM: Rainha Dona Mafalda - 2 de maio
MVM Espinho	FM: 16 de junho
MVM Oliveira de Azeméis	FM: N. Sra. De La Salle - 17 de agosto (Segunda-feira a seguir ao segundo Domingo de Agosto)
MVM Santa Maria da Feira	FM: Festa das Fogaceiras - 20 de janeiro
MVM São João da Madeira	FM: Elevação a Cidade - 11 de outubro
MVM Vale de Cambra	FM: Santo António - 13 de junho

Nota: Não há adoções (11/04 - sábado de páscoa)

De referir que houve um interregno nas adoções e atendimento presencial (fim do 1.º trimestre, 2.º trimestre e fim do 4.º trimestre, por força da pandemia covid-19, embora o Ciamtasm mantivesse o seu funcionamento interno normal.

2.2. Estatística do município de Santa Maria da Feira no CIAMTSM em 2020

Em 2020, obtiveram-se os seguintes dados estatísticos do CIAMTSM, referentes apenas ao município de Santa Maria da Feira:

2.2.1. Movimento Animal

2020	MOVIMENTO ANIMAL												
	ENTRADAS							SAÍDAS **					
	Recolhidos (CM)	Entregues (Municipais)	Total entradas CM + Municipais (Ficam em canil)	Para adoção/esterilização (Não ficam em canil)		Total entradas (em canil + pedidos adoção/esterilização)		Sequestro	Reclamados	Adotados (Somatório dos animais em canil + para adoção/esterilização)		Morte Natural	Abatidos
			Cães	Gatos	Cães	Gatos			Cães	Gatos			
Janeiro	0	0	0	3	1	3	1	0	0	3	0	1	0
Fevereiro	2	0	2	0	0	2	0	1	0	2	0	0	0
Março	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3	0	2	0
Abril	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Julho	0	0	0	3	0	3	0	0	0	6	0	0	0
Agosto	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0
Setembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outubro	2	0	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0
Novembro	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0
Dezembro	0	0	0	2	0	2	0	1	0	4	0	0	0
TOTAL	4	0	4	10	2	14	2	3	0	23	1	4	0



2.2.2. Movimento de cadáveres

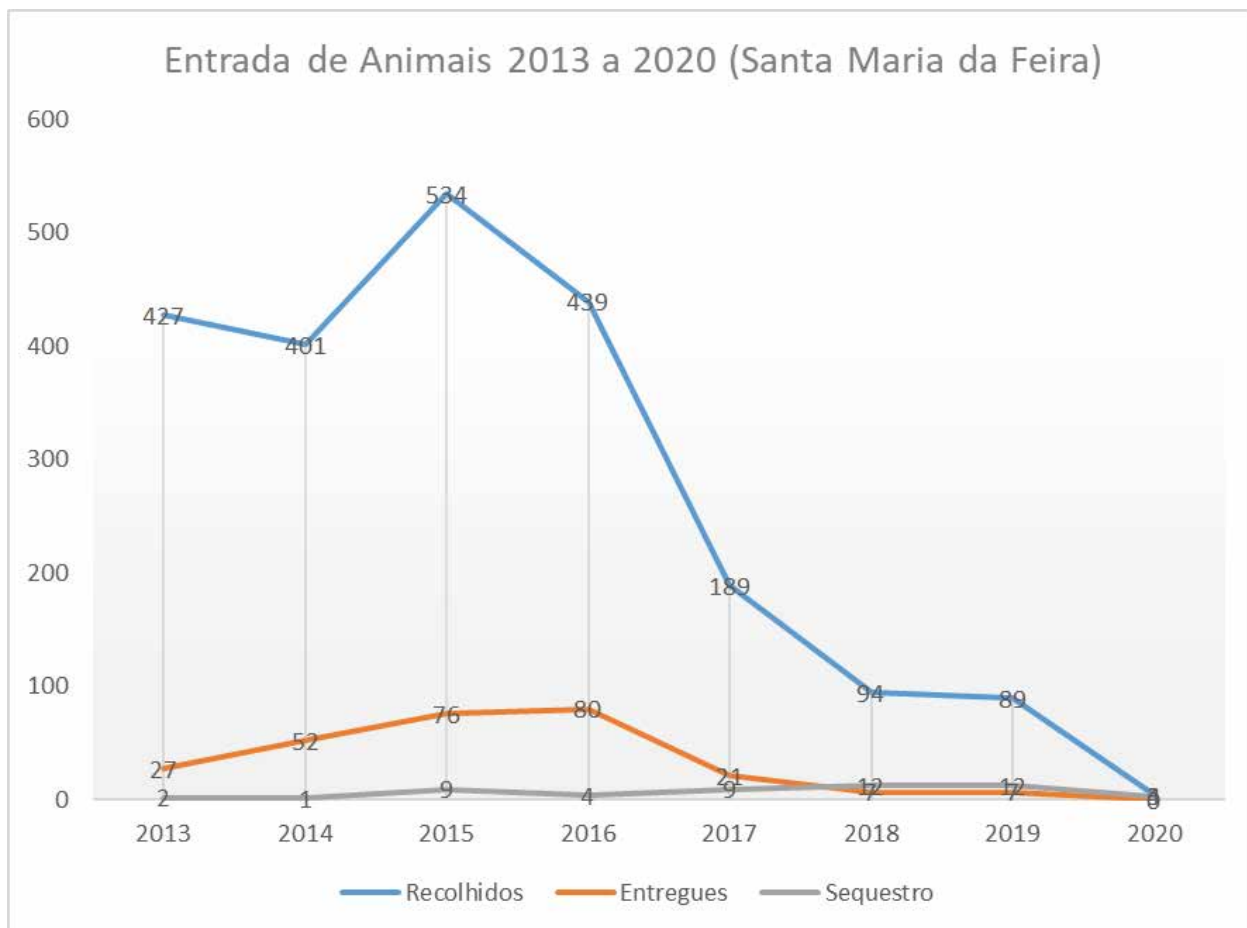
2 0 2 0	CADÁVERES DE ANIMAIS								
	ENTRADAS				SAÍDAS	PESO cadáveres KG			
	Recolhidos (CM)	Aanifeira	Entregues (Municipes + Clínicas)	Ciamtsm *		Recolhidos (CM)	Aanifeira	Entregues	Mnatural e occisão
Janeiro	12	18	6	1	37	194	123,72	41,6	7
Fevereiro	14	0	8	0	22	117	0	100,3	0
Março	3	0	4	2	9	80	0	102,4	40
Abril	7	15	5	0	27	88	129,75	29,1	0
Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Julho	11	12	6	0	29	141	107	77	0
Agosto	6	0	11	0	17	111	0	118	0
Setembro	16	0	2	0	18	188	0	43	0
Outubro	1	0	11	0	12	30	0	168	0
Novembro	5	0	3	1	9	32	0	25	8
Dezembro	9	9	16	0	34	131	57	156	0
TOTAL	84	54	72	4	214	1112	417,47	860,4	55

* Somatório das saídas por morte natural e ocisões

2.2.3. Movimento de esterilizações

2 0 2 0	ESTERILIZAÇÕES								
	Esterilizações de animais do canil (Em canil ou já adotados)	Esterilizações de animais para adoção/esterilização		Esterilizações CAMPANHA		CED (Gatos)	TOTAL		TOTAL
		(Cães)	Cães	Gatos	Cães		Gatos	Cães	
Janeiro	5	1	0	10	6	0	16	6	22
Fevereiro	1	0	0	9	11	0	10	11	21
Março	1	1	0	3	18	0	5	18	23
Abril	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Julho	1	8	0	12	16	0	21	16	37
Agosto	1	1	0	0	0	0	2	0	2
Setembro	0	2	0	0	0	0	2	0	2
Outubro	4	0	0	0	0	17	4	17	21
Novembro	0	1	1	0	0	20	1	21	22
Dezembro	5	2	0	0	0	23	7	23	30
TOTAL	18	16	1	34	51	60	68	112	180

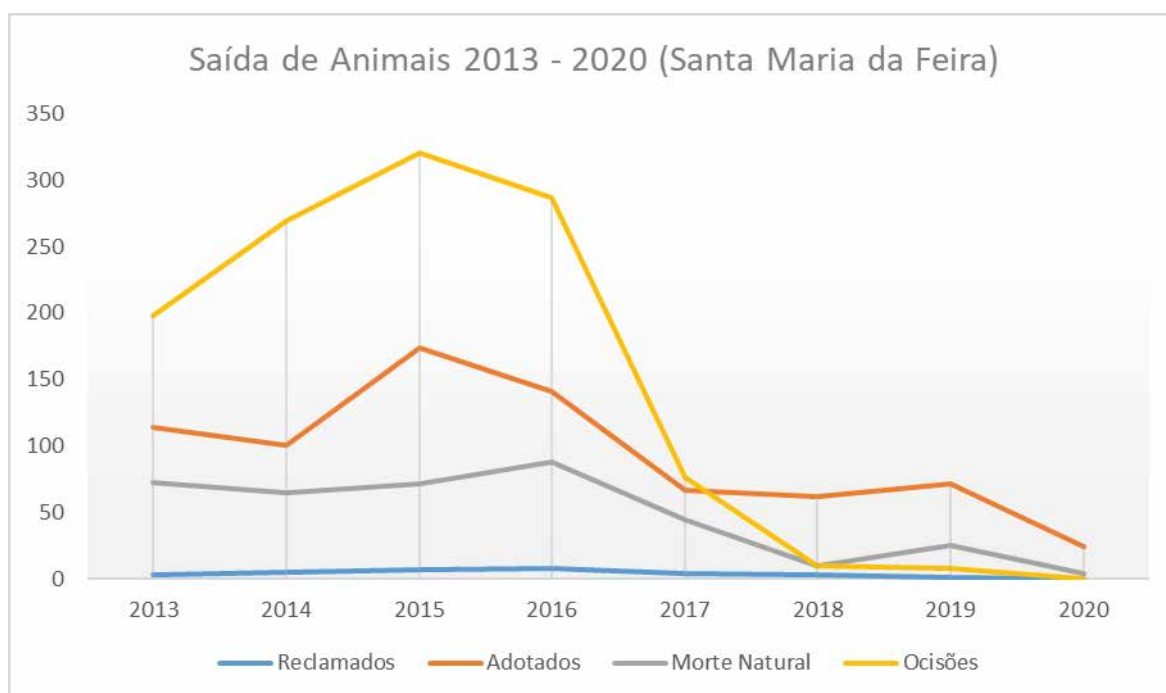
2.3. Estatística do CIAMTSM (Santa Maria da Feira) – 2013 a 2020



Desde a entrada em vigor da Lei 27/2016, as recolhas de animais errantes pelo município de Santa Maria da Feira e posterior entrega dos mesmos no CIAMTSM para adoção, foram abruptamente reduzidas desde 2016. De 439(2016), 189 (2017), 94 (2018), 89 (2019) e de apenas 4 (2020). Estes números, claramente e infelizmente expectável, explicam-se, pois, apesar de dispormos de meios ao dispor (equipamentos de captura, viatura e pessoal), a implementação de uma política de não abate e de adoções em número inferior às entradas, não permitem acolher mais animais, criando uma situação de permanente sobrelotação do Canil Intermunicipal e por conseguinte do próprio Canil Municipal de Santa Maria da Feira.

Em reunião da AMTSM, foi decidido que cada município teria de ter autorização prévia para entregar canídeos em regime de rotatividade, nunca ultrapassando os 3 canídeos, causando transtornos no lado do número de animais errantes que permanecem sem possibilidade de alojamento, mas compreensível, pois não existe espaço físico para

absorver tantos animais em tão pouco tempo. Assim os pedidos de recolha de animais errantes acumulam-se sem resolução à vista.



O CIAMTSM adotou em 2017 uma política de não abate de animais por motivos de sobrepopulação e de esterilização de animais do canil, cumprindo a até antecipando a legislação (Lei 27/2016, de 23 de agosto), que determinou a esterilização obrigatória de animais nos Canis Municipais, a partir de setembro de 2017.

Efetivamente de 2016 para 2019, houve uma descida abrupta nos animais ocisados (287, em 2016; 76, em 2017, 10 animais em 2018 e 2019 e nenhum em 2020), mas igualmente sucedeu nos animais adotados (de 141 em 2013 e este ano apenas 24).

A redução do número de animais adotados no CIAMTSM, com origem em Santa Maria da Feira também se pode justificar pelo facto de que agora a população reflete melhor e se consciencializa que este ato carece de responsabilidade e verificação prévia de condições que possam ou não dispor para cuidar de um animal de estimação, mesmo apesar de, no momento da adoção, não existirem custos envolvidos. Acresce que quem anteriormente adotou e face à esperança de vida de um canídeo entre os 9 e 14 anos em média, tão cedo não voltará a adotar. Verifica-se também na sociedade uma



apetência cada vez maior pelos animais de raça, ficando os animais de raça indeterminada em segundo plano.

A aplicação da Lei 27/2016, isoladamente, sem outras medidas adicionais, tem causado imensos transtornos na gestão da população de animais errantes, quer no próprio canil intermunicipal, quer no canil municipal da Feira (os animais no canil intermunicipal após serem vacinados, desparasitados e agora esterilizados não estão a sair pela via da adoção em número suficiente à demanda da população pela recolha de mais animais errantes. Não saindo, permanecem no canil por tempo indeterminado, levando a uma situação de constante sobrelotação, não havendo espaço para receber mais animais, pelo que, inevitavelmente, as recolhas (sobretudo de matilhas) não estão a ser efetuadas com a regularidade necessária, sendo efetuada uma triagem procurando considerar como prioritários os animais atropelados, os animais agressores ou agredidos em processos de mordedura a cães ou pessoas.

Julgo que podemos ter agora uma visão mais abrangente desta problemática animal, de difícil resolução, sem a continuidade na implementação de programas obrigatórios de esterilização nacional massiva e obrigatória de animais errantes, mas também de animais de particulares, evitando assim ninhadas indesejadas, para além da necessidade de reforçarem a fiscalização dos alojamentos de animais de criação de animais de companhia (com fins lucrativos).

3. Processos MVM (Reclamações relacionadas com animais)

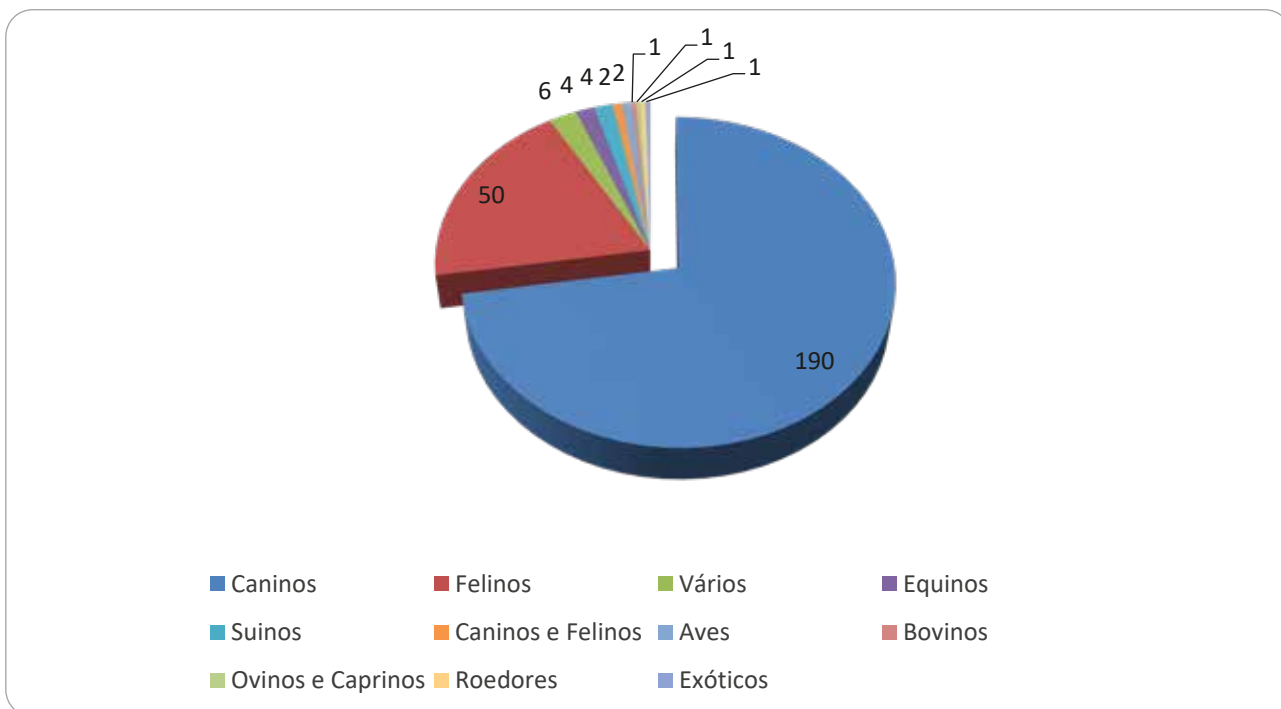
Estes processos são centralizados no gabinete do médico veterinário municipal, no âmbito das suas competências na defesa da saúde pública e da sanidade animal. Articulam-se este tipo de denúncias com as Autoridades Policiais, Delegação de Saúde, Ministério Público, DGAV e Canil / Ciamtsm.

Os motivos geralmente deste tipo de processos passam pela insalubridade e/ou incomodidade causada pela presença de animais de companhia ou de produção (maus tratos, abandono, ruído de vizinhança, maus cheiros, sujidades).

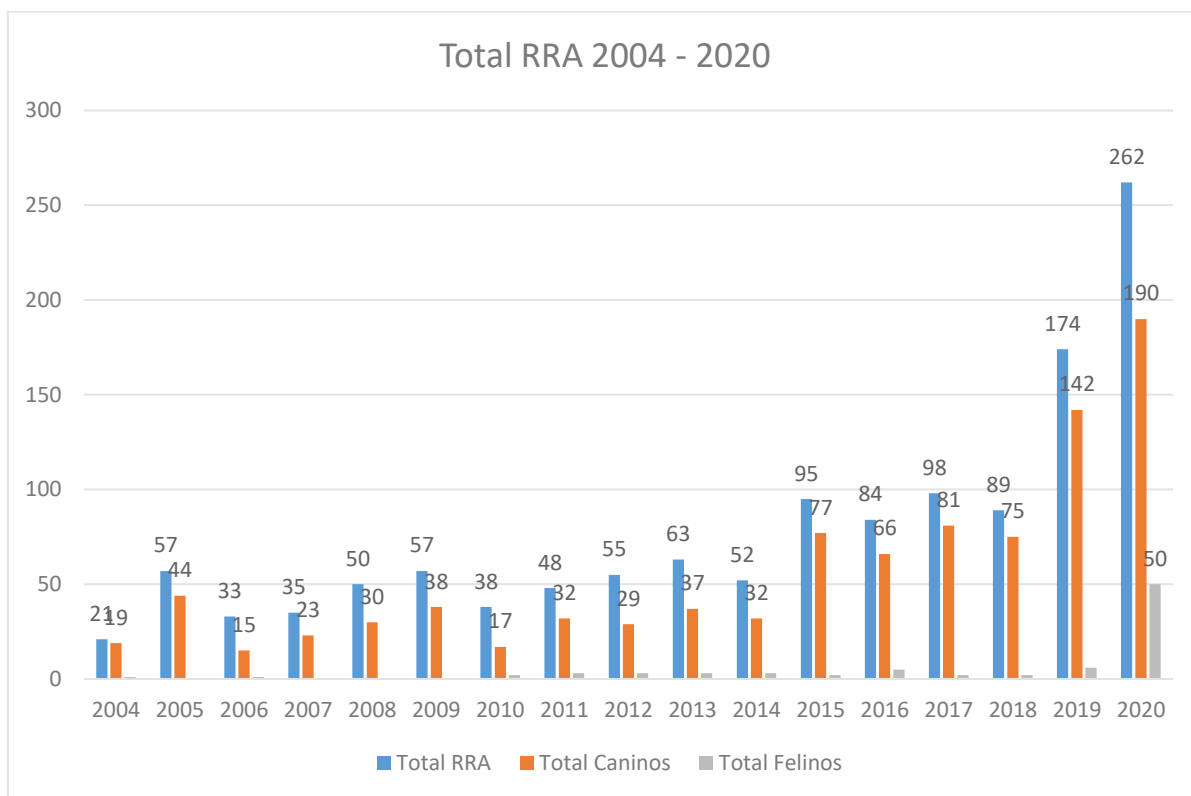
Desde 2004, cerca de 72,2% são relacionados com a espécie canina, provavelmente motivadas pelas leis de maior proteção a animais de estimação e a sua maior popularidade, quase cultural, principalmente nos meios urbanos de maior densidade populacional.

Assim, surgiram durante o ano de 2020 (em plena pandemia e confinamento), um número recorde de 262 processos, sendo a grande maioria (190) referente a situações relacionadas com canídeos e 50 relacionada com felinos.

Distribuição por espécie animal das reclamações relacionadas com animais em 2020



Evolução crescente de 2004 a 2020 da entrada de reclamações relacionadas com animais (RRA), sendo a grande maioria acerca de canídeos (72,2%)



C. SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA

1. PVRAM – Plano de Vigilância da Resistência Antimicrobiana em Agentes Zoonóticos

A Decisão de Execução da Comissão 2013/652/EU, de 12/11/2019, determinou que os Estados Membros (EM) da União Europeia implementem um Programa de Vigilância da Resistência Antimicrobiana em Agentes Zoonóticos (PVRAM), prevendo a necessidade de obtenção de isolados a partir de amostras de carne colhidas no comércio de retalho. Para este efeito, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), elaborou um plano de vigilância (PVRAM) que no ano de 2014, incidiu sobre galinhas poedeiras, frangos de carne e perus e em 2015 sobre suínos e bovinos.

Relativamente aos próximos cinco anos (2016 a 2020) de aplicação deste plano de vigilância, os EM deverão colher no comércio de retalho amostras aleatórias de carne de frango, carne de suíno e carne de bovinos, sem proceder à pré-seleção de amostras com base no local de origem dos alimentos. É neste contexto que a DGAV solicitou a colaboração do Médico Veterinário Municipal em 2020, para recolha de 1 amostra aleatórias de carne de frango (cerca de 200g) no retalho, em 5 talhos.

As visitas decorreram nos dias 24 e 25/11/2020, nos seguintes estabelecimentos comerciais:



- 24/11/2020: Talho Barreiro (Nog. Regedoura), Talho Igreja (S. P. Oleiros) e Talho Raúl (S. M. Lamas)

- 25/11/2020: Talho Boutique da Carne (C. S. Jorge) e Talho Espeto (Fiães)

Todas as amostras colhidas foram posteriormente remetidas para o INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, sito na Avenida da República – Quinta do Marquês, em Oeiras, para proceder à realização das respetivas análises.

Serviço Municipal de Proteção Civil de Santa Maria da Feira - SMPC

A Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

No ano de 2020, o carácter multidisciplinar e plurisectorial da proteção civil foi realçado com a necessidade de dar resposta a pandemia COVID-19.

O Serviço executa função do exercício da atividade de proteção e socorro, face às características da população e dos riscos existentes no território municipal, e apoia tecnicamente a câmara municipal, no que respeita à política de proteção civil, desencadeando, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e recuperação, adequadas em cada caso.

Um ano muito atípico, o SMPC desenvolveu um conjunto de ações de planeamento, nomeadamente a realização de 11 reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil e SubComissão, assim como, constituiu um grupo municipal- Task Force SMF, constituído por vários intervenientes institucionais, que semanalmente reúne para discutir assuntos sobre a gestão da pandemia no território de Santa maria da Feira.



Medidas Municipais COVID-19

Face a necessidade de reforçar recursos humanos de apoio adequados à organização e as necessidades operacionais, o serviço municipal de proteção civil, foi deslocado para o Europarque – Centro Empresarial.

Com a ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Santa Maria da Feira – PMEPCSMF, foi instalado o Centro Operacional Municipal - COM, em permanência no espaço “Centro Empresarial do Europarque”, permitindo centralizar e tratar toda a informação operacional relevante para a gestão de todas as solicitações dos vários agentes de proteção civil, serviços de saúde locais, apoio de serviços essenciais à população geral, população geral e demais entidades colaborantes. Constituiu-se um armazém de emergência COVID-19, onde se centralizava as aquisições de equipamentos de proteção individual- EPI, materiais e equipamentos tidos como vitais nas diferentes respostas a pandemia. Foram entregues 567.244 EPI e diversos materiais e equipamentos.

Foram realizadas 52 ações de desinfeção tanto por equipa militar como pelo SMPC através de um sistema de desinfeção/descontaminação UV/Azono, que foi adquirido. Também foram realizadas ações de desinfeção Urbana, em ação complementar entre Indaqua, CMFeira e Juntas de Freguesia. Houve a necessidade para dar refeições em operações de apoio aos agentes de proteção civil - Apoio Logístico Alimentação, assim como, houve a necessidade de garantir apoio logístico de transporte, realizando vários transportes para realização de testes COVID-19 e para apoio a população.

Reconhecendo o enorme esforço dos profissionais de saúde e tentando otimizar os recursos humanos da saúde à resposta a esta pandemia, este município promoveu o alojamento a profissionais de saúde, oferecendo a pernoite junto de uma unidade hoteleira local. Foram contabilizadas 741 noites. De igual modo, foram constituídas unidades de alojamento de emergência, nomeadamente de apoio a surtos em lares, onde o apoio durou 60 noites.

O Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescença de Santa Maria da Feira (CADCOZ), que funcionou em S. João de Ver, na Casa Ozanam, foi a resposta criada para acolhimento de doentes COVID que não dispõem de apoios de retaguarda, nomeadamente de retaguarda familiar. Criado no auge da primeira vaga, o Centro de Acolhimento teve como principais objetivos proporcionar serviços de emergência, com carácter temporário e transitório, a doentes portadores da COVID-19, adequados à



problemática biopsicossocial dos utentes; assegurar a satisfação das necessidades básicas dos utentes; e prestar cuidados básicos de saúde, com seguimento clínico e acompanhados diariamente por profissionais de saúde.

Durante o tempo em que esteve em funcionamento, acolheu 21 utentes com necessidades de apoio social e com a média de idades de 76 anos.

Em dezembro foi necessário colocar em funcionamento uma estrutura de apoio de retaguarda para receber casos positivos de SARS-coV2 que não carecem de cuidados hospitalares, e sem capacidade familiar de apoio. A estrutura abriu no Centro Social Vilamaiorense, na freguesia de Vila Maior.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através do seu serviço de Proteção Civil e da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, integrou uma equipa clínica do ACES Feira/Arouca num conjunto de ações preventivas em lares do Concelho no âmbito da pandemia Covid-19. Foram realizadas 27 ações conjuntas.

O acompanhamento tem como objetivo enaltecer os procedimentos de contenção do vírus e prestar apoio às instituições na implementação e atualização dos seus Planos de Contingência.

A equipa multidisciplinar esteve sempre empenhada no cumprimento desta missão que visa a segurança de todos e, especialmente, dos mais vulneráveis.

Dando apoio à Saúde Pública Local no combate à pandemia, foi criada uma equipa municipal com 7 colaboradores de diferentes áreas de formação, que passam a complementar três unidades de saúde pública para assegurar o rastreio de pessoas sinalizadas como contactos COVID-19.

Estas equipas diariamente e via telefone, contactaram pessoas do concelho de Santa Maria da Feira sinalizadas como contactos COVID-19, informando e esclarecendo quem está em isolamento sobre como proceder, entre outras questões e dúvidas que possam surgir. A equipa multidisciplinar foi formada e capacitada pela Autoridade de Saúde Pública Local e pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

O apoio da autarquia passa pelo reforço de recursos humanos, mas também pela cedência de espaços, equipamentos, materiais, equipamentos de proteção individual, transportes, entre outras necessidades de acordo com as solicitações.



Tendo em consideração as competências acrescidas da proteção civil, nomeadamente as responsabilidades assumidas no âmbito do combate à Covid-19, foi necessário dotar o serviço com materiais e equipamentos, nomeadamente tendas de campanha, termómetros, gerador, acrílicos, delimitadores de espaços, fitas de sinalização, sinais PVC, manta térmicas, sistemas de iluminação, biombos, fardamento, grades/sinais, DAE, serviços de lavandaria e materiais diversos.

Em 2020 para além dos planos de segurança foi necessário elaborar e implementar planos de contingência para os eventos municipais, pelo que foi dado apoio a 72 iniciativas municipais e respetivas ações de informação/formação. Destacamos as iniciativas mais expressivas - Missa Campal; Cinema Drive In, Concertos de Orquestra, Iniciativa Jovem Autarca, Cemitério Municipal, Halloween, Praia da Mamoia, Feiras e Mercados, CulturArt, ...

Para dar apoio à população, para além da linha 24h da proteção civil, foram lançadas, neste mês, quatro linhas telefónicas de apoio: Linha de Apoio Psicológico, Linha de Apoio Social, Linha de Apoio Sintomas COVID-19 e Linha de Apoio aos Empresários.

Como importante ação para travar a propagação do vírus, mas também várias campanhas de sensibilização alertando para a importância de ficar em casa e de adotar todas as medidas recomendadas pela DGS, seja sonora, em formato digital, na rede de muppies e outdoors do concelho, mas também em papel, por forma a chegar a toda a população, em exceção, integram as várias ações que o Município continuamente adota para combater a este inimigo invisível.

Foi necessário encerrar parques infantis, pelo que foi constituída uma equipa para a colocação de sinalética informativa e respetivas fitas de interdição.

Gabinete Técnico Florestal (GTF)

Durante o ano de 2020, o SMPC-GTF participou em 582 ocorrências. As mais frequentes estiveram relacionadas com a eliminação de ninhos de vespa asiática (89 %), gelo (3 %), derrames e sinalização de buracos na via (2 %), e recolha de cães com 4,5 %.

Os meses com mais ocorrências foram julho (16 %) e novembro com 12,9 % do total. Foi precisamente nesses meses que houve mais dias (20 e 16 respetivamente), com intervenções deste serviço.



As freguesias com mais ocorrências foram Santa Maria da Fiães com 43, Canedo (38), Feira (33) e Argoncilhe com 33.

Os Recursos Humanos afetos às intervenções ocorridas durante o ano de 2020, foram 218 funcionários, com o total de 619 horas de trabalho. Os equipamentos e materiais mais utilizados foram os relacionados com os trabalhos de eliminação de ninhos de vespa asiática, ou seja, as viaturas ligeiras do SMPC, a viatura com plataforma hidráulica, fatos de apicultor, botijas de gás e maçarico.

1. Gestão da zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (proc. nº 6646-ICNF)

No último ano, os trabalhos envolveram atividades normais de gestão que passaram pela reposição da sinalização referente à delimitação da zona de caça e áreas de refúgio, o esclarecimento aos caçadores sobre as normas de funcionamento da zona de caça municipal, supervisão das atividades desenvolvidas pela Secção de Taxas e Licenças da Divisão Administrativa do Pelouro de Administração e Finanças respeitantes à receção de inscrições e emissão de autorizações de caça e elaboração do Plano Anual de Exploração da época 2020-2021. No último ano foram emitidas 95 autorizações de caça das quais resultaram uma receita de 5.077,0 €.

2. Coordenação dos trabalhos de manutenção/recuperação da Mata das Guimbras

À semelhança dos anos anteriores, os trabalhos desenvolvidos dizem respeito ao controlo da vegetação espontânea realizando 5 cortes por toda a mata; acompanhamento do desenvolvimento das árvores plantadas nos últimos anos substituindo atilhos, tutores e realizando podas de formação; recolha regular de resíduos sólidos deixados nas Guimbras e despejo dos cestos de apoio ao parque de merendas ali existente; recolha e queima das folhas, ramos e casca das árvores caídas sempre que necessário; arranque manual da regeneração de austrálias, eucaliptos e outras espécies infestantes por toda a Mata e substituição das árvores mortas e/ou danificadas por vandalismo. Durante 2020 foram transplantadas 40 árvores entre carvalhos, aveleiras e sobreiros aproveitando a regeneração existente no local.

3. Prevenção de Incêndios Florestais

a) Revisão do Plano Operacional Municipal (POM) de Defesa da Floresta de Santa Maria da Feira adaptando-o à estrutura definida no Despacho nº 4345/2012 de 27 de março, e elaborando os mapas com a Cartografia de Apoio à Decisão para fornecer às Corporações de Bombeiros. Em ano de pandemia, o POM depois de atualizado foi aprovado em reunião de câmara no dia 18 de maio de 2020, cumprindo o disposto no Decreto-Lei nº 20/2020, de 1 de maio;



- b) Esclarecimento a munícipes por telefone e/ou pessoalmente, sobre a problemática dos incêndios, legislação aplicável e medidas de prevenção a tomar;
- c) registo de queimas a pedido dos munícipes, na plataforma criada pelo ICNF para o efeito, por telefone e/ou presencialmente;
- d) atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Cadernos I e II) de acordo com as normas diretivas na elaboração dos PMDFCI, nomeadamente, a estrutura e conteúdos do Regulamento homologado pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, publicado no Despacho 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, bem como as diretivas e normas do Guia Metodológico para a Elaboração dos PMDFCI (do ICNF), assim como a Nota Técnica do ICNF sobre a periodicidade de intervenções em faixas de gestão de combustível.;
- e) beneficiação de 7 km de caminhos florestais no âmbito do programa de melhoramento da rede viária que serve as principais áreas florestais do concelho.

4. Programa de combate à bactéria *Xylella fastidiosa*.

Foram realizadas 54 amostras em plantas de várias freguesias do concelho, no âmbito do programa de combate a esta bactéria, e eliminadas as plantas infetadas em 4 focos confirmados.

Projeto Educativo - A Proteção Civil e as Escolas – Um Caminho Comum

O SMPC dinamiza anualmente o projeto educativo - A PROTECÇÃO CIVIL E AS ESCOLAS, UM CAMINHO EM COMUM. No ano de 2020 não foi possível realizar no formato normal este projeto, contudo o seu serviço de Proteção Civil, distribuiu 15 000 máscaras cirúrgicas e 15 000 porta-máscaras junto de alunos, docentes e pessoal não docente de todas as escolas públicas do concelho – Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário.

Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras

O programa tem como principal objetivo: criar nas freguesias a função do oficial de segurança, que tem como missão transmitir avisos à população, organizar a evacuação do aglomerado em caso de necessidade e fazer ações de sensibilização junto da população. Os programas pretendem ainda sinalizar caminhos de evacuação nos



aglomerados populacionais, definir locais de refúgio nas aldeias, sensibilizar populações para o que fazer em caso de incêndio e como evitar comportamentos de risco.

Em 2020 foram implementados nas freguesias de 1.^a e 2.^a prioridade de risco o programa, nomeadamente na aldeia de Arilhe, Paçô, Pena, Cimo da Aldeia e Gaieta. Em todas as aldeias foram realizadas sessões de porta a porta com os diferentes agentes de proteção civil, esclarecendo a população para as medidas de autoproteção a adotar em caso de incêndio florestal, bem como, obter uma ficha de caracterização da aldeia. Foi designado um local de refúgio / abrigo e foram nomeados 8 oficiais de segurança locais. Cada oficial de segurança local recebeu um colete e um Kit de Evacuação (Mochila + máscara + folheto + saco de 1.º socorros + lanterna + rádio + apito + Guia de Implementação).

Apesar da crise sanitária devido à COVID-19 continuar na “ordem do dia”, as ações de sensibilização, a prevenção e a definição de estratégias para combate aos incêndios florestais avançaram e no dia 3 de junho, na aldeia de Rebordelo, freguesia de Canedo, realizou-se a Sessão de Monitorização do programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, que contou com a presença da Secretária de Estado da Administração Interna, Patrícia Gaspar, do Presidente da autarquia feirense, Emídio Sousa, do Diretor Nacional de Prevenção e Gestão de Riscos da Autoridade Nacional de Proteção Civil, José Oliveira, entre outras entidades.

No âmbito do objetivo estratégico “redução do número de ocorrências” do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), foram colocados 6 painéis de risco de incêndio florestal, nas freguesias de Espargo, Guisande, Canedo, Romariz, Vale e Louredo. Estes painéis divulgam o Risco de Incêndio Florestal (RIF) com vista à consciencialização/perceção do risco e, conseqüentemente, à adoção de comportamentos adequados e preventivos por parte da população.

Esta informação, para além de promover a divulgação do RIF diário a nível concelhio, apresenta ainda as restrições e condicionantes legais associadas a cada classe de risco de incêndio, consoante se esteja dentro ou fora do período crítico, nomeadamente a execução de queimas/queimadas, o uso de fogareiros e grelhadores, o uso de maquinaria agrícola/florestal, o uso de fumigadores, o lançamento de foguetes e outros comportamentos de risco.



Intervenções/Ocorrências

Durante o ano de 2020, o SMPC deu apoio a diversas ocorrências, contudo destacamos o grande incêndio na indústria Zarrinha que deflagrou no dia 26 de junho e que foi necessário o empenho do SMOC no apoio logístico, nomeadamente, alimentação, transportes, equipamentos e materiais.

**cultura, turismo,
bibliotecas e museus**



*Não é o mais forte que sobrevive,
nem o mais inteligente,
mas o que melhor se adaptar às mudanças.*

Charles Darwin

O ano de 2020 inscreverá na história da humanidade, muito provavelmente, como o momento mais significativo do século XXI.

Naturalmente que a ênfase de toda e qualquer análise das atividades relaciona-se, inevitavelmente, com o impacto da pandemia por SARS-CoV-2 na sociedade e nas organizações. Cumpre-me, contudo, destacar, mais do que os impactos diretos e colaterais da pandemia, as respostas que o Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, de forma integrada na organização, particularmente nas áreas de governação que lhe estão adstritas incluindo os serviços de comunicação institucional, desenvolveu assim como as evidências nos indicadores de gestão e desempenho definidos para o exercício de 2020.

Inspirados pela missão de expandir o acesso, fomentar oportunidades e criar conexões, tivemos oportunidade de promover importantes reconfigurações políticas, particularmente no sistema de apoio ao ecossistema cultural, pois foi precisamente em 2020 que aprovamos e implementamos o novo Programa de Apoio à Cultura que possibilita o acesso a todos os agentes culturais e criativos atuantes no concelho de Santa Maria da Feira, sejam pessoas coletivas ou artistas independentes, o acesso a uma tríade de medidas de apoio à criação, à programação e às atividades pontuais.

Não obstante o alcance deste programa, no contexto de reforçar o apoio aos agentes culturais e criativos do concelho, lançamos, pela primeira vez, uma bolsa de contratação de projetos artísticos – Cultur#ACT, em tempo recorde e também exclusivamente dirigida aos agentes concelhios, como resposta imediata aos efeitos da paralisação do setor cultural que, além do mais, permitiu animar os principais ativos turísticos do concelho durante os meses de verão.

No âmbito do objetivo estrutural da inovação tecnológica, gizado para o presente ciclo de governação, rentabilizamos os meses em que os equipamentos culturais estiveram impedidos ou limitados na promoção de atividades presenciais, para implementar ações no âmbito da transição digital. São exemplos a subscrição e disponibilização do acesso aos conteúdos da base de dados EBSCO e plataforma PRESS READER na rede de bibliotecas municipais, assim como a disponibilização de aplicativos e soluções digitais para o apoio às acessibilidades, tais como audioguias e quiosques digitais para a interpretação das coleções dos Museus Municipais. Ao nível do património cultural importa ainda referir a assinatura do protocolo de adesão à plataforma Google Arts & Culture, que permitirá posicionar as coleções



dos museus e os principais ativos do património cultural de Santa Maria da Feira numa plataforma de distribuição de conteúdos de grande prestígio e alcance.

Ao nível do Turismo iniciamos a reconfiguração dos principais produtos, não apenas como resposta circunstancial ao “novo normal”, mas já muito focados em antecipar o futuro.

Foi neste desiderato que iniciamos o projeto de desenvolvimento do turismo gastronómico de Santa Maria da Feira, anunciando o nosso objetivo estratégico de apresentar uma candidatura de Santa Maria da Feira à rede de cidades criativas da Unesco na área da gastronomia. Paralelamente celebramos a adesão à Associação Portuguesa de Jardins Históricos, alinhados com as potencialidades do turismo de natureza no concelho, e a adesão à Associação de Turismo do Porto, numa perspetiva de procura de novos nichos de mercado internacional para os produtos turísticos emergentes de Santa Maria da Feira.

Concluímos o último trimestre de 2020 com a auditoria externa conducente à obtenção da certificação da extensão do Sistema de Gestão da Qualidade à Divisão de Museus e Património Cultural, incluindo os serviços de Promoção Cultural e de Turismo. Mais do que uma certificação foi todo um processo de transformação de cultura organizacional, aos níveis do acesso e partilha de recursos de informação, assim como o renovar do compromisso para a obstinada promoção de uma cultura de melhoria contínua e focalização na missão de serviço público.

Ao nível do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais há a destacar a gestão da comunicação de crise, as campanhas de informação pública multicanal com particular enfoque, não obstante a era da comunicação digital, nas comunidades infoexcluídas, as campanhas especializadas de promoção da retoma das atividades económicas concelhias e o apoio interinstitucional de outros entes públicos tais como o ACES Feira/Arouca, Unidade de Saúde Pública Local ou agentes da Proteção Civil.

Durante o exercício de 2020, como nota transversal ao desempenho desta equipa, é justo destacar a entrega e o sentido de missão como elemento unificador e motivador ao longo do caminho.



PROMOÇÃO CULTURAL

expandir o ACESSO

O objetivo estratégico de pensar e promover uma Cultura para Todos manteve-se como ponto fulcral, mesmo em contexto de pandemia, que obrigou a interromper, adiar, repensar e adaptar as atividades, de forma a garantir o acesso a bens culturais e à continuação da construção de hábitos de consumo de cultura. Neste sentido, a aposta passou pela descentralização e pela utilização das tecnologias digitais para a oferta cultural, como estratégias de expansão do acesso à cultura. A descentralização foi concretizada através da apresentação de 3 projetos, Alegria nas Varandas, Fora dos Eixos e Cultur#ACT, em substituição do Artes em Itinerância. As atividades ocorreram ao longo de 3 meses (julho a setembro), percorreram 19 freguesias do concelho de Santa Maria da Feira, dinamizando 67 atividades culturais de acesso gratuito e de várias disciplinas artísticas.

O Cineteatro António Lamoso celebrou, a 11 de janeiro, o 5º aniversário da reabertura e implementação de um projeto regular, com a realização de 5 atividades ao longo de um dia completo, incluindo uma exposição de fotografia retrospectiva dos últimos 5 anos de atividade. A 11 de março de 2020 é decretado o encerramento dos equipamentos culturais municipais, por conseguinte, o Cineteatro António Lamoso viu toda a sua programação suspensa. No entanto, foi tempo de elaborar e implementar um plano de contingência, de acordo com as recomendações da Direção-Geral da Saúde, assegurando-se o distanciamento social e procedimentos de higienização necessários para evitar riscos de contágio de COVID-19 e garantir a segurança de técnicos e públicos. Assim, entre outras medidas, reduziu-se a lotação do auditório para 239 lugares, adquiriu-se equipamentos de higienização através de lâmpadas





de desinfeção UV e Ozono Alta Potência e garantiu-se a atribuição do selo “Clean & Safe”, pelo Turismo de Portugal em articulação com o Ministério da Cultura, pelo cumprimento das recomendações da Direção-Geral da Saúde para evitar a contaminação dos espaços com o novo coronavírus. A nova temporada do Cineteatro António Lamoso iniciou com a reabertura a 14 de setembro, e abarcou vários momentos culturais das mais diversas tipologias e formatos. LOOP foi um desses momentos, reunindo, em palco virtual, artistas locais, nacionais e internacionais, com foco em preservar a qualidade e diversidade artística, incentivar a proximidade humana e relembrar em ação a importância da Arte e da Cultura em tempos de distanciamento.

Como expansão do acesso, o Município de Santa Maria da Feira promoveu políticas de desconto específicas, nos espetáculos do Cineteatro António Lamoso, com o propósito de apoiar a restauração local e, simultaneamente, estimular os públicos ao regresso às atividades da sala de espetáculos.

fomentar OPORTUNIDADES

A promoção do dinamismo cultural do tecido associativo e artístico concelhio, como reforço da democratização do acesso à cultura, continuou a ser um pilar fulcral da Promoção Cultural. Os programas e projetos disponíveis para o apoio à criação e a programação de atividades pelos agentes do ecossistema cultural, nomeadamente o PAC – Programa de Apoio à Cultura, o PAPC – Programa de Apoio a Projetos Culturais, os Protocolos de Parceria (5 protocolos de parceria plurianuais), a Chamada de Apoio à Criação Local no âmbito do Imaginarius e, a título excecional, o Cultur#ACT (bolsa de contratação de projetos artísticos de agentes culturais concelhios) foram mantidos, reforçados e executados. O PAC, que pela primeira vez foi implementado em 2020, apoiou, através da abertura de 2 medidas (Medida 1.1. Criação Local - Pessoas Coletivas sem Fins Lucrativos e Medida 2.2 Parcerias de Programação e Difusão – Anual), 12 projetos, dinamizados por 12 associações, num investimento total de 65.000,00€. O PAPC, programa que teve a sua última edição em 2020, apoiou, 36 projetos de 27



36 projetos apoiados
27 associações apoiadas

PROGRAMA DE APOIO À CULTURA

2 medidas abertas
12 projetos apoiados
12 associações apoiadas



associações culturais locais, num investimento total de 144.986,00€. Através da Chamada de Apoio à Criação Local e das Criações Imaginarius foram apoiados 12 projetos, que serão apresentados em 2021.

Por outro lado, fomentaram-se oportunidades de acesso à cultura aos públicos mais jovens com projetos como o Sinfoniónicos (concertos comentados de música sinfónica para famílias), Leandro, Rei da Helíria (teatro para jovens) e as sessões de babysitting que decorreram da programação do Cineteatro António Lamoso.

criar CONEXÕES

A ligação à comunidade, nomeadamente através da cultura e da história local identitária, como património coletivo manteve-se como dimensão essencial da promoção cultural.

A Festa das Fogaceiras, com a enorme importância de capital cultural, patrimonial imaterial e de preservação da memória, contou com 22 atividades durante o mês de janeiro.

O programa teve como ponto alto o espetáculo de encerramento da programação no grande auditório do Europarque, intitulado Variações Filarmónicas - uma homenagem à vida e obra de António Variações, que contou com a participação de cerca de 220 músicos das 4 Bandas Filarmónicas de Santa Maria da Feira, Joana Espadinha, os irmãos de António Variações – Jaime e Luiz Ribeiro – e os artistas locais Joana Almeirante e Daniel Padrão.

Integra a missão do ICC – Imaginarius Centro de Criação, o acolhimento de projetos em fase de criação, através de residências artísticas, nas quais são disponibilizadas, aos agentes culturais e criativos, as instalações do centro de criação, os seus recursos humanos e meios técnicos, para desenvolverem e apresentarem os seus trabalhos de investigação artística.

Não obstante o período de encerramento dos equipamentos culturais em 2020, foi possível realizar 7 períodos de residências artísticas num total de 128 dias.



Apoio a agentes Culturais Locais

422.625,40€
investimento total
100
projetos de agentes culturais

festa das fogaceiras



362 fogaceiras
22 atividades
5 ações serviço educativo
4 ações promoção fogaça
4 concertos
1 celebração religiosa
1 teatro
1 workshops
1 concurso



128
dias de residências
5
residências internacionais
2
residências nacionais / locais



A edição de 2020 do Imaginarius – Festival internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira, por se enquadrar na tipologia de grandes eventos de massas, em função da situação não se realizou e os conteúdos de programação foram adiados para apresentação na edição de 2021. Não obstante dos 23 projetos com apresentação prevista para a 20ª edição do festival 17 projetos foram já reprogramados para as datas previstas em 2021 e liquidado 50% do valor dos cachets às respetivas 17 companhias e artistas.



CULTURA ORGANIZACIONAL

Em 2020, a Divisão de Museus e Património Cultural (incluindo os serviços de Promoção Cultural e Turismo), obteve a certificação dos seus serviços, de acordo com a norma ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade - continuando o compromisso de melhoria contínua.





TURISMO

Depois de um ano de 2019 extremamente positivo para a atividade turística no concelho de Santa Maria da Feira, as perspetivas para 2020 eram as melhores, mas a eclosão da pandemia de Covid-19 por todo o Mundo, marcou infelizmente a agenda mundial e provocou enormes impactos na atividade turística de Santa Maria da Feira.

Assim, após anos de crescimento sustentado da procura turística, registou-se um **enorme decréscimo da procura turística** em todas as variáveis analisadas: **64,5 % no número de dormidas** nos estabelecimentos hoteleiros referenciados, especialmente no número de turistas estrangeiros; **78,4 % no número de visitantes aos equipamentos culturais e turísticos** de Santa Maria da Feira e **87,9 % nos atendimentos na Loja Interativa de Turismo**.

A inevitabilidade da suspensão e adiamento dos grandes eventos realizados em Santa Maria da Feira, assim como das feiras de turismo e outras ações promocionais, como a Bolsa de Turismo de Lisboa, levaram a uma reformulação da estratégia promocional e ao estabelecimento de **novas prioridades a nível do Turismo Gastronómico, Religioso e de Natureza**, mais adaptados com o contexto envolvente e o perfil e motivação dos turistas em tempos de pandemia.

Destaque para a estruturação da **candidatura de Santa Maria da Feira, à Rede de Cidades Criativas da Unesco, no âmbito da Gastronomia** e envolvimento dos agentes e operadores locais através de várias ações presenciais e virtuais, com o intuito de posicionar e promover estrategicamente a gastronomia do concelho e o saber, experiência e profissionalismo dos chefes locais.

Ainda no âmbito do **Turismo Gastronómico**, destaque para as ações de capacitação dos operadores de restauração e bebidas do concelho no âmbito da digitalização, em parceria com o GDEE, através da formação “Go Digital” desenvolvida pela consultora EY e para a estruturação da formação-ação “Economia Digital”, da AEF, bem como para a campanha de promoção digital “Rostos do Sabor”, mostrando o melhor da gastronomia criativa de Santa Maria da Feira e para a promoção dos serviços de *take away* e *home delivery* dos estabelecimentos de restauração do concelho.

A nível do Turismo de Natureza, realce para a promoção nas redes sociais dos principais atrativos naturais existentes no concelho e para a **adesão à Associação Nacional dos Jardins Históricos**, que possibilitou a atribuição do selo de qualidade de Jardim Histórico à

dados chave

40 062 Dormidas

29,1% Dormidas estrangeiros

62 261 Visitas a equipamentos culturais e turísticos

20 921 Visitantes Zoo Lourosa

1 292 Visitantes LIT



Quinta do Castelo e a integração do concelho na Rota dos Jardins Históricos de Portugal – Rota do Grande Porto.

Quanto às atividades desenvolvidas no âmbito do Turismo Religioso, destaque para o acompanhamento dos **trabalhos e sinalização do Caminho de Fátima e para a estruturação de um itinerário complementar ao Caminho de Santiago em Santa Maria da Feira**, que será implementado e certificado em 2021.

Importante salientar ainda o projeto de **sinalização dos principais atrativos culturais e turísticos do centro histórico de Santa Maria da Feira**, englobando o Castelo da Feira, a Capela de Nossa Senhora da Encarnação, a Quinta do Castelo, o Museu Convento Lóios, a Igreja Matriz, a Praça da Câmara Municipal, a Igreja da Misericórdia, o Mercado Municipal, o Orfeão da Feira e a escultura do artista Vhils “Diorama Cork Factory”, que possibilitará que até ao final do primeiro semestre de 2021 seja possível realizar uma rota pedestre no centro histórico, com informação dos recursos em português, inglês e linguagem braille e acesso a informação complementar através de QR Code.

A nível digital, reforçou-se a aposta de promoção turística e institucional quer no portal turístico www.visitfeira.travel, quer a nível das redes sociais, com o desenvolvimento de **várias campanhas digitais temáticas**, de forma a promover e divulgar o concelho e os seus principais atrativos e equipamentos turísticos e a projetar a imagem de Santa Maria da Feira a nível nacional e internacional, algo que será reforçado em 2021 com a **adesão à Associação de Turismo do Porto**.



Num ano extremamente nefasto em toda a cadeia de valor da atividade turística, foi essencial trabalhar de forma coordenada e estruturada com os agentes locais, mesmo que através de reuniões virtuais, salientando-se o webinar “Renascer Mais Fortes. Uma Ideia para o Setor do Turismo”, onde se pretendia a recolha de contributos de forma a se implementarem estratégias consensuais e integradas, que possibilitaram o **lançamento posterior de um pacote de medidas específicas**, como a isenção das taxas de ocupação do espaço público e permissão do alargamento das esplanadas dos estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como o **desenvolvimento de um programa de animação realista e responsável**, em consonância com as normas emanadas pela DGS, durante o Verão e o Natal (neste caso, com o reforço da iluminação natalícia), com o intuito de mitigar os impactos negativos da pandemia e atrair alguns visitantes.



BIBLIOTECA MUNICIPAL

Para nós, a biblioteca é a comunidade pelo que, muitas vezes, a designamos pela nossa CASA ou ÀGORA.

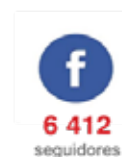
Casa que, durante algum tempo, esteve despovoada, mergulhada em silêncio, sem amplexos, sorrisos cúmplices, partilha de saberes.

Um tempo insólito, em que a CASA não cumpria o seu papel social e cultural, o que nos inquietou profundamente, estimulando-nos a procurar formas de, rapidamente e objetivamente, reinstaurar alguma normalidade.

Enquanto organização dinâmica, a biblioteca procurou adaptar-se a esta nova conjuntura e, paulatinamente, implementou medidas suplementares de higienização dos espaços, de oferta de serviços mínimos como **entregar livros**, de forma inovadora, **em regime de take away e delivery**.

Na ausência de utilização presencial dos espaços físicos, ou à sua utilização com limitações, a biblioteca apostou numa **presença digital estruturada**, disponibilizando acesso a bases de dados de conhecimento (EBSCO), a plataformas eletrónicas de publicações periódicas (PressReader), a documentos digitais e produzindo, com recurso a meios tecnologicamente limitados, conteúdos que, minimamente, respondessem às suas diversas missões.

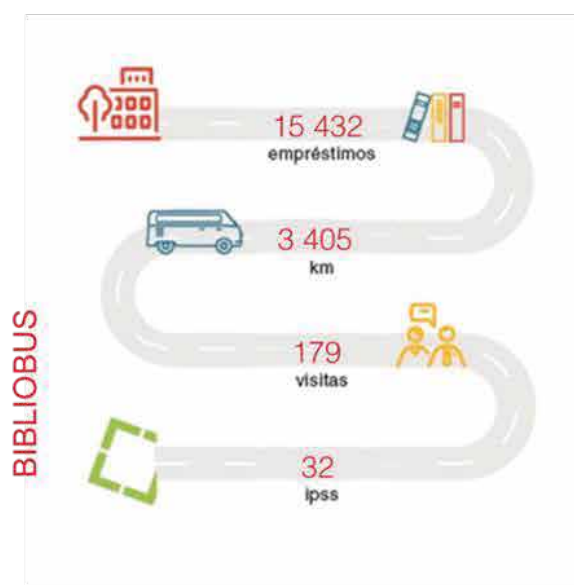
O ano de 2020 foi, de facto, um “admirável mundo novo” para a biblioteca, que testou a sua capacidade de se superar. Sem se poder utilizar, obviamente, como referencial o ano de 2019, o esforço efetuado foi compensado pelos resultados obtidos, como abaixo se pode verificar.





dados chave bm

- 93 350** empréstimos
- 228 482** visitas (presenciais e online)
- 231** dias/ano de abertura ao público
- 249 562** documentos
- 146 933** documentos disponíveis para empréstimo
- 20 129** documentos digitais
- 8 668** aquisições / doações
- 9 614** utilização serviços TIC
- 514** novos leitores
- 36 584** leitores inscritos



COLEÇÃO



- 137 862 livros
- 13 839 música e cinema
- 60 925 publicações periódicas
- 23 354 história regional
- 13 569 reservados
- + 13 instrumentos musicais

- 249 562** total de documentos

COLEÇÃO DIGITAL DE HISTÓRIA LOCAL



- 282 monografias
- 11 062 publicações periódicas
- 830 analíticos
- 482 divulgação
- 6 502 índices
- 410 postais
- 51 fotografias
- + 510 cartazes

- 20 129** total



ARQUIVO MUNICIPAL

Apesar da pandemia, a construção do edifício do arquivo continuou, e terá a sua conclusão, no último trimestre de 2021.

Para garantir a abertura deste serviço, o tratamento arquivístico das massas documentais acumuladas prosseguiu estando tratados 2 177 metros lineares de documentos, correspondendo a 25 921 unidades de instalação, das quais 15 389 são de conservação e 10 532 tiveram como destino final a eliminação. Deve-se sublinhar, pela importância na recuperação da informação, a criação de 16 216 índices de 392 atas de reuniões da Câmara Municipal.

dados **chave** am

62	pedidos internos
30	pedidos externos
82	serviço eletrónico
10	serviço presencial
83	pesquisas apoiadas
9	pesquisas autónomas
261	documentos consultados
1 742	páginas digitalizadas
1 dia	tempo de resposta
16 216	índices de pesquisa de 392 actas
2 177	metros lineares de documentação inventariada

DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL rede municipal de museus

Em 2020, o confinamento decretado devido à pandemia Covid-19, condicionou todas as atividades planeadas nos museus municipais, tal como toda a rotina diária ficou comprometida com o encerramento dos equipamentos, tendo como consequência, o cancelamento de todas as atividades e projetos, a reorganização de todos os espaços públicos dos museus, assim como as zonas de trabalho técnico onde foram implementadas todas as medidas de higiene e segurança determinadas pela DGS, cujas diretrizes foram divulgadas através da Rede Portuguesa de Museus.

A 11 de agosto, os museus municipais foram reabertos oficialmente, apresentando uma oferta limitada: visita livre (grupo coabitante até 10 pessoas) e visita guiada por marcação, para grupos até 5 pessoas. Mas, apesar desta limitação de oferta cultural, fomos surpreendidos com uma interessante afluência de público durante os meses de agosto e setembro, não sendo, no entanto, comparável a outros anos.

Nos primeiros dois meses de 2020, foram realizadas todas as atividades programadas em plano de atividades: visitas livres, visitas orientadas à exposição permanente, às exposições temporárias, atividades do serviço educativo e visitas às escolas. A partir do mês de agosto foram retomadas algumas das atividades nomeadamente, a visita livre, complementada agora com os audioguias, a visita orientada, atividades do serviço educativo, assim como eventos não programados, promovidos pelo PCTBM e por entidades culturais.

Destaca-se a concretização e implementação da **candidatura** aprovada ao **programa Turismo Acessível** para os dois museus, com a criação de conteúdos específicos para o desenvolvimento de uma APP, que foi disponibilizada para sistemas de audioguias, *smartphones* e quiosques multimédia, **enriquecendo a visita livre de cada um dos Museus**.

Os conteúdos apresentam uma narrativa discursiva acessível ao entendimento da maioria dos nossos públicos, tendo sido depois traduzidos para uma versão de áudio descrição destinada a públicos cegos, para a versão em Língua Gestual Portuguesa para públicos surdos e para inglês.

Museus Municipais



8 091 entradas

↓ 91%



Smartphones e audioguias



Uma **outra candidatura** aprovada ao Programa de Apoio a Museus – **Promuseus**, da Rede Portuguesa de Museus, facilitou a criação de **soluções inovadoras tecnológicas e interfaces**, relacionados com o **Património Arqueológico e Cultural** do nosso concelho, no que respeita ao Museu Convento dos Lóios e com a **Rota do Papel** para o Museu do Papel. Estas soluções digitais proporcionam ao visitante maior interatividade na informação, enriquecimento da sua experiência e valorização do seu conhecimento, revelando-se também numa mais valia e melhoria na oferta do serviço e da informação. Ambos os projetos contribuíram para **expandir o acesso**, promovendo uma maior acessibilidade do público aos museus municipais, disponibilizando informação acessível a todos, sem exceção.

*Interatividade na Informação*

O confinamento obrigou os museus a voltarem-se para o mundo online e a encontrarem novas formas criativas de continuar em contacto com o público. Através das redes sociais do Município, foram partilhadas diferentes atividades lúdicas, permitindo continuar a **criar conexões** e a proporcionar conhecimento e diversão em família.

Ainda no mundo digital, foi iniciada uma **parceria com a Google Cultural Institute**, para marcar a presença dos museus na plataforma Google Arts & Culture.



MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS

O Museu Convento dos Lóios (MCL) privilegiou a interação com a comunidade em geral, promovendo também projetos educativos destinados ao público escolar, dando a conhecer as coleções do museu e do património cultural e arqueológico do nosso concelho. Após o confinamento, o relevo foi para o público-família promovendo a atividade “Domingo da Família”, com grande aceitação fomentando momentos de conexão e lazer entre a família.

Das atividades programadas e realizadas salienta-se a exposição temporária "Pequenos Formatos, Aquarelas", que apresentou uma coleção de 38 aquarelas do Mestre António Joaquim, inspiradas e trabalhadas nos dois últimos anos pelo consagrado pintor feirense.

 **museu convento dos lóios** santa maria da feira.

1530

visitantes exposição de longa duração

1284

visitantes exposição temporária

1246

Participantes

43

Atividades

1

exposição temporária



MUSEU DO PAPEL TERRAS DE SANTA MARIA

No **Museu do Papel**, durante o primeiro trimestre, foi possível a realização da atividade “À 5ª na Fábrica”, realizada mensalmente, tendo havido uma ação em outubro, a pedido da comunidade papelreira, para assinalar a comemoração do 19.º aniversário do **museu**.

Os espaços dos museus foram palco para o acolhimento de diferentes eventos. Estas ações possibilitaram **fomentar oportunidades** a profissionais da cultura, cuja atividade ficou muito fragilizada com a pandemia.

Das atividades desenvolvidas, evidencia-se a exposição temporária “Rui Sousa – 20 anos com as Marionetas” e o espetáculo “Rosa e os 3 Namorados”, realizados no âmbito do projeto Fora dos Eixos – III Ciclo de Teatro de Marionetas.

Destaca-se da atividade do Museu do Papel, o passatempo de natal, com a oferta de 10 conjuntos de peças em pasta de papel para pintar, que foram enviados por correio às famílias vencedoras.



131 VISITANTES

CASTRO DE ROMARIZ

Tal como aconteceu com os museus, o **Castro de Romariz** esteve encerrado ao público entre 12 de março e 10 de agosto, ocasionando uma diminuição significativa no número de visitantes. Apesar do encerramento, mantiveram-se as ações de limpeza e manutenção do povoado.

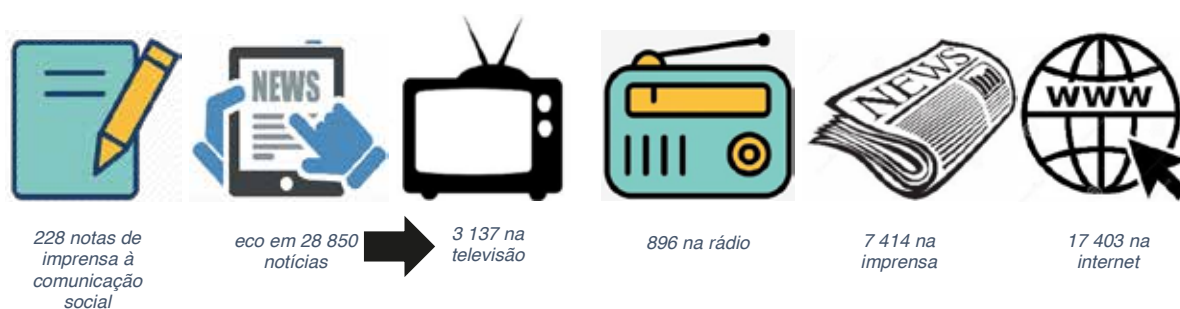
Para a elaboração do projeto de Requalificação da envolvente ao Castro de Romariz, abriu-se procedimento de prestação de serviços com o objetivo de criar um centro informativo, percursos, novas acessibilidades, manutenção e arranjos exteriores e divulgação.

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E INTERNACIONAIS

A linha estratégica do GCRPI é, na sua maioria, definida a partir dos objetivos globais do Município que pretende, a cada ano que passa, melhorar a sua capacidade de resposta nas várias áreas de atuação: Assessoria de Imprensa, Comunicação e Marketing Digital, Design, Multimédia, Relações Públicas e Relações Internacionais. Criar e aprofundar uma relação de maior proximidade, confiança e transparência entre a Câmara Municipal e os seus públicos, em particular, os seus munícipes, estão nos objetivos estratégicos deste gabinete e pautam toda a sua ação.

Salvo algumas exceções, nos primeiros meses do ano, como a promoção da Festa das Fogaceiras onde foi assegurado todo o processo comunicacional do evento, toda a comunicação institucional foi centrada na COVID-19.

Na área da assessoria de imprensa, foram veiculadas, durante o ano de 2020,



A comunicação digital continuou a assumir, no ano de 2020, um papel preponderante na veiculação de informação e na proximidade aos munícipes. Com recurso a três dimensões do digital – web, redes sociais e email marketing –, o GCRPI adaptou-se ao novo desafio e repensou novas estratégias de comunicação online que transmitissem, de forma rápida e eficaz, mensagens claras e completas aos munícipes, o que implicou uma criteriosa e permanente monitorização, tal como a comunicação de crise o exige.

No portal municipal, além das constantes mensagens sobre medidas para conter a propagação do novo coronavírus, foi criado também o menu específico COVID-19 que continua a funcionar como guia de apoio aos munícipes, aos profissionais dos serviços essenciais e às empresas do concelho, reunindo um conjunto de informações, municipais e nacionais.



portal municipal

As redes sociais – facebook, instagram e youtube – funcionaram como amplificadores das principais mensagens e medidas municipais e nacionais, no âmbito do combate à pandemia, tendo gerado uma maior interação e proximidade com o munícipe, portanto um papel de relevo na comunicação institucional.

96
campanhas
pagas



A **plataforma de EGOI** continuou, em 2020, a reforçar a comunicação digital municipal, através do envio frequente de newsletters por email: das **32 enviadas** em 2020, 9 foram referentes à COVID-19.

Estes canais digitais foram ainda o palco privilegiado para algumas ações e iniciativas municipais, readaptando-se à realidade pandémica e recorrendo às novas tecnologias e suportes digitais para comunicar, nomeadamente a realização das reuniões de Câmara, as sessões da Assembleia Municipal, as comemorações do 25 de Abril, os webinários para empresários de diferentes setores de atividade e à comunidade educativa, o Fórum BizFeira e a Festa de Natal pela Inclusão.

A comunicação eficaz e em tempo real contribuiu para o **aumento significativo de seguidores** em quase todas as redes sociais do município.

Durante o ano de 2020, e tal como exige uma comunicação de crise eficaz, o presidente da Câmara Municipal, enquanto responsável máximo, assumiu o papel de único interlocutor do município nos diferentes suportes de comunicação. Sempre com a máxima de estar próximo da população nos tempos mais difíceis, mantendo-a informada, **umentamos a regularidade de vídeos institucionais**, com pontos de situação sobre a evolução da pandemia no território e as ações adotadas para mitigar a sua propagação. Na área da Multimédia, foram **produzidos 16 vídeos** (8, em 2019), e prestado todo o apoio técnico na realização das iniciativas transmitidas online.



O **design** continua a ser um elemento estratégico da comunicação no Município de Santa Maria da Feira e, em 2020, **manteve a sua linha própria**, com imagens simples, mas eficazes, capazes de transmitir a mensagem pretendida, em cada momento deste ano atípico.



Na área das relações internacionais, o ano de 2020, ditou o adiamento de vários projetos educativos de geminação e cooperação em curso. No entanto, muitos outros, como o Encontro de Cuidadores de Crianças e Jovens em Idade Escolar, o “Nô Cirbe Nô Povo” do



programa Europe Aid com a Guiné Bissau, os intercâmbios do programa Erasmus + “Role Models”, “Evaluation”, “O Mundo é um Palco”, “Local Food production and Cookin, Similarities and Differences”, e o projeto Active Citizens do programa URBact revelaram uma forte adaptação dos técnicos e cidadãos às ferramentas digitais (skype, zoom, miro, mentimeter), **transferindo as atividades presenciais para as plataformas digitais** e contaram com o envolvimento das Relações Internacionais. A técnica de Relações Internacionais iniciou, a partir de julho de 2020, um trabalho de pesquisa e de trabalho colaborativo para promover o turismo gastronómico no concelho e **preparar a candidatura do Município à Rede de Cidades Criativas da UNESCO**, na área da Gastronomia.

Num ano particularmente difícil para o concelho, região, país e mundo, a comunicação, no seu todo, contribuiu para aproximar os munícipes dos seus órgãos autárquicos e para a **construção da imagem de um município proactivo**, com ideias e convicto do que era necessário fazer para salvaguardar a segurança e o bem-estar da população.

**educação, desporto
e juventude**



EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

Por força das circunstâncias da pandemia que assolou Portugal e o mundo, de forma indelével em 2020, toda a atividade realizada pelo Pelouro da Educação, Desporto e Juventude foi marcadamente diferente da preconizada executar.

Muitos foram os eventos e atividades que não se concretizaram. Não obstante o exposto, foram canalizados meios técnicos e materiais ao dispor do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, para ajudar a Proteção Civil, as autoridades de saúde locais e toda a rede social do município, assim como todas as ações levadas a efeito pelo mesmo, de forma a mitigar os efeitos da pandemia. Merecem especial relevância, duas ações encetadas pelo município, para suprimir as dificuldades sentidas pelas famílias, sobretudo em período de confinamento, uma concretizada na aquisição de computadores, tablets, routers e cartões de dados, para garantir equidade no acesso ao ensino à distância das nossas crianças e a outra com o fornecimento de refeições escolares a alunos mais carenciados.

• DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

1. Setor de gestão e administração escolar

1.1 Rede Escolar

À semelhança do que tem acontecido nos anos letivos anteriores assistiu-se a um decréscimo do nº de alunos ao nível do 1.º CEB, 3º CEB, Ensino Secundário e EFA. Contudo, ao nível da Educação Pré-escolar e 2.º CEB assistiu-se a um ligeiro aumento do nº de alunos em relação ao ano letivo 2019/2020:

Educação Pré-Escolar	2019/20	2020/21
Nº de JI	57	57
Nº de Turmas	86	92
Nº total de crianças	1765	1872
Nº de crianças com Medidas Adicionais – Definidas DGES	2	2
Nº de crianças em acolhimento	614	538
Nº de crianças com almoço C1	1484	1427
Nº de crianças com prolongamento	1166	1169
N.º de grupos com prolongamento C2 +15 crianças	53	48
Nº de grupos com prolongamento C3 – 15 crianças	19	23
1º CEB	2019/20	2020/21
Nº de EB1	50	50
Nº de turmas	208	206
Nº total de alunos	4117	3953
Nº total de alunos com Medidas Adicionais	135	160

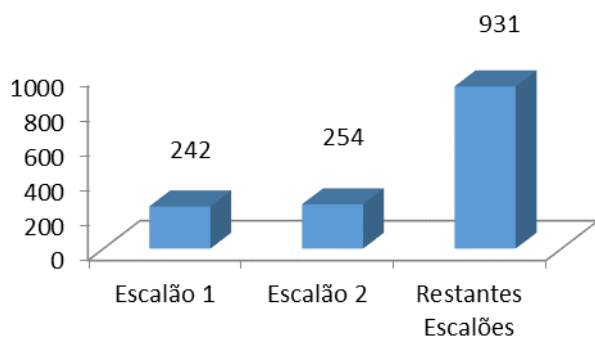


2º CEB		2019/20	2020/21
Nº de EB2		11	11
Nº de turmas		96	93
Nº total de alunos		2158	2193
Nº total de alunos com Medidas Adicionais		68	114
3º CEB		2019/20	2020/21
Nº de EB3		12	12
Nº de turmas		158	155
Nº total de alunos		3480	3475
Nº total de alunos com Medidas Adicionais		118	158
Cursos Educação e Formação		57	62
Ensino Secundário		2019/20	2020/21
Nº de Secundárias		5	5
Nº de turmas		106	102
Nº total de alunos		2487	2357
Nº total de alunos com Medidas Adicionais		34	48
Nº de alunos cursos profissionais		1031	870
Nº de alunos ensino regular		1456	1487
EFA		2019/20	2020/21
Nº total de alunos		118	100
Total		14125	13950

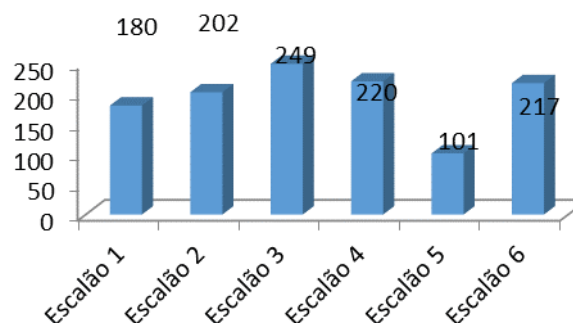
1.2 Gestão administrativa da implementação e funcionamento das atividades de animação e apoio à família (AAAF)

Ano letivo	Acolhimento	Fornecimento de refeições	Prolongamento de horário	RH - AAAF	RH NEE	RH - Componente pedagógica
2019/20	614	1484	1166	70	2	77
2020/21	538	1427	1169	70	2	90

Nº de Refeições Escolares EPE / Escalão
Média /Dia
Ano letivo 2020/21



Escalões Prolongamento de Horário
Média /Dia
Ano 2020/2021



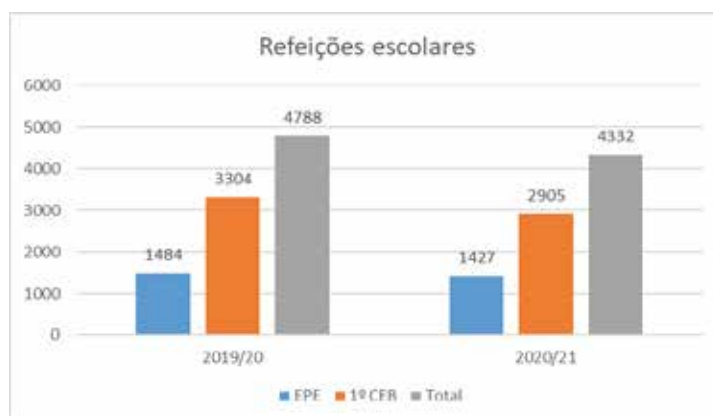


Ainda no âmbito desta gestão, foi realizado o acompanhamento dos protocolos de cooperação para a implementação das atividades de animação à família nos Centros Sociais de Souto, Santo André (Mosteirô) e Caldas de S. Jorge.

1.3 Organização administrativa das medidas de aplicação da ação social

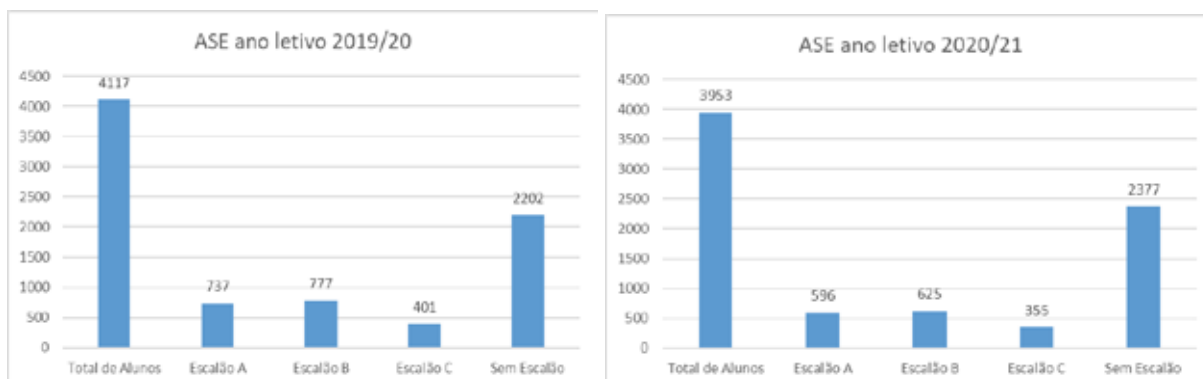
1.3.1 Modalidade de apoio alimentar na educação pré-escolar e no 1º CEB

Ano letivo	EPE	1ºCEB	Total
2019/20	1484	3304	4788
2020/21	1427	2905	4332



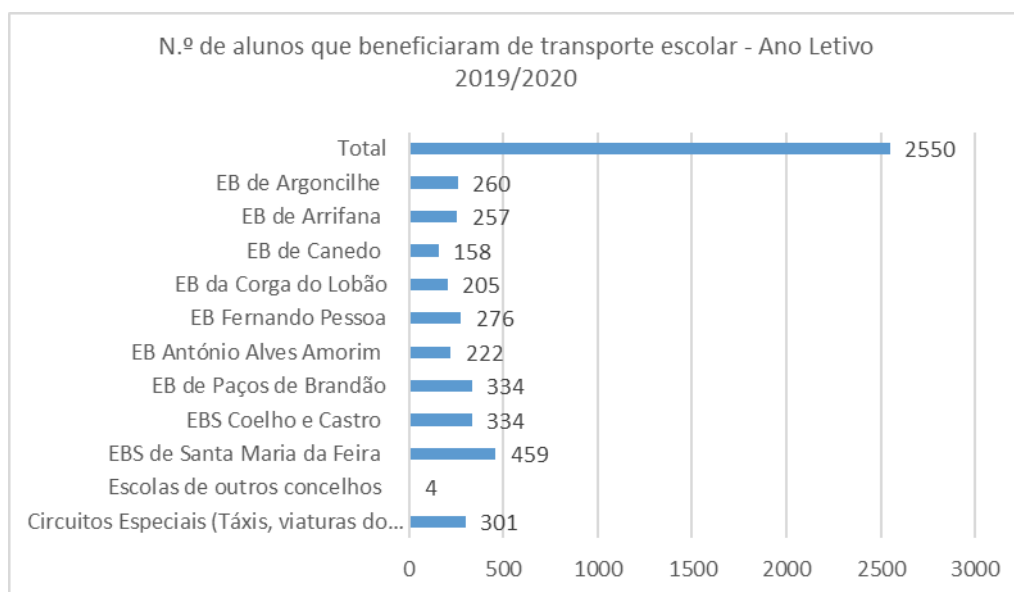
1.3.2 Auxílios económicos (manuais escolares e material escolar) e acesso a recursos pedagógicos (tecnologias de apoio aos alunos com NEE)

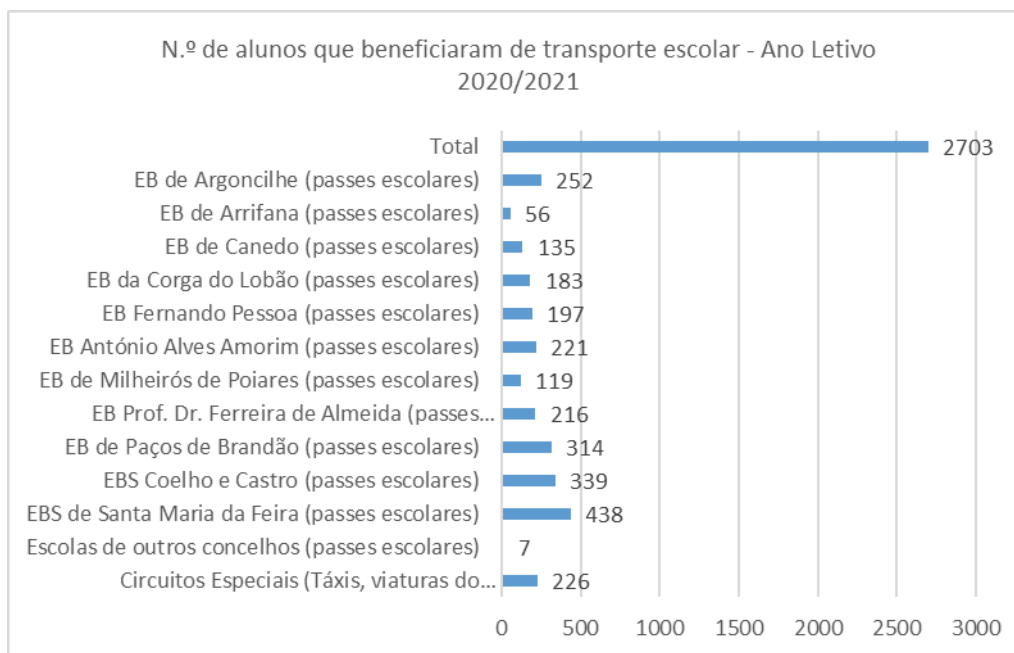
No ano letivo 2019/2020, num universo de 4117 alunos do 1º CEB, 737 tiveram escalão A, 777 escalão B, 401 tiveram escalão C e 2202 sem escalão. No ano letivo 2020/2021, num universo de 3953 alunos do 1º CEB, 596 alunos tiveram escalão A, 625 alunos escalão B, 355 alunos escalão C e 2377 alunos não tiveram escalão.



1.3.3 Transportes escolares

O Plano de Transportes Escolares foi elaborado tendo por base uma previsão do número de alunos a transportar no ano letivo seguinte, por escola, localidade e empresa de transporte. Periodicamente foram realizadas monitorizações ao serviço de transportes no sentido de corrigir e prevenir anomalias e apresentar medidas corretivas. No ano letivo 2019/2020 foram transportados diariamente uma média de 2810 alunos, até meados de março 2020, altura em que os alunos passaram a ter o ensino á distância, resultante da situação causada pela pandemia do COVID-19. No ano letivo 2020/2021 foram transportados diariamente uma média de 2703 alunos.





No que se refere ao ano letivo 2019/2020, a partir do dia 18 de maio 2020 os alunos do 11.º e 12.º ano, regressaram ao ensino presencial, pelo que o Município efetuou o transporte de cerca de 400 alunos através de circuitos especiais realizados pelas várias transportadoras que servem o nosso concelho, viaturas do Município e táxis. Da mesma forma, em julho de 2020 foi efetuado o transporte de cerca de 200 alunos para a realização dos exames nacionais através de circuitos especiais.

1.3.4 Bolsas de Estudo de ensino secundário e de ensino superior

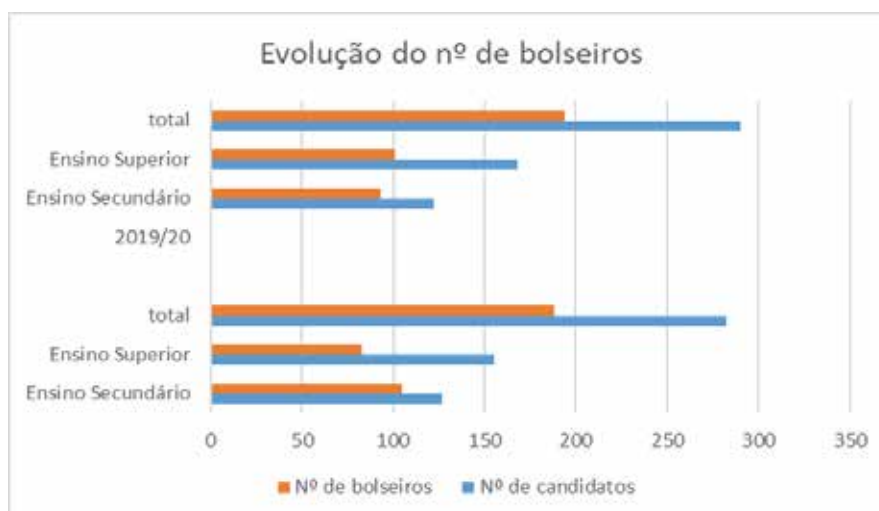
No ano letivo 2018/2019 foram concedidas 188 bolsas de estudo:

	Nº de candidatos	Nº de bolseiros
Ensino Secundário	127	105
Ensino Superior	155	83

No ano letivo 2019/2020 foram concedidas 194 bolsas de estudo:

	Nº de candidatos	Nº de bolseiros
Ensino Secundário	122	93
Ensino Superior	168	101

Em termos comparativos com os anos letivos anteriores, podemos concluir que gradualmente tem-se aumentado o número de bolseiros, tendência essa que se pretende manter:



1.4 Setor de planeamento, gestão e manutenção do parque escolar

- a) Acompanhamento da concretização da Carta Educativa de Santa Maria da Feira e respetiva atualização:

Em 2020 o documento final de revisão da Carta Educativa Municipal foi enviado para a DGEstE e aguarda-se, a todo o momento, as orientações Superiores sobre a elaboração, acompanhamento e aprovação das cartas educativas de 2ª geração.

- b) Acompanhamento das obras de remodelação/ ampliação/ conservação/ construção de edifícios escolares, espaços de jogos e recreio, planos de segurança em articulação com o Pelouro das Obras Municipais:

Escola	Tipo de intervenção	Observações
EB Feira	Requalificação	Elaboração da proposta de Projeto de Requalificação e Modernização das Antigas Instalações da EB Fernando Pessoa
EBS Coelho e Castro	Requalificação	Requalificação da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães; Aquisição de Mobiliário; Aquisição de material didático; Aquisição de material informático e Aquisição de material didático de desporto.
EB Pigeiros	Pinturas nos recreios	Intervenções realizadas no âmbito do projeto PIPE - Projeto de Intervenção do Parque Escolar
EB Feira Nº 1		
EB S. João de Vêr		
EER	Pintura de mural	



- c) Dotação dos estabelecimentos de ensino de infraestruturas e equipamentos tecnológicos;
- d) Aquisição e distribuição de material didático e pedagógico para os JI e EB1;
- e) Coordenação do apetrechamento, dotação, manutenção e conservação dos materiais e equipamentos dos edifícios escolares afetos à Autarquia:

Escola	Tipo de intervenção	
JI Milheirós, Santa Maria da Feira	Colocação de Parque Infantil novo	
EB Póvoa, Paços de Brandão		
JI Aldeia, Sanfins	Colocação relvado sintético	
EB Igreja, Lobão		
EB Pousadela, Nogueira da Regedoura		
JI Lapa, São Paio de Oleiros	Colocação de sombreadores nos recreios	
EB Santa Maria de Lamas 1		
EB Pousadela, Nogueira da Regedoura	Colocação de bancadas e armários de inox nos refeitórios	
JI Manhouse, Arrifana		
JI Fontainhas, Arrifana		
EB Outeiro, Arrifana		
EB Bairro, Arrifana		
EB Mosteirô		
EB Souto Redondo, São João de Ver		
JI Lapa, São Paio de Oleiros		
JI Igreja, Paços de Brandão		
JI São Domingos, Argoncilhe		
JI Ordonhe, Argoncilhe		
Escola		Tipo de intervenção
EB Pousadela, Nogueira da Regedoura		Reparação do piso em madeira
EB Pigeiros	Colocação de piso vinílico	
EB n.º 2 Santa Maria da Feira (sala apoio)		
EB n.º 1 Santa Maria da Feira (3 salas)		
EB Pigeiros (1 sala/refeitório)	Remodelação das instalações sanitárias	
EB Pigeiros		
JI Casalmeão, Lourosa		
JI Fonte Seca, São João de Ver		
EB Santo António, Rio Meão	Pintura interior de todo o edifício	
JI Macieira, São Miguel de Souto		

- f) Inventário de bens móveis, em articulação com o setor do património;
- g) Recolha e abate de material obsoleto, em articulação com o setor do património;
- h) Acompanhamento da revisão e recarga anual dos extintores existentes nos estabelecimentos de EPE e EB1, em parceria com o gabinete de proteção civil;
- i) Celebração de contratos de manutenção de alarmes instalados em edifícios escolares;
- j) Celebração de contratos de manutenção de equipamentos de aquecimento e de gás instalados em edifícios escolares;
- k) Acompanhamento das vistorias realizadas pela DGEstE;

- l) Acompanhamento da implementação dos planos de emergência elaborados pelo Gabinete da Proteção Civil;
- m) Plataforma de serviços online, sendo que dos 1486 pedidos de intervenção, 815 (55%) foram resolvidos com sucesso.

1.5 Serviços de ação educativa

1.5.1 Gestão e supervisão das cantinas e dos refeitórios escolares

Ao longo do ano civil de 2020 tiveram lugar 19 visitas a cantinas escolares e 223 visitas a refeitórios escolares:



As refeições foram confeccionadas em cantinas escolares da autarquia (adjudicadas à Uniself/Eurest), em EB2,3 e em IPSS's do concelho. Nas cantinas escolares, foram confeccionadas ao longo do ano letivo de 2019/20, 2411 refeições/dia, enquanto em 2020/21 foram fornecidas 2345 refeições/dia. Nas IPSS's e EB2,3, ao longo de 2019/20 foram fornecidas 2377 refeições/dia, enquanto em 2020/21 foram confeccionadas 1987 refeições/dia.

	Programa de Generalização fornecimento de refeições	
	2019/20	2020/21
EB2,3 e IPSS's	2377	1987
Uniself/ Eurest	2411	2345
Total	4788	4332

Durante todo o ano civil, o Município norteou a sua ação centrada nas famílias, tendo em vista a supressão das dificuldades sentidas pelas mesmas, sobretudo em período de confinamento. Evidencia-se o fornecimento de 4814 refeições (servidas de março a julho).

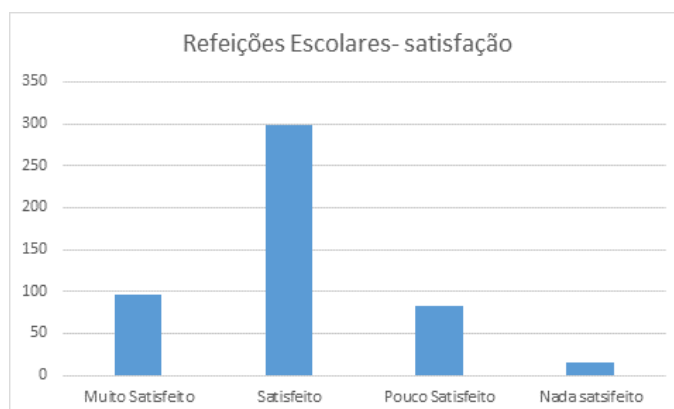


Ao nível da gestão e dotação dos recursos humanos necessários para o normal funcionamento das cantinas e refeitórios escolares (recrutamento, afetação e colocação do pessoal não docente):

	2019/2020	2020/21
Assistentes Operacionais (tarefeiras)	86	100

Foram ainda realizadas as seguintes ações:

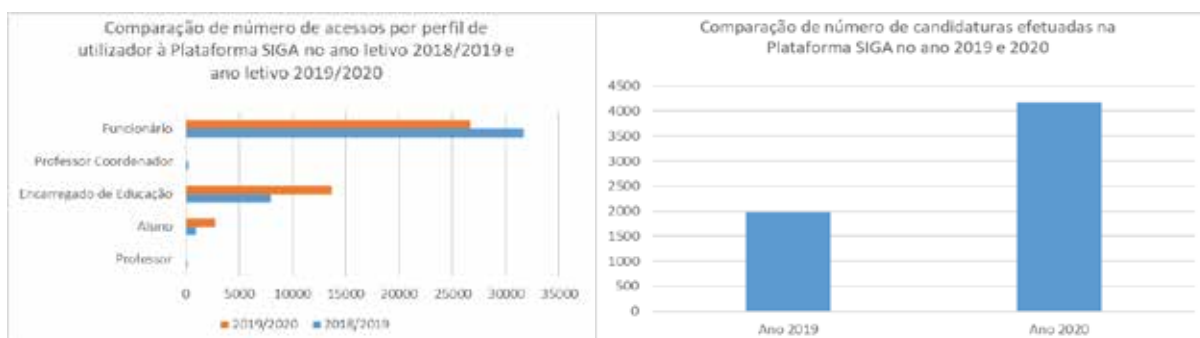
- Apoio na elaboração das ementas;
- Dinamização de 8 ações de formação para as 82 assistentes operacionais sobre “Higiene e Segurança Alimentar” e 4 ações de formação sobre “Limpeza e Desinfeção de superfícies em ambiente escolar” dirigidas a 57 assistentes operacionais;
- Gestão e distribuição do equipamento de proteção individual adequado para o desempenho das funções das assistentes operacionais ao serviço das salas de refeição, (batas, toucas, máscaras, luvas, aventais, calçado, etc);
- Gestão e distribuição dos materiais de limpeza e desinfeção;
- Estudo do sal – foram realizadas 9 visitas com vista a quantificar a quantidade de sal utilizado na confeção das sopas;
- Aplicação de inquérito de satisfação alimentar das crianças/alunos:



1.5.2 Plataforma SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem

No ano de 2020 a Plataforma SIGA revelou-se uma ferramenta essencial de ligação à comunidade educativa., tendo sido utilizada diariamente pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo da rede pública, no que concerne os registos de consumos de

refeições escolares e frequência das AAAF's. Demonstrou ser, também, um importante veículo de comunicação entre o Município e restante comunidade educativa, tanto pelo envio de SMS como na publicação de mensagens informativas na área reservada de cada Encarregado de Educação na divulgação de eventos/ iniciativas. Nota-se uma maior resposta por parte dos Encarregados de Educação sempre que notificados por qualquer uma destas vias.



1.5.3 Auxílios económicos

Atribuição de auxílios económicos aos Agrupamentos de Escolas para fazer face às despesas de comunicações telefónicas, aquecimentos a lenha, material didático e de Desgaste para os alunos do Ensino Básico com 1.º Ciclo, material escolar e de desgaste para Jardins-de-Infância e para as Bibliotecas Escolares.

Transferimos auxílios económicos, para o material escolar, aos alunos contemplados com 1.º, 2.º e 3.º escalão do abono de família e aos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão recebem auxílio para tecnologias de apoio e material escolar.

1.5.4 Regime da fruta escolar

No âmbito deste programa foram disponibilizados produtos, duas vezes por semana, à população escolar do 1.º CEB e dos jardins-de-infância:

	2019/20	2020/21
EPE	1765	1872
1º CEB	4117	3953

1.5.5 Componente de Apoio à Família



Acompanhamento e supervisão da implementação do contrato de prestação de serviços e dos protocolos para a promoção da componente de apoio à família no 1º CEB:

	2019/20	2020/21
Nº de EB1	32	32
Nº de alunos	824	494

1.5.6 Monitorização e acompanhamento das atividades promovidas no âmbito das AAAF

Foram realizadas 28 visitas de monitorização e o acompanhamento das atividades promovidas no âmbito das AAAF. Para além do Acolhimento, Almoço, Prolongamento e interrupção letiva, cerca de 1758 crianças das AAAF's tiveram as seguintes atividades:

- “Brincar com Movimento”, atividade física e desportiva (realizada semanalmente), num total de 49 aulas anuais (38 aulas presenciais e 8 aulas assíncronas);
- “Brincar com os sons”, atividade de música (realizada quinzenalmente), num total de 25 aulas anuais (20 aulas presenciais e 4 aulas assíncronas em conjunto com as de atividade física e desportiva);
- “Brincar com as artes”, atividade artística (realizada quinzenalmente) num total de 24 aulas anuais (19 aulas presenciais e 4 aulas assíncronas em conjunto com as de atividade física desportiva);
- Kids & Bots, atividade de robótica (realizada quinzenalmente), num total de 14 aulas anuais/ turma (8 sessões presenciais/turma e 6 sessões assíncronas/turma). As sessões assíncronas tiveram uma média de 1659 visualizações).

Para além destas atividades, realizaram-se as seguintes iniciativas-piloto:

- loga, realizaram-se 12 grupos, contemplando 160 crianças (realizada semanalmente);
- Xadrez, realizaram-se 20 grupos, contemplando 220 crianças (realizada semanalmente).

1.5.7 Monitorização da Política Educativa Municipal

Ao longo do ano de 2020, acompanhou-se o trabalho desenvolvido pela equipa GETIN da Universidade de Aveiro, contratualizada para proceder ao estudo de monitorização das políticas educativas concelhias. Fez-se levantamento e compilação de informação diversa, entre a qual, o levantamento de dados quantitativos dos projetos educativos constantes no PEM 2014-20. Foram selecionados os projetos a monitorizar de acordo com as linhas



orientadoras do PEM 2014-20, bem como se identificaram os indicadores de avaliação das metas definidas no PEM 2014'20. O trabalho final deverá ficar concluído no 1º trimestre de 2021.

1.6 Representações, grupos de trabalho e redes

1.6.1 Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira reuniu periodicamente de acordo com o estipulado no diploma legal Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro.

1.6.2 Representação da autarquia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas

Os conselhos gerais dos nove agrupamentos de escolas reuniram periodicamente de acordo com a legislação em vigor.

1.6.3 Comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências regulado pelo decreto-lei nº 21/2019, de 30 de janeiro

Esta comissão, constituída em junho de 2019, durante o ano de 2020 reuniu duas vezes, onde foi analisada e discutida a matriz de responsabilidades do Programa Aproximar. Foi ainda programada uma reunião com o Delegado Regional de Educação do Norte, contudo, dada a situação pandémica, a reunião foi cancelada.

1.6.4 Rede de Oferta Formativa

Promoveu-se a articulação estreita e otimização das várias entidades formativas, incluindo as necessidades do tecido empresarial e dos investimentos numa perspetiva de desenvolvimento económico. Foram ainda realizadas reuniões supramunicipais, SANQ - Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação da AMP no sentido de realizar o acompanhamento e a coordenação municipal do diagnóstico de necessidades e o exercício de identificação de áreas de qualificação e saídas profissionais prioritárias. No ano de 2020, foi recebido o “Estudo de Diagnóstico de Necessidades de Qualificações Intermédias” que serviu de base à proposta de concertação da rede de cursos profissionais 2020-21.



1.6.5 Associação Internacional das Cidades Educadoras/ Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

No âmbito desta rede foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Encontro nacional da RTPCE realizado a 25 de setembro, via Zoom, organizado pelo Município de Paços de Ferreira;
- Participação no grupo de trabalho “Cidades Inclusivas” coordenado pelo Município de Almada;
- Boletim trimestral da RTPCE, onde foram partilhadas as boas práticas “Crescer do Ler”, “Aproximar – Projeto de Inclusão através do Teatro”, “Modelos Inspiradores” e “Grupo de Cuidadores de Crianças e Jovens com deficiência em idade escolar”.
- Dia das Cidades Educadoras, assinalado a 30 de novembro e comemoração dos 30 anos, 30 Aprendizagens da Carta das Cidades Educadoras.

1.6.6 Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação da Área Metropolitana do Porto

Neste órgão foi definido um plano de ação baseado num inquérito sobre as necessidades e propostas de atuação na área da educação, aplicado às autarquias da AMP. Dentro das propostas como áreas prioritárias de atuação a nível metropolitano, no período em análise, destacam-se os seguintes projetos implementados:

- ColorAdd - Ver e Sentir as Cores;
- Projeto de Educação Financeira “No poupar é que está o ganho”;
- SANQ – Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações – Aprofundamento Regional – AMP;
- Trilhos para a Inovação Educativa - PIICIE - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (coordenação da AMP);
- CriAtividade® - Problem Solvers em Ação;
- Transformers - Escola de Superpoderes;
- “À barca” - Teatro do Bolhão.

1.6.7 Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

No âmbito desta rede, participamos em duas reuniões do grupo de trabalho Educação e Cultura, realizadas, via Zoom, nos dias 19 de maio e no dia 21 de outubro.



1.6.8 Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

Cooperação e apoio na implementação da Rede de Bibliotecas Escolares em articulação com os Agrupamentos de Escolas e Biblioteca Municipal:

	2019/20	2020/21
Nº de BE	21	22

Em 2020 procurou-se criar e desenvolver estratégias de ação que, assentes no compromisso da inovação, promovessem a adaptação das bibliotecas escolares a novos contextos de aprendizagem e às reais necessidades dos seus utilizadores. Neste seguimento, foram aprovadas as seguintes candidaturas: integração direta da Biblioteca Escolar na EB Fornos; “Leituras... com a biblioteca” nas EB Igreja, Romariz e da EB Louredo; Bibliotecas Digitais no AE de Paços de Brandão. Foram ainda propostas as seguintes candidaturas: requalificação da biblioteca escolar da EB Santo António, Rio Meão e da EBS Coelho e Castro; Bibliotecas Digitais no AE de Argoncilhe.

1.6.9 Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo

A autarquia deu continuidade à colaboração e apoio aos agrupamentos de escola na implementação dos Planos de Ação de Promoção do Sucesso Escolar.

1.6.10 EDUFEIRA - Inovamos para o sucesso - PIICIE

Deu-se continuidade à implementação das ações desta candidatura ao NORTE 2020, que teve por objetivos a definição de novas abordagens educacionais a serem implementadas nos vários estabelecimentos escolares em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho.

1. Equipa Multidisciplinar – Intervenção Psicossocial e Psicoeducativa – os 3 técnicos contratados acompanham 6 alunos com medidas educativas adicionais de 1 Agrupamento de Escolas e ainda 26 jovens no programa Desafia-TE. Foram realizadas sessões quinzenais de 60 minutos de atividade física e atividades recreativas, com forte ênfase no desenvolvimento da capacidade cooperativa, resiliência e de trabalho em equipa; foram realizadas sessões quinzenais de



acompanhamento psicológico individual, objetivando a recolha da história do desenvolvimento do aluno para planificação de atividades promotoras do mesmo. Com o início do ano letivo 2020-21, a EMIPP passou a constar como “disciplina” no semanário-horário dos alunos com medidas adicionais da EB da Corga do Lobão. Entre os dias 23 de setembro e dia 9 de dezembro a EMIPP dinamizou 12 sessões juntos dos 6 alunos com medidas adicionais identificados pelo Agrupamento de Escolas da Corga de Lobão.

2. Vive as Férias – No ano de 2020 a ação desenvolveu-se na interrupção letiva do Verão e do Natal, uma vez que, tendo em conta a situação provocada pela pandemia de Covid-19, não se puderam realizar os campos de férias da interrupção letiva da Páscoa. Vive as Férias Verão: 277 alunos participantes; Vive as Férias Natal: 50 alunos participantes. Nos campos de férias desenvolveram-se atividades de: desporto (desportos coletivos, jogos tradicionais, outros), artes plásticas (pinturas, desenhos e outros), expressão musical e corporal (dramatizações, danças e outros), workshops vários (fotografia, yoga, etc); idas à praia e outras visitas possíveis. Foi feito trabalho particular com alunos da educação inclusiva. Estes campos de férias tiveram em conta todas as recomendações da DGS relativas a atividades em contexto da pandemia de Covid-19.
3. Observatório de monitorização e apoio ao sucesso escolar – Foram feitos novos desenvolvimentos em toda a estrutura que compõe a atual Rede Escolar: tecnologia utilizada, bem como otimização de pesquisas e análises efetuadas; Melhoramento dos mapas interativos da Rede Escolar – novo *layout* e novas funcionalidades; adicionadas ferramentas de pesquisa; adicionados contadores de leitura rápida; correções de situações identificadas; Análise de indicadores pré-definidos, através do *software Power BI*, e publicação de *dashboards* interativos no portal; *Updates*/lançamento e teste de novas versões publicadas; *Backoffice* Observatório: nova área de indicadores e relatórios; Atualização da população escolar por estabelecimento de ensino; Atualização da rede de ensino profissional em cada estabelecimento; Inserção de fotografias (como galeria de imagem) em cada escola identificada na Rede Escolar, dos 9 agrupamentos; Colocação do portal de divulgação em domínio público; Manutenções preventivas ao portal e respetivo *backoffice*; Correções pontuais.



4. Educação 5.0 – plataforma EDUFEIRA – Ano letivo 2019-20: Promoveu-se uma Oficina de Formação Professores em articulação com o Centro de Formação de Professores Terras de Santa Maria (divulgação e seleção dos professores feita pelo Município) com a participação de 20 professores; foram concebidas e disponibilizadas novas infografias: Museu do Papel, Parque das Ribeiras do Uíma, Termas de S. Jorge e Zoo de Lourosa; Dada a situação pandémica e a suspensão do ensino presencial, procedeu-se a divulgação nas redes do município e dos Agrupamentos de escolas a reforçar as potencialidades da plataforma; foi feita capacitação de técnicas do Município para apoio à plataforma; foi feito o alargamento do acesso à plataforma à Educação Pré-Escolar – divulgação nas redes do município e por email a todos os Agrupamentos; envio de códigos de acesso a todos os educadores de infância do concelho; procedeu-se a divulgação e participação em sessões online; foram incluídos na plataforma atividades das AAAF desenvolvidos pelo Município; Desenvolveram-se as “Olimpíadas da Cidadania e do Património”, que foram um desafio com perguntas do género “Trivial Pursuit tendo todos os alunos do 3º e 4º ano podido participar individualmente para alcançarem a melhor pontuação possível, para a sua turma. Desta fase foi apurada a melhor turma de cada Agrupamento. A final, que estava prevista acontecer presencialmente numa competição com as 9 turmas apuradas, não pode realizar-se conforme o previsto, tendo em conta a situação pandémica. A data final foi alargada. Foram cerca de 450 os alunos (3º e 4º ano) que participaram nas “Olimpíadas da Cidadania e do Património”; No ano letivo 2020-21: Foi enviado documento para todos os encarregados de educação / alunos, via plataformas dos Agrupamentos, com credenciais de acesso; Foram enviadas por email as credenciais de acesso de todos os professores titulares de turma; Foram recolhidas e classificados os dados de professores AEC / apoio / educação especial / outros, afetando-os a turmas para que possam ter acesso à plataforma; Integrado nas Jornadas da Educação, foi realizado um Workshop no dia 24 de outubro, no Europarque, para professores (foi disponibilizado outro workshop para pais / alunos – mediante inscrição prévia, contudo os inscritos não compareceram); Formação para docentes: foi lançada formação para docentes, acreditada, de 25h (15h online síncrono + 10h online assíncrono), em formato E-Learning, com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. Conta com 34 docentes inscritos. A 1ª sessão decorreu a 10 de dezembro.



5. Hora de Programar – no ano letivo 2019-20 abrangeu 276 alunos de 4ºano e 148 alunos dos 2º e 3º ciclos. Decorrente da pandemia de Covid-19, os projetos da Hora de Programar viram-se obrigados a sofrer alterações de forma a criar estratégias para que os projetos fossem utilizados no Ensino à Distância e partilhados pelos professores titulares. Assim, a Hora de Programar (e a Hora de Experimentar) criaram um canal de Youtube onde foram partilhados vídeos com a execução das atividades que os alunos poderiam realizar em casa. Os links dos vídeos foram enviados pelos professores titulares, tendo também sido disponibilizadas as instruções de cada atividade para que todos os alunos que não tivessem acesso aos conteúdos digitais pudessem realizar na mesma as atividades. No último trimestre do ano de 2020, o 1º período do ano letivo 2020-21, as sessões da Hora de Programar puderam ser já presenciais. Envolveram 245 alunos do 1º CEB e 71 do 2º e 3º CEB. Decorreram conforme o previsto em todos os Agrupamentos de Escolas do concelho, à exceção do AE Fernando Pessoa, que, por opção dos órgãos de gestão e considerando a situação pandémica, não permitiram o funcionamento presencial de projetos extracurriculares.

6. Hora de experimentar –no ano letivo 2019-20 abrangeu 401 alunos do 1º CEB – 21 turmas de 4 Agrupamentos de Escolas. Decorrente da pandemia de Covid-19, os projetos da Hora de Experimentar viram-se obrigados a sofrer alterações de forma a criar estratégias para que os projetos fossem utilizados no Ensino à Distância e compartilhados pelos professores titulares. Assim, a Hora de Programar e a Hora de Experimentar criaram um canal de Youtube onde foram partilhados vídeos com a execução das atividades que os alunos poderiam realizar em casa. Os links dos vídeos foram enviados pelos professores titulares, tendo também sido disponibilizadas as instruções de cada atividade para que todos os alunos que não tivessem acesso aos conteúdos digitais pudessem realizar na mesma as atividades. As sessões relativas ao ano letivo 2020-21 puderam ser presenciais no 1º período letivo. Iniciaram em outubro de 2020 e decorreram conforme previsto até ao final do 1º período letivo (dezembro 2020), envolvendo 407 alunos do 1º CEB – 21 turmas de 4 Agrupamentos de Escolas.

1.7 Projetos Educativos



A Divisão de Educação deu continuidade a um conjunto de projetos já existentes e a implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objetivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação. Nos quadros que se seguem, apresenta-se uma síntese dos projetos desenvolvidos:

Designação	Destinatários	Nº de participantes
Desfile de Carnaval	JI/ EB1/ IPSS's	869 Participantes
Festa do Halloween	AAAF/CAF	Não teve participantes
Correio da Amizade	AAAF/CAF	1800 participantes
Campos de Férias Vive o Natal	EB/ES	36 Participantes
Campos de Férias Vive o Verão	EB/ES	265 Participantes
O crescer do ler	Jl	615 Crianças
O crescer do ser	Jl	502 Crianças
Comemoração Dia Mundial Alimentação	Comunidade Educativa	40 Participantes
Passaporte escolar	EB1	901 alunos
ABC do conelho	EB1	41 Turmas/833 alunos
No Poupar é que está o ganho!	EB	17 turmas/361 alunos
COOPClube	EB1	1 Ação
O Nosso presépio	1º CEB + EPE	5 Escolas
Menos é mais	EB1	22 Turmas
Pé na Estrada Médios	EB1	30 Turmas/620 alunos
Pé na Estrada Grandes	EB1	20 sessões/20 turmas
Visitas à EER	Comunidade geral	181 visitantes
Sábados em Família	Comunidade educativa	100 participantes
Prevenção Rodoviária para Todos	Comunidade educativa	170 Visitantes
Eco-Escolas	Comunidade Educativa	3 EB23, 1 ES, 1 EP e 4 AE
Orquestra Criativa SMF Pinocchio Joins the Orchestra Erasmus+	Comunidade Educativa	67 Participantes
Campus Musical Digital "Pinocchio Joins the Orchestra"	Comunidade educativa	57 participantes
Assembleia de Crianças	EB1	23 alunos
Aqui Decides Tu!	EB/ES	34 turmas/850 alunos
Bolsa Manuais Escolares Usados	Comunidade Educativa	3 pedidos
Difusão da Festa das Fogaceiras	Jl/EB1	1200 alunos
Reinventar o Traje das Fogaceiras	Jl/EB1/IPSS's	60 Turmas/3602 alunos
Escola a Mexer	Jl/EB1	8 Turmas/635 alunos
Oficina de Animação	EB1	32 Turmas/627 alunos

Designação	Destinatários	Nº de participantes
Bolsas de Estudo Inglês – protocolo Lancaster College	2º/3º CEB	20 Bolsas (Nota final mais baixa: 64%; nota final mais alta: 91%) – 2019-20
Escola dos Direitos	EB1	12 turmas
Terra dos Direitos	EB1	8 turmas
Com(s)CienciArte	EB2,3	24 turmas
Cuidar do Uíma	EB2,3	15 turmas
Festa de Natal pela Inclusão	Comunidade educativa	10 instituições
Arte Adaptada	EB	2 Escolas



Aproximar Transformers	EBS 3º CEB	2 Escolas/32 alunos 2 turmas 2019/20; 1 turma 2020/21
À Barca, à Barca	1º, 2º, 3º CEB e ES	625 alunos; 55 professores
Germinar	ES	100 alunos
Concurso de ilustração cartaz Mostra de Artes Performativas	ES	35 alunos
Parada Orfeu & Majun	ES	5 instituições/2500 participantes
Primário – Educação Criativa	ES	
Concurso de Ilustração da Imagem Podcast Primário	ES	12 alunos
Apoio multimédia	Comunidade educativa	68 pedidos
“+Teatro” (organização conjunta com Pelouro da Cultura)	3º CEB (7º anos)	1110 alunos
Dia Mundial do Professor	Professores todos os níveis de ensino	1333 professores
“Got Talent” – Adritem	Alunos ens. Sec. Profissional	3 escolas – 99 alunos
Dia Mundial para a Consciencialização do Autismo	Jl/EB	6 crianças
Grupo de cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar	Comunidade educativa	126 participantes

As atividades supracitadas foram concretizadas com afinco e satisfação, o que podemos salientar que contribuíram em larga escala para a concretização das metas e objetivos projetos no Plano Educativo Municipal. Por forma a garantir a concretização da política educativa local no Município de Santa Maria da Feira, contratualizamos a Universidade de Aveiro para monitorização do Projeto Educativo Municipal 2014-2020.

Iniciativas realizadas em resposta à situação pandémica provocada pelo COVID-19:

Designação	Destinatários	Período de funcionamento	Nº de participantes
Linha Apoio Edufeir@Pais	Pais e encarregados de educação	06/05 > 05/06/2020	11 pedidos de apoio
Webinar Apoio Edufeira@Pais	Pais e encarregados de educação		125 participantes
Linha Abertura do Ano Letivo	Comunidade educativa	08/09 > 30/09/2020	21 pedidos de apoio
Designação	Destinatários	Período de funcionamento	Nº de participantes
Linha de Apoio Sintomas Covid 19	Comunidade geral em	01/04 a 15/05/2020	Total Chamadas recebidas: 133 com follow-up efetuado 48 após contacto
Tutoriais de apoio ao ensino à distância	Comunidade educativa	N/A	9 tutoriais produzidos
Feira Acolhe com o	Menores de 12 anos	16/03 a 29/05/2020	13 alunos



Coração!	descendentes dos profissionais dos serviços essenciais		
Disponibilização de recursos informáticos aos AE	Alunos carenciados	Contínuo	
Campanha de agradecimento elaborada pela Assembleia de Crianças.	Profissionais de primeira linha	23/03/2020	12 ilustrações produzidas

1.8 Plano de Desenvolvimento Europeu

1.8.1 Erasmus+ Oportunidades Formativas: Feira+Europeia I 2019-1-PT01-KA102-060100

Foram realizadas 5 mobilidades de staff, sendo que no primeiro fluxo (Bruxelas, Bélgica) participaram 3 docentes, oriundos dos AE de Argoncilhe, Coelho e Castro e Santa Maria da Feira e no segundo fluxo (Limassol, Chipre) participaram 2 docentes, oriundos dos AE Coelho e Castro e Santa Maria da Feira. Relativamente aos restantes fluxos de mobilidade de staff e de formandos, foram cancelados por motivo de força maior causado pela pandemia do COVID-19.

1.8.2 Erasmus+ Europa sem Fronteiras I 2020-1-PT01-KA102-077711

Em 2020 o Município de Santa Maria da Feira voltou a apresentar candidatura em consórcio com os AE de Arrifana, Coelho e Castro, Santa Maria da Feira e Escola Profissional de Paços de Brandão à AC1 Ensino e Formação Profissional do Programa Erasmus+, tendo sido aprovada.

1.8.3 Erasmus+ Educação em Foco I 2018-1-PT01KA101-046830

Os dois fluxos de mobilidades de docentes previstos para 2020 (Helsínquia, Finlândia e Tallinn, Estónia) foram adiados por motivo de força maior causado pela pandemia do COVID-19.

1.8.4 Erasmus+ Modelos Inspiradores I 2019-1-PT01-KA217-00010-1

Foram realizadas 12 ações presenciais, 8 ações online, vídeos e ações de sensibilização interativas que envolveram alunos, professores, comunidade escolar em geral, grupos de jovens desfavorecidos, assim como utentes de instituições particulares de solidariedade



social. Foram ainda realizados dois encontros online com os Municípios de Paredes e Vila Real. Santa Maria da Feira recebeu ainda o Prémio Inclusivo E+, atribuído pela Agência Nacional Erasmus+, pelo seu trabalho desenvolvido em prol da Inclusão e Equidade.

1.9 Qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação

1.9.1 “Sessões de Mentoria – Entender o Autismo”

Com o objetivo de capacitar a comunidade em geral na compreensão e aceitação das características próprias do autismo, este serviço esteve disponível para a toda comunidade educativa (familiares, docentes e não docentes) e visa a promoção da partilha de técnicas e estratégias específicas, para que os diferentes intervenientes da comunidade educativa se sintam mais seguros na forma de lidar com os desafios diários com que são confrontados e assim, possam contribuir para o desenvolvimento das potencialidades da criança com perturbação do espectro do autismo. Foram 6 os participantes.

1.9.2 “O Teatro- experimentação e Estreia” | Formação Acreditada para professores

Formação acreditada para professores com código de recrutamento 100 e 110, na EB Badoucos, Souto, sede do Teatro Quadrilha - Associação Cultural. Foram 32 os participantes.

1.9.3 Jornadas de Educação “da escola que temos à escola que queremos”

As XIV Jornadas da Educação aconteceram nos dias 21, 23 e 24 de outubro de 2020 no Europarque e na Plataforma ZOOM. Estas Jornadas contaram com cerca de 389 inscritos, distribuídos pelos três dias do evento. No âmbito do evento foram discutidas temáticas como “A resposta da escola aos desafios da Covid-19” e “A Digitalização Na Educação”, entre outros. Adicionalmente foram dinamizados 4 workshops subordinados aos temas: “O Crescer d’as/n’as Emoções”; “Autismo no contexto escolar”; “Plataforma EDUFEIRA – EDUCAÇÃO 5.0” e “Programar Micro:bits online”.

- **DIVISÃO DE DESPORTO E JUVENTUDE**



❖ DESPORTO

Tomando por base os Eixos de intervenção previstos no Plano de Atividades:

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Eixo IV – Apoio à Organização de Atividades Desportivas

E apesar do momento pandémico que assolou o país no ano de 2020, ainda assim foram diversas as concretizações (alguns eventos desportivos, requalificações de equipamentos, documentos e ações estratégicas) encetadas pelo Gabinete de Desporto no último ano.

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Desporto Fazemos Bem

Por mais um ano, o Município colocou em prática todas as démarches (reunião com os clubes para gerir o calendário/época, elaboração de material promocional, apresentação do Programa), que engloba: runforfeira, Eventos de BTT, Cicloturismo, Night Runners e Parque a Mexer, e que pretende relevar a importância do exercício físico e fomentar a prática do mesmo, seja ele de carácter formal ou informal.

No desenvolvimento destes programas deu-se continuidade às parcerias com as instituições locais: Juntas de Freguesia, Associações e Clubes, tendo a autarquia colocado à disposição a execução, o planeamento, a coordenação, bem como a comunicação, recursos humanos, e toda a logística inerente às provas/atividades. O objetivo primordial é o aumento da prática desportiva generalizada, pela população.

Com mais de 100 eventos programados, foram poucos aqueles que acabaram por se realizar, por força da pandemia.

Houve sempre um acompanhamento constante da situação com as organizações, alguns eventos foram sendo remarcados ao longo do ano, infelizmente, foram poucos aqueles que chegaram a acontecer.

RunforFeira – Circuito de Trail Treinos Abertos

Acabou por apenas se realizar a 1ª etapa – Trepas Trilhos Carnavalesco, que decorreu no dia 23 de fevereiro na UF Caldas e Pigeiros, com trezentos participantes entre a caminhada de 10km e a corrida de 17km.



Programadas: 7
Realizadas: 1
Participantes: 300

Runforfeira – Trail

Acabou por apenas se realizar o evento “Last Man Standing”, que decorreu no dia 05 de janeiro no Parque da Cidade de Lourosa, e que contou com a presença de cem participantes.



Programadas: 7
Realizadas: 1
Participantes: 100

Runforfeira – Corridas

Apesar de algumas tentativas de reagendamento, acabou por não se chegar a realizar nenhuma atividade.

Programadas: 16
Realizadas: 0

Runforfeira – Andar a Pé

Apesar de algumas tentativas de reagendamento, acabou por não se chegar a realizar nenhuma atividade.

Programadas: 58

Realizadas: 0

Corridas Virtuais

A Corrida Virtual “Trilhos Termiais Strava Challenge” decorreu na Vila Termal de Caldas de S. Jorge entre o dia 29 de junho e o dia 12 de julho de 2020.

Tratou-se de uma iniciativa sem inscrição obrigatória, em que cada participante podia escolher o dia e o horário de participação, sempre com respeito absoluto pelas recomendações da Direção Geral da Saúde e pelas normas legais sobre a prevenção da Covid’19 em vigor.



Impedidas que estavam as organizações de estimular o ajuntamento de pessoas, as Corridas Virtuais acabaram por ser a via alternativa para que algumas provas tivessem acontecido.

Além desta corrida (Trilhos Termiais), outras se propuseram realizar virtualmente (Trilho dos Pernetas – Raide ao Camouco e Ponte dos Três Arcos Virtual), mas acabaram por não ter a necessária autorização da autoridade de saúde.

Cicloturismo

No âmbito deste programa municipal, de planificação anual, as atividades realizadas ocorrem maioritariamente nos meses de abril a outubro. Foram agendados 11 passeios de bicicleta, com percursos redondos em várias freguesias do concelho e concelhos vizinhos. Numa vertente cooperativa com o associativismo concelhio, definiram-se rotas numa perspetiva de lazer e prática de atividade física. Devido à pandemia, e às necessidades de

distanciamento social, imprescindíveis para combatê-la, estas motivaram a suspensão da realização dos passeios de cicloturismo.

Programadas: 11
Realizadas: 0

Eventos de BTT

O BTT é uma das modalidades mais praticadas, a nível informal, no nosso concelho. Desta forma, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com várias associações do concelho, continua a promover e potenciar um conjunto de eventos organizados, uns de cariz competitivo, outros de lazer.

Devido aos constrangimentos causados pela pandemia 10 das atividades programadas não se realizaram.



Programadas: 12
Realizadas: 2
Participantes: 711

Night Runners

Trata-se de uma atividade desportiva informal realizada todas as quartas-feiras, dirigida à população em geral. Considerando a importância da realização e da oferta de atividade física informal para a população, o município tem como objetivo dar continuidade a projetos desta natureza. A cidade de Santa Maria da Feira acolhe uma média de 60 participantes todas as quartas-feiras, com concentração junto à Alameda do Tribunal. No total foram realizadas 10 iniciativas, num total aproximado de 600 participantes.

Face à situação pandémica e às normas emanadas pela DGS, esta atividade foi suspensa a partir da segunda quinzena de março.

Treine Em Casa

De forma a combater o sedentarismo provocado pela quarentena, e consciente da importância do exercício físico como garante para a saúde física e mental, o Gabinete de Desporto estabeleceu uma parceria com os ginásios e health clubs do concelho de Santa Maria da Feira devidamente certificados, partilhando nas suas redes sociais publicações com treinos indoor, por forma a serem utilizados de forma gratuita pelos cidadãos.



Além das atividades calendarizadas e das atividades regulares/semanais para a população em geral, ao longo do ano a autarquia promoveu ainda diferentes atividades dirigidas especificamente a pessoas com deficiência, com o intuito de fomentar a integração deste público alvo. Destacam-se os projetos: Desporto com Vida, Desporto Plural e Desporto Plural nas Escolas

Desporto com Vida

A autarquia tinha planeado promover 4 atividades dirigidas para pessoas com deficiência. Com este projeto pretendia-se proporcionar novas e diferentes experiências à população alvo, bem como estimular a sua integração.

Devido aos constrangimentos causados pela pandemia todas as atividades programadas acabaram por não se realizar.

Desporto Plural

Projeto de inclusão pelo Desporto promovido pela Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência e o Gabinete de Desporto da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Futsal, ténis de mesa, boccia e natação são as modalidades que o projeto oferece aos seus participantes.

Durante o ano de 2020 o projeto decorreu até ao mês de março, sendo posteriormente interrompido pelas restrições impostas pelo governo e autoridades de saúde, uma vez mais derivadas da pandemia Covid'19.

Durante este período de interrupção do projeto foram realizados contactos permanentes com os elementos participantes no mesmo (atletas, treinadores, instituições) antevendo a sua retoma de forma adaptada e condicionada, assim o levantamento das restrições o permitisse.



Número de participantes ativos no projeto	70
---	----

Desporto Plural nas Escolas

O “Desporto Plural nas Escolas” possibilita à comunidade escolar a oportunidade de contactar com diferentes modalidades paraolímpicas e de experimentar os desafios inerentes à prática das mesmas, envolvendo-a ativamente na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Esta iniciativa decorre na semana final de cada período letivo do calendário escolar, de acordo com as inscrições realizadas pelas escolas.

De forma a adaptar o projeto às restrições impostas pela pandemia Covid'19, foi cedido o material das modalidades adaptadas aos professores/escolas interessados, para dinamização com os alunos.



Número de sessões dinamizadas com as escolas, em 2020	3
---	---

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Pavilhões Municipais

Ao Gabinete de Desporto cabe a gestão direta de 4 pavilhões municipais (Arrifana, Fiães, São João de Ver e Mozelos).

Estes espaços desportivos são utilizados por mais de 35 entidades no desenvolvimento das suas modalidades desportivas, com uma ocupação semanal superior a 70 horas por instalação, o que perfaz mais de 13000 horas anuais.

Além de treinos e jogos, são ainda acolhidos diversos eventos.

No ano de 2020, e a partir do dia 14 de março, motivado pelo Covid'19, estes espaços foram encerrados para a prática desportiva, cumprindo as diretivas nacionais, as quais foram sendo monitorizadas a cada momento, consoante existia (ou deixava de existir) autorização para a prática desportiva, atendendo aos níveis de risco de cada modalidade.

Desde muito cedo começaram a ser elaborados e implementados os Planos de Contingência, baseados nos normativos da DGS – Direção Geral de Saúde.

Além do envio desta documentação, foram realizadas reuniões de esclarecimento com as associações e clubes que utilizam os pavilhões municipais, bem como enviados tutoriais das regras de utilização desses equipamentos, tendo por base os referidos planos de contingência.

Noutra perspetiva, alguns dos pavilhões foram ajustados para dar resposta a outras necessidades no âmbito do Covid'19, dando-se como exemplo o Pavilhão Municipal de

Fiães, onde foi criado um Centro de Rastreio Covid'19, ou o Pavilhão Municipal de São João de Ver, transformado em espaço de apoio para os utentes da Casa Ozanam.

Durante o período de pausa foram realizadas intervenções de manutenção em todos os pavilhões.

Porque a monitorização técnica foi constante, sempre que se verificou a autorização de abertura por parte de Decreto do Conselho de Ministros e Normas da DGS (em alguns casos com restrições de horários, ou a modalidades, ou a escalões), as Associações e Clubes tiveram a possibilidade de retomar a atividade desportiva de imediato.



4 Pavilhões Municipais		
Entidades	Horas por instalação	Eventos
2		Matiné Dançante – Movimento e Bem Estar (A questão pandémica impediu a realização de mais eventos)

4 Pavilhões Municipais		
Entidades	Horas por instalação	Jogos
15	+75 horas	+50 Jogos De 1 de Janeiro a 14 de Março (A questão pandémica impediu a realização do restante calendário de treinos e jogos)

Pista Municipal de Atletismo de Lourosa

Tal como em relação aos pavilhões, o necessário plano de contingência para a Pista Municipal de Atletismo de Lourosa foi elaborado, conforme os normativos da DGS – Direção Geral de Saúde. Além da realização reuniões de esclarecimento com as associações e

clubes que utilizam este equipamento, foi igualmente enviado tutorial das regras de utilização, tendo por base o referido plano de contingência.

Porque também aqui a monitorização técnica foi constante, sempre que se verificou a autorização de abertura por parte de Decreto do Conselho de Ministros e Normas da DGS (em alguns casos com restrições de horários, ou escalões), as Associações e Clubes tiveram a possibilidade de retomar a atividade desportiva de imediato.

Pré pandemia, teve lugar neste equipamento desportivo o Torneio Inter-Seleções Infantis, que decorreu no dia 22 de fevereiro. A atividade contou com as seleções de Aveiro, Braga, Coimbra, Castelo Branco, Leiria e Porto.



Pista Municipal de Atletismo de Sanfins

No âmbito da requalificação do Complexo Desportivo de Sanfins foram realizados os projetos de especialidades, os quais se encontravam no final do ano no revisor do projeto.



Outros Equipamentos Desportivos

Piscina Municipal de Canedo, Pavilhão da Casa do Povo – Fiães, Pavilhão de Lobão/Gião: em fase de projeto e/ou de concurso, para construção e requalificação, consoante os casos.

Programa municipal de requalificação de polidesportivos em espaço público

Este programa começou a ser delineado no final do ano de 2019 e arrancou no ano de 2020.

Durante o ano de 2020 foram visitados todos os polidesportivos que se encontram em espaço público e definidos os critérios de priorização.

Todos os polidesportivos foram inseridos numa escala de requalificação dividida em 3 fases de intervenção.

Das quinze instalações enquadradas na 1ª fase de requalificação, três foram requalificadas, duas encontravam-se em concurso público, uma em fase de elaboração do procedimento de empreitada para concurso, sete aguardavam pelo início da elaboração do procedimento de empreitada para concurso e duas em fase de conclusão do processo interno a solicitar o procedimento de empreitada.



Requalificação dos parques infantis em espaço público

Durante o ano de 2020, e de forma a dar resposta à necessidade dos parques infantis cumprirem com a legislação e normas europeias em vigor, através de visitas técnicas foi realizado o levantamento de todos os parques infantis em espaço público do concelho de



Santa Maria da Feira, para elaboração de relatório técnico e proposta de intervenção para a requalificação destes espaços.

Este trabalho culminou na requalificação de diversos espaços de jogo e recreio representados na seguinte tabela:

Dados gerais - Parques Infantis em espaço público	
Nº total de parques Infantis em espaço público	44
Nº de parques infantis requalificados no ano de 2020	4
Nº de Parque Infantis em fase de início de obra	9
Nº de Parques infantis a levantamento de necessidades para concurso público	1
Nº Parque Infantis desmantelados e/ou com indicação para desmantelar em 2020	5

No total foram realizados os procedimentos de contratação pública para a requalificação de 14 parques infantis, no valor aproximado de 169 000 euros.

Simultaneamente foram realizados os trabalhos de:

- Articulação com as juntas de freguesia das intervenções realizadas e a realizar nos espaços de jogo e recreio;
- Atualização dos livros de manutenção dos parques infantis de propriedade do município;
- Articulação com a proteção civil na manutenção dos parques infantis encerrados de acordo com a resolução do Conselho de Ministros em resposta ao controlo da pandemia Covid'19;
- Levantamento de necessidades e orçamentos para requalificação de novos parques infantis para o ano de 2021;



Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Plano de apoio ao desporto – PAD

Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens

Como forma de promover o aumento dos escalões de formação bem como a ampliação da oferta desportiva celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para compartilhar nos encargos com a filiação de praticantes desportivos através do pagamento das despesas efetuadas com inscrições, cartões, transferências, filiação do clube e seguro desportivo de todos os atletas masculinos dos escalões de formação e de todos os escalões os escalões femininos bem como no caso da modalidade de basquetebol os encargos com as arbitragens, até ao escalão sénior.

Candidaturas contempladas	43
---------------------------	----

Medida 2 - Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais

A medida enquadra promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto, designadamente: o fomento da prática desportiva nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento da oferta da diversidade de



modalidades desportivas, bem como ao incentivo da dinâmica do movimento associativo no município na área do desporto. Apresentaram candidaturas, às atividades regulares, 13 entidades desportivas, com especial incidência nas seguintes modalidades: Basquetebol, Hóquei em Patins, Ciclismo, Andebol, Ténis, Voleibol, Futsal, Hóquei em campo, Ténis de mesa e Atletismo.

Na vertente de apoio no âmbito das atividades pontuais concorreram 13 associações para realização de eventos desportivos: Torneio Dia Amigo, Torneio Duplas Românticas/Duplas Mistas, Campos Férias, Academia Cup, IV Torneio Cotesi Cup Internacional, Argoncilhe Cup'20, 2º Torneio Associação Desportiva e Cultural de Lobão (futebol), Torneio Inter Escolas do Ensino Básico de Fiães e Juntas de Freguesia, XLV Mini Olimpíadas Concelhias de Santa Maria da Feira, 14º Passeio Road Book por Terras de Santa Maria, Feira Handball Cup, Torneio Internacional da Páscoa e Torneio de Pré-Época, Torneio de Páscoa, III Torneio Internacional de Minibasquetebol de Terras de Santa Maria e Torneio de Apresentação e Festa de Natal, 40º Grande Prémio de Formula Rolamentos, 15º Torneio Nacional de Ténis de Mesa e Torneio Forte Paixão, 29ª Volta às Terras de Santa Maria – Troféu Fernando Mendes, Torneio “Os Joãozinhos”.

Através da realização destes eventos foi possível aos atletas e participantes um ambiente de competição e divulgação do concelho. Pese embora a vontade expressada, a maior parte das atividades propostas não puderam ser realizadas, motivadas pelas conjunturas sanitárias vivenciadas durante o ano de 2020, tendo por isso sido proteladas no tempo.

Candidaturas contempladas	13
---------------------------	----

Medida 3 - Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade

Como forma de promover as atividades regulares e com o objetivo de possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva por parte dos cidadãos com deficiência ou incapacidade, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que realizaram e/ou programaram ao longo de 2020 atividades regulares para pessoas com deficiência.

Candidaturas contempladas	5
---------------------------	---

Medida 5 - Cedência de espaços desportivos

Através desta medida visa-se a promoção da prática desportiva disponibilizando períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares às entidades desportivas.



A autarquia, através da realização de contratos-programa e/ou contratos de cooperação com as entidades gestoras das instalações desportivas, cria uma bolsa de horários de utilização das instalações e disponibiliza-os às entidades interessadas para a prossecução das atividades físicas e desportivas. Disponibilizaram-se 200 horas semanais de utilização gratuita a 19 entidades desportivas.

Candidaturas contempladas	19
---------------------------	----

Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos / b) Manutenção de campos de jogos de relva natural

Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção de campos de jogos de relva natural. Como forma de promover e dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem campos de jogo em relva natural.

Candidaturas contempladas	7
---------------------------	---

Apoio para a manutenção de pavilhões gimnodesportivos

Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção de pavilhões gimnodesportivos. Como forma de promover e dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem este tipo de instalação desportiva.

Candidaturas contempladas	4
---------------------------	---

Programa de apoio à construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas

Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas.

Candidaturas contempladas	3
---------------------------	---

Obras de Requalificação de Instalações Desportivas

Durante o ano de 2020, concederam-se apoios para intervenção ao nível de infraestruturas desportivas existentes, para que estas pudessem prover as melhores condições para a



prática desportiva, proporcionado aos atletas e restante população as melhores condições de treino e prática desportiva, tornando-as mais modernas e seguras.

No âmbito destes apoios, a Câmara celebrou protocolos com as seguintes entidades:

- Mosteirô Futebol Clube – celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito do projeto de requalificação do campo de futebol;
- Relâmpago União Futebol Clube Nogueirense – celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito da instalação da rega automatizada e drenagem no relvado do campo de futebol;
- GRIB - celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito das obras de melhoramento da cobertura do pavilhão e da implementação das medidas de proteção contra incêndio;
- ADC Sanguedo - celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito das obras de melhoramento do campo de futebol de 7;
- Junta de Freguesia de Escapães - celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito das obras de melhoramento do campo de futebol;
- Junta de Freguesia Santa Maria de Lamas - celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito do projeto de construção de balneários e bancada do complexo desportivo;
- Junta de Freguesia de Canedo, Vale e Vila Maior - celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito das obras de reabilitação do pavilhão gimnodesportivo.

Número de apoios contemplados	7
-------------------------------	---

Quadro Resumo dos Apoios Atribuídos, no ano 2020:

	Número de Candidaturas	Valor total
Medida 1 _ PAD	44	169 380,32 €
Medida 2 _ PAD - Regulares	13	124 966,15 €
Medida 2 _ PAD Pontuais	13	35 000,00 €
Medida 3 _ PAD	5	10 000,00 €



		Horas semanais	Total horas	
Medida 5 _ PAD	19	200	8000	
	Horas em equipamentos municipais	98	3920	
	Horas adquiridas	102	4080	40 800,00 €
Medida 6 _ PAD	7			138 600,00 €
Programa de Apoio à Construção ou Renovação de Campos de Relvado Sintético em Instalações Desportivas	3			297 755,40 €
Apoio à Manutenção de Pavilhões Gimnodesportivos	Nº de apoios concedidos			24 000,00 €
	4			
Apoio a Obras de Requalificação de Instalações Desportivas	Nº de apoios concedidos			114 571,95 €
	7			
Valor Total Atribuído:				955 073,82 €

Revisão do Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto

Por forma a reforçar os apoios existentes, de ir ao encontro das necessidades das associações desportivas concelhias, bem como de ampliar os apoios ao desporto feminino e desporto adaptado, pelo Gabinete de Desporto foi elaborado um esboço de novo regulamento para o PAD – Programa de Apoio ao Desporto durante o primeiro trimestre do ano, o qual foi apresentado, através de uma reunião de auscultação com todas as associações concelhias, no dia 8 de junho, para que estas se pudessem pronunciar e acrescentar eventuais propostas de melhoria que não estivessem contempladas no referido documento.

O projeto de Regulamento acabou por ser aprovado em reunião ordinária de Câmara, a 17 de julho, e publicado em DRE a 11 de agosto, para consulta pública.

Considerando que durante o período de apreciação pública, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, na sua redação atual, não foram apresentadas por escrito quaisquer sugestões, foi deliberada, na reunião ordinária de Câmara de 06 de outubro a aprovação da versão definitiva do regulamento do



PAD – Programa de Apoio ao Desporto. Subsequentemente, foi o mesmo aprovado em Assembleia Municipal, a 05 de dezembro.

O documento final do novo Regulamento do PAD – Programa de Apoio ao Desporto foi enviado para publicação em DRE em dezembro de 2020.



Eixo IV – Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Ao longo do ano a autarquia tinha previsto colaborar com diversas organizações e eventos de cariz desportivo, mas muitos deles não chegaram a acontecer por motivo das limitações e constrangimentos causados pela pandemia.

Elencam-se algumas dessas iniciativas:

- Parque a Mexer
- 14º Passeio Road Book por Terras de Santa Maria
- Concentração Super Carros
- Feira Handball Cup
- Warriors Night Kickboxing Canedo
- Porto/Gaia Granfondo
- Campeonato Nacional Boccia Sénior
- MiniOlimpíadas Concelhias de Santa Maria da Feira
- Torneios de Futebol de Escalões de Formação
- III Descida Mais Louca da Malápia
- I Torneio de Baseball do Centro Luso Venezuelano
- Concurso Internacional de Saltos – Hipismo
- Fase Final de Sub 18 Masculinos, Basquetebol
- Campeonatos Nacionais Wushu 2020
- Fase Final de Campeonatos Nacionais de Ténis de Mesa
- IV Encontro Desportivo Inter-Escolas de Rio Meão
- Volta às Terras de Santa Maria – Troféu Fernando Mendes

Ainda assim, e em especial nos primeiros dois meses do ano, outros acabaram por ter lugar: Apresentação da Equipa Continental Profissional Feirense e das equipas de formação Santa Maria da Feira/Segmento D'Època/E.leclerc, no dia 06 de março, no auditório da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, que contou com os ciclistas profissionais e as jovens promessas do ciclismo nacional.



Corta-Mato Regional do Desporto Escolar em Santa Maria da Feira.

Na zona envolvente das Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira realizou-se mais uma edição do Corta Mato da Coordenação Local de Desporto Escolar de Entre Douro e Vouga, no dia 29 de janeiro de 2020, e que contou com o apoio da Câmara Municipal e Feira Viva EM.

Esta prova envolveu cerca de mil alunos oriundos de 36 escolas da Coordenação Educativa de Entre Douro e Vouga que têm Desporto Escolar (Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra), abrangendo os escalões etários de Infantis A e B, Iniciados, Juvenis e Juniores, masculinos e femininos.

Este evento é a continuidade do trabalho realizado nas escolas onde já se realizaram provas de Corta Mato e nas quais foram apurados os seis primeiros classificados em cada escalão. Todos os alunos do escalão Juvenis classificados até ao terceiro lugar foram apurados individualmente para o Corta Mato Nacional.

Outros Eixos de Intervenção:



Percursos Pedestres – Santa Maria da Feira

Num território como Santa Maria da Feira, com cerca de 216km², a oferta natural é muita e diversificada e, por isso, a Câmara Municipal disponibiliza distintos percursos pedestres que a população pode experienciar.

Com este novo projeto, o município pretende desenvolver uma rede municipal de trilhos de natureza que no futuro venham a ser todos sinalizados e homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Num levantamento iniciado no ano de 2020, o ano fechou com a existência já de treze percursos em permanente atualização, um pouco por todo o concelho.



Eixo Atlântico

Enquanto membro do grupo de trabalho do desporto, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou em várias reuniões do Eixo Atlântico, tendo ficado decidido que no ano de 2020 não existiam condições para a realização dos torneios anuais nem do seminário de boas práticas de inclusão através do desporto, no qual estava inclusivamente prevista a apresentação do nosso projeto municipal Desporto Plural.

Gala do Desporto

A Câmara de Santa Maria da Feira organiza anualmente a sua Gala do Desporto, na qual são entregues prémios de desempenho desportivo a atletas, agentes desportivos e entidades que se enquadrem em ações do Associativismo Desportivo de Santa Maria da Feira, com o intuito de reconhecer e divulgar o mérito desportivo concelhio.

Em 2020 foram 17 as categorias, abertas a candidaturas.

Pelo decretar do estado de emergência em resposta à pandemia Covid'19, a cerimónia não pôde ser realizada, optando-se, ainda assim, pela divulgação pública de todos os nomeados para a Gala do Desporto 2020, assim como a divulgação nas redes sociais do município de uma mensagem institucional de reconhecimento do Presidente da Câmara Municipal a assinalar a data em que se realizaria a cerimónia.

Número de candidaturas	181
------------------------	-----



Carta Desportiva

Nos termos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º5/2007, de 16 de Janeiro, é prevista a elaboração da Carta Desportiva Nacional, documento esse que reúne um compêndio de dados descritores da conjuntura desportiva nacional, com referência a fatores como as “instalações desportivas, os espaços naturais de recreio e desporto, associativismo desportivo, hábitos desportivos, condição física das pessoas; e o enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género”.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira propõe-se a rever a sua Carta Desportiva Municipal, documento que compreenderá os dados referentes à prática desportiva no município, desde o levantamento de todas as instalações existentes, detalhando a sua propriedade, gestão, características e condições infraestruturais; o movimento associativo feirense, compendiando todas as associações, clubes e coletividades do município, as



modalidades oferecidas e a descrição das faixas etárias e géneros que as praticam; bem como uma caracterização física e demográfica do concelho, de forma a enquadrar a informação.

Para tal, foi dado início a este processo, através da definição da metodologia de trabalho, cronograma e objetivos.

No final do ano de 2020 foram realizadas reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia (18 de novembro) e associações/clubes desportivos (22 de dezembro), nas quais foram apresentadas a metodologia colaborativa proposta para elaboração do referido documento.

❖ JUVENTUDE

O Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem vindo a desenvolver programas, projetos e iniciativas de/para e com os jovens, cumprindo o plano de atividades e assumindo a transversalidade das políticas de juventude.

Apesar da pandemia, os resultados alcançados no ano 2020 demonstram a articulação do Gabinete com diversos departamentos municipais, associações juvenis e de estudantes, grupos informais de jovens bem como diferentes instituições e organismos públicos e privados, de carácter local, regional, nacional e internacional que trabalham esta temática, com recurso ao diálogo estruturado e a ferramentas de educação não formal, destacando-se os seguintes projetos:

Jovem Autarca

Jovem Autarca é um projeto educativo que visa potenciar comportamentos de cidadania ativa e governança partilhada, valorizando as opiniões dos jovens e as suas perspetivas para o futuro. O âmbito primordial de intervenção é a educação para a cidadania, pretendendo capacitar os jovens ao nível das competências de comunicação, relações interpessoais, tomada de decisão, negociação e liderança, e promover uma participação ativa dos jovens nas decisões políticas do concelho, incentivando-os a desempenhar o papel de porta-voz dos seus pares.

Ao longo de 2020, a equipa da sexta edição do projeto, afetada pela pandemia, reuniu-se semanalmente via online, adaptando os seus projetos, concretizando medidas que consideraram fulcrais para os jovens feirenses.

Os jovens desenvolveram os seguintes projetos:

Projetos Desenvolvidos
Vídeo Sensibilização – COVID19
QuarenTEEN – Chá das 5 com ... - 8 Entrevistas de Abril a Junho
Vídeo Balanço – Pós Quarentena
Cinema Drive-IN Santa Maria da Feira – 300 inscrições em menos de 24 horas

Em setembro realizou-se o habitual Encontro Anual Jovem Autarca, que contou com a presença de 25 jovens ex-participantes no projeto e que decorreu no DiverLanhoso.

Em outubro iniciou-se a preparação da sétima edição, que tendo em conta as questões pandémicas teve de ser estruturalmente adaptada. Independentemente das dificuldades existentes, decorreu o período de campanha eleitoral, apresentação pública das propostas eleitorais nas redes sociais, dia das eleições e tomada de posse.

No final de 2020, os jovens participantes da sétima edição iniciaram as suas reuniões de trabalho e começaram a trabalhar nas suas propostas a implementar.



SMF Youth Days

Em virtude da situação pandémica, os SMF Youth Days - semana dedicada à juventude, que decorreu de 6 a 10 de julho – foi adaptada ao formato digital, promovendo ao longo da semana, workshops online e uma interação constante com a comunidade juvenil através das redes sociais.



SMF Youth Talks

As SMF Youth Talks apresentaram-se de novo como um conjunto de conversas informais, em locais improváveis, de natureza formativa, pedagógica e construtiva, através das quais se pretenderam potenciar momentos de aprendizagem, partilha, consciencialização e crescimento.

As temáticas foram variadas e definidas em função de problemáticas sensíveis e atuais, procurando despertar a sensibilidade, reflexão e consciencialização crítica dos jovens.

Na 2ª edição das SMF Youth Talks, que decorreram nos dias 12, 19 e 26 de setembro, estiveram envolvidos 90 jovens.



2ª Edição SMF Youth Talks – 90 participantes, 30 jovens por sessão			
Tema	Data	Local	Freguesia
À descoberta do Mundo	12 de Setembro	Margem do Rio Inha	Canedo
Inteligência Artificial	19 de Setembro	Armazém Eurotagar	Arrifana
Novas Gerações	26 de Setembro	Primário	Fiães

Free Your heART

Devidamente adaptado, o concurso Free Your heART – II Edição – é um projeto de âmbito concelhio que visa incentivar diferentes talentos e promover a sensibilização dos jovens para a vertente artística.

Após a seleção das 30 melhores obras, culmina numa exposição em espaço público e que circula igualmente pelos recintos escolares. Contou com a participação de dezenas de jovens e culminou com a cerimónia de entrega de prémios e respetiva inauguração da exposição, que teve lugar no Europarque no dia 18 de setembro.



Desafia-TE

O projeto Desafia-TE é um projeto de prevenção secundária na área educacional numa perspetiva comunitária e inclusiva, promovido pelo Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos que manifestam claros indicadores de desmotivação e insucesso escolares, que se podem traduzir em risco de abandono escolar precoce.



O Projeto Desafia-TE, na edição de 2020, contou com a participação de 22 jovens provenientes de 9 Escolas Básicas pertencentes a 8 Agrupamentos de Escolas. Através do método de ensino não formal, os 22 jovens selecionados para este projeto tiveram a oportunidade de participar em 9 sessões presenciais desenvolvidas por agentes educadores locais, com vista à aquisição de diferentes competências e experiências de aprendizagem.

Janeiro a Junho – edição 2019/2020		
9 sessões presenciais em diferentes freguesias	6 sessões online	15 participantes (média de participação em 15 atividades)

Setembro a Dezembro – edição 2020/2021	
14 entidades parceiras	Entrevistas a 20 jovens de 7 Agrupamentos de Escola
	16 jovens selecionados

O projeto Desafia-TE sofreu alterações a partir do mês de março, devido ao aparecimento do Covid'19, e desta forma foram criadas estratégias para que o projeto tivesse continuidade através de sessões online. Pretendendo que o Desafia-TE continuasse a ser um espaço de relação com o grupo e de aquisição de aprendizagens, foi criado o programa “Desafia-TE em casa”, através do qual foram propostas algumas atividades/desafios que resultaram em 6 sessões online.

Foi possível a realização dos desafios cumprindo as recomendações da Direção Geral de Saúde, mantendo-se os jovens em casa e cumprindo o distanciamento social e confinamento.

A partir do mês de setembro deu-se início ao processo da nova edição do projeto, Desafia-TE 2021. Foram realizadas reuniões com os psicólogos/as das escolas, entrevistas aos jovens, seleção dos jovens, reunião com os Encarregados de Educação tendo ainda acontecido a primeira sessão do Projeto, de forma presencial.



Ciclo de Workshops – Jovens Criativos

O Ciclo de Workshops – Jovens Cri@tivos é um conjunto de workshops de natureza recreativa, lúdica e pedagógica, com uma oferta de ateliers, workshops e formação nos períodos de interrupção letiva, aberto a todos os jovens, com vista a desenvolver e potenciar a criatividade nas diferentes artes (música, dança, design, teatro, etc.).

Destina-se a jovens das mais diferentes faixas etárias, procurando responder a diferentes desejos e expectativas de ocupação de tempos livres. As atividades são diversas e pretendem resultar em momentos de socialização, aprendizagem e diversão.

Workshops Páscoa 2020 – 6 a 9 de abril: o Ciclo de Workshops Férias da Páscoa foi programado nos meses de fevereiro e março, tendo como temas: Workshop Gestão de Pessoas para o Sucesso, Workshop Cake Design, Workshop de Yoga e Workshop de Paintball.

Pelo facto de o país ter ficado em confinamento a partir do mês de março, devido à pandemia do Covid'19, os workshops acabaram por ser cancelados.

Workshops Férias Grandes 2020: inserido no projeto Youth Days, realizou-se um workshop online “Conquista as tuas coordenadas para uma carreira de sucesso” que aconteceu no dia 6 de julho.



Workshops Férias de Natal 2020: não foram realizados os workshops de Natal devido ao confinamento decretado pelo governo.

Projeto “A Par e Passo”

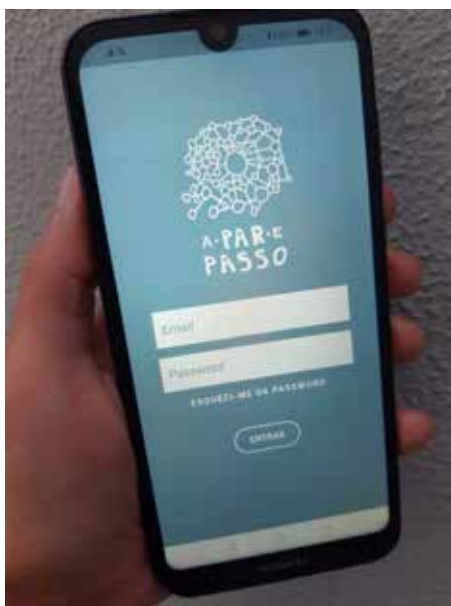
A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, enquanto investidor social no projeto “A Par e Passo”, deu continuidade ao trabalho desenvolvido no 2.º semestre de 2019, através do acompanhamento de todo o processo de implementação do projeto, assim como de adaptação do mesmo às circunstâncias de pandemia que todos vivemos.

Em constante articulação com a Rede Inducar, a equipa do Gabinete da Juventude do Município de Santa Maria da Feira participou (quer em formato presencial, como em formato online) na realização de várias reuniões de coordenação e nas reuniões com os professores do Agrupamento de Escolas envolvido, Arrifana. Essas reuniões permitiram a planificação de todas as atividades e o acompanhamento dos progressos no desenvolvimento da aplicação móvel e do projeto em si.



À semelhança do que aconteceu desde o início do desenvolvimento e implementação do “A Par e Passo”, o Município promoveu a disseminação do projeto, através das redes sociais e meios de comunicação locais, junto da comunidade educativa e de outros agentes da comunidade com potencial impacto no mesmo.

O Gabinete da Juventude participou ainda na organização dos 4 seminários previstos, sendo que apenas um foi realizado em formato presencial, outro em formato online e os restantes adiados.



Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos

O Programa Millennium de Bolsas de Investigação “Cidade e Arquitetura”, promovido pela Fundação da Juventude em colaboração com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, contemplou a Jovem Vanessa Batista, que irá desenvolver um trabalho direcionado ao concelho de Santa Maria da Feira com o tema: Um espírito novo, rumo a uma possibilidade de futuro: Mercado & Palácio da Justiça.



Imaginarium Participa

Em contexto de voluntariado, o Imaginarium Participa iniciou o seu processo de divulgação junto da comunidade jovem. Após ter recebido dezenas de inscrições, foi obrigado a informar todos os candidatos do cancelamento do Festival devido à situação pandémica vivida àquele momento.

Eurodesk Portugal

A Eurodesk é uma rede europeia de informação aos jovens e profissionais da área de juventude, sendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira um parceiro nacional da rede Eurodesk, disponibilizando este serviço junto dos jovens deste território. A Eurodesk oferece aos parceiros locais formação, ferramentas de informação, ajuda e apoio para facilitar a prestação da informação europeia de forma a também aumentar o acesso dos jovens a essa informação.

Em 2020, pelo Gabinete da Juventude foi feita a promoção da rede, cuja atividade mais visível foi o Quiz Eurodesk, realizado online durante os SMF Youth Days.



Outras valências do Gabinete da Juventude

Paralelamente às atividades e projetos organizados para e com os jovens, o Gabinete de Juventude mantém uma política de porta aberta, com: a referida representação Eurodesk; a Loja Europa Jovem em Santa Maria da Feira (serviço de informação europeia aos jovens para projetos de mobilidade); o Ponto Já (espaço de acesso à internet); o Balcão de Apoio às candidaturas Porta 65 (arrendamento jovem), e o Espaço OK (espaço de acompanhamento psicoterapêutico a jovens com consumos problemáticos de substâncias).



Mobilidade juvenil e candidaturas europeias

Relativamente ao ano de 2020 importa destacar, no que ao tema mobilidade juvenil e candidaturas europeias diz respeito, a participação de Santa Maria da Feira nas seguintes ações:

- Participação na rede Europe Goes Local (Noruega – março 2020).

- Intercâmbio da candidatura Erasmus+ “Evaluation” (Praga – Fevereiro 2020).
- A candidatura “Be Active – Shape Europe | BASE Project”, cofinanciada pelo programa “Europa para os Cidadãos” da União Europeia, viu adiados os dois intercâmbios previstos em 2020 na Grécia, continuando o trabalho até então desenvolvido online.
- No mesmo sentido, a candidatura “AGORA – Democratic Values & Culture in Europe”, adiou o intercâmbio previsto em 2020 para Chipre, para data a definir em 2021.
- A candidatura “Active Citizens”, do Programa Europeu “Urbact”, ainda teve a sua primeira reunião transnacional em Cento IT, em fevereiro de 2020. Todas as demais ações previstas acabaram por ser realizadas online (restantes reuniões transnacionais, Urbact E-University, Urbact Alumnii). O Grupo Local Urbact de Santa Maria da Feira foi constituído, tendo reunido inúmeras vezes, online.



Conselho Municipal de Juventude

Em 2020 foram realizadas três reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Juventude (a sessão de 16 de março foi cancelada devido ao início da pandemia).

Duas dessas reuniões foram presenciais (em julho, no exterior da LIT; em setembro, no foyer do Europarque, ambas com plano de contingência aprovado e cumprindo todas as normas da DGS).

Foi ainda realizada uma reunião online (em dezembro), que incluiu uma formação (8º Ciclo de Diálogo Jovem da União Europeia) do CNJ – Conselho Nacional da Juventude.



Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

Dando início aos trabalhos da **Banda sinfónica**, a 4 de janeiro realizamos o Grande Concerto de Ano Novo, no grande auditório do Europarque, com a participação do Coro da Academia de Música de Paços de Brandão e o Coro da Academia de Santa Maria da Feira e os solistas Iria Perestrelo e Pedro Rodrigues. Contou com uma assistência com cerca de 700 pessoas.



Direção Musical – Paulo Martins

O segundo estágio foi os Sinfoniónicos – Concertos comentados para as famílias, com o Pedro e o Lobo, interpretado pela **Orquestra Sinfónica** narrado pelo Professor Jorge Castro Ribeiro, no Cineteatro António Lamoso. Contou com a presença de 380 pessoas.

A obra central é o famoso conto musical Pedro e o Lobo, do compositor soviético russo Sergei Prokofiev. Trata-se de uma história de heroísmo e coragem que tem encantado gerações de ouvintes, jovens e adultos, desde a sua criação até ao presente. A obra sinfónica, que será apresentada pela Orquestra Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, com direção do maestro Paulo Martins e apresentação de Jorge Castro Ribeiro, é recorrente nos concertos para famílias e contam-se às dezenas as gravações e concertos de que tem sido alvo nos mais diversos países.

A qualidade da música e capacidade de aproximar o público da orquestra tornaram a obra sinfónica de Pedro e o Lobo num elemento obrigatório dos Sinfoniónicos. O programa do dia 16 de fevereiro, no Cineteatro António Lamoso, em Santa Maria da Feira, apostou-se numa forte componente lúdica e audiovisual, foi ainda complementado por 'Júpiter', o momento

mais empolgante de Os Planetas, do compositor inglês Gustav Holst, que mobiliza sempre o entusiasmo e a alegria das audiências.



Direção Artística – Jorge Castro Ribeiro

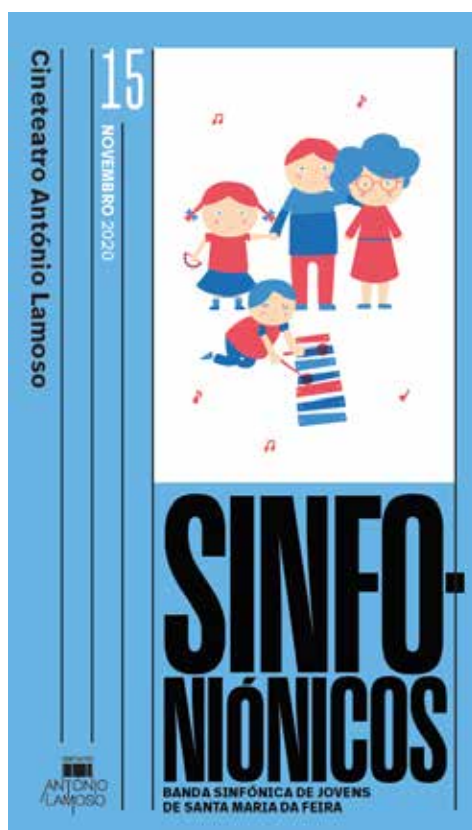
Direção Musical – Paulo Martins

Em março de 2020, com a entrada em confinamento provocado pela pandemia, o plano de atividades previsto para 2020 foi adiado. Entre julho e outubro houveram algumas tentativas de realização de concertos, mas que foram cancelados, e todo o plano de atividades teve de ser reajustado para o momento vigente.

O terceiro estágio foi realizado pela **Banda Sinfónica** de Jovens de Santa Maria da Feira, interpretando obras de Beethoven. Este concerto realizou-se a 15 de novembro, pelas 11:00 no Cineteatro António Lamoso.

No ano em que se celebram 250 anos sobre o nascimento de Beethoven propusemos, neste concerto, uma exploração da música deste grande compositor. Beethoven é um símbolo da

cultura ocidental e um exemplo de superação pela capacidade que teve de enfrentar a adversidade mais terrível que pode acontecer a um músico: a surdez. Apesar disso não deixou de compor música que pelo seu apelo humano e expressivo continua a animar e emocionar ouvintes em todo o mundo. De resto a União Europeia escolheu como Hino da Europa um excerto da sua Sinfonia nº 9 também conhecido como *Hino à Alegria*. Uma obra que celebra a fraternidade e o humanismo. A grande qualidade expressiva da música de Beethoven será aqui explorada não só em excertos de obras icónicas, como as sinfonias nºs 5, 7 e a Abertura Egmont, mas também através de uma obra contemporânea original – *Extreme Beethoven* - do compositor holandês Johan de Meij, que explora o universo musical de Beethoven numa leitura livre, com surpresas e uma criatividade apaixonante.



Direção Artística – Jorge Castro Ribeiro

Direção Musical – Paulo Martins

O quarto estágio, Concerto de Outono, foi realizado pela **Orquestra Sinfónica** de Jovens de Santa Maria da Feira interpretando obras de Haydn, Britten e Dvorak. Este concerto

realizou-se a 29 de novembro, pelas 11h no Auditório da Tuna de Mozelos. Estiveram presentes cerca de 70 pessoas.



Direção Musical – Paulo Martins

O quinto estágio, Concerto de Natal foi realizado pela **Banda Sinfónica** de Jovens de Santa Maria da Feira. Este concerto realizou-se a 18 de dezembro, pelas 21:00 na Igreja de São João de Ver. Estiveram a assistir cerca de 180 pessoas.



Direção Musical – Paulo Martins

Além dos 5 estágios que foram realizados, foi realizada uma gravação de um pequeno ensemble da banda sinfónica com músicas de Natal, com o intuito de serem difundidas pelas escolas e IPSS do concelho, com a mensagem calorosa do presidente da câmara Emídio Sousa.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

1ª EDIÇÃO
MAIO 2021
Rt.PlnPPRCIC01

SANTA MARIA DA FEIRA



santa maria da feira câmara municipal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	05
ÂMBITO	06
METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS	07
ANÁLISE À EXECUÇÃO DO PLANO	09
CONCLUSÕES	38
RECOMENDAÇÕES	39
LISTA DE ABREVIATURAS	40

INTRODUÇÃO

Em cumprimento com o disposto na Recomendação do Conselho de Prevenção de Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF) procedeu à elaboração do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), doravante designado por Plano, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 24 de agosto de 2020.

A recomendação referenciada sobre a elaboração do PPRCIC define que: a) sejam identificados, relativamente a cada área ou departamento, os riscos de corrupção e infrações conexas; b) com base na identificação dos riscos, sejam indicadas medidas que previnam a sua ocorrência; c) sejam definidos e identificados os vários responsáveis envolvidos na gestão do Plano; d) sejam definidas metodologias de acompanhamento e monitorização; f) seja elaborado um relatório anual sobre a execução do Plano.

A preparação e elaboração do Plano assinalou o início de um processo dinâmico que envolveu contributos de todas as unidades orgânicas que integram a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Do Plano aprovado constava a obrigatoriedade de envio para aprovação de um relatório de execução anual, a elaborar pelo GQA, juntamente com a restante equipa designada para o efeito, e por cada um dos responsáveis das medidas definidas, até ao 15º dia do mês de março. Porém, decorrente da pandemia COVID-19, só na presente data se conseguiu concluir o documento, dado que, não foi possível reunir atempadamente todas as informações necessárias para o efeito.

Neste sentido, tendo em consideração o Plano em vigor em 2020 e a pretensão de elaborar o relatório anual, foi efetuada uma monitorização/acompanhamento com o objetivo de analisar e avaliar o seu grau de implementação e, por outro lado, aferir a necessidade de revisão dos riscos e controlos identificados.

O presente relatório constitui parte integrante do Relatório de Contas da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira relativo ao ano de 2020.

ÂMBITO

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao controlo e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Compete ao Gabinete de Qualidade e Auditoria (GQA) apresentar ao Órgão Executivo o relatório anual sobre o cumprimento das ações de implementação do PPRCIC, do qual constam as respetivas conclusões e eventuais recomendações preconizadas com vista à melhoria do sistema de controlo instituído. A avaliação realizada teve como objetivo acompanhar o estado de implementação das ações preventivas definidas no PPRCIC.

A gestão do risco de corrupção assume um carácter transversal, sendo uma responsabilidade de todos os trabalhadores/colaboradores. São vários os fatores que podem influenciar situações de risco de corrupção e infrações conexas, destacando-se: a competência da gestão; a idoneidade dos dirigentes; qualidade do sistema de controlo interno e a sua eficácia; a conduta dos trabalhadores e a existência de normas, de regulamentos, de procedimento e/ou princípios que pautem a sua atuação.

O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas é, assim, um instrumento de gestão fundamental que permite aferir a eventual responsabilidade que ocorra na gestão de recursos públicos. Contudo, tal aferição só poderá ser procedida se for elaborado o respetivo relatório anual de execução do plano.

De referir que, o PPRCIC foi aplicado apenas relativamente ao último trimestre de 2020, por conseguinte, ainda está em curso a avaliação da eficácia das ações implementadas, assim como, está prevista a realização de auditorias a todos os processos/áreas inerentes ao Plano em 2021, pelo que admitimos que possam vir a ser incorporadas melhorias face ao relatado neste documento até à presente data.

METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS

A metodologia seguida na identificação dos riscos e definição de ações encontra-se suportada no modo de proceder já instituído nos serviços certificados da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, para efetuar a identificação dos seus riscos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

No que concerne à gestão do risco, a cada risco identificado foi atribuída uma graduação fundada na avaliação da probabilidade e de gravidade na ocorrência, classificada por tipos consoante as consequências sejam estratégicas ou operacionais, e determinada em função dos seguintes critérios:

Gravidade (G) – medida dos danos causados na conformidade dos serviços e satisfação dos munícipes.

1	Reduzida	Pode causar danos reduzidos
2	Moderada	Pode causar alguns danos
3	Considerável	Pode causar danos consideráveis

Frequência/Probabilidade (F) - incidência de ocorrência de um risco (frequência da atividade realizada onde poderá ocorrer o risco).

1	Rara	Acontece até 2 vezes ao ano
2	Ocasional	Acontece entre 3 a 5 vezes ao ano
3	Contínua	Acontece 6 vezes ao ano

Em função da avaliação da gravidade e da frequência/probabilidade foi determinado o Grau de Significância (GS), calculado através seguinte fórmula:

$$GS = G \times F$$

Os Riscos Significativos são os que obtêm um GS superior a 3. Para estes foram obrigatoriamente definidas ações de controlo do risco/medidas preventivas, de modo a integrar formas de realização do serviço que reduzam os efeitos indesejados.

Neste contexto, com o intuito de elaborar o presente relatório de execução anual para áreas de intervenção identificadas no Plano, foi solicitado aos responsáveis das áreas que procedessem à avaliação do grau de implementação das medidas preventivas/ ações de controlo do risco previstas, sob sua responsabilidade, descrevendo-o e classificando-o de acordo com o seguinte estado de execução:

●	Ação Não Implementada – Não foi possível identificar/ obter evidência da medida preventiva indicada no PPRCIC;
●	Ação Parcialmente Implementada /em curso – Não foi possível identificar/ obter evidência de que a medida preventiva indicada no PPRCIC se encontre totalmente implementada, nomeadamente por se encontrar incluída em projetos/ iniciativas que ainda se encontram em curso;
●	Ação Implementada – Foi possível identificar/ obter evidência de que a medida preventiva indicada no PPRCIC se encontra implementada;
ND	Não foi possível, à data do presente relatório, determinar o grau de implementação da ação, nomeadamente porque a área/ atividade não foi ainda alvo de auditoria ou porque a atividade de referência não se realizou, não permitindo assim validar a implementação da medida preventiva.

ANÁLISE À EXECUÇÃO DO PLANO

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Executivo/--	Conflito de Interesses na realização de investimentos.	3	2	6	Garantir a segregação de funções (exemplo: o pelouro que, por determinado motivo, pretende realizar a aquisição de um imóvel não poderá negociar o respetivo investimento).	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que foram tomadas ações para a sua observância, nomeadamente cumprimento das normas de controlo interno.	●		Transita para 2021
Executivo/--	Pressão sobre trabalhadores do Município para prática de atos indevidos/ ilícitos.	3	3	9	Aplicar o Código de conduta.	2º semestre 2020	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o código de conduta foi aprovado e divulgado pela DRHDO a todos os trabalhadores/colaboradores da Câmara Municipal.	●	Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Políticos e Código Conduta SOS Trabalhadores, foram aprovados, em Reunião do órgão Executivo, datada de 24/08/2020.	Concluída
					Implementar práticas de auditoria interna.	1º semestre 2021	Ainda não foi implementada, mas encontram-se agendadas auditorias para 2021.	●		Transita para 2021
					Assegurar a existência de uma cadeia hierárquica de decisão.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que foram tomadas ações para a sua observância, nomeadamente cumprimento das normas de controlo interno, delegação de competências, organograma, cumprimento da legislação em vigor especificamente Lei 75 de 2013.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Executivo/--	Falta de controlo/enquadramento de alguns atos devido à desatualização da Norma de Controlo Interno (NCI).	2	3	6	Concluir a revisão da norma de controlo interno.	1º semestre 2021	Ação parcialmente implementada, uma vez que a revisão ainda encontra-se em curso, conforme previsão.	●		Transita para 2021
					Auditar o cumprimento da norma de controlo interno.	Permanente	Ao abrigo da versão em vigor das Normas de Controlo Interno foi cumprida. São realizadas auditorias pelos Revisores Oficiais de Contas, assim como, auditorias externas procedidas pela DGAL e IGF, auditorias internas realizadas, por exemplo, na tesouraria, entre outras.	●		Transita para 2021
GOA/--	Falta de Transparência/ falta de qualidade na informação transmitida ao Executivo.	3	2	6	Todas as Constatções documentadas nos relatórios de auditoria devem ser devidamente comprovadas/fundamentadas/ evidenciadas.	Permanente	A ação parcialmente implementada, considerando que todas as constatações foram documentadas e fundamentadas, em forma de relatório, mas apenas no âmbito das auditorias realizadas ao sistema de gestão qualidade.	●	Não foram realizadas auditorias internas no âmbito do PPRCIC.	Transita para 2021
GOA/--	Falta de imparcialidade da Equipa Auditora.	3	2	6	Garantir a existência de declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que as auditorias foram realizadas por equipas externas que, aquando a prestação do serviço, garantem a inexistência de quaisquer conflitos de interesse.	●		Transita para 2021
DJ/--	Aconselhamento jurídico que poderá não ser o mais adequado à situação em concreto, podendo propiciar a tomada de decisão errada.	2	1	2	Revisão dos pareceres, peças processuais, peças procedimentais, análises jurídicas e minutas de contrato, envolvendo pelo menos um nível hierárquico.	Permanente	A ação foi implementada/ foi cumprida, sendo que, no período de análise, não foram detetadas irregularidades. Todas as informações/pareceres são reanalisados pela DD, previamente à decisão.	●		Transita para 2021
DJ/--	Quebra de confidencialidade em informação submetida a sigilo ou classificada.	3	1	3	Definir/estabelecer procedimentos de transmissão de informação, a qual deverá cingir-se ao legalmente estabelecido.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida e não foram detetadas irregularidades/ situações de transmissão de informação.	●	Tendo em conta os conhecimentos técnicos dos trabalhadores/superior hierárquico que integram o DJ, estes estão sensibilizados para a matéria.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DJ/--	Perda de prazos processuais.	2	2	4	Revisão do software de gestão/tramitação documental que possibilitará o controlo de todo o tipo de prazos com vista a prevenir prescrições, caducidades e incumprimentos de prazos legais ou dos prazos definidos internamente na Unidade Orgânica.	2020	A ação não foi implementada por ainda não se ter adquirido o respetivo software.	●	A necessidade mantém-se.	Transita para 2021
DJ/--	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa o desempenho das funções e/ou os procedimentos.	2	2	4	Garantir a existência de declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses.	Permanente	Ação foi parcialmente implementada/foi cumprida, na medida em, apesar de não se evidenciar a existência e aplicabilidade de declaração de imparcialidade/não conflito de interesses, os trabalhadores envolvidos cumprem a obrigatoriedade de pedido de acumulação de funções e suas regras, quando aplicável.	●		Transita para 2021
DJ/--	Acumulação de funções ou tarefas públicas/privadas por parte dos trabalhadores da unidade orgânica intervenientes nos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas.	3	1	3	Garantir a existência de declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses.	Permanente	Ação foi parcialmente implementada/foi cumprida, na medida em, apesar de não se evidenciar a existência e aplicabilidade de declaração de imparcialidade/não conflito de interesses, os trabalhadores envolvidos cumprem a obrigatoriedade de pedido de acumulação de funções e suas regras, quando aplicável.	●	Falta aplicar a declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses em todas as situações na área do Urbanismo.	Transita para 2021
					Processos escrutinados por vários utilizadores e difundidos publicamente.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que a atribuição das tarefas é realizada pelo aplicativo de gestão documental - Nortear e pela chefia, existindo rotatividade nas tarefas e aleatoriedade na atribuição das mesmas.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DU/--	Acumulação de funções ou tarefas públicas que (ainda que dentro da própria estrutura do Município) possam comprometer a isenção na abordagem dos processos.	3	1	3	---	---	---	---	O acompanhamento e avaliação do risco é efetuado, mesmo não existindo ações definidas, decorrente do GS atribuído. Apesar de não se evidenciar a existência de declaração de imparcialidade/não conflito de interesses, os trabalhadores envolvidos cumprem a obrigatoriedade de pedido de acumulação de funções e suas regras, quando aplicável.	Transita para 2021
DU/--	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado trabalhador em processos da mesma natureza, processos instruídos pelo mesmo requerente, pelo mesmo autor de projetos ou processos instruídos por requerentes com algum tipo de proximidade, o que poderá propiciar o favorecimento ou desfavorecimento.	3	1	3	---	---	---	---	O acompanhamento e avaliação do risco é efetuado, mesmo não existindo ações definidas, decorrente do GS atribuído. As tarefas são atribuídas aos trabalhadores/colaboradores em função dos prazos estabelecidos na legislação, verificados no sistema Nortear, assim como nos objetivos do grupo.	Transita para 2021
DU/--	Ausência de informação de procedimentos sistematizados de forma clara e disponível.	1	2	2	---	---	---	---	O acompanhamento e avaliação do risco é efetuado, através de ordens de serviço e comunicações internas, nomeadamente por via eletrónica, mesmo não existindo ações definidas, decorrente do GS atribuído.	Transita para 2021
DU/--	Discriminação no atendimento.	2	2	4	Garantir a realização de formação no âmbito da qualidade no atendimento. 2020	A ação não foi implementada (formação específica), uma vez que os trabalhadores afetos ao serviço não participaram em qualquer formação neste âmbito	●	Estão planeadas ações na área de atendimento para o início de 2021, conforme previsto no plano de formação em vigor.	Transita para 2021	
DU/--	Inexistência de segregação de funções (exemplo: na fase de análise e fiscalização).	2	1	2	Garantir o cumprimento da Norma de Controlo Interno. Permanente	Ação foi implementada, na medida que os processos são analisados por diferentes técnicos, mediante a sua tramitação no aplicativo - Nortear.	●		Transita para 2021	

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DU/--	Recebimento de subornos para beneficiar terceiros e/ou em benefício próprio.	3	3	9	Assegurar a rotatividade da equipa de fiscalização.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que é garantida a rotatividade nas tarefas de maior risco.	●		Transita para 2021
DU/--	Análise de processos - falta de rigor e isenção na análise e aprovação dos projetos, favorecendo requerentes e equipas projetistas, demonstrando o aligeiramento das exigências técnicas e dualidade de critérios .	3	1	3	Formação sobre o código de conduta.	2020	A ação não foi implementada, uma vez que não foi promovida formação sobre o CC.	●	Os trabalhadores assumem o cumprimento das normas do CC, embora não tenha sido ainda promovida formação específica pelos RH.	Transita para 2021
DU/--	Análise de processos - falta de rigor e isenção na análise e aprovação dos projetos, favorecendo requerentes e equipas projetistas, demonstrando o aligeiramento das exigências técnicas e dualidade de critérios .	3	1	3	Definir os critérios de análise e os elementos obrigatórios que devem constar nas informações técnicas.	Permanente	Ação foi implementada.	●	Templates criados e configurados na aplicação de gestão documental (NORTEAR), com campos de preenchimento obrigatório.	Transita para 2021
DU/--	Análise de processos - falta de rigor e isenção na análise e aprovação dos projetos, favorecendo requerentes e equipas projetistas, demonstrando o aligeiramento das exigências técnicas e dualidade de critérios .	3	1	3	Assegurar a segregação de funções .	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que é garantida a segregação das funções no próprio aplicativo – Nortear.	●		Transita para 2021
GDEE/--	Favorecimento, conflito de interesses na "Mediação" dos processos no âmbito da Hasta Pública – Terrenos nas Zonas Industriais.	2	2	4	Publicitar a oportunidade de interesses na aquisição, o poderem fazer junto da CMSMF.	Permanente	Não Determinável.	ND	Necessidade de ajustar a ação definida. Contudo, refere-se que os terrenos municipais disponíveis nas Zonas Industriais estão publicitados na Plataforma Bizfeira. Os interessados que consultam a plataforma, contactam por norma a CM, a fim de obter mais informações.	Reavaliar em 2021
GDEE/--	Favorecimento, conflito de interesses na "Mediação" dos processos no âmbito da Hasta Pública – Terrenos nas Zonas Industriais.	2	2	4	Publicitar o edital na Plataforma Bizfeira.	Permanente	Não Determinável.	ND	Não houve a venda de qualquer terreno municipal para efeitos de atividade económica no período em análise.	Reavaliar em 2021
GDEE/--	Favorecimento, conflito de interesses na "Mediação" dos processos no âmbito da Hasta Pública – Terrenos nas Zonas Industriais.	2	2	4	Acompanhar prazos definidos na hasta pública em matéria de licenciamento.	Permanente	A ação foi cumprida.	●	A informação é sempre remetida ao cuidado da Vereadora responsável pelo serviço de gestão do Património, dando conhecimento da evolução dos processos urbanísticos.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DE/--	Possibilidade de ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes por consequência de deficiências na organização e sistematização das atividades da unidade orgânica. Exemplos: no âmbito do processamento da ASE – da ação social escolar (inclusão/exclusão indevida de alunos), das bolsas de estudo, das ações de supervisão das AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família), do fornecimento de refeições escolares, da supervisão dos transportes escolares, da supervisão da CAF.).	1	3	3	Assegurar a rotatividade nos serviços de supervisão.	Permanente	A ação foi cumprida, na medida em que: - foi garantida a rotatividade na supervisão; todas as alterações efetuadas ao nível da ASE do 1º ciclo estão de acordo com a informação remetida pelos agrupamentos escolares; - foi assegurado o cumprimento das normas de funcionamento e das atividades de animação e apoio à família, assim como, do Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo, Plano de Transportes e Regulamento Municipal de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares.	●	Ainda sobre: AAAF - cumprimento do protocolo assim como foi assegurada a disponibilização de aplicação on-line para submissão e registo das candidaturas no âmbito das AAAF. Foi de igual modo assegurada a monitorização mensal das participações em atraso; informação mensal das mensalidades em atraso; Comunicação das consequências do incumprimento; Reapreciação das decisões de exclusão de beneficiários a pedido dos interessados; Bolsas de Estudo: foi assegurada a disponibilização de aplicação on-line para submissão e registo das candidaturas no âmbito das bolsas de estudo; Refeições escolares: realização de todos os procedimentos de aquisição por concurso público.	Reavaliar em 2021
DE/--	Possibilidade de ocorrência de conluios ou outras infrações conexas, entre estes e os entes e as impunidades dos infratores.	2	3	6	Assegurar a rotatividade nos serviços de supervisão.	Permanente	A ação está implementada/foi cumprida, na medida em que foi assegurada a realização de todos os procedimentos de aquisição por concurso público.	●		Reavaliar em 2021
DE/--	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de supervisão.	2	3	6	Promover formação no âmbito da atualização da legislação aplicável.	2020	A ação não foi implementada por não ter sido ainda promovida formação.	●	A rotatividade foi garantida nas funções de supervisão.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DE/--	Deficiente processamento de faturação das supervisionados refeições escolares e das AAAP, permitindo situações de inconformidade.	1	3	3	Confrontar informação inserida, diariamente, na plataforma de gestão com os mapas de controlo do serviço remetidos pelos fornecedores contratados.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que, mensalmente, a pessoa eleita representante de cada estabelecimento de ensino e educação procedeu à validação dos registos de consumos, de forma a minimizar inconformidades, assim como, à confrontação dos registos com os mapas de controlo remetidos pelos fornecedores.	●	Garantido o cumprimento do Regulamento Municipal de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares.	Transita para 2021
					Realizar auditorias, por amostragem, ao modo de proceder relativamente à atribuição de escalões e/ou possíveis isenções.	2020	A ação não foi implementada, pois não foi possível realizar-se auditorias no período em análise.	●	Contudo, refere-se que, mensalmente e antes de emissão de faturação, o serviço efetuou a análise ao ficheiro de previsão de faturação, no sentido de corrigir eventuais inconformidades face aos valores a faturar.	Transita para 2021
DAIE/--	Utilização de meios/materiais públicos para fins privados.	2	3	6	Implementar controlo de equipamentos e materiais sobranes (relevantes).	Permanente	A ação encontra-se em curso devido ao curto período de tempo entre a aprovação do presente documento e o final do ano.	●		Transita para 2021
					Análise de débitos de materiais às obras.	Permanente	A ação encontra-se em curso.	●	Refere-se que parte das quantificações dos materiais necessários à realização da obra e posterior requisição são elaboradas pela chefia.	Transita para 2021
DAIE/--	Elaboração de cadernos de encargos que condicionem o concurso.	1	1	1	Criar regras para elaboração de caderno de encargos e garantir a realização de formação na área de qualidade de produtos (exemplo: marcação CE –Declaração de Desempenho).	2020	Ação não foi implementada.	ND	Não foi possível determinar em que medida o Departamento participa na elaboração do caderno de encargos.	Reavaliar na próxima auditoria

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DSI/--	Gestão dos acessos informáticos, particularmente quanto à garantia de confidencialidade de passwords e acessos a sistemas com informações com caráter reservado.	3	2	6	Políticas de segurança da informação.	Permanente	Ação foi implementada, visto que existe a obrigatoriedade de atribuir passwords de acesso (com limitação de número e tipologia de caracteres)	●		Transita para 2021
					Formação sobre práticas de segurança nos SI.	2020	Não foi possível implementar a ação durante o período em análise, devido ao contexto pandémico.	●		Transita para 2021
DSI/--	Acesso indevido a informação confidencial.	2	3	6	Funções de auditoria integradas no software aplicacional.	Permanente	Ação foi parcialmente implementada, na medida em que se encontra numa fase de extensão a todos os serviços e de implementação de melhorias.	●		Transita para 2021
					Concluir e divulgar o Código de Conduta.	2020	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o código de conduta foi aprovado e divulgado por todos os trabalhadores/colaboradores da Câmara Municipal.	●	Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Políticos e Código de Conduta SOS Trabalhadores, foram aprovados, em Reunião do órgão Executivo, datada de 24/08/2020.	Transita para 2021
					Promover formação sobre Código de Conduta.	2020	Ação não foi implementada.	●	Ação deverá ser promovida pela DRHDO	Transita para 2021
DP/--	Contribuir para procedimento de alteração do uso do território de forma não ou deficientemente fundamentada e/ou a beneficiar/prejudicar terceiros.	2	2	4	Criação de mecanismos que levam a que a decisão seja tomada com base numa decisão coletiva.	Permanente	A ação não foi implementada devido ao curto período de tempo entre a aprovação do presente documento e o fim do ano, mas também, derivado das limitações criadas pela crise pandémica, nomeadamente, a necessidade da equipa estar em regime de teletrabalho.	●	Contudo, toda a informação foi partilhada por toda equipa e devidamente acompanhada pelo Vereador responsável e outras entidades (Exemplo: CCCR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional)	Transita para 2021
DP/--	Pressão externa em benefício do próprio e/ou terceiros aquando a revisão do PDM.	2	2	4	Concluir e divulgar Código de Conduta.	2020	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o código de conduta foi aprovado e divulgado por todos os trabalhadores/colaboradores do município.	●	Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Políticos e Código de Conduta SOS Trabalhadores, foram aprovados, em Reunião do órgão Executivo, datada de 24/08/2020.	Concluída
					Promover formação sobre Código de Conduta.	2020	A ação não foi implementada.	●	Ação deverá ser promovida pela DRHDO	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (Gx F)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DAG/--	Serviços de elaboração de contratos – antecipação ou adiamento da data de elaboração dos contratos, com o impacto na gestão da CMSMF.	1	1	1	Verificar a existência de duplicidade de contratos para o mesmo fim.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que a verificação é realizada pelos Técnicos do serviço responsável pela elaboração do contrato.	●		Transita para 2021
DAG/--	Aferir indevidamente instrumentos de medição e pesagem (Ex: balanças) instalados em estabelecimentos sedeados no Concelho com impacto na atividade económica e/ou nas receitas do município.	2	1	2	Completar a equipa com um segundo aferidor, atribuindo os serviços de forma aleatório ou de forma rotativa.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	Foi atribuído técnico ao serviço de metrologia que, no momento, cobre 10% dos serviços com instrumentos de medição e pesagem.	Transita para 2021
DAG/--	Falta de rigor no apuramento/ cálculo de taxas e licenças efetuado com benefício ou prejuízo para o município/requirente.	1	3	3	Periodicamente, realizar auditorias, por amostragem (Ex: Auditorias realizadas por ROC).	Permanente	Ação foi implementada. Foram realizadas auditorias no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e pelos ROC.	●	Refere-se que há rotatividade na atribuição dos processos, ou seja, os técnicos não ficam sempre com os mesmos processos. A maior parte dos processos são anuais e a responsabilidade é partilhada por todos os técnicos do serviço de taxas e licenças.	Transita para 2021
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes por consequência de deficiências na organização e sistematização das ações de fiscalização.	1	1	1	Garantir a rotatividade dos fiscais do serviço.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que, anualmente, é efetuada a rotatividade dos fiscais.	●	Próxima alteração ocorrerá no 1º semestre de 2021.	Transita para 2021
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de conluios ou outras infrações conexas, entre estes e os entes fiscalizáveis e as impunidades dos infratores.	2	2	4	Cumprir com os procedimentos internos estabelecidos no âmbito do SGQ.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades durante o período em análise.	●		Transita para 2021
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de conluios ou outras infrações conexas, entre estes e os entes fiscalizáveis e as impunidades dos infratores.	2	2	4	Garantir a rotatividade dos fiscais do serviço.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que, anualmente, é efetuada a rotatividade dos fiscais.	●	Próxima alteração ocorrerá no 1º semestre de 2021.	Transita para 2021
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de conluios ou outras infrações conexas, entre estes e os entes fiscalizáveis e as impunidades dos infratores.	2	2	4	Cumprir os procedimentos internos estabelecidos no âmbito do SGQ.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades durante o período em análise.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DAG/--	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de fiscalização.	2	2	4	Garantir a rotatividade dos fiscais do serviço.	Permanente	A ação foi implementada/ foi cumprida, na medida em que, anualmente, é efetuada a rotatividade dos fiscais.	●	Próxima alteração ocorrerá no 1º semestre de 2021.	Transita para 2021
					Cumprir os procedimentos internos estabelecidos no âmbito do SGQ.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades durante o período em análise.	●		Transita para 2021
DFGP/--	Deficiente controlo da cobrança e do registo de depósito de receita, permitindo situações de inconformidade.	1	3	3	Aplicar Normas de controlo interno.	Permanente	A ação está implementada na medida em que se fizeram diligências (telefonemas/email) no sentido de cobrança da receita.	●		Transita para 2021
					Cumprir com os procedimentos estabelecidos.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades durante o período em análise.	●		Transita para 2021
DFGP/--	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens.	2	3	6	Realizar a inventariação dos bens mediante comprovativo de despesa, confirmado pelo serviço responsável pela mesma. Bens doados após aprovação em reunião de câmara.	Permanente	A ação foi implementada através da inventariação mediante comprovativo da despesa (fatura), a qual está confirmada pelos técnicos dos serviços responsáveis da mesma.	●		Transita para 2021
					Aplicar Normas de controlo interno e procedimentos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que o processo da despesa é controlado pelo ERP (software de gestão).	●		Transita para 2021
DFGP/--	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva dotação orçamental.	1	3	3	Aplicar Normas de controlo interno e procedimentos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que, sempre que aplicável, o responsável pela DFGP certificou –se que o orçamento tinha verba necessária para a assunção das despesas.	●		Transita para 2021
					Implementar metodologia de validação de folha de carga.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi executada a metodologia da validação de folha de carga.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DFGP/--	Bens cedidos sem existir um documento formal.	3	2	6	Os processos de cedência devem ser iniciados com um pedido formal da entidade, devendo ser encaminhado para a Divisão Financeira e Gestão Patrimonial para instrução do processo.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foram registados todos os processos de cedências que deram entrada no Município.	●		Transita para 2021
DFGP/--	Bens cedidos sem a prévia aprovação por parte da CM ou da AM.	3	2	6	A cedência dos bens imóveis deve de ser aprovada pela CM ou AM, consoante o valor dos bens cedidos. A cedência dos bens móveis deve ser de aprovada pela CM.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foram registados todos os processos de cedências que foram submetidos a RO ou AM.	●		Transita para 2021
DFGP/--	Cálculo deficiente do fundo disponível, afetando a aplicação da lei dos compromissos.	3	1	3	Proceder à aplicação por defeito das receitas previstas para o ano seguinte.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foram previstas as receitas inerentes ao mês em causa.	●		Transita para 2021
DFGP/--	Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis.	3	1	3	Reforçar o controlo existente.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que diariamente foram validados todos os compromissos, aquando da sua assinatura pelo responsável da DFGP.	●		Transita para 2021
DFGP/--	Despesas objeto de inadequada classificação económica/patrimonial.	3	1	3	Proceder à análise da rubrica a imputar o custo caso a caso.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que diariamente são validados todos os compromissos, aquando da sua assinatura pelo responsável da DFGP.	●		Transita para 2021
					Aplicar as Normas de controlo interno.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que o processo da despesa é controlado.	●		Transita para 2021
					Auditoria realizada pelo ROC.	Permanente	A ação foi implementada, tendo sido realizada auditoria pelo ROC e não se registaram reservas associadas.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DFGP/--	Ausência de balanços periódicos.	3	1	3	Realização de balanços periódicos, conforme norma de controlo interno.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foram validados, mensalmente, aquando do reporte de informação às entidades da Tutela (Ex DGA, Tribunal de Contas).	●		Transita para 2021
DFGP/--	Prestar informação incorreta decorrente da transição para o novo SNC.AP.	2	1	2	Numa primeira fase análise total ao balancete. Posteriormente realizar fecho de mês para a estabilização dos dados evitando assim a prestação de informação incorreta.	Até dezembro 2021	A ação foi implementada, na medida em que mensalmente foram validados, aquando do reporte de informação às entidades.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	Inexistência de valores associados ao desempenho das funções através de um código de conduta formal dos trabalhadores da CMSMF, regulador da sua atuação, em especial nas áreas chave da atividade municipal.	2	1	2	Elaborar e divulgar o código de conduta dos trabalhadores.	2020	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o código de conduta foi aprovado e divulgado por todos os trabalhadores/colaboradores do município.	●	Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Políticos e Código Conduta SOS Trabalhadores, foram aprovados, em Reunião do órgão Executivo, datada de 24/08/2020. Divulgado a 25/09/2020.	Concluída
DRHDO/--	Utilização de critérios de recrutamento com uma excessiva margem de discricionariedade ou que, reportando-se ao uso de conceitos indeterminados, não permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade.	2	1	2	Definir critérios de recrutamento com base em princípios de equidade.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que sempre que aplicável, foram definidos critérios.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	Utilização de critérios preferenciais pouco objetivos.	2	1	2	Assegurar a utilização de critérios objetivos.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o processo de recrutamento é controlado pela DRHDO e foi assegurado a utilização de critérios objetivos.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco			Gravidade	Frequência	Grau de Significância (Gx F)	Planeamento das Ações		Monitorização		
	Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento				Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado		
DRHDO/--	1	2	2	1	2	Na ocorrência de erros, os mesmos serão retificados no processamento seguinte, existindo um controlo mensal no processamento.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que, sempre que aplicável, os erros ocorridos são registados e objeto de retificação no mês seguinte à sua deteção. Todavia, durante o período em análise não se verificou a ocorrência de tais erros.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	1	1	2	1	2	Controlar todos os documentos entregues, para este efeito. Na ocorrência de erros, os mesmos serão retificados no processamento seguinte.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que, sempre que aplicável, os erros ocorridos foram registados e objeto de retificação no mês seguinte à sua deteção. Todavia, durante o período em análise não se verificou a ocorrência de tais erros.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	2	1	2	2	2	Submeter todos os pedidos de acumulação de funções a parecer do dirigente do respetivo serviço.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que foi divulgada, via e-mail, a todos os trabalhadores a informação a informar qual a procedimento. Os pedidos efetuados foram submetidos a parecer do superior hierárquico em impresso próprio disponibilizado e controlado pela DHRDO.	●		Transita para 2021
						Monitorizar as situações autorizadas anualmente através de impresso próprio para o efeito.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, tendo sido enviado um aviso aos trabalhadores com acumulação de funções, no sentido de se evitar inconformidades.	●		Transita para 2021
						Limitar a autorização de acumulação de funções no prazo máximo de um ano.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, uma vez que foi controlado o prazo da autorização pela DRHDO.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DRHDO/--	Registo e verificação da assiduidade – falta de registo correto de tempo de trabalho e controlo de assiduidade inadequado.	2	2	4	Sensibilizar todos os intervenientes no processo, para a importância de procederem ao controlo de assiduidade através dos terminais biométricos, sempre que tal seja possível, informando-os das consequências de não o fazerem, para si e para os serviços.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que, semanalmente, são enviados alertas, via e-mail, aos trabalhadores e mensalmente, às respetivas chefias.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	Despesas comparticipadas pela ADSE – Análise inadequada e pagamentos indevidos.	1	2	2	Implementar "módulo web" (aplicação de gestão de assiduidade) que possibilitará um controlo permanente da assiduidade dos trabalhadores por parte dos Dirigentes, Chefias e Responsáveis do Serviço.	2020	A ação foi implementada. A aplicação foi disponibilizada a todas as Chefias e trabalhadores.	●	No caso das brigadas, o sistema foi disponibilizado às Chefias e colaboradores que dispõem de um PC no respetivo posto de trabalho. Os locais de trabalho onde não existe um terminal de registo facial de assiduidade, como é o caso das escolas, do CREM, da escola rodoviária e dos pavilhões municipais, o registo foi feito manualmente em impresso próprio e controlado pela DRHDO.	Transita para 2021
DRHDO/--	Utilização de elenco subjetivo de critérios de avaliação, não permitindo que a fundamentação das decisões finais de avaliação sejam facilmente perceptíveis e sindicáveis.	2	1	2	Controlar todos os documentos entregues, para este efeito. Na ocorrência de erros, os mesmos serão retificados no processamento seguinte.	Permanente	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que, sempre que aplicável, os erros ocorridos foram registados e objeto de retificação no mês seguinte à sua deteção	●		Transita para 2021
DRHDO/--	Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos integrantes dos júris.	2	1	2	Garantir objetividade nos critérios de avaliação através da aplicação do SIADAP. Realizar formação no código de conduta aos avaliadores.	Permanente 2020	A ação foi implementada, na medida em que os critérios são controlados pela DRHDO. Ação ainda não implementada, por não ter sido possível realizar-se no período em análise.	● ●		Transita para 2021
DRHDO/--					Implementar mecanismos de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso.	Permanente	A ação foi implementada.	●	O júri é definido mediante a área funcional referenciada no procedimento concursal, sendo recomendado a participação de um elemento com experiência na área de gestão de RH.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DRHDO/--	Intervenção no procedimento de seleção ou no procedimento de avaliação do pessoal de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos ou com os avaliados.	2	1	2	Criar regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores, dirigentes ou eleitos.	2020	A ação foi implementada. Aquando a composição do júri de determinado concurso é tida em consideração o tipo de relação deste com o candidato/avaliado.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	Ausência ou deficiente fundamentação dos atos de seleção de pessoal.	2	1	2	Contemplar em todos os procedimentos a declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos do júri.	Permanente	Ação parcialmente implementada, por não ter sido aplicada a minuta de declaração durante o período em análise.	●	Nos procedimentos concursais, iniciados durante o período em causa, não se verificaram quaisquer conflitos. Aquando do despacho de nomeação do júri, os elementos que o compõe comunicam a existência de conflito de interesse, se aplicável.	Transita para 2021
DRHDO/--	Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação.	1	1	1	Sensibilizar os intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, de avaliação, ou outros atos de gestão de pessoal, para a necessidade de fundamentação das suas decisões.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que nas fases do procedimento concursal, as decisões tomadas são fundamentadas.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DRHDO/--	Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços.	1	1	1	Na autorização de trabalho extraordinário, o mesmo tem de ser devidamente fundamentado e autorizado pela chefia.	Permanente	A ação foi implementada, tendo sido controlados pela DRHDO todos os pedidos de autorização submetidos ao superior hierárquico, em impresso próprio, com a devida fundamentação.	●		Transita para 2021
					Mensalmente, elaborar o documento "Mapa de Horas", o qual permite comparar o valor gasto em trabalho extraordinário face ao período homólogo do ano anterior.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi elaborado, mensalmente, o mapa de controlo das horas extraordinárias.	●		Transita para 2021
DRHDO/--	Utilização da contratação a termo como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço.	1	1	1	Elaborar orientações no sentido da não utilização da contratação a termo resolutivo como meio de suprir necessidades permanentes dos serviços.	Permanente	A ação foi implementada. Todas as propostas de contratação são implementadas, conforme legislação em vigor	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DC.PGF/--	Validação de fatura/GR de forma indevida ou sem confirmação de que os fornecimentos ou a realização de serviços ou empreitadas foram efetivados e de acordo com as condições contratadas	3	1	3	Segregação de funções.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Responsabilidade partilhada com a DFGP e com os serviços requisitantes do Município.	Transita para 2021
					Cumprimento da norma de controlo interno.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Transita para 2021
					Conferência de valores para pagamento efetuada por pelo menos dois trabalhadores diferentes.	Permanente	A ação foi implementada na DCPGF	●		Transita para 2021
					Implementar um esquema sequencial e hierarquizado de validação.	2020	A ação foi implementada na DCPGF	●		Transita para 2021
					Todos os pagamentos devem ser efetuados após a apresentação dos comprovativos dos bens/ serviços prestados, devidamente conferidos e aprovados, por parte dos órgãos competentes.	Permanente	A ação foi implementada na DCPGF	●	Responsabilidade partilhada com a DFGP.	Transita para 2021
					Rotação de pessoas (previsional ou aleatória).	Permanente	A ação não foi implementada, devido à insuficiência de recursos disponíveis.	●	Recursos humanos habilitados e disponíveis insuficientes.	Transita para 2021
					Executar o Plano de auditorias periódicas e independentes.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada .	●	A auditoria foi realizada pelos ROC.	Transita para 2021
					Controlar através de recurso a contratantes, subcontratados, fornecedores, adjudicação de contratos após concurso público como regra; avaliação de propostas e aprovação da proposta de adjudicação por pelo menos 3 pessoas; segregação de funções; proteção da informação sensível constante de propostas a concursos; disponibilização de modelos de auxílio ao pessoal (como guias práticos, listas de proibições e permissões, cadeias de aprovação, fluxos de trabalho informatizados....).	2020	A ação não determinável.	ND	Ação desadequada. Os pontos abordados nesta ação já se encontram refletidos nas ações precedentes.	Reavaliar em 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DCPGF/--	Deficiente estruturação do planeamento/avaliação de necessidades de contratação pública. Inexistência ou existência deficiente de um sistema estruturado de avaliação das necessidades.	2	2	4	Implementação de procedimentos que vinculem cada unidade orgânica a programar antecipadamente as ações/necessidades, conjugando estas com a elaboração do Plano anual de provisionamento e plano Plurianual Investimentos, Atividades e o Orçamento. Implementação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades e encargos que inclua a identificação dos investimentos, pondere a calendarização da sua concretização e os procedimentos a adotar e que avale não só os encargos financeiros com a concretização efetiva das ações, mas também os que possam resultar da sua concretização (por exemplo, a manutenção).	Permanente	A ação foi implementada na DCPGF.	●	Esta responsabilidade é partilhada com os dirigentes serviços e com os serviços requisitantes.	Transita para 2021
DCPGF/--	Tratamento deficiente das estimativas de custos/gastos e deficiente definição de preços base para as aquisições.	2	2	4	Registo de informação relevante sobre aquisições anteriores, com transmissão dessa informação aos serviços requisitantes.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	Registo totalmente efetuado mas a transmissão de informação aos serviços requisitantes é parcial.	Transita para 2021
DCPGF/--	Deficiente fundamentação ao recurso à contratação por ajuste direto ou consulta prévia.	2	2	4	Aprovação e implementação de "manual de procedimento" vinculando os serviços requisitantes à rigorosa justificação das propostas do tipo de procedimento de contratação a adotar.	1º semestre 2021	A ação não foi implementada, pois não existe manual de procedimentos aprovado.	●		Transita para 2021
DCPGF/--	Possibilidade de confirmar fornecimentos ou a realização de serviços ou empreitadas através da validação da guias/faturas sem que as prestações estejam realizadas ou estejam realizadas apenas parcialmente.	2	2	4	Promover formação sobre Código de Conduta.	2020	A ação não foi implementada.	●	Ação deverá ser promovida pela DRHDO.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DCPGF/--	Recurso a procedimentos, por convite, seja o ajuste direto ou a consulta prévia, como regra na contratação.	2	2	4	Assunção do procedimento do concurso público como procedimento regra na contratação pública.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Responsabilidade partilhada com os serviços requisitantes e com os decisores políticos	Transita para 2021
DCPGF/--	Fornecimento de bens e serviços e realização de empreitadas com data anterior à contratualização.	3	3	9	Os gestores de contrato e serviços requisitantes municipais devem informar, nomeadamente, os fornecedores da impossibilidade legal de serem solicitadas prestações de contrato antes da sua efetivação.	Permanente	Não determinável.	ND	O risco é controlado. Todavia verificou-se que a ação encontra-se desaquada, pelo que deve ser objeto de reavaliação.	Reavaliar em 2021
DCPGF/--	Peças de procedimento nomeadamente os cadernos de encargos, com desrespeito pelo princípio da livre concorrência, com cláusulas técnicas deficientes, pouco inclusivas ou muito vinculadas.	3	1	3	Promover a realização de fornecimentos contínuos.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Transita para 2021
DCPGF/--					Formação no CCP e Código de Conduta.	2020	A ação não foi implementada.	●	Ação deverá ser promovida pela DRHDO.	Transita para 2021
DCPGF/--					Validação do cadernos de encargos através de um formato com segregação de funções entre o serviço que o elabora e quem o valida/aprova.	Permanente	A ação foi implementada na DCPGF	●		Transita para 2021
DCPGF/--					As especificações técnicas fixadas no caderno de encargos devem adequar-se à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar.	Permanente	A ação foi implementada na DCPGF	●	Responsabilidade partilhada com os serviços requisitantes e com os decisores políticos.	Transita para 2021
DCPGF/--	Caráter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis.	3	1	3	Formação no CCP e Código de Conduta.	2020	A ação não foi implementada.	●	Ação deverá ser promovida pela DRHDO.	Transita para 2021
DCPGF/--					O modelo de avaliação das propostas deve ter, obrigatoriamente, um caráter objetivo e basear-se em dados quantificáveis e comparáveis.	Permanente	A ação foi implementada na DCPGF	●	Responsabilidade partilhada com os serviços requisitantes e com os decisores políticos.	Transita para 2021
DCPGF/--	Conflito de interesses fase de análise e avaliação de propostas .	2	1	2	Declaração de inexistência de conflito de interesses.	Permanente	Ação foi implementada na DCPGF.	●	Responsabilidade partilhada com o Juri.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DC/PGF/--	Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis.	1	3	3	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento e seus possíveis incidentes.	2020	A ação não foi implementada.	●		Transita para 2021
					Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários.	2020	A ação não foi implementada.	●		Reavaliar em 2021
DC/PGF/--	Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases.	3	3	9	Definição prévia, através de sistema de controlo interno, das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços e nas empreitadas.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Transita para 2021
DC/PGF/--	Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projetos.	3	2	6	Implementação de um sistema de controlo interno, que garanta a preferencialmente a realização de estudos prévios à elaboração de projetos.	2021	A ação não foi implementada.	●		Transita para 2021
DC/PGF/--	Projetos – Falta de rigor no controlo dos projetos subcontratados e prazos de execução dos mesmos.	1	3	3	Declaração de inexistência de conflitos de interesses; Penalização por incumprimento dos prazos.	Permanente	A ação não foi implementada.	●		Transita para 2021
DC/PGF/--	Violação do limite trienal, por tipo de aquisição aplicável aos ajustes diretos, ao qual se refere o artigo 113º do CCP.	3	1	3	Informação atualizada da Divisão de contratação pública e gestão de frota sobre as entidades que atingiram o limite trienal, em termos de adjudicações. Instrução individual em todos os procedimentos de aquisição não simplificado de declaração de não ter sido atingido o limite.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Transita para 2021
DC/PGF/--	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais.	1	3	3	Implementar um sistema de controlo interno, que garanta que o procedimento escolhido se encontra em conformidade com os preceitos legais.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DC:PGF/--	Admissão nos procedimentos de entidades com impedimentos.	3	1	3	Implementar um sistema de controlo interno que garanta que não são admitidos concorrentes impedidos de participar nos procedimentos.	Permanente	A ação foi implementada	●		Transita para 2021
DC:PGF/--	Existência de erros, ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado das peças de procedimento/concurso.	2	2	4	Implementar um sistema de controlo interno que garanta a previsão e regulação com devido rigor o eventual suprimento de erros e omissões.	Permanente	A ação foi implementada	●		Transita para 2021
DC:PGF/--	Valor e quantidade física em stock diferente da existência na aplicação SIGMA ARM	2	2	4	Realizar inventário anual com contagem física integral e realização de inventário semestral por amostra.	Permanente	A ação foi implementada	●		Transita para 2021
DC:PGF/--	Utilização indevida das viaturas da frota Municipal.	3	2	6	Disponibilizar a informação, sobre a utilização de viaturas, recolhida no software de gestão de frota aos responsáveis.	Permanente	A ação foi implementada, não se tendo verificado utilização indevida durante o período em análise.	●	A informação está disponível, nos responsáveis pelas viaturas, através de software.	Transita para 2021
DOM/--	Conflito de interesses nos procedimentos de Ajuste Direto e Consulta Previa.	2	1	2	Assegurar o cumprimento do regulamento.	Permanente	A ação foi implementada no GGFE.	●		Transita para 2021
DOM/--	Definição de "tipo" de produtos/equipamentos de forma a impedir livre concorrência.	2	1	2	Possuir uma maior quantidade de candidaturas.	Permanente	A ação foi implementada e cumprida.	●		Transita para 2021
DOM/--	Erros e Omissões do projeto, pode condicionar concorrentes.	2	1	2	Efetuar revisão de projeto incluindo A.D. e C.P.	Permanente	A ação foi implementada e cumprida.	●		Transita para 2021
DOM/--	Imposição de prazos demasiado curtos.	1	1	1	Definir prazos adequados e "sensatos".	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que os prazos foram definidos com racionalidade e cumpridos.	●		Transita para 2021
DOM/--	Aceitação de soluções alternativas sem critérios claros.	2	2	4	Consultar sempre o projetista e quando necessário colheita de parecer jurídico com justificação da solução.	Permanente	A ação foi implementada e cumprida.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DOM/--	Crítérios de execução de obra não conformes com o C. E. pela fiscalização.	2	2	4	Exigência no cumprimento do estipulado no C.E. com Reuniões, Atas e Acompanhamento mais efetivo.	Permanente	A ação foi implementada e está a ser cumprida, na medida dos meios disponíveis para acompanhamento das obras.	●		Transita para 2021
DOM/--	Gestão de contrato pouco rigorosa, permite não execução global das obrigações.	1	3	3	Definição de procedimentos de monitorização mensal pelos intervenientes no contrato.	Permanente	A ação foi implementada e cumprida.	●		Transita para 2021
DOM/--	Fiscalização parcial, influenciada por recebimentos (almoços, prendas, lembranças,...) com impacto na qualidade da obra, cumprimento legal, etc.	1	1	1	Obrigar a comunicar os recebimentos (regra abrangente ao Município).	Permanente	A ação foi implementada.	●		Reavaliar em 2021
DOM/--	Falta de independência na justificação de trabalhos complementares.	2	1	2	Declaração de ausência de conflito de interesses dos intervenientes municipais.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	Apesar de a declaração ainda não ter sido aplicada, é manifestada a existência de conflito de interesse pelos intervenientes, sempre que aplicável.	Reavaliar em 2021
DOM/--	Possibilidade de cometer erros inadvertidamente por excesso de tarefas ou imposição de prazos muito curtos naquelas tarefas.	2	2	4	Planeamento atempado dos procedimentos permitindo afetar os meios necessários para o efeito.	Permanente	A ação foi implementada/cumprida.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxT)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DASQV/-	Discriminação/favorecimento na atribuição de apoios financeiros / sociais/técnicos no âmbito do Regulamento Municipal (Programas de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do Município de Santa Maria da Feira).	2	1	2	Cumprir com o Regulamento Municipal referente aos apoios.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foram estabelecidos 8 protocolos de cooperação para apoio financeiro a diferentes IPSS.	Transita para 2021
					Existência de protocolos entre as partes envolvidas. O protocolo tem um período de vigência de 1 ano civil, automática e sucessivamente renovável por igual período, sendo que a respetiva renovação está condicionada a prévia análise da monitorização social e financeira das atividades do ano anterior, por forma a avaliar a necessidade da continuidade, consolidação e/ou criação das respostas sociais e a adequação dos recursos afetos, sendo deliberado em Reunião de Câmara anualmente o valor das respetivas transferências.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Protocolos de cooperação em projetos de combate à pobreza e exclusão social - Reforço da verba deliberada a transferir para a Casa dos Choupos - Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL. Deliberação em R.O. de 03 de dezembro de 2020.	Transita para 2021
					Nos Protocolos de colaboração celebrados entre Município e entidades aderentes, anualmente o montante das transferências de verbas para as entidades protocoladas é deliberado em Reunião de Câmara, competindo à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, deliberar no que refere à proposta de transferência para as Juntas de Freguesia e União de Freguesia.	Permanente	_____	_____	Ação desadequada, pois já se encontra prevista na ação anterior.	Excluir ação em 2021.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DASQV/-	Discriminação na atribuição de habitação do parque municipal.	2	1	2	Atribuída habitação aos processos que reúnem os requisitos do regime excecional previsto na Lei nº 81/2014 de 14.12 na sua redação atual e que cumulativamente tenham sido sinalizados por entidades parceiras (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Ministério Público; Segurança Social; Unidades de Saúde e IPSS). Apresentar proposta para deliberação de Reunião de Câmara.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Realojamento de 3 agregados familiares ao abrigo do regime excecional previsto na Lei 81/2014 de 14 de Dezembro.	Transita para 2021
Todos os serviços	Pressão superior para aceitação/aprovação de determinados aspetos de forma indevida.	1	1	1	Os processos de procura habitacional enquadrados no regime geral devem tratados através de- procedimento concursal para atribuição de habitações.	2020	A ação não foi implementada.	●		Transita para 2021
Todos os serviços	Pressão superior para aceitação/aprovação de determinados aspetos de forma indevida.	1	1	1	Formação sobre o código de conduta.	2020	A ação não implementada, pois não foi possível realizar a ação de formação específica no prazo definido.	●	O documento foi divulgado a todos os trabalhadores no dia 25/09/2020 e também está publicado no site institucional. Os trabalhadores assumem o cumprimento das normas do CC, embora não tenha sido ainda promovida formação específica pela DRHDO.	Transita para 2021
Todos os serviços	Gestão de Contratos (conflito de interesses, falta ou deficiente controlo, pressão política).	2	1	2	Sensibilização para as responsabilidades no âmbito civil e criminal.	Permanente	A ação foi cumprida, na medida em que os trabalhadores foram sensibilizados pelas Chefias e foram cumpridos os requisitos normativos aplicáveis.	●		Transita para 2021
Todos os serviços	Gestão de Contratos (conflito de interesses, falta ou deficiente controlo, pressão política).	2	1	2	Consciencialização dos intervenientes e formação dos gestores de contrato, incluindo direitos e deveres.	2020	A ação foi parcialmente implementada, na medida em que os gestores se encontram a monitorizar o cumprimento dos contratos. Contudo, não houve oportunidade de realizar a formação no ano 2020.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Conflito de interesses Pareceres/ informações sobre solicitações/ reclamações de municípios ou de outras entidades, no âmbito de ações técnicas e/ou de fiscalização.	1	1	1	Existir declarações de inexistência de conflito de interesses.	2020	A ação foi parcialmente implementada.	●		Reavaliar em 2021
					Registo fotográfico da fiscalização efetuada.	Permanente	A ação foi implementada nas unidades com competência para fiscalizar.	●	O Registo fotográfico acompanha os pareceres/informações, de acordo com a ordem de entrada do registo, cumprido os prazos legais para o efeito.	Transita para 2021
					Assegurar cumprimento dos regulamentos municipais.	Permanente	A ação foi implementada, uma vez que é assegurado o cumprimento dos regulamentos.	●	Os Pareceres/informações são despachados/as, pela ordem de entrada ou de registo, dentro dos prazos legais, e de acordo com os regulamentos Municipais.	Transita para 2021
Todos os serviços	Inexistência de controlo relativamente à execução do contrato de aquisições de bens, prestações de serviços e empreitadas, tendo-se em conta que o prazo de vigência acrescido de eventuais prorrogações não ultrapassa o limite legal estabelecido.	2	2	4	Garantir a realização de formação sobre as metodologias de gestão de contrato.	2020	A ação não foi implementada por ainda não ter havido oportunidade de realizar a formação no ano em análise.	●	A ação será promovida pela DRHDO no ano 2021.	Transita para 2021
					Garantir a realização de formação sobre as metodologias de gestão de contrato.	2020	A ação não foi implementada por ainda não ter havido oportunidade de realizar a formação.	●	A ação será promovida pela DRHDO no ano 2021.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (Gx F)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Utilização indevida da informação.	3	3	9	Políticas de segurança da informação/dados.	Permanente	A ação foi implementada/cumprida.	●	Existem procedimentos onde se descreve a política de segurança de informação e dados; são cumpridas as regras do RYPD; toda a informação veiculada para o exterior é validada superiormente; a base de dados é controlada através de login de acesso.	Transita para 2021
					Concluir e divulgar Código Conduta.	2020	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o código de conduta foi aprovado e divulgado pela DRHDO a todos os trabalhadores /colaboradores do município.	●	Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Políticos e Código Conduta SOS Trabalhadores, foram aprovados, em Reunião do órgão Executivo, datada de 24/08/2020.	Concluída
					Promover formação sobre Código de Conduta.	2020	A ação não está implementada, na medida em que ainda não foi possível realizar formação específica.	●	A ação será promovida pela DRHDO no ano 2021.	Transita para 2021
Todos os serviços	Não cumprir o CCP, nomeadamente no que concerne à indicação de fornecedores.	1	1	1	Apenas deverão ser indicados os fornecedores de bens ou serviços no caso dos produtos serem exclusivos, deem continuidade a produtos existentes nos equipamentos sob a responsabilidade da divisão, serem excepcionados pelo CCP (serviços que impliquem conceção), estejam associados a contratos de manutenção ou devidamente fundamentados.	Permanente	A ação foi implementada/cumprida, na medida em que se procedeu conforme o CCP e os procedimentos instituídos no que concerne à indicação de fornecedores de bens e/ou serviços.	●		Reavaliar em 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxR)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Apropriação indevida de dinheiro público (Ex: dinheiro proveniente da venda de produtos, fotocópias, digitalizações, etc...)	3	1	3	Sensibilizar os trabalhadores de que os bens públicos não podem ser usados para fins particulares.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que todos os trabalhadores/colaboradores estão sensibilizados para o uso adequado dos bens públicos.	●		Transita para 2021
					Concluir e implementar o Código de Conduta.	2020	A ação foi implementada/foi cumprida, na medida em que o código de conduta foi aprovado e divulgado pela DIRHO a todos os trabalhadores/colaboradores do município.	●	O Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Políticos e o Código de Conduta SOS Trabalhadores, foram aprovados, em Reunião do órgão Executivo, datada de 24/08/2020.	Concluída
					Aplicar Normas de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que são cumpridos os procedimentos definidos nas normas.	●		Transita para 2021
					Registrar na aplicação Mediata - Faturação Diversa todos os movimentos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que, onde aplicável, procedeu-se ao controlo e registo das vendas realizadas na aplicação (software de gestão), assim como à respetiva guia de receita.	●		Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (GxI)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Atrasos nos tempos de decisão das tarefas atribuídas podem propiciar o favorecimento ou desfavorecimento.	3	1	3	Aplicar instrumentos de controlo de prazos.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Para além dos prazos legais e regulamentares, encontram-se instituídos prazos nas tarefas executadas, nomeadamente, nas tarefas refletidas nos circuitos criados nas aplicações (Medidata/Nortear) no que concerne à tramitação dos documentos. Tais prazos são controlados/monitorizados periodicamente pelas Chefias e respetivos intervenientes. Concomitantemente, são gerados alertas sempre que o prazo parametrizado esteja a terminar ou seja ultrapassado. Para além das aplicações, há serviços que possuem plataformas de pedidos internos, como forma de controlar a entrada e saída de documentos e os tempos de decisão das tarefas atribuídas, quando aplicável.	Transita para 2021
					Programar e realizar auditorias.	Permanente	A ação parcialmente implementada.	●	Os serviços abrangidos pelo sistema de gestão da qualidade estabelecem indicadores, no sentido de monitorizar designadamente o cumprimento dos prazos definidos. São também sujeitos a auditorias, no sentido de se avaliar a conformidade. Os restantes serviços não são auditados, mas encontram-se previstas auditorias, por amostragem, para o ano 2021.	Transita para 2021

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância (Gx F)	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para Implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Discriminação no atendimento.	2	2	4	Garantir a realização de formação no âmbito da qualidade no atendimento.	2020/2021	A ação não foi implementada no ano 2020, mas está prevista ocorrer no 1º semestre de 2021, conforme Plano de Formação.	●	Apesar da não ocorrência da formação, não se evidenciou quaisquer indícios de discriminação, nem se registaram quaisquer reclamações nesse âmbito.	Transita para 2021
					Elaborar Manual de Procedimentos.	2020	A ação não foi implementada.	●	Refere-se que existem normas internas e procedimentos internos (elaborados no âmbito no SGQ), no que concerne ao atendimento que são aplicados, para além da legislação em vigor sobre a matéria.	Reavaliar em 2021
Todos os serviços	Fornecimento de informação errada no atendimento.	2	2	4	Garantir a realização de formação no âmbito da formação técnica nas áreas de atendimento .	2020	A ação não foi implementada no período em análise.	●	Prevista ocorrer no 1º semestre de 2021, conforme descrito no Plano de Formação.	Transita para 2021
					Definir regras/critérios para aceder ao evento / espaço expositivo, sendo que, um dos critérios preferenciais, poderá ser a ordem de inscrição.	2020	A ação foi parcialmente implementada.	●	Foi cumprido o Regulamento de Utilização de Espaços Culturais da Câmara Municipal que estabelece designadamente os critérios. Em determinadas iniciativas foram elaborados regulamentos e/ou normas caso a caso.	Transita para 2021

CONCLUSÕES

Analisada e avaliada a implementação do Plano, conclui-se que as Unidades Orgânicas, apesar do curto período de tempo decorrido da data de entrada em vigor do Plano aprovado, desenvolveram esforços no sentido de implementarem as medidas/ações identificadas.

Da análise efetuada, refere-se que no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foram identificados 105 riscos e 153 ações destinadas a mitigar esses riscos. O grau de execução global do Plano é de 69%.

A maior parte dos riscos identificados encontram-se cobertos por medidas de mitigação, das quais, 69% (105) já se encontram implementadas, 10% (15) em fase de implementação, 18% (28) por implementar e 3% (5) não determináveis. No que se refere aos riscos específicos, designadamente aqueles inerentes à atividade de cada uma das unidades orgânicas, foram identificadas, na totalidade, 131 ações, das quais, 94 já se encontram implementadas (72%), 11 estão em fase de implementação (8%), 21 encontram-se por implementar (16%) e 5 foram consideradas não determináveis (4%). Das 22 ações transversais a toda a organização, 11 já se encontram implementadas (50%), 7 por implementar (32%) e as restantes 4 medidas estão em fase de implementação (18%).

RECOMENDAÇÕES

Relativamente às áreas analisadas, recomenda-se a conclusão da implementação das medidas preventivas em curso, não implementadas ou parcialmente implementadas.

No que concerne às áreas nas quais não foi possível, à data do presente relatório, avaliar o grau de implementação da medida preventiva, prevê-se que esta avaliação possa ser integralmente efetuada no decurso do ano em curso.

Face à publicação da Resolução de Conselho de Ministro n.º 37/2021, no dia 06 de abril do corrente ano, vislumbra-se a necessidade de desencadear uma ação de melhoria, a qual prender-se-á com a revisão do Plano, no sentido de avaliar os riscos e as ações definidas na versão em vigor e garantir a incorporação de todas as estratégias mencionadas na Resolução referenciada. A revisão do Plano deverá ocorrer em momento anterior à data de realização da auditoria prevista para o início do 2º semestre de 2021.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
AM	Assembleia Municipal
ASE	Ação Social Escolar
CAF	Componente de Apoio à Família
CCP	Código dos Contratos Públicos
CE	Comunidade Europeia
CM	Câmara Municipal
CMSMF	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
CP	Código Penal
EMA	Equipa de Monitorização e Acompanhamento
GQA	Gabinete de Qualidade e Auditoria
GR	Grau do Risco
GS	Grau de Significância
NCI	Norma de Controlo Interno
NR	Nível de Risco
PDM	Plano Diretor Municipal
ROC	Revisor Oficial de Contas
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para Administração Pública

certificação legal de contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Município de Santa Maria da Feira** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 353 538 111 euros e um total de património líquido de 331 076 740 euros, incluindo um resultado líquido de 12 880 746 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Município de Santa Maria da Feira** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no Anexo e no Relatório de Gestão, dada a incerteza existente quanto à obrigatoriedade de adoção efetiva do novo referencial contabilístico (SNC-AP) no exercício de 2020 e a complexidade do processo de transição, quer ao nível da contabilidade financeira, quer orçamental, quer ainda da contabilidade de gestão, a Entidade entendeu adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual prevê um período de três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Face ao contexto descrito, os elementos de prestação



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

de contas referentes ao exercício de 2020 encontram-se preparados de acordo com o novo referencial contabilístico – SNC-AP, apesar de ainda não ter sido possível determinar de forma rigorosa e integral todos os correspondentes e necessários ajustamentos de transição, designadamente quanto à área dos Ativos fixos tangíveis, subsídios e concessões. Também no que se refere à contabilidade de gestão, persistem ainda limitações quanto ao cumprimento de todos os requisitos previstos na NCP 27, o que prejudica a qualidade e nível de detalhe das divulgações incluídas no Relatório de Gestão/Atividades, numa perspetiva analítica.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 109 510 705 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 60 284 215 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Pelo facto de este ser o primeiro ano de aplicação do novo normativo contabilístico, e atendendo aos constrangimentos e dificuldades práticas que se colocaram quanto ao processo de transição para SNC-AP, conforme já referido acima, poderá ser necessário proceder a alterações e implementar melhorias, de forma a garantir integralmente o rigor e a consistência da informação incluída nas demonstrações orçamentais apresentadas. Exceto quanto à situação descrita, em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Tendo em conta o enquadramento descrito na Ênfase incluída na secção do "Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras", o relatório de gestão não foi ainda preparado dando cumprimento integral e rigoroso à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular quanto ao previsto no parágrafo 34 da referida norma.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 31 de maio de 2021

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2020

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas do Município de Santa Maria da Feira** (o Município) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas individuais do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos intervenientes e responsáveis das diferentes áreas/processos do Município, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer quanto ao esclarecimento das questões que entendemos pertinentes, apesar dos constrangimentos e dificuldades decorrentes do processo de transição para SNC-AP em curso.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.ºs 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município;
- c) à análise das demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas do Município, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas emitida por nós na presente data;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa refletem o desempenho orçamental do Município, nos termos da opinião também incluída na nossa certificação legal das contas, em parágrafo próprio – sobre as demonstrações orçamentais;
- c) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º. da Lei 73/2013;
- d) o Município cumpriu o estipulado no art.º 17.º da Lei 53/2014, reconhecendo no ativo e passivo a sua contribuição para o capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal);
- e) o Município deverá continuar com a política de melhoria contínua dos procedimentos de controlo interno já seguida em exercícios anteriores, procurando também desenvolver e aprimorar procedimentos de conferência e conciliação entre o reconhecimento contabilístico-financeiro, orçamental e patrimonial (e correspondentes divulgações), no âmbito do novo normativo contabilístico – aspetos que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) O desempenho orçamental evidenciado nos mapas/demonstrações orçamentais apresentadas pelo Município merecem globalmente uma apreciação positiva, no contexto evidenciado na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data;
- b) As Contas anuais do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da Certificação Legal das Contas e das notas anteriores, merecem também uma apreciação positiva;

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores aos diversos níveis.

Braga, 31 de maio de 2021

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)



santa maria da feira câmara municipal

Rua de Goim – Romariz • Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge
Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos • Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos • **Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão**
Requalificação Rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas • **Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães** • Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas • **Requalificação Urbana – Paços de Brandão** • Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos • **Requalificação Urbana da Área Central de Fiães** • Requalificação Urbana da Área Central de Lourosa • **Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão** • Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras • **Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros** • Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver • **Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana** • Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas • **Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão** • Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **Requalificação de Centros Urbanos** • Requalificação da Rua de Goim – Romariz • **Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge** • Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos • **Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos** • Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão • **Requalificação rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas** • Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães • **Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas** • Requalificação Urbana – Paços de Brandão • **Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos**
Requalificação Urbana da Área Central de Fiães • **Requalificação Urbana da área Central de Lourosa** • Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão
Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras • Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros
Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver • Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana • Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas
Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão • Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **30 milhões de investimento** • **Requalificação da Rua de Goim – Romariz** • Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge